



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

GLAUCE CRISTINE FERREIRA SANTOS VIEGAS

DINÂMICA URBANA E PICHAÇÃO

Entre Preto Fosco e Tons de Concreto Há Quem Prefira Outras Cores

Belo Horizonte

2014

Glauce Cristine Ferreira Santos Viegas

DINÂMICA URBANA E PICHAÇÃO

Entre Preto Fosco e Tons de Concreto Há Quem Prefira Outras Cores

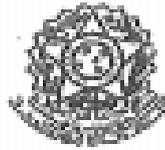
Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade.

Belo Horizonte

2014



**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **GLAUCÉ CRISTINE FERREIRA SANTOS VIEGAS**, REGISTRO N° 535/2014. No dia 31 de março de 2014, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 27 de fevereiro de 2014, para julgar o trabalho final intitulado "**Dinâmica Urbana e Fichação: Entre Preto Fosco e Tons de Concreto, Há Quem Prefira Outras Cores**", requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Administração, área de concentração: **Administração**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(x) APROVAÇÃO:

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 31 de março de 2014.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva

ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Alexandre Magno Alvez Diniz

(PPGG/POC MINAS)

Prof. Dr. Arnindo dos Santos de Sousa Teodósio

(PPGA/POC MINAS)

A cada “outro” de pesquisa, cujas realidades me permitiram ver além do que “eu mesma”, sozinha, não poderia enxergar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Mestre dos mestres, ao Deus criador e ao seu Filho, Cristo, bendito, pelo fôlego de vida; por poder conhecê-lo mais e mais e sempre intensamente; por me desfazer e tão logo refazer; pelo permanente amor insondável; pela fé que vence e mantém a caminhada acima do medo, da dor e da aflição; pela esperança do amanhã; pela amizade constante, expressa em seu santo Espírito Santo. Ademais, por tudo, em tudo e sobretudo, a Ele toda honra, glória e louvor.

Ao esposo maravilhoso, companheiro de todos os momentos, compreensivo em cada tropeço e suporte em todas as quedas. Ao Rê, amor meu, sorrisos e lágrimas de afeto e gratidão. Sem você ao meu lado tudo seria mais difícil. Vencemos, firmes. Alcançamos, unidos. Avançaremos em tudo o mais, fortes.

À minha mãe pela intercessão e palavras de afirmação, esperança, descanso e confiança. Querida guerreira, cuja essência e escolhas construíram muito do que hoje sou. Ao meu paizinho amado, que muito se alegrou comigo no início dessa caminhada, mas não pode continuá-la ao meu lado, pois o Pai supremo o chamou para junto de si. Aos meus irmãos, cunhados, primos, tios e amigos de perto e de longe, em especial à Carla, irmã-cuidadora, agradeço as mensagens de ânimo e fé; e ao Flávio irmão-professor, por me ajudar a geografar.

Aos amigos da célula do Xande e da Nessa, hoje, e do Arnaldo e da Rebeca, antes. Aos queridos Fernanda e Alexandre, por tudo e, muito mais, pelo convite às “cidades-globais”, estímulo nos últimos meses, experiência e aprendizado nos últimos dias. À Rô, pelas instruções e amor dedicados sempre assertivamente antes e, ainda, hoje. Aos pastores Richarde Guerra e Gustavo Bessa, pelas palavras e amparo. Às doutoras da minha vida, Renata e Fabiana, pelo cuidado atencioso e por não se desprenderem do chamado à medicina.

Às amigas do CEPEAD, de ontem, de hoje e de amanhã, em especial à Professora Lilian; aos Professores Ana Paula, Marco Aurélio e Ivan; à Raquelzinha, querida amiga de sempre e pra sempre; à Suélen, por ser ouvinte, interlocutora, amiga e parceira; aos demais colegas da linha de Organizações, Bruno, Tana, Samuel, Paula, Kary e Clara, bem como à Élide, Maria, Mari Coelho e Lilian; ao Professor Carrieri por me ensinar o arrojo e arranjo dos métodos; e claro, não menos e, sim, muito importante, ao Professor Luiz Alex, pela confiança e liberdade, junto a quem compartilho gratidão aos Professores Téó e Alexandre Diniz, pelas valiosas

contribuições por ocasião da Qualificação de Projeto que, hoje, apresento como Dissertação. Agradeço, ainda, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento que permitiu dedicação integral para consecução da pesquisa e conclusão do mestrado.

Finalmente, a “algumas” pessoas, tal como a Flávia, que sendo “outra”, permitiu-me ser “eu” com “ela” e, assim, extensivamente, “fui” quem não mais “sou” e ora pretendo “ser” junto aos “demais”, diferentes e iguais, sempre cambiantes, errantes e ajustados; outrora anônimos e no devido tempo seres autônomos. Às pessoas que conheci pelas ruas, salas e em tantos outros lugares de Belo Horizonte.

ROOKMAAKER
(Palavrantiga)

Eu leio Rookmaaker. Você Jean Paul Sartre
A cidade foi tomada pelos homens.
Na cidade dos homens tem gente que consegue ler.
Mas, os outros estão néscios pra ti.

Eu canto Keith Green. Você canta o que?
A cidade está cheia de sons.
Na cidade dos homens tem gente que consegue ouvir.
Mas, os outros estão surdos pra ti.

Vem jogando tudo pra fora.
A verdade apressa minha hora.
Vem revela a vida que é nova.
Abre os meus olhos agora.

Eu fico com a escola de Rembrandt. Você no dadaísmo de Berlim.
A cidade está cheia de tinta.
Na cidade dos homens tem gente que consegue ver.
Mas, os outros estão cegos pra ti.

Eu monto o paradoxo no palco. Você anda zombando da Cruz.
A cidade está cheia de atores.
Na cidade dos homens tem gente que consegue dizer.
Mas, os outros estão mudos pra ti.

Vem jogando tudo pra fora.
A verdade apressa minha hora.
Vem revela a vida que é nova.
Abre os meus olhos agora.

Toda vez que procuro pra mim algo pra ler, ouvir, olhar e dizer,
Senhor, sabe o que eu quero.
Não me furto a certeza: és a vida que eu quero.
Deus, eu sei.

SUMÁRIO

1 DINÂMICA URBANA E PICHANÇA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS	12
1.1 Pichação? Pixação? Um mundo e múltiplas visões	12
1.2 Mais um olhar sobre a cidade de Belo Horizonte	20
2 IDENTIDADE EM PERSPECTIVA	36
2.1 Identidade e interação social – dialética “eu”/“outro” e “nós”/“outros”	36
2.2 Identidade e diferença nos estudos culturais – sobre o poder de marcar	44
2.3 Identidade e autonomia na psicologia social – encontro com o vir a ser	49
2.4 Níveis, aspectos e elementos analíticos – por uma leitura identitária	55
2.5 Teias da identidade – estigma social e alteridade sobre o mesmo chão	59
3 LUGAR EM PERSPECTIVA	70
3.1 As diferentes acepções de lugar – globalização e experiência	70
3.2 Visão moderna de lugar – teorizações e tensões entre subjetivo e objetivo	75
3.3 Cidade – um espaço de muitos lugares	83
<i>3.3.1 Cidade e organização – o viés mundial e local na gestão urbana</i>	<i>84</i>
<i>3.3.2 Cidade vivida – identidade e lugar para além do pensamento único</i>	<i>90</i>
<i>3.3.3 Cidade e práticas organizativas – entre roteiros e atores</i>	<i>96</i>
4 DINÂMICA URBANA: DE ENCONTRO À RELAÇÃO TEMÁTICA	104
5 À DERIVA NA CIDADE: NO PASSO DAS IDENTIDADES E DOS LUGARES	113
5.1 Posicionamento epistemológico – interpretações da realidade	113
5.2 Pesquisa qualitativa – exploração subjetiva como rota urbana	117
5.3 Estudo de caso – uma paisagem real e não generalista da cidade	119
5.4 Corpus de pesquisa – de encontro com identidades e lugares na cidade	120
5.5 Instrumentos de pesquisa – meios de apreensão e análise da “real das ruas”	127
5.6 Limites e fronteiras – a cidade e seu potencial criativo	131

6 DINÂMICA URBANA, PICHANÇA E PRÁTICAS ORGANIZATIVAS	133
6.1 Representações da realidade construída para a dinâmica urbana	133
6.1.1 <i>BH 2030 – a cidade tomada pela gestão estratégica</i>	133
6.1.2 <i>Interesses públicos e leituras sociais</i>	145
6.2 A tríade estratégica do pensar e agir cidadão: estética, diálogo e civilidade	153
6.2.1 <i>Tons de despiche – cidade de tinta</i>	153
6.2.2 <i>Notas de sensibilização – cidade e cidadãos modelos</i>	162
6.2.3 <i>Roteiros de repressão – recursos e atuações anti-pichação</i>	172
7 DINÂMICA URBANA, PICHANÇA E APELOS IDENTITÁRIOS	182
7.1 Eu, você, o outro, nós, eles... conjugações e (re)produções identitárias	183
7.1.1 <i>Os representantes da municipalidade (PBH e demais entes)</i>	183
7.1.2 <i>Os representantes da sociedade (UCDRMG e UNIBH)</i>	193
7.2 Vida e morte dos lugares: ilustrações cidadinas e mensagens identitárias	199
7.2.1 <i>A Lagoa do “Cartão Postal” – imaginário da modernidade belo horizontina</i>	200
7.2.2 <i>O “Complexo da Lagoinha” – imaginário esquecido do concreto refigurado</i>	211
7.3 Pixação: ressignificações e replicações contemporâneas	220
7.3.1 <i>Assimilações sócio urbanas – pixo, ação e interação</i>	220
7.3.2 <i>A “pixação de BH” – momentos, práxis e galeras</i>	229
7.3.3 <i>As “leis da rua” e os “lugares de pixar” – reinventando a segregação</i>	236
7.3.4 <i>Pixo, um “movimento”?</i>	243
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DO DESAFIO AOS TERMOS	248
REFERÊNCIAS	272
APÊNDICES	283
Apêndice A – Roteiro Grupo Pichadores	283
Apêndice B – Roteiro Sociedade	284
Apêndice C – Roteiro PBH	285
ANEXO	286
Anexo A – Termo de Consentimento	286

LISTA DE SIGLAS

Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte – APH/BH

Banca Nervosa – BN

Centro de Referência da Juventude – CRJ

Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH

Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte – BHTRANS

Faculdade de Ciências Econômicas – FACE

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH

Fundação Municipal de Cultura – FMC

Melhores de Belô – MB

Movimento Respeito por BH – MRpBH

Pixadores de Elite – PE

Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG

Portal de Serviços e Informações da Prefeitura de Belo Horizonte – PORTAL PBH

Prefeitura de Belo Horizonte – PBH

Projeto de Combate à Pichação – PCP

Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha – SARMU-P

Secretaria de Administração Regional Municipal Noroeste – SARMU-NO

Secretaria Municipal de Fiscalização – SMAFI

Secretaria Municipal Adjunta de Direito de Cidadania – SMADC

Secretaria Municipal de Educação – SMED

Secretaria Municipal de Governo – SMGO

Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SMPS

Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial – SMSEG

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SMSU

Superintendência de Limpeza Urbana – SLU

União Ciclística Desportiva Recreativa de Minas Gerais – UCDRMG

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema teórico-empírico	111
Figura 2 – Esquema dos procedimentos metodológicos	116
Figura 3 – Circuito Pichação Belo Horizonte	123
Figura 4 – Mapa lugares de pesquisa	126
Figura 5 – Flyer Projeto de Combate à Pichação/Movimento Respeito por BH	152
Figura 6 – Mapa posição geográfica Conjunto Arquitetônico da Pampulha	200
Figura 7 – Despiche Mirante Kubitschek na Orla da Lagoa da Pampulha (dez./2009)	201
Figura 8 – Prática de esporte na Lagoa da Pampulha (década de 60)	203
Figura 9 – Lagoa da Pampulha próximo ao Mirante do Bem-Te-Vi (jul./2012)	204
Figura 10 – Praça da Liberdade	207
Figura 11 – Praça da Pampulha	207
Figura 12 – Vista do Mirante Kubitschek a partir da Igreja da Pampulha (jan./2014)	210
Figura 13 – Vista da Igreja da Pampulha a partir do Mirante Kubitschek (jan./2014)	210
Figura 14 – Mapa posição geográfica Complexo da Lagoinha	213
Figura 15 – Ação de despiche Viaduto B (maio/2010)	216
Figura 16 – Viaduto B antes da ação de despiche (maio/2010)	217
Figura 17 – Viaduto B aproximadamente um ano após a ação de despiche (abr./2011)	217
Figura 18 – Viaduto B recente (jan./2014)	217
Figura 19 – Viaduto Santa Tereza (nível inferior) e Avenida Arão Reis	239
Figura 20 – Viaduto Santa Tereza (nível superior) e Avenida Assis Chateaubriand	239
Figura 21 – Evento Duelo de MC's e Serraria Souza Pinto (nível inferior Viaduto)	240
Figura 22 – Grafite: “Palácio dos Grafites” e escadas de acesso aos níveis do Viaduto	240

RESUMO

As relações entre identidades e lugares na cidade se fazem notórias em aproximação ao fenômeno da pichação e conseguem ir além dessa dimensão, uma vez que o circuito perpassa por diversas faixas etárias, classes socioeconômicas, variados comportamentos e assimilações. O que se faz preocupante nesse cenário pouco deveriam ser as reparações de suas intervenções concretas no concreto. Mais atenção merece a violação física e moral, os abusos de poder e o reforço de estigmas sociais conferidos mutuamente. As formas de opressão e os aspectos de alteridade, assim, são elementos que avigoram as discussões sobre a prática pelos pressupostos das identidades em suas conexões às interações sociais e relações de poder, que no contexto urbano, em todo lugar, pode se fazer pelos dominantes e dominados. Meu objetivo nessa pesquisa é caracterizar, em termos identitários e topográficos, a dinâmica urbana conexa ao circuito da pichação em Belo Horizonte. Na tentativa de explicar tal compreensão insiro abordagens teóricas interdisciplinares e discorro sobre as relações entre as temáticas identidade e lugar na cidade. A partir do paradigma interpretativista e da estratégia metodológica qualitativa foram coletados dados primários e secundários sobre o circuito da pichação em Belo Horizonte, os quais contemplaram entrevistas com representantes da municipalidade, sociedade e pichação na capital mineira, além de documentos oficiais e observações diretas e indiretas dos lugares da cidade, contemplados pelo Conjunto Arquitetônico da Pampulha; Complexo da Lagoinha; e Viaduto Santa Tereza. Após organização, o material foi analisado conforme os elementos da análise do discurso em sua vertente francesa, junto aos quais também foram agregados notas de campo e dados iconográficos a fim de complementar a análise dos relatos e das observações de campo. Os principais resultados sugerem que a dinâmica urbana conexa a pichação em BH se caracteriza por práticas organizativas de controle e resistência e apelos identitários e topográficos, dimanantes das estratégias definidas para o combate à pichação a partir do programa municipal Movimento Respeito por BH. As diversas interações identificadas correspondem a arranjos organizacionais entre os agentes sociourbanos, que, em diferentes posições, ordenam e subvertem a organização da cidade. Os discursos variam, assim, em diferentes pontos de vista, que em determinado prisma combatem a pichação, por meio de ações de revitalização do espaço urbano; discursos de respeito ao bem e patrimônios público e privado; e ensaios de controle da cidade e seus cidadãos. De outro ângulo, as práticas de resistência ao ordenamento citadino, não estabelecido em vias horizontais de participação popular, se orientam sob discursos que desconsideram a preferência de outros grupos da sociedade, fixando e impondo as escritas de rua pela cidade e pelos muros particulares, por exemplo. Conclui-se, ainda, sobre a intensificação da insurgência junto aos pichadores e demais indivíduos que representam a prática na cidade, a qual se forma mediante a arbitrariedade da administração pública municipal e diante da decadência alteritária, característica das sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Identidade. Lugar. Cidade. Dinâmica Urbana. Circuito Pichação.

ABSTRACT

The relationships between identities and places in the city are made notorious in approach to the phenomenon of pichação and can go beyond this dimension, since the circuit permeates different ages, socioeconomic classes, varied behaviors and assimilation. What is worrying that little scenario should be reparations of its concrete interventions in concrete. More attention than the physical and moral violation, abuse of power and strengthening of social stigmas mutually conferred. Forms of oppression and aspects of otherness thus are elements that invigorate discussions on the practice by the assumptions of identity and its connections to social interactions and power relations, which in the urban context, everywhere, can be done by dominant and dominated. My goal in this research was to characterize, in terms of identity and topographical, urban dynamics related to the pichação circuit in Belo Horizonte. In an attempt to explain this understanding. In an attempt to explain this understanding I insert interdisciplinary theoretical approaches and I wonder about the relations between the thematic identity and places in the city. From the interpretive paradigm and qualitative methodological strategy of primary and secondary data on the circuit of pichação in Belo Horizonte, which contemplated interviews with representatives of the municipality, society and pichação in Belo Horizonte were collected, in addition to official documents and direct and indirect observations places in the city, contemplated by the Pampulha Architectural Complex; Lagoinha Complex, and the Santa Tereza Viaduct. After organizing the material was analyzed according to the elements of discourse analysis in its french side, among whom were also aggregated iconographic order to complement the analysis of the reports when those referred to the places of research data. The main results suggest that urban dynamics related to graffiti in BH is characterized by organizational control practices and resistance and identity and topographical appeals dimanantes of the strategies to combat graffiti from city program Respect Movement by BH The various interactions identified correspond to organizational arrangements between sociourbanos agents, which, in different positions, order and subvert the organization of the city. Discourses vary, so at different points of view, in that particular prism combat graffiti, through actions revitalization of urban space; speeches about good and public and private equity, and testing control of the city and its citizens. From another angle, the practices of resistance to city planning, not in a horizontal process of popular participation are oriented in speeches that disregard the preference of other groups in society, securing the written street through town and by individual walls, for example. Furthermore, it is concluded on the intensification of the insurgency along the taggers and other individuals representing the practice in the city, which is formed by the arbitrariness of municipal public administration and before alteritária decay, characteristic of contemporary societies.

Keywords: Identity. Place. City. Urban Dynamics. Pichação Circuit.

1 DINÂMICA URBANA E PICHANÇA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

1.1 Pichação? Pixação? Um mundo e múltiplas visões

A presente pesquisa decorre de uma inquietação acerca da capacidade de articulação e mobilização social desempenhada pela Prefeitura de Belo Horizonte para consecução de suas funções governamentais. O pano de fundo desse interesse seguiu, inicialmente, pelas vias da governança pública e, posteriormente, se desenvolveu como uma crítica ao planejamento estratégico e à gestão urbana em busca de novas explanações acerca da cidade enquanto objeto de análise nos estudos organizacionais. Na busca de teorizações organizacionais para a cidade, a aproximação das temáticas identidade e lugar pareceu ir de encontro aos novos objetivos de pesquisa, construindo o caminho para a análise organizacional, nesse trabalho compreendida mais sobre a vida social organizada.

O objeto de investigação contemplou desde o início o Projeto de Combate à Pichação¹, ligado ao programa Movimento Respeito por BH² como desdobramento da área de resultado Cidade Sustentável, integrante do Planejamento Estratégico BH 2030. As ações planejadas pelo governo de Belo Horizonte permitiam, além da aproximação dos temas identidade e lugar na análise do contexto estratégico cidadão, um exame acerca da pichação. Minhas proposições de pesquisa, porém, resistiam à focalização dessa prática, concernente a uma manifestação de resistência necessariamente transgressiva. Esse aspecto da pichação era o único que conseguia visualizar, reproduzindo-se em meu discurso e refletindo-se no projeto de qualificação.

De certo modo, hoje, percebo qual era minha limitação e indiferença no que tange à pichação. Pensar em sua discussão parecia-me exigir entrosamentos que não me dispunha buscar.

1 Sobre pichação e pixação, de acordo com Pereira (2010), a grafia com “ch” se refere à ortografia oficial e a escrita com “x” corresponde ao modo como alguns praticantes inscrevem o termo que designa a prática. Trata-se, assim, de uma refração linguística do sentido comumente atribuído pela norma culta, bem como uma diferenciação entre pichadores que marcam a paisagem urbana sem uma “devida” compreensão da prática e pixadores que a inscrevem de modo específico, estilizado e politizado. Na presente pesquisa, busco vocalizar os pixadores e demais indivíduos que lhe representam na dinâmica urbana, além de representantes da municipalidade e sociedade articulados para combate à pichação/pixação, de tal modo que abordo os dois “tipos” ou significados sobre o termo. Busquei, então, fazer as devidas referências segundo as vozes de cada sujeito de pesquisa. Ademais, usarei o termo tal como ele é oficialmente grafado.

² Entendo que a expressão Movimento, adotada pela Prefeitura de BH, não remonta características de espontaneidade e coletividade para uma gestão urbana horizontal e participativa. Todavia, mantereí o nome do programa tal como ele é denominado pela PBH.

Particularmente, além dos impedimentos relacionados ao saber científico, a ideia também me parecia levar a aproximações que confrontavam minha visão de mundo. Desse modo, o que fiz, indiretamente, foi manter a pichação na mesma posição que ela ocupa perante a sociedade e o poder público no Brasil. Um tanto quanto incompreendida e de certo modo confrontadora, a pichação nas minhas proposições somente aparecia às margens do estudo sobre a cidade. Contudo, o desafio de interpretação das relações entre os lugares e as identidades na cidade não me permitia excluir a temática.

Minha busca por sentido para inclusão do tema foi conferida, não propositalmente, na madrugada, assim como ela própria muitas vezes se faz na cidade pelos pichadores. Desperta do sono, a preocupação em encontrar indivíduos praticantes para a coleta de dados me sobreveio e subitamente lembrei-me de fatos de um passado esquecido, o qual, naquele momento, insistia em me apontar algumas relações. Se a memória é tudo o que nos falta, o conhecimento de um pichador para as entrevistas já não mais existia. Lembrar-me de um colega de escola, pichador e membro de uma torcida organizada, também me fez rememorar minhas experiências da adolescência no Colégio Municipal de Belo Horizonte, localizado na região noroeste da cidade, no bairro São Cristóvão, próximo à Pedreira Prado Lopes, também vizinha ao bairro Santo André, onde por mais de vinte anos morei e cresci.

Recuperar esse imaginário guardado, hoje, se mostra como um memorial, um reflexo dessa realidade pertencente ao contexto sociourbano. Na época, certamente, não entendia a fissura de escrever meu nome nas carteiras e quadros das salas de aula. “Glauce was here” era a alcunha escrita de caneta ou giz de cera, decorada com o desenho de dois pezinhos, que firmavam ainda mais um anseio por se fazer presente pelas salas de aula do colégio. Recordo-me de um episódio que poderia ter gerado um registro no meu histórico escolar, não fosse pela convocação dos meus responsáveis, limpeza da parede marcada e de tantas outras carteiras da escola como castigo ou correção. Foi surpreendente lembrar que nessa ocorrência minha irmã mais velha compareceu à reunião junto ao coordenador com um camisão de malha preta da marca DJ, *silkado* com uma enorme e colorida lata de spray. Na época, o caso já devia parecer estranho, imagine vivenciar isso no atual cenário de educação infantil.

Ainda no contexto das lembranças, certo dia, após um encontro com a galera no Mineiríssimo, bar na orla da Pampulha, voltando de ônibus para casa, fomos dirigidos a um batalhão da Polícia Militar por causa de bagunça e pichação que alguns colegas faziam no veículo. Ao ver o que

acontecia, um dos colegas pediu para que eu guardasse o pino de uma latinha de *spray* e logo outro se aproximou querendo fazer parecer que ali éramos um casal de namorados. Naquela época, e até antes de passar pelo campo de pesquisa, não sabia que o mesmo equipamento usado para a pichação era utilizado para violentar e punir os pichadores. Pensando na possibilidade de ser revistado e pego com a latinha de *spray*, meu colega logo pensou em um esconderijo seguro para o pino. Na sua experiência, ele sabia que os policiais não fariam revista em uma menina e que um casal, provavelmente, não estaria envolvido na confusão. Toda a situação não passou por mais que uma advertência verbal, o que hoje em dia pode até mesmo ser enquadrado como formação de quadrilha, ainda que alguns não participem do ato criminoso.

Outro fato rememorado resgatou relances de imagens da pracinha do bairro, onde se pode ver as iniciais do meu nome pichadas em amarelo pelo meu primeiro namorado. As marcas também foram feitas nas ruas do bairro Santa Tereza, localização de uma famosa danceteria onde a galera frequentava as matinês de domingo para curtir e dançar ao som do *Hip Hop*. Após essas lembranças, deixou de ser incomum saber que também meu esposo, assim como meus cunhados, dentre outros conhecidos, além dos sujeitos de pesquisa, já se divertiram e se arriscaram na prática. Portanto, diante disso, a pichação já não me parecia tão estranha, embora tratasse de fatos do passado, que ao longo dos anos, por motivos conhecidos e desconhecidos, não mais me fiz recordar. Guardado os devidos distanciamentos, o fenômeno, assim como reconta parte da minha história de vida, já fez e ainda faz parte do contexto de crianças, jovens e adultos das cidades brasileiras, e pode ser uma representação de conflitos individuais, sociais e culturais, também compreendidos pela dimensão espaço-temporal.

Após conversar com meu colega de escola, atualmente, advogado, e com minha irmã, que, como ele, seguiu por outros caminhos, cheguei até outro colega, agora de bairro, também membro da torcida organizada e pichador desde a década de noventa. O mesmo me apontou uma rede extensa, onde a pichação se faz presente pelas vias institucionais de estudos de graduação, mestrado, doutorado e projetos de pesquisa financiados. Direito, comunicação, sociologia, geografia, psicologia, história, antropologia, filosofia, arquitetura e belas artes são áreas que já estudam a pichação e apresentam trabalhos específicos, isto é, cada um em sua área de conhecimento. Nesse esteio, a presente pesquisa, que abrange uma natureza interdisciplinar orientada pelos estudos organizacionais, foi reconhecida no campo pelo seu diferencial de abordagem na administração, revelando uma perspectiva que coaduna gestão pública, sociedade civil e pichação.

As relações identitárias e com os lugares da cidade fazem-se notórias na percepção sobre o fenômeno e conseguem ir além dessas dimensões. O que depois do campo passei a compreender como circuito da pichação não abrange somente adolescentes de baixa renda em busca de notoriedade, vivenciando práticas de lazer e diversão nos diferentes lugares da cidade. Pensar a pichação no plano físico poderia começar pela análise dos primórdios da civilização, quando se via as escritas rupestres nas paredes das cavernas, ou ainda, pelo ambiente familiar, em que as crianças, desde muito cedo, já começam a rabiscar as paredes. Noutra ângulo, a pichação incidente no muro da escola, também é vista nos becos dos subúrbios, nas paredes das faculdades e nas ruas da zona sul, quando um adolescente quer se mostrar para uma garota, quando o jovem manifesta suas revoltas ou quer indicar a localização do ponto de tráfico de drogas; ou, ainda, quando um adulto lança sua alcunha em um portão qualquer.

O que acabo de citar são somente exemplos de circunstâncias acometidas pela prática e quaisquer que sejam os perfis construídos sobre a pichação e os pichadores eles jamais alcançarão uma totalidade, uma vez que se pode explicar o fenômeno sob diferentes prismas. O circuito que apreendi perpassa pelas diversas faixas etárias, classes socioeconômicas e por variados comportamentos um tanto quanto narcisistas, arrogantes e, inclusive, transgressores às legislações sociais, daí a criminalidade e marginalidade institucionalizadas ou rotuladas à prática. O que se faz preocupante nesse cenário pouco deveria ser as reparações de suas intervenções concretas no concreto. Mais atenção merece a violação física e moral, os abusos de poder e o reforço de estigmas sociais conferidos mutuamente. As formas de opressão e os aspectos de alteridade, assim, são elementos que avigoram as discussões sobre a prática pelos pressupostos das identidades em suas conexões às interações sociais e relações de poder, que no contexto urbano pode se fazer pelos dominantes e dominados.

Pela cidade, a pichação, visivelmente, interfere na paisagem urbana, assim como as grandes edificações, os *outdoors* e cartazes promocionais, espalhados nos mais diversos tipos de plataformas. Sob o olhar dos agentes sociourbanos é fácil se incomodar com a prática dos pichadores e não perceber o que também se evidencia por essas outras intervenções na paisagem da cidade. A análise prévia dos manifestos subversivos à ordem social permite inúmeras compreensões, das quais uma se mostrou alarmante ao se fazer expressar politicamente, dizendo que algo não está bem na cidade. Portanto, não é só uma falta de educação ou respeito à propriedade alheia, pública ou privada. Também não só é uma sujeira que em nada embeleza o espaço urbano. Defendo neste trabalho que é uma prática, ou reflexo de uma prática, visualizada

nas dimensões individual, coletiva, organizacional e social, que materializa os conflitos decorrentes das interações entre os indivíduos nos lugares da cidade, sobre as quais também é possível defrontar-se com igualdades e diferenças, dualidades e dialéticas, tal como as conjugações: eu/não eu/o outro/ele/você; nós/não nós/os outros/eles/vocês.

Entendo-a como um anúncio de questões pessoais vividas pelos indivíduos praticantes, bem como uma denúncia das desigualdades e exclusões sociais, a pichação se faz como comunicação escrita e imagética; textos e leituras; visões e olhares; vozes e sons; atuações e dizeres de atores que insistem em intervir identitariamente no cenário sociourbano e, assim, também conferir à cidade suas percepções, sentidos e significados. O duplo significado linguístico e metafórico dos riscos percebidos na paisagem e no contexto urbano, por um lado apontam para uma manifestação que ora se faz em protesto legítimo e ora encontra um caminho para promoção de si mesmo, da sua região e do seu grupo de referência. De outro modo, permitem experiências radicais e perigosas, nos mais altos prédios e viadutos, ou nos monumentos e patrimônios mais vigiados, nos quais se intenta alcançar prestígio perante a sociedade, sobretudo, junto aos outros pichadores da cidade. Assim se acirra a rivalidade, competição e institucionalização da prática pelos próprios pichadores.

Além de criarem suas configurações organizacionais com procedimentos específicos, regras de conduta, entre outros regimentos informais, os pichadores usam dos canais midiáticos e das redes sociais para promoverem suas produções e confrontar os que não a aceitam. Consciente ou inconsciente de sua organização, a pichação se desenvolve e se aperfeiçoa na sociedade. O mesmo poder de ordenamento e controle conexo às organizações formais também se institucionaliza pela formação de grupos de pichadores, constituídos em estruturas, aprendizagens, visões estratégicas, reuniões, comemorações e objetivos convergentes e divergentes entre si. A mobilização do fenômeno também se orienta pelas vias do mercado informal de consumo, por meio da customização de produtos que fortalecem a prática, como bonés, camisetas, moletons e agendas. Já no comércio formal, a segmentação do mercado da indústria química e diversificação de produtos, como acessórios de pintura e acabamento, canetas, marcadores, *sprays* e tintas, evidencia mais um de seus paradoxos.

Mediação, cumplicidade, rivalidade e enfrentamento são meios de atuação que configuram grupos de indivíduos unidos pelos mais distintos critérios e motivações. Na cultura belo horizontal não muito se fala em bondes, grifes ou *crews*, reconhecendo-se mais o ajuntamento

de *galeras*, configuradas por indivíduos permeáveis entre os diferentes grupos de pichadores, que se formam em associação, ou não, a determinadas *quebradas*, como são conhecidos os lugares que representam as regiões e os bairros de residência na cidade. Os estilos de grafia, além de relacionarem-se simbolicamente ao estilo gótico proveniente do *heavy metal*, também são aspectos que se associam à dimensão de territorialização, sendo reconhecidos por categorias conexas aos lugares que lhes originaram, como carioca, paulista, brasiliense, etc. O estilo de pichação mineira aproxima-se de uma mistura, baseada na pichação carioca e paulista.

A despeito do sentido de marcação de territórios, é fato que a pichação ocorre em vários estilos por toda Belo Horizonte e que, através das suas marcas, pichadores alcançam o imaginário de existência identitária e assim, conseguem se fazer lembrados em muitos lugares. As alcunhas deixadas identificam as *tags* ou *prezas* de um pichador e podem ser decoradas com elementos diversos, tais como setas, bocas, olhos ou símbolos de sistemas sociais, que, não fazem aqueles indivíduos, necessariamente, ligados a tais sistemas. É comum um pichador decorar e saber escrever sua preza e a dos seus parceiros segundo os diferentes estilos, assim como é normal, em um *rolé*, deixar a sua alcunha e a de seus amigos, além de também escrever as siglas da sua galera ou quebrada. O atropelo de uma pichação sobre outra é o que mais engatilha confusões entre os pichadores e as diversas galeras, que seguem deixando suas marcas e ideias, fazendo dos portões, muros, prédios e viadutos da cidade grandes agendas de lembretes, bem como lugares para se estabelecer sentimentos topofílicos, topofóbicos ou topocídicos.

Uma frase protestante expressará o caos da sociedade contemporânea, mas esconderá um sujeito tomado pelos mesmos males, embora ele próprio não consiga enxergar ou não aceite tal verdade para si. Entre reproduções, sentidos, fissuras e tensões a pichação permite significações e metáforas interessantes. Experimenta-se a adrenalina de um esporte radical, tal como o alpinismo ou o *le parkour*, em escaladas e saltos pelos prédios e muros, comparando-se a uma ginga nos ares ou, ainda, uma dança com movimentos e giros de braços no momento da escrita pelas calçadas e marquises. Embala-se, ainda, pelos sons do agitar da lata e borrifar da tinta, o tanto quanto pela química e pelo cheiro proporcionado. Pensar a posição do pichador no momento da marcação, reparar a centralidade, o tamanho e estilo da *tag*, ou ainda, identificar se a atuação foi individual ou conjunta, vai além do empirismo e pode proporcionar a teorização da prática, já feita por alguns “teóricos-pichadores”. Ensaia-se o senso político pelas manifestações contra culturais e também tenciona-se socialmente pelos dizeres ofensivos e pelas palavras não lidas por muitos que não se permitem uma leitura imaginária. Imaginação

que não falta aos pichadores para escolha de suas alcunhas, que podem representar aspectos identitários apriorísticos, ou simplesmente o ajuntamento de sílabas e letras mais fáceis, com maior potencial de emolduração e agilidade de escrita, que a posteriori transformam-se em elementos de identidade.

Pelo circuito da pichação também apreende-se discussões sobre arte urbana e cultura de rua, muito por sua aproximação ao movimento *Hip Hop*, que tem como principais elementos o grafite, o rap e o *street dance*. Acerca de sua conexão ao grafite, institucionalmente, as diferenças podem ser esclarecidas. Todavia, no campo, o que iguala ou difere a pichação e o *graffiti*³ é o contexto da prática, ou seja, se ocorre de forma transgressiva ou autorizada. Não existe pichação autorizada e se assim o for perde sua essência transgressiva. Já o grafite ocorre dos dois modos, sendo no Brasil, legitimado por lei de descriminalização e muito aplicado em políticas públicas relacionadas ao espaço urbano. Nesse contexto, pode se fazer clara a diferença entre pichadores e pixadores; grafiteiros e graffiteiros, porém o que se vê pela cidade também tem a marca do grapicho, forma encontrada pelos “pichadores-grafiteiros” e “grafiteiros-pichadores” para emoldurar suas alcunhas com os elementos gráficos do grafite e, assim, colorir a cidade de intervenções estéticas e culturais, em representações artísticas individuais e coletivas.

Sob o ângulo das políticas públicas vê-se o mapeamento de caminhos reflexivos e obscuros que tentam se fazer coloridos pela manifestação institucionalizada do grafite e sua capacidade de fazer dialogar poder público, sociedade e pichadores. Junto ao poder público há quem compreenda as possíveis interfaces e, por elas, consiga provocar reflexões importantes. Na esfera dos executantes das políticas não se tem muita flexibilidade de atuação devido às estruturas governamentais e aos modelos de gestão, cuja inovação não se permite ir além em tanta criatividade e culturalidade. Noutro prisma, não há reflexão ou flexibilidade pela sociedade, reprodutora de discursos excludentes, assim como nos grupos de pichadores, junto aos quais se percebe a mesma reprodução segregacionista entre quem é, ou não, “da rua”.

Isso exposto, entendo que a prática é, ao mesmo tempo, denunciadora e geradora de conflitos éticos e morais na sociedade moderna. Nos discursos hegemônicos e de resistência expõem-se os diferentes atores em lados opostos, onde muros são colocados por aqueles que se esquecem

³ Assim como a pichação/pixação, o sentido do termo grafite é refratado por alguns indivíduos que acreditam na sua manifestação diferenciada e instauram a ideia de *graffiti*.

que vivemos sobre o mesmo chão. Esses mesmos muros da cidade são elementos urbanos encarados de forma controladora pelos governantes da cidade; de modo um tanto quanto precipitado e equivocado pela sociedade; e de outro, por demais obstinado, pelos pichadores. O que se depreende junto aos pichadores é a ressignificação das regras de apropriação do espaço e a construção de um *ethos* urbano, no qual outros aspectos e elementos constituem uma ética que somente desloca o preconceito e as exclusões. A cidade torna-se um cenário de diferentes ordens, controles e resistências, proporcionados pelas desigualdades e pelos rótulos sociais, bem como pelo vitimismo e revide de quem se sente às margens e pouco mobiliza em transformação.

Os conflitos, assim, não se configuram como construções de novos caminhos possíveis a todos, e mais se fazem em combates, repressões, invasões, provocações, infiltrações e militâncias. Esquece-se o que é comum a todos e cria-se separações, que materializam-se nos individualismos e coletivismos vivenciados nos lugares da cidade por meio de seus ícones concretos e abstratos, além de fatores históricos, sociais, imaginários e afetivos. Discursos e práticas ideológicas formulam um cenário de guerra, onde se apontam lados opostos, impõem-se posicionamentos e trocam-se favores. Alianças, articulações, pactos e parcerias formam a rede desse circuito em combate ou defesa da pichação e dos pichadores, com pouca reflexão a respeito da outridade e sem um debate sobre a excessiva focalização da cidade nas estratégias políticas, em detrimento dos indivíduos e coletivos que a vivenciam e significam em meio às relações de poder.

A pichação assim compreendida, mostrou-se reflexo mais que apropriado do contexto urbano contemporâneo. Em campo se revelou transgressiva, amigável e ameaçadora; assim como uma intervenção narcisista e competitiva; ligada ao lazer, à cultura de rua e à arte urbana. Minha percepção acerca da pichação em Belo Horizonte não a revela totalmente e não é minha intenção fazê-la; tão pouco conseguiria, pois, à deriva, tive uma aproximação de perto, mas não tão de dentro; limitada, embora intensa. Escolhi incluir em minha contextualização várias nuances desse circuito, pois, não as expondo, cometeria o mesmo equívoco de muitos, que posicionando-se em defesas e ataques esquecem-se que a realidade é mais ampla e profunda e que tudo que se vê ainda não é tudo que se necessita aprender.

Antes mesmo que todas essas compreensões pudessem ser experimentadas no campo, tomei algumas providências ainda relativas a minha forma de ver e interpretar a realidade, as quais

me permitiram avançar nessa metamorfose identitária e urbana sem me perder daquilo que é essencialmente importante. O que por ora apresento se fez em meio a conflitos, permissões e resistências pessoais e se mostrou um caminho de desconstruções, que atualmente, mais entendo como um despertar para a realidade, sobre a qual não me deixo escapar de uma visão de mundo que ainda se constrói particular. Acerca da pichação, não mais evidencio precipitações equivocadas e tão pouco infiro preconceitos contra a prática ou os pichadores. Aproximar-me de fato da pichação e dos pichadores, viver a cidade como uma deriva levada pelas interações humanas nos diferentes lugares, ter novas leituras, ver novas cores, ouvir novos sons e agir com novas representações tem fortalecido minha essência e orientado um constante descobrir-se, e reconstruir-se ora turbulento outrora revigorante.

É fato que deixei muitas concepções para traz nessa aprendizagem. Sem alguns referenciais, avancei, sobretudo, no desenvolvimento de uma visão inter e correlacional. Em outras palavras, diante da leitura que alcancei sobre a pichação, consigo identificar suas partes, bem como suas conexões, embora o todo me escape se somente apresentado em uma pesquisa de cunho científico. Chego até aqui percebendo a clareza dos embates que se estabelecem pelas vias das relações de poder e o que exponho desse campo não corresponde inteiramente a minha compreensão da realidade. Nesse sentido e sobre toda a apreensão, não me permito imposições acerca de escolhas, posicionamentos e enquadramentos, tais quais vivi em alguns momentos da pesquisa, pois, diante do que presenciei, penso que vivemos sobre o mesmo chão; e frente aos grupos pesquisados, por ora, não há perspectivas que satisfaçam minhas expectativas de transformação social. Certamente, a complexidade dessa realidade fez dessa pesquisa um caminho de devaneios identitários, repleto de abstrações sobre a nossa conjuntura social; reflexões acerca do mundo da vida; críticas e questionamentos à Administração; sentimentos topofílicos e topofóbicos enquanto cidadã belo horizontina; além de certezas sobre minha postura como agente disposta a transpor muros.

1.2 Mais um olhar sobre Belo Horizonte

As explorações e conexões vislumbradas a partir de um olhar mais atento sobre a pichação orientaram o exame da relação entre identidade e lugar, por meio da qual constatei apelos

identitários e topográficos⁴ procedentes das vivências encenadas pelos diferentes indivíduos e grupos nos diversos lugares da cidade e, do mesmo modo a eles relacionados. Ao me inserir no universo simbólico manifesto na cidade, não perdi de vista a investigação das articulações entre os agentes sociourbanos para consecução de ações de responsabilidade pública e cunho social, bem como as nuances que vão além dessas interfaces. Todavia, seguindo as evidenciações do campo, novos contornos trouxeram para a pesquisa realces de questões passíveis de ajustes na delimitação dos objetivos, geral e específicos, e a reformulação do problema de pesquisa, segundo o circuito que me fora apontado.

Compreender a capacidade de governança pública na gestão da cidade e analisar as relações entre identidade e lugar, segundo os sujeitos envolvidos, direta e indiretamente, no Projeto de Combate à Pichação, passou a denotar a caracterização da dinâmica urbana relacionada à pichação na cidade de Belo Horizonte. A dinâmica urbana refere-se ao universo simbólico da cidade e, mais especificamente, concerne na interpretação de unidades, arranjos e práticas organizativas de indivíduos e grupos em suas diversas interações, subjetivas e objetivas, nos lugares e, do mesmo modo, com os lugares da cidade. A dinâmica urbana nessa pesquisa relaciona-se com as produções e explanações do mundo vivido pelos sujeitos (MAGNANI, 2002), interconectando-se a outras temáticas, como a gestão urbana, e, em especial, ao fenômeno da pichação na cidade. Se dinâmica urbana refere-se ao mundo da vida e à *práxis* humana sobre os lugares, a pichação em Belo Horizonte conectou o recorte necessário ao desenvolvimento do trabalho, que, ao contrário, poderia ser impraticável.

Em que pese os antecedentes de pesquisa sobre os principais elementos da dinâmica urbana, a saber lugar e identidade, esse contempla uma relevante teorização nos estudos organizacionais (MENESES, 2009), ao passo que reflete os aspectos simbólicos do contexto organizacional; já aquele não é um assunto usualmente abordado nessa linha, embora suas concepções teóricas também façam parte do simbolismo organizacional (SPINK, 2001). A relação entre tais temas é respaldada sob o prisma da cidade como objeto de reflexão na análise organizacional. Nessa vertente, a cidade é comumente cogitada por questões econômicas e instrumentais, muito embora bem mais sugira a percepção de distintas unidades organizativas (FISCHER, 1997a;

⁴ Numa perspectiva linguística, quando me refiro ao termo topografia nos objetivos (geral e específico) e em conteúdos contextualizantes, faço uma generalização a fim de evidenciar o estudo, descrição e análise dos lugares de acordo com os termos topofilia, topofobia e topocídio, entre outros elementos de análise das identidades em relação aos lugares, cada qual devidamente discutido em capítulo temático que aborda o lugar e a cidade como espaço de muitos lugares.

FISCHER; *et al.*, 1997b), a observação de múltiplos lugares e o desenvolvimento de diferentes níveis e questões de identidade, passíveis, então, de problematizações.

A identidade, nesse sentido, concerne a uma perspectiva sociológica, originária do interacionismo simbólico da Escola de Chicago, a partir de teóricos, como Charles Cooley, George Mead e Evering Goffman. Os principais estudos desses autores correspondem ao que hoje é possível denotar sobre identidade e interação social por meio da dialética entre “eu” e “o outro” e “nós” e “os outros”. Essas classificações também são exploradas nas produções sobre identidade e diferença, proveniente dos estudos culturais e de trabalhos clássicos, como os de Stuart Hall, pelos quais a identidade conecta-se às representações sociais e relações de poder. É na psicologia social que encontro correspondências teóricas para a questão proposta, pela qual exponho a autonomia identitária e o conceito de metamorfose (CIAMPA, 1993; 1994), cujo significado orienta a ideia de constante transformação identitária de si mesmo.

No bojo dos estudos geográficos, as perspectivas de lugar para a análise organizacional são traçadas de acordo com o pensamento humanista, como o de Yi-Fu Tuan e sua evidenciação da experiência dos indivíduos com os lugares; e uma visão crítica, tal como a de Milton Santos em análises do processo de globalização como fundamento para o entendimento do lugar na atualidade. Entendendo que existe uma tensão material e imaterial nas concepções sobre lugar, cujas formulações unem as duas visões anteriores, aproprio-me das concepções defendidas por Entrikin (1991), para quem o lugar expressa uma dimensão espacial, atenta às relações objetivas e subjetivas. Faço essas ponderações sobre lugar para então formular minhas considerações acerca da cidade como espaço de muitos lugares, por onde se emprega o tecnicismo governamental e outras tantas vivências substancialmente plurais. As discussões sobre a *urbes* não decorrem de um arcabouço teórico específico, mas apreendem como as noções clássicas se exprimem no atual contexto de pensamento e ação sobre as relações entre cidade e organização; cidade, identidades e lugares; e cidade e práticas organizativas.

A cidade, assim, revela o fenômeno urbano e é considerada tanto problema como objeto de reflexão interdisciplinar (PESAVENTO, 2007). Especificamente, as cidades são mais conjuntos múltiplos de ações coletivas, plenas de significados, construtoras de identidades do que conjuntos arquitetônicos, vias urbanas ou pessoas em movimento (FISCHER, 1997a). Sobretudo, a cidade é um espaço de muitos lugares e, portanto, contempla: a casa, a rua, a praça, o *shopping*, o mercado e a escola (CARLOS, 2008); expressa: o global e o local, além de

singularidades e totalidades (SANTOS, 2002); reflete: histórias, memórias e imaginários por meio de seus aspectos materiais e os sentidos que as pessoas lhes atribuem (PESAVENTO, 2007). Assim, muito mais, têm direito à cidade (LEFEBVRE, 2008): o jovem e o velho, o morador e o turista, os indivíduos e os grupos, o residente e o estrangeiro.

Pela materialidade presente na cidade pode-se perceber o que disse Pesavento (2007) sobre a ação do homem na natureza: “um outro” ou uma feição icônica que se destaca, mas não lhe totaliza, pois não elimina sua essência subjetiva. Entendendo dessa forma, a cidade só existe porque nela há sociabilidades, que consistem na interação de diferentes atores em relações cotidianas. Essa visão permite que as cidades sejam imaginadas, mesmo que por meio de um viés clássico, o qual se desenvolve ao longo dos tempos e é marcado por sua história e pela memória que se tem sobre a *urbes*. Assim, a cidade que se vê, vive e imagina possui um *ethos*, que é construído pela afetividade ou atribuição de valores e significados, que por vezes tornam a *urbes* mais real por suas representações do que pelo que nela há de concreto.

Nesse sentido, mais que um planejamento estratégico que permite a construção do futuro da cidade, há uma dinâmica simbólica, que contempla elementos de ordem material, social, histórica e afetiva, cuja atenção permitirá a construção do futuro das pessoas na cidade mais que o futuro da cidade enquanto organização. Importante ressalva faço acerca da definição de organização, dado que nessa abordagem o seu entendimento ultrapassa uma visão funcionalista, meramente formal, racional e objetiva. De acordo com Vergara e Caldas (2005), as organizações são processos provenientes da interação humana em uma constante atividade de interpretação da realidade social que, dessa forma, compõem uma rede de representações complexas e subjetivas. Por essa perspectiva uma noção tem sido desenvolvida no bojo dos estudos organizacionais e compreende a vida social organizada como desafio para os discursos funcionalistas, bem como possibilidade de reflexão sobre práticas de indivíduos que não necessariamente são inseridos na teoria organizacional hegemônica.

É comum ouvir no âmbito acadêmico⁵ que os estudos organizacionais buscam problematizar alguns fenômenos, cuja complexidade decorre de uma realidade sócio histórica sobre a qual os

⁵ Essa consideração trata de percepções particulares e coletivas decorrentes da participação em eventos importantes da área de estudos organizacionais, como o encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração; o I Colóquio Internacional em Estudos Organizacionais, idealizado pela Escola de EAESP/FGV; e o I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais.

estudos sociais não mais produzem respostas satisfatórias. Novas teorias organizacionais, assim, carecem de novas teorias sociais. Com efeito, guardados os cuidados com a validade, reflexividade e confiabilidade pertinentes ao desenvolvimento teórico (MARTINS, 2006), os estudos organizacionais prosseguem na tentativa de aproximação da verdade tal como ela é percebida pelos indivíduos; ainda que as questões sociais prevaleçam no contexto da Administração, muitas vezes, de forma limitada e reificada pelo *mainstream*, conexo aos modismos gerenciais e a uma visão instrumental exacerbada.

A visão da gestão (*management*) como doença social discute essas questões que visam transformar os indivíduos inseridos nas organizações em recursos flexíveis, capazes de responder com excelência às variações econômicas; homens e mulheres que agem de acordo com as altas expectativas impostas pelas organizações empresariais; produtores da mais valia, alienados ao sistema econômico capitalista, ao ideário competitivo e individualista por ele criado e pelo *management* sustentado (GAULEJAC, 2007). O mesmo parece ocorrer com uma cidade organizada pela administração pública municipal que atualmente pressupõe orientações gerencialistas. A gestão estratégica preconiza uma visão específica para a cidade e seus cidadãos seguindo determinações dos grandes organismos e sistemas mundiais.

Na cidade que se pretende reinventar segundo os padrões globais, a participação social é uma simulação, na qual lideranças comunitárias e demais movimentos coletivos, quando consultados, somente têm acesso ao planejamento que já fora deliberado. As decisões, assim, são propostas pelos governantes de forma arbitrária, seguindo interesses de uma elite dominante, pouco zelosa dos problemas sociais. Ao restante da população sobram os caminhos da sujeição, pelos quais as desigualdades e a exclusão social permanecem como problemas a serem rompidos pela profissionalização da gestão; ou intervenções de resistência, por meio de movimentos sociais contra hegemônicos, nos quais o questionamento e a crítica fazem a frente de mediação. Nesse interim, para além de possíveis lacunas teóricas sobre as temáticas estudadas pelas vias organizacionais, mais me chama a atenção os processos e sentidos passíveis de serem explorados na realidade e as vivências em face de problematizações. Digo, sobretudo, em relação ao contexto social nas metrópoles, constituído de mazelas, agitações e arranjos para vivência e sobrevivência.

A prática espacial, bem como a constituição identitária, são visualizadas como eixos interdisciplinares comuns aos indivíduos, às organizações e à sociedade. Todavia, uma série de

experiências, produções e ideias abstraídas da vida cotidiana conseguem, facilmente, borrar os limites científicos e habitar especificamente sobre fronteiras compartilháveis no cotidiano. Reflexões atualizadas sobre a *urbes* tornam-se, portanto, coerentes ao momento histórico, sobre o qual se desenvolvem ideias do espaço como recurso e produto dos sistemas contemporâneos. Santos (2002), assim como Lefebvre (2008), falava da reprodução dos fenômenos socioespaciais enquanto produtos e produtores, simultaneamente. Quem sabe, sob esse prisma seja possível conjugar construção e interação social, como exercício de dominação e liberdade, ou refigurar a tensão entre indivíduo e espaço por uma atualização sobre a relação indivíduo e lugar.

Se existe um limite para a intervenção humana sobre a *urbes*, talvez, seja possível afirmar que ele foi desafiado pela dissidência das manifestações populares de junho de 2013 em todo o Brasil. De fato, as questões urbanas e identitárias conexas ao pensamento político insurgiram nesse momento dos imaginários que os inúmeros cidadãos experimentam e compartilham em suas interações e ocupações cotidianas, como em uma intervenção coletiva ou um apelo para desvio de trajetos. Se a cidade for entendida justamente como lugar de produção de desvios de direção e de novas manifestações passíveis de serem compartilhadas, talvez, se possa falar mais em possíveis intercessões sociais. Na órbita de novas práticas e integrações tensionadas pela questão urbana eixos políticos e sociais vivificam a história e a memória sobre a cidade, provocando retornos reflexivos ao passado sem, contudo, perder de vista o futuro.

Nesse bojo, passado e futuro fortalecem o conteúdo que promove a cidade mundialmente, mas localmente pouco se exime de uma lógica excludente, cercada por processos de reestruturação urbana, nos quais imperam a requalificação dos lugares e o deslocamento social (JAYME; NEVES, 2010). De acordo com as autoras, revitalização histórica e especulação imobiliária também são *mister* nesse padrão de modernidade traçado para as grandes metrópoles, cuja ideologia globalizante distorce os prejuízos sobre a noção de público e melhor promove as benéficas da propriedade. Continuidades e rupturas históricas, assim, marcam o cenário urbano das cidades (RAICHELIS, 2006), como pode ser percebido em Belo Horizonte. Na cidade, atualmente, se atestam confrontos entre um governo elitista e opressor, cujo gerencialismo público pleiteia discursivamente causas ligadas ao bem comum e encargos sobre o espaço urbano, e uma minoria que luta pela liberdade de ocupação, ou intervenção, em oposição a tudo que esteja impregnado às marcas globais.

O estudo de Jayme e Neves (2010) sobre a política de revitalização urbana em Belo Horizonte, indica que tal processo na cidade é mais formal e que concretamente o que se percebe é uma infinidade de significados, que deveriam ser atribuídos conjuntamente pelo governo. Nos discursos de *city marketing*, a imagem compartilhada sobre o centro da cidade, por exemplo, corresponde a sua degradação e demanda por recuperação; enquanto a percepção social mais geral é de que o centro se tornou um lugar perigoso devido à criminalidade; e, ao mesmo tempo, também há discursos que enunciam sua capacidade domiciliar, de trabalho, manifestações políticas e artísticas (JAYME; NEVES, 2010). Decerto, o significado da cidade é plural, muito embora o planejamento e controle estabelecidos pelo governo, e reconhecidos por uma parcela da sociedade, insistam em conferir à *urbes* singularidades que lhe sobrevêm segundo os ditames globais.

Na capital mineira, assim como em outras capitais brasileiras e, certamente, como nas reconhecidas cidades globais, a realidade aponta para a gestão e o planejamento urbano engessados pelas intervenções governamentais gerencialistas, em suas concepções de organização do espaço urbano e decurso sobre o controle do cotidiano de seus cidadãos. A realidade moderna para os belo horizontinos e demais cidadãos metropolitanos contempla uma lógica mundial de sociedade estratificada, com demandas distintas entre as parcelas e, do mesmo modo, atendimentos diferenciados. Um olhar mais atento logo percebe um governo que trabalha para uma elite social, pois insiste em estabelecer parâmetros globais para a capital, que somente serão consumidos por uma parcela da sociedade.

Conflitos de representação social são, assim, claras evidências de resistência aos modos de organização e orientação da dinâmica urbana. Novas lideranças, então, evocam outros rumos para Belo Horizonte e discutem a necessidade de efetivação da participação popular e politização da *urbes*. Essas novas vozes da sociedade entoam discursos de refração dos significados socialmente aceitos, dispõem-se às agitações e, assim como o governo se articula para consecução de suas visões estratégicas, mobilizam outros atores sociais para contestação social e promoção de um ideário de questionamento e subversão ao controle estabelecido. Os novos movimentos iconoclastas fomentam o espírito libertário e opõem-se a uma alienação às contradições da sociedade capitalista.

Sob as égides contra culturais buscam novos espaços de expressão e focam a transformação social pela intervenção crítica, sem, contudo se eximir da formação de rótulos ou modismos,

ainda que esses se enunciem como novos estilos. Movimentos alternativos intervêm na capital mineira e asseveram o rompimento com as regras dominantes em termos e posições combativas ao futuro pretendido pelo governo da cidade. Têm caráter intelectualizado e viés de não violência, muito embora se disponham a associações e assimilações de conteúdos carregados por insígnias de uso da força e agressividade como reação à truculência oposta. Nesse sentido, suas visões de mundo assemelham-se ao que compreendo como contradições ultramodernas (PFOHL, 2004), cujos princípios e valores de justiça social mais deslocam e encerram reproduções dos mesmos e inúmeros problemas da modernidade.

O que se evidencia no cenário das grandes capitais mundiais pode ser entendido como produção de diferenças, exclusões e estigmas sociais, como intitulado por Goffman (1988) no estudo das identidades deterioradas. Todavia, o combate a essas mazelas históricas a partir de movimentos de resistência parece resultar, com efeito, na reprodução dos mesmos sintomas. Em outras palavras, por exemplo, o combate à exclusão de minorias marginalizadas alcança, dentre ações questionadoras, intervenções sociais e apelos de inclusão, a desmoralização e estereotipização de quem exclui. Na luta por uma causa e contra um sistema usam outras armas, cujos efeitos, supostamente, provocam os mesmos resultados. Nesse sentido, a dinâmica urbana é formulada sobre aspectos espaciais e temporais conflituosos, cujas propostas de transformação são humana e socialmente frágeis.

Esse dilema pode ser bem percebido em relação à constituição identitária. Decerto, hoje se vive uma sociedade multicultural como efeito das mudanças comportamentais e socioculturais decorrentes, sobretudo, da globalização e, conseqüentemente, do avanço tecnológico. A coexistência de muitas pessoas originárias de várias culturas diferentes, entretanto, não deveria ser encaminhada, segundo perspectivas governamentais, pelo alinhamento ideológico de unificação comportamental e políticas de identidade perversas. A diversidade e a diferença, o olhar para a outridade, não pressupõe uma visão constituinte do ser na modernidade, se não pelas conexões de poder, isto é, de domínio e sujeição, igualmente prejudiciais aos sujeitos. Nesse sentido, o outro é geralmente vislumbrado como adversário ou um inimigo, cuja representação expressa perigo e, por isso, engendra separações, distanciamentos e anseios por desapareções daquilo que provoca estranheza.

O que depreendo da dinâmica urbana em relação à identidade é a perda da visão de alteridade, entendida na lógica de Lévinas (1997) como a capacidade de colocar o outro no lugar do ser.

Nessa abordagem, o “outro” não é mais contemplado como simples objeto de reflexão identitária, como no pensamento filosófico clássico, pelo qual, decerto, chega-se, atualmente, ao estranhamento entre os diferentes sujeitos, que dimana no desejo de não ser igual ao que se vê sob a ótica das representações sociais. Conjugado ao pensamento de Lévinas, visualizo a possibilidade de autonomia dos sujeitos (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008) em suas interações sociais e assim, enfoco a caracterização da dinâmica urbana relacionada à pichação. A prática parece evidenciar aspectos de existência e resistência de indivíduos invisíveis, os quais apelam para a intervenção urbana e marcação de si pelas plataformas da cidade. Criam, assim, além da resistência, uma noção de (re)existência, como negação da realidade excludente ou, em alguns casos, afirmação de si mesmo no mundo.

Por esse sentido, a pichação em Belo Horizonte se estabelece envolta ao cenário urbano de hegemonia (combate) e resistência (defesa), construído por aspectos históricos, sociais políticos, econômicos e culturais. Não me apropriou de alguma teorização sobre esse tema, embora na produção científica proliferem estudos que lhe anseiam entendimento de acordo com as inúmeras correntes de pensamento. Eu, porém, não o farei pela vertente dos estudos organizacionais, com a qual, em crítica ao *mainstream* da área de Administração, poderia debater sobre o “não-lugar” da pichação na teoria organizacional, por onde não foram encontrados estudos sobre a temática. Por essa vertente também poderia discutir as configurações organizacionais no interior dos grupos, ou de um grupo específico, como trabalho empenhado sobre os Pixadores de Elite⁶, na perspectiva da sociologia urbana.

Isso deriva do objeto de estudo que se constituiu, inicialmente, pelo programa Movimento Respeito por BH e suas políticas de combate à pichação. As diretrizes do projeto municipal articulam diferentes atores, os quais asseguraram, juntamente com os pichadores, a caracterização da dinâmica urbana relacionada à pichação na capital mineira. Focalizar os pichadores, o picho ou a prática de pichar conduziria, talvez, à necessidade de enfoque sobre as manifestações dos demais agentes mobilizados em suas intervenções urbanas e práticas de ação social, responsabilidade social, etc., o que também não me proponho debater. Minhas proposições em relação ao picho concernem à caracterização da dinâmica urbana relacionada à pichação, em relação temática (identidade e lugar) e mediante o pensamento social moderno.

⁶ No prelo, a ser editado: SOARES, F. C. Pixadores de Elite: duas décadas de uma grife. 113 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

Portanto, não é meu objetivo discorrer, teoricamente, sobre a pichação, o ato de pichar ou, ainda, os pichadores. Todavia, não conseguiria dissertar sobre esse tema sem me aproximar e me referir sobre tais aspectos. Busco, então, fazê-lo segundo direcionamento interpretativo e considerações concernentes à constituição identitária individual, coletiva e social de todos os sujeitos de pesquisa em relação aos grupos de referência examinados; os relacionamentos vivenciados pelos indivíduos nos lugares e do mesmo modo a subjetivação desses por aqueles outros. O que destaco sobre a temática também concerne aos discursos da prefeitura da cidade abordados em trabalho publicado antes da presente formulação. As atividades empregadas pela municipalidade em combate ao picho reforçam o ideário de “usos adequados” e “boas práticas”, que deveriam vigorar segundo a visão estratégica para a cidade (VIEGAS *et al.*, 2013).

Isso exposto, me refiro à pichação como intervenção humana, reflexo dos conflitos sociais e modo de contemplação e ocupação da cidade. É nesse interim que a pichação surge como alvo de erradicação pela municipalidade de Belo Horizonte, bem como em aproximação de movimentos políticos alternativos, opositores ao atual governo da cidade. Um estudo relacionado decorre de pesquisa socioantropológica sobre a ocupação do *Hip Hop*, da grafiteagem e da pichação em Belo Horizonte, o qual compreende o eixo Cultura de Rua, vinculado ao estudo sobre Convivência Multicultural e Justiça Urbana, coordenado pelos professores Miracy Barbosa de Souza Gustin e Boaventura de Sousa Santos (MENDES *et al.*, 2013). O olhar da investigação se assenta sobre a violação e efetivação do direito à cidade, e toca no aspecto identitário de diferenciação e identificação entre ser pichador e ser grafiteiro, não se aprofundando em observações sobre a relação constituinte de identidades e lugares na cidade. O trabalho também evidencia pichadores e grafiteiros em detrimento dos demais atores sociourbanos, sejam eles “da rua” ou não. Nesse interim, exclui-se a percepção da sociedade e assegura-se uma crítica distanciada do trabalho desenvolvido pelo governo da cidade.

Na direção que proponho, em investigação relacional, faço da cidade meu objeto de estudo, conferindo uma análise, em nível organizacional, da dinâmica urbana relacionada à pichação; que vai do Projeto de Combate à Pichação, o qual perpassa a esfera da sociedade civil organizada, aos indivíduos e grupos ligados à prática da pichação, junto ao qual também se percebem integrações a outros indivíduos e grupos da sociedade organizada e não organizada. À visão desses sujeitos em suas interações e integrações formais e informais confiro a compreensão sobre o circuito da pichação em Belo Horizonte. Tal circuito é hegemonicamente controlado por mecanismos, tais como o Estatuto da Cidade e Código de Posturas, definidos e

aplicados pelo poder público. Por esses mecanismos é concebido o Planejamento Plurianual de Ação Governamental, que compreende o planejamento estratégico e seus desdobramentos baseados nas políticas e diretrizes de governo.

Em Belo Horizonte, o Planejamento Estratégico BH 2030 divide-se em doze Áreas de Resultados, dentre as quais a área Cidade Sustentável, pela qual o programa Movimento Respeito por BH é desenvolvido e, originária desse, a vertente de combate à pichação. No Projeto de Combate à Pichação da Prefeitura de Belo Horizonte é possível perceber a articulação de agentes dos diversos setores econômicos, na realização de ações estratégicas que juntas compreendem: i) limpeza urbana em diferentes lugares da cidade (despiche); ii) conscientização da sociedade acerca da criminalidade da pichação (sensibilização); e iii) medidas de segurança pública e repressão dos indivíduos infratores (repressão). Essas ações⁷ foram idealizadas pelo governo de Belo Horizonte e integradas às concepções do programa Movimento Respeito por BH, que constitui um conjunto de ações conexas às políticas de outras áreas de resultados, as quais, juntas, objetivam a revitalização e reconfiguração do espaço urbano da capital mineira.

O circuito da pichação em Belo Horizonte é inserido na pesquisa a partir da visualização da amplitude de interações entre indivíduos e lugares, proporcionada pela análise da dinâmica urbana relacionada à pichação. Seu escopo e intercâmbio com diferentes dimensões e práticas organizativas da cidade sustenta os aspectos principais relacionados à noção de dinâmica urbana, pela qual se torna evidente o contorno organizacional cidadão que, de acordo com a perspectiva simbólica, preconiza aspectos informais e subjetivos. Acredito que a investigação dos aspectos simbólicos presentes na *urbes* pode contribuir com uma análise organizacional reflexiva e crítica, ao mesmo tempo em que promove a significação e ressignificação de aspectos contemporâneos à sociedade (SARAIVA; CARRIERI, 2008).

Por essa correspondência e integração, alcanço a relação entre identidades e lugares na cidade, tratada pela noção de dinâmica urbana, que compreende o prisma de concretização da vida frente aos moldes da gestão urbana globalizada; a complexidade das transformações sociais; o

⁷ As três ações estratégicas do Projeto de Combate à Pichação, assim como seu vínculo ao programa Movimento Respeito por BH e Planejamento Estratégico BH 2030, concernem à elementos do circuito da pichação, portanto, serão discutidos no capítulo de análise dos dados, juntamente com as percepções dos atores envolvidos nas ações e demais agentes urbanos que se opõem às políticas municipais de combate à pichação.

dinamismo identitário e a expressão de diferenças; a materialidade observada nos lugares da cidade, também sentidos, percebidos, imaginados e significados pelos indivíduos e grupos sociourbanos. A cidade que se tem como referência é, portanto, um espaço de múltiplos lugares e identidades plurais, que frente à hierarquização das áreas formadas, expressa articulações, inclusões e exclusões dos diferentes tipos de fluxos e fenômenos, como a pichação. Isso exposto, evidencio todos os agentes e grupos que me foram apresentados durante a pesquisa, cujas interações me apontaram o circuito da pichação belo horizontina, que se faz tanto em combate como em defesa da prática. Decerto, não alcancei a totalidade desse circuito, pois ele mais contempla interpretações de campo do que uma tipificação socialmente compartilhada, tão pouco uma autossuficiência teórica.

Além do suporte conferido pela complexidade do objeto de estudo, a qual permite a evidenciação de novos paradoxos sociais, a relevância dessa pesquisa se pauta no enfoque da cidade nos estudos organizacionais e, assim, avança no seu entendimento para além de um espaço econômico ou geográfico. No âmbito da cidade ocorre ampla gama de relações sociais a partir da interação subjetiva. Também na cidade podem ser discutidas dimensões teóricas e metodológicas, dada a articulação de ideários que abrangem as dimensões locais e globais e a observação de unidades e práticas organizativas capazes de elucidá-la como objeto legítimo de estudo (FISCHER, 1997a). As implicações desse estudo, portanto, engendram diferentes e importantes definições para a compreensão da *urbes*, tendo em vista sua relevância no âmbito acadêmico, social e organizacional.

Em se tratando das temáticas investigadas, entendo a própria relevância das identidades no contexto hodierno, no qual é emergente a transformação do pensamento e da ação social pelos indivíduos e coletivos em suas manifestações e refrações de significados; o desenvolvimento de posturas emancipadas e emancipadoras, espíritos libertários e libertadores; a criação de novos conceitos e disseminação de visões de mundo correlatas à contemporaneidade. O lugar, por sua vez, é receptáculo dessas transformações; *locus* do mundo da vida, onde as relações sociais acontecem. O lugar, muito mais, contribui, para moldar a identidade dos indivíduos e grupos. Com efeito, as pessoas conferem sentidos ao espaço urbano, transformando-os em lugares significados de acordo com aspectos identitários intersubjetivos. Essa compreensão evidencia as temáticas abordadas nesse estudo e implica em novas formas de estudar as identidades em contextos organizacionais, assim como novas formas de pensar a cidade e seus lugares.

As possíveis contribuições teóricas e empíricas no campo dos estudos organizacionais emolduram uma abordagem interdisciplinar ampla e ensaia novas conceituações tendo em vista a relação temática proposta no alcance da noção de dinâmica urbana. Especificamente, a investigação sobre as relações entre identidade e lugar na cidade permite avançar nos níveis conceituais e de análise identitária e também corroboram os aspectos da categoria espacial na perspectiva das organizações. Igualmente, o estudo contribui para o conhecimento da realidade na cidade de Belo Horizonte, ao passo que em seu alcance está o apontamento de como os indivíduos percebem e se relacionam entre si e com os lugares da cidade; a visão do circuito da pichação belo horizontina, que se faz em combate e defesa da prática; e o debate sobre transformações sociais.

Assim como propõe a perspectiva simbólica, apreendo que, para além dos aspectos objetivos que podem abranger as temáticas propostas neste estudo, estão presentes elementos subjetivos, característicos da conexão indivíduo/sociedade. Além disso, entendo que a “abordagem simbólica está bastante presente no cotidiano contemporâneo” (SARAIVA; CARRIERI, 2008, p. 2) e, quem sabe, do mesmo modo, o cotidiano marca presença nas percepções simbólicas. Assim, compreender as relações existentes entre identidade e lugar não poderia se resumir à comparação de suas semelhanças e diferenças, tampouco às possíveis aproximações de um termo ao outro. Com efeito, depreendo que existe uma complexidade simbólica na relação entre as dimensões presentes nesse estudo, a qual me levou a não pender para quaisquer extremos do circuito da pichação. Posicionar-me num “lugar” entre, não acima ou abaixo, pode ser um fator especulativo. Ademais, penso que essa escolha contribui para proposições mais abarcantes, capazes de conferir conhecimentos importantes para o desenvolvimento dos temas identidade e lugar na linha dos estudos organizacionais, sobre a qual lanço os esforços de compreensão da dinâmica urbana ligada ao circuito da pichação em Belo Horizonte.

Na tentativa de explicar tal compreensão de acordo com pressupostos teóricos, insiro nessa pesquisa abordagens interdisciplinares, decorrentes do urbanismo, da geografia, psicologia, sociologia, antropologia e filosofia. O estudo que por ora exponho e problematizo em primeira pessoa escapa aos contornos ortodoxos, que se preocupam em não deixar rastros de subjetividade e manter uma aparente neutralidade científica. Desde o início e até o fim demonstro como vivi e, não só, como observei o todo dessa pesquisa, principalmente na fase de campo, que se fez particular e excelsa. A subjetividade, portanto, não é acessória, mas essencial, inclusive, na posição que assumo perante o objeto investigado, que em paralelo se

relaciona por demais ao meu de vir identitário. O viés interpretativista e a abordagem qualitativa respaldam tais especificidades.

Pelo interpretativismo entendo que a realidade é proveniente dos sentidos que os diferentes sujeitos conferem aos símbolos e significados, bem como às ações e discursos (GEERTZ, 1989). A metodologia empreendida, por sua vez, recorre à abordagem qualitativa, que pressupõe o emprego de diferentes métodos e técnicas (FLICK, 2009) e encontra na análise dos discursos dos sujeitos a possibilidade de explicações e considerações acerca da questão norteadora do estudo (FIORIN, 2005). O posicionamento epistemológico, assim como o percurso metodológico que adoto, indica a intenção de partir das experiências das pessoas no cotidiano da cidade a capacidade de interpretação e explicação sobre a problemática elucidada. Assim, o conteúdo de descrição metodológica também explana e reflete percepções teóricas, as quais formulo metaforicamente junto aos significados da deriva, de Guy Debord, e da representação de um Flâneur, de Charles Baudelaire.

Estudar a complexa relação entre identidades e lugares no contexto das cidades foi, assim, um processo técnico, segundo as estruturas tradicionais de produção de trabalhos científicos; e afetivo, decorrente das veredas simbólicas, que parecem não só permitirem, mas orientarem interposições subjetivas, pelas quais tracei certos limites e fronteiras que definiram uma abordagem semelhante à proposição de perto e (não tão) de dentro (MAGNANI, 2002). Assumo, ainda, a liberdade de construção proporcionada pelo meu orientador, de modo que, assim como em suas produções, resta um construto inegavelmente humano.

Destarte, as possibilidades de explorar as relações entre identidades e lugares na cidade, segundo a noção de dinâmica urbana, na qual focalizo o circuito da pichação, ensaiam novos olhares sobre a realidade urbana e a cidade como objeto de análise nos estudos organizacionais, cujo eixo de compreensão é norteado pela seguinte questão: **como se caracteriza, em termos identitários e topográficos, a dinâmica urbana conexa ao circuito da pichação em Belo Horizonte?** Com o intuito de responder a esse questionamento, pontuo como objetivo geral: caracterizar, em termos identitários e topográficos, a dinâmica urbana conexa ao circuito da pichação em Belo Horizonte, cujos objetivos específicos balizam:

- Entender o esboço e os referenciais ideológicos que sustentam o combate à pichação, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em articulação a outros atores sociourbanos;

- Analisar as orientações para o pensamento e a atuação na cidade a partir das três ações estratégicas constituintes do Projeto de Combate à Pichação;
- Identificar e analisar os principais aspectos identitários dimanantes dos referenciais ideológicos e das orientações estratégicas de combate à pichação;
- Identificar e analisar os principais aspectos topográficos dimanantes dos referenciais ideológicos e das orientações estratégicas de combate à pichação;
- Expor uma visão dos referenciais que orientam a prática da pichação em Belo Horizonte, sob a ótica dos pichadores e demais atores sociourbanos e em termos identitários e topográficos.

Em face do exposto e diante de muito mais que ainda está por se revelar, a presente dissertação está organizada em sete capítulos, incluindo essa problematização introdutória. No segundo capítulo apresento os apontamentos teóricos na perspectiva da identidade. Abordo as concepções sociológicas da temática pela compreensão das interações sociais, constituintes da dialética “eu”/“outro” e “nós”/“outros”; as discussões dos estudos culturais concernentes ao poder de marcar; os postulados da psicologia social sobre a identidade metamorfose; o que apreendo dos níveis, aspectos e elementos analíticos, os quais respaldaram as interpretações identitárias em campo; por fim, e o que julgo mais importante mediante o emaranhado de acepções teóricas, encerro a discussão por meio da proposição de Teias da Identidade, que lança o entendimento sobre os estigmas sociais e a alteridade.

Em sequência, no terceiro capítulo, faço a exposição teórica na perspectiva do lugar pela geografia humanista. As diferentes acepções desse construto são checadas junto às demais categorias espaciais e expressas segundo as ordens globais e afetivas; em seguida, ainda sobre as visões de lugar, aponto as teorizações que resultam na tensão entre subjetividade e objetividade. As bases de compreensão e as escolhas teóricas sobre o lugar têm como função a encenação sobre a compreensão que formulo a respeito das cidades, entendidas como espaço de muitos lugares. Os subtópicos cidade e organização, cidade vivida e cidade e práticas organizativas conferem o contorno criado especificamente para discutir a singularidade, o pluralismo e indicar quem são os atores sociourbanos e por quais roteiros eles contribuem para a visão de um ethos urbano.

A discussão que abrange a ideia de dinâmica urbana e circuito desenvolvida para esse estudo é contemplada no capítulo quatro, em que apresento o esquema teórico-empírico configurado para o estudo da dinâmica urbana relacionada ao circuito da pichação. Adianto que não se trata de conceito teórico, mas uma noção que expressa o conteúdo referente ao universo simbólico da cidade, permeado pelas configurações e práticas organizativas de indivíduos e grupos em interações subjetivas e objetivas nos inúmeros lugares e com os diferentes lugares da cidade. Após as teorizações, no capítulo seguinte, exponho a metodologia de pesquisa, que, inicialmente, aponta o posicionamento epistemológico, e inusitadamente segue com as descrições das escolhas e critérios norteadores da presente investigação.

Nos capítulos seis e sete levo ao conhecimento a análise dos dados, que encena a dinâmica urbana e as práticas organizativas da cidade, segundo a compreensão dos referenciais e orientações criados a partir do esboço e escopo do Projeto de Combate à Pichação; e a dinâmica urbana e suas teias identitárias, que exibem os principais aspectos da constituição das identidades e significação dos lugares de acordo com as percepções individuais e coletivas dos sujeitos que constituem o circuito da pichação. Tais capítulos precedem as considerações finais, na qual retomo, sinteticamente, cada tópico analisado e discuto as contribuições e implicações dimanantes dessa pesquisa. Por fim, listo as referências bibliográficas consultadas e anexo demais conteúdos de formulação da pesquisa para apreciação.

2 IDENTIDADE EM PERSPECTIVA

2.1 Identidade e interação social – dialética “eu”/“outro” e “nós”/“outros”

O estudo sobre identidade referencia um amplo universo de definições e tem se mostrado primordial no entendimento do indivíduo na sociedade, sendo os âmbitos pessoal, social, organizacional e cultural algumas de suas dimensões relativas. As diferentes áreas de conhecimento que têm os indivíduos no centro das investigações e problematizações atraem pesquisas que consideram uma pluralidade de abordagens e preconizam investigar o que o ser humano é, pensa, sente, valoriza e faz. Independente da abordagem focalizada, há entraves conceituais, além de perspectivas bem delimitadas e outras praticamente inexploradas (BERGER; LUCKMANN, 2002).

Estudar a identidade envolve o conhecimento e reconhecimento (por extensão de sentido) de si e do outro, nem sempre de forma completa e clara, o que abrange nessa abordagem aquilo que é diferente e desconhecido. Nesse sentido, é um tema contingente, cujo cerne pode variar de acordo com a perspectiva de conhecimento enfocada. O que constatamos nos estudos evidencia diferentes escolas de pensamento e perspectivas intelectuais que se apropriaram e aplicam a ideia de identidade a sua maneira, definindo conceitos segundo interesses e objetivos particulares. Segundo Berger e Luckmann (2002, p. 230),

As teorias de identidade estão sempre encaixadas em uma interpretação mais geral da realidade. São “embutidas” no universo simbólico e suas legitimações teóricas, variando com o caráter destas últimas. A identidade permanece inteligível a não ser quando é localizada em um mundo. Qualquer teorização sobre identidade – e sobre os tipos específicos de identidade – tem, portanto, de fazer-se no quadro das interpretações teóricas em que são localizadas.

Os autores, assim, destacam a necessidade de teorização do tema em uma abordagem específica a fim de que se esclareça sua inteligibilidade. De outro modo, Carrieri, Paula e Davel (2008) entendem a multidisciplinaridade dessa temática como conceito potencial, articulador entre as diferentes áreas de conhecimento e suas correntes teóricas. Estudar as identidades, portanto, pressupõe “lidar com a pluralidade de abordagens, níveis de análise e campos teóricos” (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008, p. 128).

No presente estudo a temática é referenciada a partir da vertente social e encontra em algumas noções dos estudos culturais e nos postulados da psicologia social possibilidades de diálogo para compreensão e posicionamento do que pretendo elucidar acerca da problematização proposta. Em cada abordagem, noção conceitual, nível de análise e processo identitário verifico correlações temáticas, pelas quais encontrei caminhos teóricos e correntes de pensamentos ora divergentes, ora complementares. Reconhecendo os distanciamentos necessários e as possíveis aproximações entre os estudos culturais e a psicologia social, reverencio a concepção de identidade sob o prisma da autonomia, sua conexão ao poder de incluir e excluir identidades pelas representações e consequentes marcações negativas das diferenças, por meio das quais são estabelecidos os estigmas sociais, que desencadeiam concepções identitárias também refletidas pela temática da alteridade.

Um vislumbre dos saberes sobre a temática, pontua as noções de identidade à filosofia, associando-a à ideia da *persona* no sentido moral, um ser consciente, independente, autônomo, livre e responsável, segundo Lopes (2002), uma entidade metafísica. De acordo com o esboço traçado por esse autor, sem muita perda da essência filosófica, passa-se da consciência moral à consciência psicológica. Em busca de desenvolvimento da categoria do “eu” como condição da consciência de ser e estar, o sentido identitário perpassa, então, por uma personalidade permanente, singular e única, significados que se esvaíram a partir da difusão dos estudos sobre a temática e expansão de sua aplicação em outras áreas do saber (LOPES, 2002). Segundo esse autor, na psicologia ainda há uma tradição que visa discutir a identidade individual e o agir humano, como se houvesse uma concepção inata de si mesmo. Todavia, a perspectiva das identidades tem se modificado, de um núcleo permanente e constante para uma abordagem de processo relacional em constante construção e reconstrução (MENESES, 2009).

A necessidade de compreensão acerca da construção individual, baseada no entendimento da identidade como autoconceito ou conceito de si, porém revelada pelas particularidades de cada indivíduo na sua relação com outros, emoldurou o foco da psicologia social (LOPES, 2002). Na sociologia, a identidade é estudada como objeto social relacional, que se baseia na interação e no reconhecimento entre os indivíduos, cujo foco central está na construção da identidade social em oposições e semelhanças (MENESES, 2009). Como vertente integrada à sociologia, a antropologia busca o entendimento cultural e coletivo da identidade, ligado ao sentimento de pertencimento do indivíduo a certos elementos, como etnia, raça, língua e religião (MARTINS, 2013). De acordo com esse autor, o avanço da temática por essa linha formula-se pelos estudos

culturais em uma perspectiva pós-moderna que acredita na existência de um sujeito de identidades fragmentadas.

Um breve resgate das bases de desenvolvimento dos estudos das identidades pela abordagem sociológica indica que as principais teorias sobre a temática têm origem no interacionismo simbólico da Escola de Chicago, pelos estudos de autores, como Charles Cooley, George Mead e Erving Goffman (MENESES; 2009). O foco de investigação, portanto, fundamenta-se pelas interações entre os indivíduos e o contexto social e, de acordo com os avanços teóricos, abrange uma interconexão entre o sentido da ação humana e os símbolos que estão em jogo nos processos de formação identitária (MENESES, 2009), como se vê a partir dos estudos vinculados à psicologia social.

O termo social, formulado por Cooley (1964), destaca-se no arcabouço teórico sobre o tema, uma vez que as demais suposições (psicossociais e culturais) se baseiam em suas noções de que a identidade não é simplesmente um atributo inato, ligado à genética. Outra característica pontual acerca da temática refere-se ao seu aspecto relacional, evidenciado nos estudos de Whetten e Godfrey (1988) e consolidados por Dubar (2005), pelos quais se pressupõe a interação com outros indivíduos na construção identitária, o que refuta quaisquer possibilidades dos sujeitos terem suas identidades marcadas apenas por “si mesmo”, como pressuposto inicialmente por pesquisas de cunho filosófico e psicológico. O caráter relacional pode ser constituído por semelhança e oposição e, portanto, em identificação e diferenciação (WOODWARD, 2003). A continuidade denota outro fator do desenvolvimento identitário e, segundo Ciampa (1994), contribui para a percepção do ser, que não preconiza um sentido fixo, mas o orienta em um movimento que segue diferentes sentidos e elementos identitários.

Com base nessas perspectivas, os estudos sociológicos enfatizam o fenômeno identitário em constante movimento e interação social, derivado de uma relação dialética entre um indivíduo e o outro e entre distintos grupos de indivíduos. A identidade, portanto, é produto da socialização do indivíduo em diferentes âmbitos que se fazem interligados, como família, trabalho e escola, por exemplo, e pressupõem atuações sociais específicas deliberadas por cada uma dessas estruturas. Essa compreensão é orientada nos postulados interacionistas de Strauss (1999), Goffman (1975; 1988), Berger e Luckmann (2002) e Dubar (2005).

A ação dos sujeitos na abordagem sociológica constitui-se como característica reflexiva, pela alteração do eu em busca de conexões pessoais e sociais; e performativa, na produção e reprodução das convenções sociais (GIDDENS, 2002). Segundo Strauss (1999, p. 27), as estruturas e as interações estão “intimamente associadas, e também afetam reciprocamente uma a outra (novamente) no tempo. Trata-se de uma concepção temporal não só da interação, mas também da própria estrutura, sendo esta última moldada pelos atores por meio da interação”. Os preceitos de Dubar (2005) corroboram a visão sociológica de identidade e refletem suas concepções contemporâneas. Para o autor a dimensão temporal respalda a ruptura com uma concepção estática, permanente e puramente determinista para as identidades. “A identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (DUBAR, 2005, p. 135).

O autor esclarece que a definição de identidade deve ser considerada pela sua dualidade: identidade para si e identidade para o outro, sendo essa comparação inseparável, uma vez que só sei quem sou ao olhar para o outro, e ligadas de maneira problemática, dado que não vivo diretamente a experiência desse outro. Para esse autor, a noção de identidade pode ser empiricamente entendida pela aceção de formas identitárias.

Trata de formas assumidas pela linguagem que podemos encontrar em outros campos e que remetem a visões de si e dos outros, de si pelos outros, e também dos outros por si. São ‘categorias atribuídas’ (identidades para o outro) e identidades ‘construídas’ (identidade para si) (DUBAR, 2005, p. 156).

Nesse sentido, Dubar (2005) denota que as formas identitárias são tipologias ou categorias analíticas baseadas nas interpretações que os sujeitos têm de si e nas representações construídas por outros indivíduos, por grupos de indivíduos, por organizações e, ainda, pela sociedade como um todo. A proposição do autor não configura estabilidade de aspectos identitários, dado que novas formas são sempre reinventadas. Constitui, portanto, ferramenta de análise de formas identitárias provisórias. Essa compreensão, base da visão sociológica de identidade, é desenvolvida pelos diferentes campos teóricos, como indicado a seguir na linha de estudos organizacionais.

Os trabalhos sobre identidades nos estudos organizacionais tendem a uma integração entre os saberes das ciências sociais. Embora não haja consenso sobre a consolidação da temática nessa linha de estudos, tão pouco se tenha certeza sobre as concepções teóricas pelas quais ela deva

ser investigada (NKOMO; COX JUNIOR, 1999), é possível constatar que os trabalhos sustentam uma noção de identidade organizacional, orientando-se pelas ideias de imagem e reputação corporativa (ALBERT; WHETTEN, 1985), e outra concepção que sustenta a ideia de constituição das identidades nas organizações, pressupondo um caráter mais subjetivo, ligado à identificação dos indivíduos com o ambiente organizacional (CALDAS; WOOD JR., 1997; HATCH; SHULTZ, 2004). Esse contexto teórico orienta uma abordagem pluralista sem o domínio de um *mainstream*, muito embora tenha se estabelecido uma diferença entre estudos que evidenciam a identidade da e na organização, com perceptível sobreposição de investigações alinhadas à segunda proposta (BAUER, 2004).

Em uma perspectiva crítica e interpretativista da temática em questão não se faz comum a adoção de tipologias, definições e quadros de referência, dado que explicações e análises são consideradas a partir do comportamento humano, compreendido plural e cambiante. Portanto, é no campo da ação que as identidades tendem a se revelar. Mesmo que haja tais compreensões, alguns trabalhos evidenciam possíveis dimensões e quadros de análise que parecem ter se instituído no campo como um esquema para investigação das identidades. Essa é uma proposição exposta por Caldas e Wood Jr. (1997; 2006), que primeiramente instituíram duas dimensões de análise das identidades e no avanço dos estudos esquematizaram um quadro de análise com seis dimensões básicas.

O esquema dos autores pontuam: i) dimensão do objeto focal – faz distinção entre as definições de identidade segundo o objeto, sujeito, grupo ou fenômeno estudado; ii) dimensão da observação – distingue entre as definições de identidades diferentes pontos de observação, que podem se fazer interno ou externo; iii) dimensão da centralidade – corresponde ao que é essencial em uma identidade; iv) dimensão da distintividade – compreende a diferença entre as identidades; v) dimensão da temporalidade – entende que a identidade tem uma capacidade de resistência, flexibilidade e dinamicidade; vi) dimensão conceitual – constitui-se no questionamento dos pressupostos centrais, distintivos e duradouros e possibilita a compreensão da fragmentação identitária (CALDAS; WOOD JR., 1997; WOOD JR.; CALDAS, 2006). Um desdobramento desse esquema, proposto por Pimentel (2008), também sustenta a dimensão da espacialidade em uma compreensão de influência identitária pelas relações do homem com e no espaço⁸.

⁸ Diferentemente desse autor, proponho a análise da relação entre identidade e lugar sem, contudo, me distanciar das compreensões espaciais pelas quais obtenho a concepção humanística e crítica do lugar.

Diante desse cenário, na tentativa de sensibilizar os estudiosos das organizações sobre as diversas possibilidades de trajetórias para os trabalhos sobre identidades, Carrieri, Paula e Davel (2008) elaboraram um estudo que explora a temática sob várias correntes teóricas e epistemológicas, das quais se concluem os prismas da multiplicidade, fluidez e autonomia. Sob o prisma da multiplicidade, os autores consideram que em uma organização não estaria presente apenas uma identidade, mas várias (identidade dos grupos, dos indivíduos e da alta administração; identidades integradoras, coletivas e fragmentadas; identidade de ordem superior e outras identidades de ordem inferior). Já para a análise da identidade sob o prisma da fluidez, segundo os autores, o referencial deve estar nas características do mundo pós-moderno, no discurso da imaterialidade do trabalho e nos questionamentos acerca da solidez de objetos sociais que fazem com que a identidade seja entendida como produto em mudança contínua, em perpétuo processo de ajuste e reconstrução.

A identidade sob o prisma da autonomia enfatiza a existência da identidade individual, em que o indivíduo deve reconhecer-se enquanto sujeito e não como um mero ator organizacional, uma vez que sua identidade individual precisa subsistir para além da identidade organizacional, ou seja, o indivíduo precisa preservar sua capacidade de existir enquanto sujeito, independentemente de pertencer ou não a uma coletividade (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008). Por essas três perspectivas o estudo sugere novas orientações para as pesquisas que queiram avançar no conhecimento do tema na área de estudos organizacionais. Ainda que à primeira vista a integração teórica e epistemológica entre as quais sejam incompatíveis entre si, os autores sugerem que estudos integradores podem propiciar novas formas de explorar o conceito no campo dos estudos organizacionais.

Apesar de cada prisma ser, frequentemente, atrelado às tradições teóricas específicas, cabe ao leitor julgar se sua preferência se volta para o aprofundamento de um prisma ou se, por outro lado, interessa-lhe trabalhar na interface de dois ou mais prismas. Seria possível, assim, vislumbrar pesquisas que tentem combinar prismas e explorar suas relações contraditórias ou complementares (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008, p. 139).

Com base em uma possível superação dos estudos de Caldas e Wood Jr. (1997) e Wood Jr. e Caldas (2006) e também discutindo as perspectivas de Carrieri, Paula e Davel (2008), o trabalho recente de Martins (2013) aponta para a construção de um novo paradigma de estudos organizacionais sobre identidades, referenciado a partir dos construtos teóricos da psicologia social e dos estudos culturais. Sobre a vertente que foca a psicologia social, a identidade é

abordada como fenômeno relacional, fruto de mecanismos de oposição (diferenciação) e semelhança (identificação). No âmbito cultural, a identidade é um fenômeno social, construído pelas estruturas de representação, instituídas dentro de um contexto (social e histórico) determinado.

Importante consideração pode ser expressa a partir dessas duas vertentes que focalizam a identidade como objeto de estudo. A corrente de estudos culturais tende a questionar as dimensões identitárias que sustentam sua centralidade no sujeito e durabilidade no tempo, dado que pela visão pós-moderna a identidade é dinâmica e fragmentada, construída por meio de relações sociais que tentam legitimar as posições do sujeito e seus sentidos. De outro ângulo, a perspectiva da psicologia social também pressupõe a dinâmica identitária sem, contudo, preconizar a fragmentação, uma vez que a entende em constantes processos de construção, reconstrução e negação. O aspecto temporal possui uma relevância intrínseca nas duas abordagens.

Na perspectiva dos estudos culturais, os postulados são formulados sob o prisma da mudança ou virada cultural, que também se relaciona à virada linguística. A origem dos estudos culturais remete à fundação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, e, especificamente, aos estudos de Richard Hoggart, Raymon Williams, Eduward Thompson e Stuart Hall. No cerne desse campo do saber está a demanda pela reinterpretação do conceito de cultura, elemento pelo qual é possível vislumbrar a realidade, construída social e historicamente, bem como as formas de contradição ao que é do senso comum, nas quais se enraíza a vida popular e também se contribui para a configuração social (HALL, 2005). O redimensionamento linguístico na visão dos estudos culturais compreende uma forma de reconstituição dos significados por meio dos sistemas de classificação, que não mais são vistos e compartilhados em sua neutralidade (GUARESCHI; BRUSCHI, 2003).

Por meio dos estudos culturais tem-se uma síntese crítica acerca das concepções de identidade nas ciências humanas. Hall (2005) denota uma primeira concepção compreendida pela identidade do sujeito do iluminismo, em que se tem um indivíduo centrado, dotado de razão, de consciência e de ação, possuidor de um núcleo interior, que emerge do seu nascimento e permanece o mesmo ao longo de sua existência. Para esse autor, o surgimento das novas ciências sociais constituem a identidade do sujeito sociológico, resultante da interação entre o indivíduo e as demais pessoas importantes para ele. Nessa perspectiva da identidade o sujeito

possui uma essência interior formada e modificada num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades neles oferecidas. A percepção de mudanças estruturais imprime a compreensão de uma identidade pós-moderna, na qual não há uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas identidades fragmentadas, historicamente definidas, transformadas em relação às formas pelas quais o sujeito é representado ou interpretado nos sistemas culturais e de significação que o circundam (HALL, 2005).

Por essas concepções, Hall (2005) defende a ideia de uma crise identitária, uma vez que os referenciais de identidade têm se deslocado e novas identidades surgem em uma configuração fragmentada. Para o autor, “a identidade é móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, sendo definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2005, p. 13). Segundo ele, na pós-modernidade, as estruturas que sustentam as identidades estão passando por um processo de mudança, tornando a identificação provisória, variável e problemática.

Faço, contudo, uma consideração acerca desse pensamento. Ainda que a pressuposição de mudanças culturais e linguísticas pareçam responder adequadamente à perceptível movimentação das identidades, a perspectiva de sujeito pós-moderno e a compreensão de uma crise de identidades não refuta o fato de que as principais instituições sociais ainda são centrais na vida e fontes identitárias para as pessoas. Os significados dos sistemas e estruturas que sustentam as identidades, embora passíveis de ressignificação, têm na prática de alguns indivíduos a capacidade de resistência ou subversão ao que continuamente é e será conferido pelas construções sociais, independente do período histórico.

Compreendo que as propostas dos estudos culturais sobre a constante formação identitária pelas vias da representação, identificação e diferenciações sustentam as discussões acerca da identidade e sua conexão às relações de poder, conforme apresento na próxima seção. Todavia, na recusa pela conceituação de um sujeito fragmentado e sem referencial, acredito que a psicologia social ofereça fontes de compreensão da identidade enquanto categoria analítica da constituição do sujeito. Nessa linha de pensamento o foco de estudo das relações entre indivíduo e sociedade se orienta por vertentes intraindividuais que também privilegiam fenômenos que emergem dos diferentes grupos e sociedades. Especificamente, a abordagem da Psicologia Social Crítica vai de encontro à necessidade de uma postura crítica em relação às instituições,

organizações e práticas da sociedade atual, colocando-se contra a opressão e a exploração e engendrando perspectivas e práticas de transformação social (MARTÍN-BARÓ, 1996).

No Brasil, a origem do movimento focado na perspectiva crítica da psicologia social perpassa pelos estudos de autores, como Lane, Codo, Sawaia e Ciampa junto aos quais se orienta a visão de que o ser humano constitui-se um produto histórico-social e que indivíduo e sociedade se implicam mutuamente. Os trabalhos acerca das identidades nessa linha de pesquisa discutem, dentre outras temáticas que evidenciam o espaço entre indivíduo e sociedade, a produção de políticas de identidades, a constituição de subjetividades e a concepção de identidade enquanto metamorfose (CIAMPA, 1994), sobre a qual vislumbro uma alternativa crítica e política sobre as formulações que posteriormente serão discutidas.

2.2 Identidade e diferença nos estudos culturais – sobre o poder de marcar

A perspectiva cultural sobre identidade postula que à primeira vista parece ser fácil definir identidade, como se somente a compreensão do ser lhe fosse suficiente. Woodward (2003), denota que existe uma base para as principais questões e discussões que tornam o conceito de identidade mais compreensivo, cujas definições constituem uma perspectiva essencialista e outra não-essencialista. Segundo a autora, uma definição essencialista da identidade sugere que existe um conjunto cristalino e autêntico de características partilhadas, que não se alteram ao longo do tempo. Já a definição não-essencialista focaliza as diferenças, bem como as características comuns ou partilhadas, e atenta às formas pelas quais os significantes mudam ao longo do tempo.

Silva (2003, p. 96) fornece uma síntese importante sobre a compreensão de identidade, por meio da qual entendo a ruptura com as perspectivas filosóficas e psicológicas, bem como uma emolduração pela abordagem sociocultural.

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está

ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistema de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Apreendo desse conceito uma orientação que expressa a identidade pelo prisma da fluidez (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008), a qual discorro um pouco mais do que até então já descrevi sobre a crença em uma identidade fragmentada.

A identidade fluida é marcada pela crença na fugacidade de uma visão pós-moderna, na qual os sujeitos são identitariamente instáveis e coletivamente transitórios. Nessa perspectiva o essencialismo identitário é questionado frente às constantes mudanças, ajustes e reconstruções dos sistemas sociais. A identidade, assim, pode ser percebida como um resultado pontual, parcial, contextual e temporário. De acordo com os autores, esse prisma sugere uma tolerância à diversidade, da qual se vislumbra uma falsa chance de opções identitárias e alternativas de identificação, uma vez que os referenciais são sempre voláteis e orientam-se de acordo com os ditames hegemônicos. História, família, relações sociais, políticas e culturais são elementos reificados ao ponto de serem negados pelo discurso dominante.

Mesmo interpondo essa noção de sujeito, percebi que a definição de identidade afirmada por Silva (2003) expressa alguns aspectos importantes de serem destacados para consideração conceitual num espectro psicossociológico. O primeiro deles refere-se à noção da formação das identidades em constantes processos de construção e reconstrução. Para Maheirie (2002), a constituição da identidade enquanto conceito deve respeitar a compreensão de uma construção inacabada, aberta e mutável, realizada em constantes movimentos individual, social e coletivo, em maior ou em menor medida. Essa compreensão remete ao caráter temporal da identidade, o qual, segundo Woodward (2003), emerge em momentos históricos particulares.

Para Ciampa (1993), a identidade pode se restringir a uma ocasião originária, quando se assimila determinada representação identitária. Nesse sentido, o autor explica que a identidade recebida também tem o caráter de posição e é posta e repostada objetivamente a cada momento. Nisso estaria o entendimento de que a identidade em um momento é dada, como se lhe esgotasse a produção ou a continuidade do processo de construção nos demais momentos. Entretanto, a identidade pressupõe um contínuo processo de desenvolvimento, em que se reatualiza os aspectos identitários por meio de rituais sociais que preconizam historicidade e não são atemporais. A identidade, portanto, é tanto dinâmica como constituída por representações sociais.

As representações compreendem o segundo ponto de destaque expresso a partir do que Silva (2003) denota acerca da identidade. Para Woodward (2003), a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos. Segundo o autor, “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (WOODWARD, 2003, p. 17). De acordo com Geertz (1989, p. 58), as representações sociais relacionam-se à cultura e devem ser vistas “não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos –, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções [...] – para governar o comportamento.

Schultz (1995), por sua vez, denota que não há uma reflexão ou proposição sobre os processos de representação das identidades, uma vez que todos os indivíduos nascem dentro de um contexto natural, histórico, social e cultural já existente. É como se, antes mesmo do nascimento, cada sujeito possuísse uma dada situação biográfica, passível de ser alterada ao longo da vida por meio de vivências cotidianas, das quais se obtêm conhecimentos utilizados para interpretação do mundo, resolução de problemas e relacionamentos interpessoais (BAUER, 2004). Segundo Berger e Luckmann (2002), o conjunto de conhecimentos adquiridos pelos sujeitos decorrem de tipificações aceitas pelo meio social, pelas quais os indivíduos tendem a basear suas interações cotidianas.

Acerca das tipificações, Schultz (1995) defende que por elas tem-se a representação parcial dos indivíduos, enquanto Berger e Luckmann (2002) as intitula como determinações e instituições sociais. Woodward (2003) afirma, por meio da perspectiva de campos sociais de Bourdieu, que existem inúmeras instituições nas quais os indivíduos vivem e manifestam identidades. Assim, as famílias, os grupos de amigos, as instituições educacionais, os conselhos profissionais, os partidos políticos, entre outros, são instituições, pelas quais as pessoas exercem escolhas e autonomia dentro de um contexto histórico, social e material, inseridas em espaços repletos de conjuntos de recursos simbólicos.

Ciampa (1994) alerta quanto ao fato de tratarmos a identidade como um produto dado, ou uma representação preexistente, em detrimento de uma abordagem que nos leva à apreensão dos sentidos que revelam seu desenvolvimento. Talvez, em um primeiro momento somos levados

a tratar a identidade como um traço estático que define o ser. No entanto, essas formas compreendem as representações e carecem de análise acerca da constituição identitária, que também envolve processos de identificação e diferenciação. Nesse sentido, as representações podem ser simbolicamente compreendidas como aspectos ou elementos identitários (NKOMO; COX JUNIOR, 1999), ou ainda, um ponto de partida para compreensão da constituição identitária (WOODWARD, 2003).

Embora possamos nos ver, seguindo o senso comum, como sendo a ‘mesma pessoa’ em todos os nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo (WOODWARD, 2003, p. 30).

Nesse sentido, diferentes aspectos identitários são evocados em diferentes ocasiões e diferentes contextos sociais remetem a diferentes representações sociais. Um mesmo indivíduo pode se posicionar de acordo com as diferentes expectativas e os variados contextos e restrições sociais. Nas mais diversas situações as pessoas se representam para os outros, de acordo com os sistemas simbólicos predominantes naquele contexto (GOFFMAN, 1975; CIAMPA, 1994). Essa rede de representações, embora passível de ser investigada por uma abordagem funcionalista, pode ser demonstrada pelo aspecto relacional das identidades. Sobre esse aspecto se constata as noções de igualdade e diferença, e delas uma conexão às relações de poder (SILVA, 2003).

O entendimento de Silva (2003) acerca da identidade e sua conexão às relações de poder refere-se ao último ponto que destaco do conceito de identidade pelo prisma da fluidez. Para sua compreensão faz-se necessária a explicação do processo dialético de identificação e diferenciação, expresso nas relações sociais e orientado pelos sistemas de classificação que operam as representações sociais, dentre os quais evidencio os sistemas, tais como o econômico, cultural, étnico, político, educacional, estético.

Pratt (1998) denota que a identificação com o outro – não sendo o outro, necessariamente, uma pessoa – está diretamente ligada às crenças e valores semelhantes entre si, pelos quais se sustenta uma dinâmica de relação por afinidade ou emulação, que, respectivamente, compreendem o reconhecimento e a incorporação dos referenciais de identidade. A identificação também tem o respaldo da abordagem psicanalítica (PAGÉS, 1976), que a entende

como um movimento de transformação na direção do outro em virtude de fatores emocionais, seja de afinidade ou aversão, que respaldaria também uma desidentificação.

Woodward (2003, p. 18) define a identificação como “processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades” (WOODWARD, 2003, p. 18). Para (HALL, 2003), o conceito de identificação permite designar a identidade de uma maneira relacional e como um processo constante, “nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos”. Assim, a diferenciação também se destaca como processo de desenvolvimento das identidades, ao passo que a identidade, além das semelhanças, porta o traço das diferenças (SILVA, 2003).

Os estudos culturais sobre identidade evidenciam a diferenciação pela negação da igualdade. Para Woodward (2003, p. 14), “[...] a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. [...] algumas diferenças são marcadas, mas nesse processo algumas diferenças podem ser obscurecidas”. Nesse sentido é que Woodward (2003) e Silva (2003) denotam que a marcação da diferença é que constitui as identidades, a qual “ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (WOODWARD, 2003, p. 39). Assim, os autores denotam que a identidade depende da diferença, que não é simplesmente o seu oposto ou sua referência. “A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações” (SILVA, 2003, p. 82).

As formas de diferenças simbólicas e sociais são estabelecidas, geralmente, por sistemas classificatórios. No caso da identidade, o sistema classificatório aplicado propõe um princípio de diferença que se estabelece na dialética entre dois grupos – nós/eles; eu/outro. Sobre essa classificação, é que Silva (2003, p. 82) dirá que identidade e diferença se encontram em estreita relação de poder, hierarquia e imposição.

Onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder [...] de incluir/excluir (“estes pertencem aqueles não”; demarcar fronteiras (“nós e eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

Essa separação e distinção produzem e afirmam as relações de poder, muitas vezes provenientes do sistema sócio econômico dominante. Elas impõem aos sujeitos sua posição hierárquica na sociedade, classificam e ordenam o mundo social em grupos ou classes, por onde o poder também tende a ser reproduzido. De outro modo, a capacidade do sujeito de subversão aos sistemas de classificação compreende uma forma de resistência à lógica hegemônica, globalmente constituída pelo sistema capitalista, pela sociedade de classes e por políticas de governo elitistas. Desse modo, as identidades, ao mesmo tempo que podem refletir ou reproduzir a estrutura social, também podem agir e reagir às suas produções.

No que concerne às produções sociais, também discutidas como representações, construções sociais, ou tipificações, entendo-as como elementos identitários de socialização, passíveis de serem institucionalizados, para exercício de controle e dominação entre os indivíduos, ou subvertidos, como meio de resistência ao poder hegemônico. Entendo, também, que são conhecimentos que corroboram os diferentes posicionamentos identitários, passíveis de serem alterados, a fim de que a subjetividade sobressaia e seja possível resistir aos sistemas construídos. A ideia de sujeição às representações sociais não significa necessariamente um modo de reprodução social se considerado o contexto histórico e social. Talvez, ela se faça temporária até que o indivíduo ou o grupo de indivíduos alcance uma forma de reposicionamento identitário, dado que sempre há um apelo ou uma busca pelo posicionamento subjetivo.

Percebo, especificamente, a reação de subversão às representações, como um mecanismo gerador de novas construções sociais, que, todavia, se faz sob uma égide contra cultural, pela qual são criados outros sistemas e lógicas de pensamento. Nesse impasse entre controle e resistência, ordem e contra ordem, não percebo um horizonte cuja perspectiva permita aos indivíduos interações pacíficas. O conflito, assim, precisa ser reaprendido como possibilidade de novas visões que permitam extrair das representações as noções de igualdade e diferença não somente como marcação das relações de poder. No contexto de formação identitária, o prisma da autonomia pressupõe essa possibilidade.

2.3 Identidade e autonomia na psicologia social – encontro com o vir a ser

Os aspectos que compreendem a identidade como fenômeno em constante processo de construção, conexo, ainda, às representações sociais e relações de poder, podem ser extraídos da compreensão de identidade sob o prisma da fluidez e também reconhecidos na perspectiva de identidade autônoma. De acordo com esse prisma, o contexto de fragmentação cunhado em uma crença na pós-modernidade e emoldurado pelas contingências, ambivalências e incertezas contemporâneas não se sobrepõe à sedução individual de projeção da identidade pessoal (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008). As múltiplas identidades, assim, corresponderiam às negociações em situações de convenção junto aos diversos interesses e interlocutores, e a fragmentação, nesse sentido, não corresponderia a um sujeito sem referencial, mas a uma busca pela superação de desafios e mudanças que lhe sobrevém.

Sob o prisma da identidade autônoma, Carrieri, Paula e Davel (2008, p. 138) contrapõem a fragmentação, que para os autores leva o indivíduo a fortalecer sua identidade por meio da produção subjetiva de sentidos, ampliando sua capacidade criadora. A identidade, assim, é um

sistema de sentidos produzido pelo sujeito na confrontação entre sua história e vida atual, no qual ele procura se reconhecer e delimitar seu espaço de acordo com a situação que está enfrentando. Dessa forma, as rupturas prejudiciais à identidade passam pela capacidade do sujeito de encontrar sentido para o que está vivendo.

A partir dessa compreensão, os autores denotam que o anseio por pertencimento e aceitação em uma coletividade não é problemático, mas pode significar obstáculos para o desenvolvimento de uma identidade individual autônoma. A problemática, portanto, corresponde ao risco de ser absorvido pelas identidades coletivas e, assim, deixar converter a identidade pessoal. Os indivíduos, para tanto, devem se reconhecer enquanto sujeitos, buscar a possibilidade de agir em função de sua subjetividade, subsistir para além da identidade coletiva, preservar sua capacidade de existir, independente de pertencer ou não a uma coletividade, e transcender o mero desempenho de papéis (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008).

Essa questão é discutida pela corrente de análise psicossociológica no âmbito das organizações, uma vez que a sobreposição identitária nessa esfera sugere autonomia para lidar com formas de dominação e exclusão. Usando o processo de identificação como mecanismo de desenvolvimento identitário, Carrieri, Paula e Davel (2008) denotam que a dominação é fundamentada na projeção da identidade individual na identidade coletiva ou organizacional e resulta no controle da subjetividade do indivíduo; a identificação como forma de emancipação,

por sua vez, baseia-se na projeção do sujeito em uma causa da coletividade, pela qual se tem o reforço da sua subjetividade e identidade individual; já a identificação pela exclusão sugere uma forma perversa, em que um sujeito rejeitará as diferenças de outros indivíduos para afirmação dos aspectos da própria identidade.

De encontro à diretriz que implica em autonomia e emancipação, estão os postulados de Ciampa (1994), dos quais apreendo o fenômeno da identidade impresso na dialética entre representações sociais e constituição identitária, em constantes movimentos de construção, reconstrução e negação. Esse autor entende que o sistema sócio cultural vigente em uma sociedade orienta os indivíduos à representação de papéis sociais, nessa abordagem, denominado como identidade dada ou pressuposta. Frente às categorias e papéis sociais, os indivíduos atuam como personagens, representando a identidade que lhe fora dada. Assim, os papéis sociais constituem-se condutas institucionalizadas, internalização da realidade social ou o conjunto de obrigações e direitos socialmente partilhados, os quais variam de acordo com a posição do indivíduo (CIAMPA, 1994). Como crítica a essa perspectiva, o autor desenvolve em seus postulados, a compreensão de que a identidade é contraditória, múltipla, mutável e, ao mesmo tempo, una, caracterizando-se por um vir a ser individual, intraindividual e interindividual, que pressupõe um desenvolvimento indissociável de processo, produto, consciência e prática, concretizados social e historicamente.

Ciampa (1994) denomina tal processo de metamorfose e afirma que a expressão de diferentes identidades por um mesmo indivíduo consiste na alterização da própria identidade, que se sobrepõe à identidade pressuposta e desenvolve uma identidade individual posta como metamorfose constante sem, contudo, se desvincular dos demais níveis identitários. No nível pessoal o sujeito é identitariamente marcado pelos aspectos biológicos e pela corporeidade; no nível intraindividual, tem-se a consciência e a atividade como fatores identitários; já no nível interindividual, as identidades são marcadas pelas relações entre indivíduo e grupo (CIAMPA, 1994). A ideia de produto, produção e identidade, assim, sugere interações sociais, trocas subjetivas e objetivas e transformações identitárias realizadas ao longo da vida em uma construção inacabada, aberta, constantemente mutável. Desse modo, “identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação” (CIAMPA, 1993, p. 74).

Assim como pressupõe a abordagem psicossociológica, Ciampa (1994) denota que a consciência é fundamental para a superação das representações provenientes da lógica social. O aprofundamento dessa compreensão é obtido a partir da noção de personagem e representação (atuação), basicamente como propôs Goffman (1975) em seus postulados sobre as performances ou “fachadas”, desempenhadas pelos sujeitos no cotidiano social. Ambos os autores utilizam-se da linguagem teatral, tais como: ator, personagem, representação, roteiro, figurino e público para elucidar as atuações dos sujeitos em suas interações.

Conforme Goffman (1975) e Ciampa (1994) uma personagem representa empiricamente a identidade e os papéis representados referem-se, por exemplo, a um drama social com autoria coletiva, cujos roteiros e autores remetem à vida e aos personagens que os constituem. Goffman (1975) destaca o modo como o “eu” é apresentado em diferentes circunstâncias, assim como os conflitos negociados entre os papéis desempenhados pelos indivíduos. Para esse autor, os papéis sociais são abstrações materializadas pelos indivíduos e grupos que lhes personificam em suas interações sociais. Fundado na concepção de identidade metamorfose e na noção de representações e papéis sociais, Ciampa (1994) defende que um indivíduo como personagem pressupõe um modo de ser, pensar e agir no mundo em conjunção às expectativas de conduta e comportamento seja individual ou coletivo.

O movimento decorrente da constituição identitária, assim, se faz paralelamente nas instâncias da identidade individual, em que há uma construção permanente do ser ao longo da história, conforme os fatores biológicos, psíquicos e sociais; e da identidade coletiva, cuja construção histórica é realizada a partir de um conjunto de características que marcam o grupo e outras que diferenciam os membros entre si, o que gera os subgrupos (CIAMPA, 1994). Na instância individual, cada sujeito tem aspectos que o marcam como idêntico a si mesmo e outras que o mostram igual ou diferente dos demais. O mesmo ocorre no nível coletivo, em que dado grupo apresenta-se como idêntico a si mesmo e diferente de outros grupos sociais.

Nos preceitos postulados por Ciampa (1994) igualdade e diferença conferem o sentimento de pertença ou restrição nos variados grupos organizados pelos sistemas de classificação social, que conferem a ordenação entre “nós” e o “outro”. Para Maheirie (2002), a identidade metamorfose é uma alternativa que contrapõe o conceito de identidade como uma unidade de semelhanças e permanência. A autora denota que nessa perspectiva, diferença e igualdade surgem como a base do conceito, “compreendidas pelo movimento do igualar-se e do

diferenciar-se, dependendo dos diversos grupos que, ao longo da vida, vamos fazendo parte [...]” (MAHEIRIE, 2002, p. 40). Conforme Ciampa (1993, p. 68)

[...] cada instante da minha existência como indivíduo é um momento de minha concretização (o que me torna parte daquela totalidade), em que sou negado (como totalidade), sendo determinado (como parte); assim, eu existo como negação de mim mesmo, ao mesmo tempo em que o que estou-sendo sou eu-mesmo.

Outras problematizações acerca do conceito de identidade na psicologia social são configuradas por Sawaia (1996) e corroboram a visão postulada por Ciampa (1993). A autora defende que, se a identidade é compreendida como identificação, não necessariamente tem os sentidos de admiração ou reconhecimento pelo que é igual, ao passo que a identificação pode expressar o desejo de ser diferente. Identidade, assim, é um conceito que abrange um paradoxo, uma “perspectiva analítica que contém em si mesma a possibilidade de fugir tanto das metanarrativas quanto do relativismo absoluto, bem como a possibilidade de garantir o respeito à alteridade e, ao mesmo tempo, de proteger-se contra o estranho (SAWAIA, 1996, p. 83). Os dois movimentos citados pela autora sugerem que a identificação significa permanência e metamorfose, pelos quais é possível conferir ao indivíduo a capacidade de atuar e transformar a si mesmo e o contexto em que está inserido.

A constituição da identidade psicossocial reflete a pluralidade dos indivíduos, ainda que expressas em algumas dicotomias.

A constituição da identidade tem a marca da ambiguidade, da síntese inacabada de contrários, daquilo que é individual e coletivo, daquilo que é próprio e alheio, daquilo que é igual e diferente, sendo semelhante a uma linha que aponta ora para um pólo, ora para outro. A utilização do conceito de identidade nos permite desvelar os indivíduos, grupos ou coletividades, localizá-los no tempo e no espaço, identificando-os como estes e não outros, mesmo em metamorfose (MAHEIRIE, 2002, p. 41).

Nesse sentido, a diferença na abordagem da psicologia social constitui uma função simbólica e, assim como nos estudos culturais, determina as operações de excluir e incluir a partir dos mais variados aspectos, elementos e níveis identitários.

Em relação à autonomia, Ciampa (1994) aponta a importância da individualização na percepção das diferenças e igualdades entre os papéis assumidos nos grupos sociais. Uma vez que os papéis permitem uma constante reposição de personagens, as transformações ou metamorfoses tendem a marcar a singularidade do indivíduo. De outro modo, a ausência de uma

individualização permite a mesmice ou repetição de si mesmo (CIAMPA, 1994). Essas posições identitárias são preconizadas pelo autor nos processos denominados de assimilação, reposição e negação.

No processo de assimilação o indivíduo internaliza a realidade e assume o personagem que lhe fora socialmente atribuído como parte da identidade individual; no processo de reposição haverá, então, a manutenção da identidade assimilada ao longo do tempo, isto é, o indivíduo naturaliza ou vive a reproduzir as representações sociais, o que passa a sugerir a ideia de identidade estática, mesmice ou ausência de transformação, que também pode ser justificada por interesses individuais e/ou coletivos, ou, ainda, convenções para conservação da ordem social; já no processo de negação, o sujeito decide pela superação da identidade pressuposta, que quer dizer a negação da negação de sua subjetividade e identidade individual ou abandono da representação conferida em momentos anteriores, com determinação de um novo agir no mundo ou recuperação do mesmo, a consciência subjetiva expressa uma função importante nesse processo (CIAMPA, 1994).

Tendo em vista a consciência dos papéis sociais, importante destaque o autor confere à atividade humana na formação identitária, que, por sua vez, também influenciará a atividade do sujeito. O confronto entre prática e identidade preconiza a consciência identitária para superação das representações ou papéis e continuidade do processo de constituição identitária.

De acordo com o autor,

o futuro se coloca como contínua e progressiva realização da humanidade; porém, como não é possível, aprioristicamente, esgotar a definição do conteúdo de ser humano, esta infundável tarefa se nos impõe de maneira inescapável. Não se trata, evidentemente, de conceitos abstratos e definitivos que considerem o homem como pura consciência, só como subjetividade (este o risco idealista); nem também de reduzi-lo à simples condição de coisa, só como objetividade (esta a armadilha materialista-mecanicista). Trata-se de considerar a superação dialética desse dualismo pela práxis. Trata-se de não contemplar inerte e quieto a história. Mas, de se engajar em projetos de coexistência humana que possibilitem um sentido da história como realização de um porvir a ser feito com os outros. Projetos que não se definam aprioristicamente por um modelo de sociedade e de homem, que todos deveriam sofrer totalitariamente (e identicamente), mas projeto que possam tender, convergir ou concorrer para a transformação real de nossas condições de existência, de modo que o verdadeiro sujeito humano venha a existência (CIAMPA, 1993, 73-74)

Por essa compreensão, o autor denota a formulação de uma política de identidade, realizada de modo democrático junto a projetos coletivos, em uma questão prática enfrentada conscientemente por todos os indivíduos e cada um dos indivíduos.

A análise de Martins (2013) acerca da identidade psicossocial no âmbito dos estudos organizacionais revela que, ao longo da vida, o indivíduo constrói suas relações em mediações de trocas materiais e simbólicas, assumindo e negando os aspectos sociais, como em um jogo, no qual as expectativas e condições objetivas e subjetivas conferem possibilidades de sujeição e sobreposição dos papéis pressupostos social e historicamente. No entanto, a discussão que se pretende desenvolver no presente estudo envolve mais que a compreensão de um jogo de representações, como que em uma perspectiva de funcionalidade, dado que a identidade autônoma compreende a busca de sentido para o sujeito no mundo da vida, e não, simplesmente, a correspondência às expectativas de se fazer. Para além dessa compreensão, entendo que a identidade, de certo modo, escapa às interações sociais, como que invocando a exteriorização da subjetividade. Todavia, resta compreender os modos pelos quais sejam possíveis essa captação, como busco discutir agora.

2.4 Níveis, aspectos e elementos analíticos – por uma leitura identitária

O panorama teórico-conceitual concernente à identidade permite sua apresentação em múltiplos níveis de análise e integra novas ideias oriundas desses níveis. Identidade individual, identidade social, identidade coletiva e identidade organizacional compõem os principais termos apresentados para compreensão do construto, cuja investigação contribui para descrição ou caracterização identitária de forma parcial e aproximada. Importante saber que os níveis de análise são delimitados a partir dos múltiplos mundos classificados, ordenados e nominados. Com base na perspectiva psicossocial, o indivíduo constrói sua identidade a partir da classificação social, seguindo, ainda, sua lógica pessoal (assimilação, reposição ou negação).

Entendendo a identidade como processo de construção derivado das práticas humanas e interações sociais, Caldas e Wood Jr. (1997) afirmam que a identidade individual está inserida na comunidade, na cultura e nas instituições sociais, podendo, ainda, ser adquirida e perdida. Nesse sentido, os autores também denotam que a identidade individual é uma exigência imposta pelo mundo contemporâneo mais do que a expressão de valores, princípios e características centrais. A identidade individual, assim, se insere no pensamento capitalista e tende à comoditização dos sentimentos e utilização do ser humano ante as relações de poder e o ideário de consumo. “A identidade individual é frequentemente vista como um cabide de personagens,

um vazio preenchido pelo bombardeio de imagens produzidas pela cultura de massa” (CALDAS; WOOD JR., 1997, p. 15). Dessa forma, pressupõe-se que a identidade individual é fluida, correspondente ao contexto sócio cultural.

Diferentemente, o entendimento de Machado (2003, p. 55) acerca da identidade individual se expressa pela dialética entre o indivíduo e seus pares em uma noção de autonomia, uma vez que, ao olhar para o outro, esse indivíduo ainda consegue se perceber como único.

O conceito de si é, portanto, uma construção mental complexa, fruto de uma relação dialética que considera o indivíduo igual a seus pares, mas único na sua existência, na sua experiência e vivência pessoal. A igualdade e a diferença permeiam a todo o momento as tentativas de auto representação por parte dos indivíduos. (MACHADO, 2003, p. 55).

Para essa autora, na dinâmica identitária a marcação de igualdades e diferenças expressa o perigo de discrepância entre a autodeterminação e a avaliação do outro, o que leva os sujeitos a uma busca de superação subjetiva. A construção da própria identidade, assim, é um desafio permanente no sentido de encontro com um nível em que se equilibra a identidade individual e a identidade social. Carrieri, Paula e Davel (2008), corroboram de certo modo a respeito dessa perspectiva, dado que para eles a identidade individual, centrada no sujeito, se define na interação entre sua subjetividade e o meio social. A identidade social, portanto, é a dimensão de reconhecimento e legitimação da identidade individual (BERGER; LUCKMANN, 2002).

A identidade social é constituída não somente pela representação que o indivíduo faz dele mesmo no seu ambiente social, referindo-se a diferentes grupos aos quais ele pertence, mas também aos grupos de oposição, aos quais ele não pertence, pois a identidade é guiada pela necessidade do indivíduo ser no mundo, assim como pela sua necessidade de pertencer a grupos sociais. Isso ocorre porque a definição do outro e de si mesmo é largamente relacional e comparativa (MACHADO, 2003, p. 57).

Segundo a autora, uma vez que a identidade social se articula ao processo de vinculação a grupos, sistemas de categorização e performance social, pressupõe-se da identidade individual e social uma intermediação de afetividade e aversão expressa pelo relacionamento coletivo, e de cognição, pela descoberta de sentido ao mundo, às coisas e à ação (MACHADO, 2003). Baseado nessa proposição, assim como Ciampa (1994), a autora afirma que a identidade social é diretamente relacionada pela prática e pelo posicionamento mútuo entre os sujeitos. Para Carrieri, Paula e Davel (2008), a identidade social é o resultado da apreensão dos significados que são compartilhados pelos diferentes indivíduos e grupos.

Além da característica de interação subjetiva, as identidades sociais também são expressas pelos aspectos institucionais da sociedade, tais como normas, obrigações e sanções, os quais também se associam à definição de personagens e resultam na construção de papéis a serem assumidos individual e coletivamente. De acordo com a perspectiva sociológica da identidade, as pessoas tendem a “se classificar em várias categorias sociais, desempenhando variados papéis que permitem aos indivíduos se localizarem ou definirem a si mesmos como partes do ambiente social” (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008, p. 129). Nesse sentido, o conceito de identidade social abrange uma relação identitária entre os níveis individual e coletivo. Essa noção aproxima e define as identidades coletivas de acordo com os aspectos e características de determinados grupos sociais, tais como etnia, gênero, classe social, idade, etc. que, unidos pelo mesmo fundamento, procuram sua contextualização no tempo e no espaço, buscando fortalecer suas identidades (MACHADO, 2003).

Polletta e Jasper (2001) definem a identidade coletiva pela conexão cognitiva, moral e emocional do indivíduo com uma comunidade, categoria, prática ou instituição. A interação entre os indivíduos nesse espectro coletivo perpassa as demais dimensões identitárias, expressa a percepção de status e compartilhamento, caracteriza-se pela fluidez que emerge das relações com inúmeras audiências e pressupõe legitimidade por meio do seu reconhecimento cultural perante outros grupos (SOUZA, 2010). Para Mead (1962) a formação coletiva deriva da interação simbólica e de uma percepção de igualdade e diferença. De acordo com o autor, os aspectos de unicidade e coesão são estabelecidos em fronteiras peculiares ao grupo e assegurados pela atribuição de significados, sentimento de pertencimento e incorporação de valores, crenças, práticas e estilos. O grupo, assim, representa uma totalidade de referenciais ideológicos unificados, sobre os quais se emprega o espelhamento de valores culturais e a definição de estereótipos, que com efeito resultam na discriminação e exclusão.

Segundo Souza (2010), as concepções de identidade individual e social nem sempre se fazem suficientes na análise da dinâmica identitária nas organizações, uma vez que no contexto organizacional observa-se mais a pluralidade de grupos. Conforme trabalho desenvolvido por Carrieri, Paula e Davel (2008, p. 137), “a identidade organizacional, enquanto identidade coletiva, é construída a partir da interação dos indivíduos que dialeticamente interpretam, reconhecem e legitimam os agentes com os quais estabelecem suas trocas de acordo com sua subjetividade”. Não se pode afirmar a existência de uma identidade organizacional, dado que o que se percebe são identidades coletivas nas organizações, provenientes da multiplicidade de

grupos sociais. Nessa linha, o termo identidade organizacional se enquadra melhor no contexto de uma ideologia que pretende afirmar a organização como espaço de identificação para controle de subjetividades e tentativa de combate à fragmentação, decorrente do contexto pós-moderno, por meio da homogeneização da identidade (CARRIERI; PAULA; DAVEL, 2008).

Além dos níveis de análise (individual, social, coletivo, organizacional), também são reconhecidos aspetos ou elementos identitários, constituídos como componentes do mundo da vida que influenciam e marcam as identidades. Alguns aspectos/elementos: família, história, memória, crenças, valores, ideais, discursos, códigos (gírias, jargões, frases de impacto, textos), grupos de referência e rivalidade, organizações de interesse ou vínculo, religião, experiências profissionais e diversas, lugares, horários praticados, estilo musical, vestimenta (indumentária no geral), acessórios, moda, *makes*, cabelo, marcas/símbolos (tatuagens e outros), expressões e evocações diversas, lazer e entretenimento, fatos, eventos, festas, filmes, artes, literatura, esporte, referência política, alimentação, atividades em geral e práticas comuns, comportamento, gestos, representações, percepções e descrições de si, indicações de personalidade, relacionamentos (em várias instâncias, âmbitos), entre outros aspectos psicológicos, culturais, sociais, econômico/financeiros, tecnológicos, demográficos, habitacionais, etc. e demais elementos expressos, imaginários e ocultos, que referenciem símbolos, considerando, ainda, suas mudanças ao longo do tempo.

Outros três elementos analíticos contemplam a história, narrativa e memória como elementos constituintes das identidades. O estudo de Bauer (2004) sobre a construção social da identidade toma essas três categorias em uma interconexão. Segundo o autor, as definições de memória, narrativa e história

apresentam-se em um processo de interação e construção: a memória constitui a identidade, à medida que reforça por meio de lembranças a unidade e continuidade do si mesmo ou o sentimento de pertencimento a um grupo; ao mesmo tempo, ela é constituída pela identidade, uma vez que o processo de identificação agirá na seleção e configuração dos episódios a serem lembrados, reordenando-os em uma nova história. [...] Uma vez que temos vários públicos a quem estas narrativas podem servir, temos mais de uma história. (BAUER, 2004, p. 31)

Segundo Ricoeur (1991) a narrativa é uma mediação privilegiada para interpretação do autoconceito estruturado sob uma dimensão temporal da existência humana. Nessa perspectiva história e ficção se entrecruzam e o fator tempo, também relacionado à memória, pode ser visto como uma ameaça à cristalização e permanência identitária (BAUER, 2004). Segundo Bauer

(2004), a memória pode orientar uma percepção dos aspectos determinísticos e essencialistas das identidades, como se a identidade permanecesse a mesma. Para Strauss (1999) uma consciência da identidade pessoal estática é mais um reflexo próprio do que a avaliação de outrem e constitui-se como autobiográfica e não biográfica. Bauer (2004), assim, assegura que a memória é uma combinação de construção e reconstrução social que ocorre de forma fragmentada, seletiva e narrativa.

Pela narrativa apreendemos uma representação especial de si mesmo e do mundo, o que sugere uma variedade de scripts e adaptações de versões um tanto quanto significativas e consolidadas na vivência social (BAUER, 2004). Assim, as histórias são contadas, recontadas e, ainda, podem ser inventadas de acordo com as convenções individuais, coletivas e sociais disponíveis. Woodward (2003) postula que as identidades reivindicam antecedentes históricos, como apelos identitários, e fazendo isso tornam-se o que buscam. Para Hall (2003) tais apelos possuem uma eficácia discursiva, material ou política, conjugados a uma sensação de pertencimento que se faz presente no imaginário.

A discussão de níveis analíticos para compreensão identitária mais corresponde à perspectiva sociológica, pela qual a construção do autoconceito é inseparável da noção de outro (MENESES, 2009). Importante reafirmar que nas interações sociais o indivíduo não necessariamente se afasta de uma busca pela compreensão de si mesmo, de um posicionamento subjetivo ou de definições de fronteiras que possam fazê-lo preservar ou reconstruir sua identidade (MACHADO, 2003). O contato com o outro permitirá o reconhecimento identitário nos termos de representação, identificação ou diferenciação, que em contrapartida são processos que provocam marcações negativas ou positivas, segundo os construtos aceitos social e historicamente, as relações de poder, assim como sentimentos de aprovação e pertencimento ou desaprovação e exclusão. Sob todos os níveis, aspectos e elementos a identidade talvez pareça uma maquinação que resulta na elaboração de rótulos e títulos que estigmatizam os sujeitos e os separam de uma concepção do que eles realmente são. A inseparabilidade entre o que é individual, social e coletivo também pode ser expressa ou complementada pelos postulados da alteridade.

2.5 Teias da identidade – estigma social e alteridade sobre o mesmo chão

Os apontamentos teóricos referenciados esboçam um possível trajeto para a discussão sobre identidades, feito especificamente no presente estudo. A partir da pluralidade de caminhos, debrucei-me sobre a abordagem sociológica, que entende as identidades pela interação social e dialética entre o indivíduo e o outro e entre distintos grupos de indivíduos. Na compreensão sobre o tema nos estudos organizacionais vali-me da investigação que aponta as identidades sobre os prismas da multiplicidade, fluidez e autonomia, bem como do trabalho que indica a emolduração de um novo paradigma de estudo das identidades nessa linha de pesquisa, pelo qual se destacam os estudos culturais e a psicologia social.

Nessa vertente, reencontrei as nuances e trabalhei sob o prisma da identidade autônoma, no qual os sujeitos, ainda que diante da dominação, encontram formas de subsistir, sobrepor ou libertar das amarras da exclusão por meio do pertencimento a uma coletividade que preserve sua existência e contribua para que os papéis sociais sejam sobrepujados. A partir dessa compreensão tomei para o presente estudo a definição de identidade metamorfose, cujo significado preconiza a ideia de identidade em constante movimento, ainda, como uma dinâmica coletiva e autônoma de vir a ser.

Na vertente dos estudos culturais abstraí do conceito de identidade algumas características importantes, que respaldam o debate sobre a temática e permitem sua discussão, independente da consideração do sujeito fragmentado. Os aspectos que tomei, à parte de seu conceito, consideram a identidade do indivíduo um construto inacabado e sugerem que seu desenvolvimento, por meio das representações, identificações e diferenciações, não somente evoca como reforça sua conexão às relações de poder. O poder, no caso, tende a marcar os sujeitos negativamente pelas produções e reproduções das representações e papéis sociais, assim como orientar ações e reações de resistência, derivadas de uma identidade autônoma.

Por esse emaranhado de acepções, talvez divergentes, à primeira vista, tive um vislumbre de considerações acerca da problematização lançada nesse estudo. Todavia, as indicações e o avanço intuitivo deliberado antes, durante e após as interpretações do campo, assim como o processo cognitivo e a essência prevalecte do despertar para todas essas questões, me levaram a alguns ajustes teóricos, cujo cerne destaca outros dois construtos sociais adornados por concepções sociológicas, filosóficas e antropológicas. O entendimento sobre os estigmas sociais e a alteridade constituem e por ora buscam encerrar as discussões acerca das identidades.

O envolvimento de símbolos, significados e ressignificações se faz presente no contexto face-a-face da vida, fundada na interação social quotidiana. Nesse cenário, os sistemas de representações sociais constituem caminhos para a formação identitária, também vinculada a processos de identificação e diferenciação. A diferença, entretanto, tem sido abordada como marca infamante, exatamente como propõe as discussões de Goffman (1988) sobre a questão do estigma. Segundo Schilling e Miyashiro (2008, p. 250), “a essência do estigma é enfatizar a diferença e uma diferença que está, em princípio, além do conserto e que justifica uma permanente exclusão”.

Tal noção foi inicialmente concebida na idade média e referia-se às marcas corpóreas feitas para “evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1988, p. 11). O desenvolvimento conceitual desse construto, atualmente, revela situações pelas quais um indivíduo não se enquadra aos padrões normalizados pela sociedade. Os estudos se orientam sobre histórias de sujeitos com deformações físicas (deficientes físicos), psíquicas (deficientes mentais) ou de caráter (comportamentos desviantes), tanto quanto quaisquer outras características, como “um sinal visível de uma falha oculta, iniquidade ou torpeza moral proporcionando ao indivíduo um sinal de aflição ou um motivo de vergonha” (GOFFMAN, 1988 p. 12).

De acordo com a abordagem lançada por Goffman (1988), o estigma resulta de um tipo de ligação entre atributo e estereótipo, estabelecida nas relações interpessoais e interações sociais, sobre a qual se tem uma avaliação negativa do atributo por um grande número de pessoas. Na concepção do autor, os meios de categorizar as pessoas são estabelecidos pela sociedade na classificação de atributos considerados comuns ou naturais, sobre os quais são deliberadas expectativas e normas de conduta. Segundo Schilling e Miyashiro (2008, p. 249), “o que determina se uma condição é estigmatizante ou não é a representação que possui no contexto das relações e dos diferentes grupos nos quais o indivíduo estigmatizado circula e mantém relações”.

Nessa compreensão, o autor denota as dimensões da identidade social virtual, quando se atribui às pessoas uma categorização; e identidade social real, que se refere à categoria e aos atributos que o indivíduo possui na realidade (GOFFMAN, 1988). A observação dos atributos da identidade real quando não se articulam à identidade virtual gera a discriminação. Ou seja, a percepção das diferenças gera representações, também conhecidos pelos estereótipos ou

rótulos, os quais, ao serem marcados negativamente, instituem um estigma e, conseqüentemente, preconceitos, exclusões e discriminações.

No desenvolvimento dessa abordagem Goffman (1988) também discute as condições de estigmatização nas relações sociais, por meio das explicações sobre os sujeitos desacreditáveis e desacreditados. O indivíduo é desacreditável se há um distanciamento entre a identidade real e a identidade virtual, quer dizer que não há uma percepção do estigma de imediato, somente uma potencialidade a ser confirmada após um contato. Diferentemente, o indivíduo que tem o estigma estampado, perceptível de imediato, é o desacreditado, considerado socialmente com menos valor ou incapaz de corresponder às normatizações (GOFFMAN, 1988). O problema dessas condições está, sobretudo, na assimilação, ou seja, na apropriação do auto conceito, como se as distinções fossem realmente da maneira como são representadas pelas construções sociais.

Schilling e Miyashiro (2008, p. 246), chamando a atenção para a permanência e reatualização do estigma na atualidade, discutem a questão da diferença e do preconceito por dois ângulos.

se por um lado, a todo instante, presenciamos a tentativa de apagar, naturalizar ou mesmo neutralizar as supostas marcas distintivas que, de certa forma, funcionam ou funcionavam para distribuir territórios, os raios de ação, os direitos e deveres dos indivíduos, por outro lado, observamos na mesma medida o movimento inverso que se materializa na exigência de um posicionamento demarcado, a explicitação das concepções, da opção política, sexual, etc. Qual é a sua “tribo”? Qual é o seu “estilo”? Qual será a sua “loucura”? Seu “diagnóstico”? A definição prévia ao contato com o outro em que se tenta determinar “de que lado você está”, “quem você é”, aparece como exigência na contemporaneidade, aspecto que acaba fortalecendo algo que esse mesmo discurso tenta eliminar: o estigma e o preconceito.

Para essas autoras, a situação se agrava quando, além das marcações das diferenças, tem-se a imposição ou exigência de posicionamentos entre os possíveis âmbitos demarcados, o que somente reproduz e reforça o mesmo discurso de negação e aversão socialmente produzido. É como se, para refutar a exclusão, os indivíduos precisassem se incluir de algum modo a alguma categoria, ainda que essa inserção pareça invasiva ou perversa.

Os preceitos formulados por Goffman (1988) revelam que a diferença, tratada como estigma, atrela-se às leituras feitas a partir das classificações sociais e suas semânticas afetivas, emocionais, intelectuais e culturais. A atribuição da diferença de modo estigmatizado orienta impedimentos de integração e aceitação social, coletiva ou até individual, a partir do momento

que os sujeitos aprisionam-se nas redes e barreiras ligadas à ausência de condições igualitárias de desenvolvimento. Sobre esse cenário, a diferença provoca estranheza, desorganiza, mobiliza, foge do que é esperado e reforça a hegemonia do emocional sobre o racional, como pressuposto por Amaral (1995) nos estudos sobre sujeitos com deficiência.

Tendo em vista a base do conceito definido por Goffman, discuto o que entendo por estigmatização de atributos considerados desviantes ou fora dos padrões de conduta social. O trabalho desse autor é claro no esclarecimento da relação do estigma com a questão do desvio e do comportamento desviante, termos utilizados para uma discussão crítica sobre as categorias criadas e estudadas pelos sociólogos. As definições sociológicas acerca do desviante consideram que esse tipo de pessoa é menos desejável, inferior, ruim ou perigoso (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008). O conceito implica a inferioridade do caráter ou fraqueza moral do indivíduo que porta a marca desse tipo de estigma, atribuído pelos demais membros da sociedade e operador das funções que predeterminam a conduta do sujeito. Para Goffman (1988), porém, o conceito é aplicado em quaisquer grupos de indivíduos que compartilhem valores e normas e que entre os quais também se tem um membro não aderente.

Começando com a noção muito geral de um grupo de indivíduos que compartilham alguns valores e aderem a um conjunto de normas sociais referentes à conduta e a atributos pessoais, pode-se chamar "destoante" a qualquer membro individual que não adere às normas, e denominar "desvio" a sua peculiaridade (GOFFMAN, 1988, p. 118).

O estigma, nesse sentido, refere-se à ideia de normalidade e desvio, sem, contudo, ser discutido por esse autor de forma negativa, uma vez que a normalidade é construída socialmente e a ela o autor confere suas críticas. O autor afirma que a sociedade de "normais" constrói o estigma e dele se apodera como ideologia para explicar a inferioridade dos desviantes e controlar o perigo que tais indivíduos representam.

Outros autores e autoras desenvolveram seus preceitos sobre a temática por meio dos postulados de Goffman e trabalharam a noção de desvio a partir do seu entendimento como forma de controle social; determinação de normas; comportamentos desviantes; e consequentes limitações das relações sociais. Entre os trabalhos, destacam-se os estudos de Link e Phelan (1986), a respeito da relação entre estigma e poder; Stafford e Scott (1986), acerca da comparação entre estigma, desvio e controle social; e Crocker e Major (1989), concernente aos estigmas sociais e seus prejuízos para a identidade pessoal de indivíduos incluídos na categoria

de desviantes. Na dimensão de estigma discutida por essas últimas, o foco de trabalho está sobre “indivíduos que, por pertencer a uma dada categoria social, são vulneráveis a serem rotulados como desviantes, são alvos de preconceito ou vítimas de discriminação [...]” (CROCKER; MAJOR, 1989, p. 609). A ideia de categorias sociais estigmatizadas sugere que outras categorias não estigmatizadas, e membros da sociedade em geral, têm contra aquelas atitudes negativas, estereotipadas, além de credices, preconceitos e discriminações desproporcionais.

Uma vez que o estigma é tratado como sinônimo de desvio à normalidade (STAFFORD; SCOTT, 1986), a questão torna-se um problema social e uma demanda de ações de controle tanto por parte da sociedade como de políticas públicas governamentais. Melo (2000) denota que os sistemas sociais tendem a anular a individualidade e determinar o modelo que interessa para manter o padrão de poder, invalidando tudo e todos que rompem com o ordenamento estabelecido. Em se tratando do desvio de conduta ou caráter, o não cumprimento das normas é a condição para estigmatização e reforço das diferenças, e as orientações legais e políticas públicas de criminalização o meio pelo qual o combate aos desviantes pode ser estabelecido.

De acordo com Link e Phelan (2001), as situações de poder permitem casos simultâneas de elementos de rotulação, perda de status e discriminação. Para Siqueira e Cardoso (2011, p. 92),

Os rótulos sociais propiciam a existência e uma separação delimitada de dois grupos: nós e eles. O “nós” se caracteriza por todos os valores que constroem a visão de um ser humano “normal” expressada pela ideologia dominante da sociedade. O “eles” é caracterizado pelas pessoas que são diferentes do “nós”, e, portanto, são as rotuladas negativamente.

Nesses processos outras consequências negativas são somadas aos indivíduos considerados desviantes, como uma colocação mais baixa na hierarquia social, da qual se pode abstrair rótulos e efeitos indesejáveis, assim como a redução de oportunidades. O poder de marcar identidades e diferenças, portanto, constitui-se elemento essencial para elucidação de um estigma social. Link e Phelan (2001, p. 367) asseveram que

estigmatização é uma condição totalmente incerta de acesso ao poder social, econômico e político, o que permite a identificação das diferenças, a construção de estereótipos, a separação de pessoas rotuladas dentro de uma categoria, o desaprovar, a rejeição, a exclusão e a discriminação.

A prática de estigmatização do Brasil é muito vívida, bem mais que estudos que lhe dirigem investigações a respeito (SIQUEIRA; CARDOSO, 2011). Segundo esses autores, a reflexão

sobre quem e onde os estigmas são determinados engloba tendências morais e intelectuais, além da estrutura cultural do momento histórico vivido no país. Essa percepção também orienta as separações entre quem tem o poder, considerado prestígio, riqueza ou habilidade de manter o controle social sobre alguém com menos poder (STAFFORD; SCOTT, 1986) ou sobre os indivíduos diferentes ou, ainda, estigmatizados. O poder, assim, é o pressuposto histórico, cultural e social para o estigma no olhar sobre as diferenças.

Acredito, entretanto, que a diferença (não mediada pelas relações de poder) torna possível o diálogo e a experiência intersubjetiva em aproximação com a concepção de alteridade. Estigma, autonomia, diferença e alteridade são construtos que se relacionam na compreensão das identidades, principalmente, devido às interações sociais e relações interpessoais, assim como pelos sistemas socioculturais de representação; e, sobretudo, por causa da dialética entre “eu” e “não eu”, isto é, o indivíduo e o outro. No conjunto das questões que me fizeram pensar, observar e analisar as características da dinâmica urbana, conjuguei as identidades às concepções filosóficas e antropológicas de alteridade, elucidando a questão do outro, ou dos outros, na tentativa de fazê-la ocupar, por menos, um passo ou vislumbre de renovação, transformação e justiça social, ou, mais simplesmente, uma reflexão acerca de quem é o outro ou quem são os outros atores sociais e edificadores da dinâmica urbana.

Tais questões se defrontam com os limiares interpretados nos discursos sociais e no contexto urbano atual: Tratam, talvez, de um outro ou de outros estigmatizados? Abordam um outro ou outros que, por acaso, produzem e reproduzem os sistemas de representações e, juntamente com eles, o preconceito, a discriminação e as injustiças sociais? Reverenciam outros engajados em causas coletivas, também ligadas ao bem comum ou a interesses de minorias, quem sabe? Abrangem outros, que tomam para si o poder de organizar e, ainda, resistir à organização e, assim, criar novos modos de se fazer? As questões do outro e dos outros são, portanto, centrais na discussão das interações sociais pela dialética das diferenças entre o “eu” e o “não eu”, construídas social e historicamente. A alteridade, assim, faz-se complementar e interdependente à identidade.

Etimologicamente, alteridade, ou outridade, significa ser outro. A palavra, derivada do latim *alter*, também expressa, simbolicamente, a constituição do eu em relação ao outro, ou o colocar-se no lugar do outro. Filosoficamente, remete à relação de oposição entre o sujeito pensante (o “eu”) e o objeto pensado (o não “eu”) (ABBAGNAMO, 2007). Antropologicamente, reflete

que a existência do “eu-individual” só é permitida mediante o contato com o “outro”. Em uma compreensão objetiva da relação identidade/alteridade, essa corresponde às atribuições do “eu” em relação ao “outro”, ou vice-versa, enquanto aquela, às características atribuídas ao “eu”.

Emanuel Lévinas, o filósofo da alteridade, a conceitua como a capacidade de colocar o outro no lugar do ser. O que quer dizer que o “eu” não faz frente ao “outro”, mas sim os “outros” continuamente frente ao “eu” (LÉVINAS, 1997). A visão desse autor sobrepõe-se ao outro como simples objeto de contemplação na reflexão do sujeito sobre si mesmo. Lévinas (1997) inverte tal concepção e a expressa de forma mais complexa, e talvez mais sublime, ao contrapor o entendimento filosófico geral de que um indivíduo deve tratar o outro como gostaria de ser tratado. Para o autor, ao invés de o indivíduo agir frente ao outro dessa maneira, um tanto quanto corriqueira e sobre a qual se pressupõe certa universalidade, a descoberta do outro é que atribui a conduta adequada ao eu. A proposta de que o indivíduo é livre por meio da segurança de liberdade também conferida aos outros substitui a máxima “a minha liberdade termina quando começa a liberdade dos outros”, que diante da ética da alteridade deixa de ter sentido. De acordo com Souza (2001), a responsabilidade pelo outro significa responsabilidade por si mesmo enquanto negação da neutralidade. Nesse sentido, a base de uma co-presença ética está na relação responsiva e dialógica entre identidade e alteridade (LÉVINAS, 1997).

A obra de Lévinas diferencia-se das tradições filosóficas ao destacar a questão da ética e da alteridade na constituição subjetiva e nas relações intersubjetivas. Coelho-Junior (2008, p. 213), evidencia que o outro, concreto e singular, proposto por Lévinas, precede o sujeito, o que implica num certo deslocamento ou cisão na experiência subjetiva. A ética, nesse sentido, emerge “como o permanente reconhecimento do outro, que nos antecede e faz com que sejamos alguém”. Relaciono essa concepção de ser outro antes de ser uno como um modo alternativo para superação das tipificações e papéis sociais, assim como proposto pelo prisma da autonomia e as possibilidades de negação decorrentes da compreensão de identidade metamorfose.

De acordo com Lévinas (1997), a alteridade precede a identidade, sem, contudo, lhe excluir, e, sobretudo, proporciona uma relação de interdependência e complementariedade, somente capaz de ser alcançada por um ser autônomo. Isto é, antes de vir a ser tenho em mim o reflexo do outro, mas o meu anseio por ser um com o outro me liberta de quaisquer prisões ou invasões decorrentes desse espelhamento. A ética tratada por Lévinas vai de encontro ao “outro” e é filosofia primeira para o “eu” (COELHO-JUNIOR, 2008). Desse modo, rompe-se com um

possível autonomismo ou individualismo que sobrepujaria a visão coletiva, situação comum hodiernamente.

Outras questões expõem pontos de reflexão sobre a aproximação dessas duas temáticas e sugerem que o entendimento dessa relação somente se faz dentro de um contexto de sentido social, expresso pelo conjunto das relações simbólicas e institucionais, vividas entre uns e outros inseridos em uma coletividade que permite certo tipo de identificação (AUGÉ, 1999). Perante as perspectivas antropológicas, identidade e alteridade também são interdependentes e complementares, tal como se expressa nas duas versões postuladas por Augé (1999), cujas visões do outro: variam, conforme as pessoas ou as épocas, e conectam-se à uma orientação e ao sentido de família ou coletividade; ainda, revelam um sujeito do sentido, também confrontado com as evidências de sentidos elaborados por outros indivíduos ou coletividades. Dito de outro modo, a visão antropológica do outro não é permanente e acabada e está diretamente relacionada a uma noção de coletividade e sentido coletivo, que se faz por um sujeito coletivo orientado pela dialética eu/outro, além das interações sociais.

Ainda segundo a abordagem antropológica, a identidade não se forma somente pelo conhecimento, aceitação e relevo dos aspectos específicos. O contraste entre as características pessoais e as percepções que se fazem sobre o outro é, sobretudo, recurso para desenvolvimento identitário. De acordo com Oliveira (2003, p. 137), “a falta de convívio pacífico com o diferente, o outro, o estrangeiro, o ‘não nós’ e a não aceitação de seu direito a uma identidade própria estaria na raiz dos confrontos”. Nesse sentido, o processo distorcido entre identidade e alteridade está diretamente relacionado à percepção de diferença, que pode duplamente culminar no preconceito e estigmatização.

Nesse esteio, um questionamento torna-se adequado à análise das interações sociais entre os sujeitos. A consciência de categorizações acerca dos indivíduos e suas diferenças ou estigmas é uma das principais bases dos estudos culturais. Todavia, há de ser considerado que os sujeitos socialmente inferiorizados também conferem suas representações depreciativas daqueles que julgam opositores de suas diferenças. Em outras palavras, a capacidade de ressignificação, autonomia e negação de um estereótipo não são os únicos modos de reagir aos atributos negativos provenientes dos processos de estigmatização. A resistência também se dá pela marcação inversa, nas quais os sujeitos “normais” são marcados negativamente pelos “desviantes”. Não se trata tanto de estigma quanto de separação e outra via de preconceito.

De acordo com Fernandes (2006), os indivíduos são seres distintos uns dos outros e buscam situar suas identidades a partir dessa distinção, o que não deveria implicar nenhum tipo de discriminação ou exclusão das diferenças. Para a autora, a diferença é uma característica comum, se considerada no conjunto da espécie humana. “O outro é aquele que altera o mesmo pela sua distinção, essa alteração é um movimento de enriquecimento do contexto geral no qual todos fazem parte. Um contexto que é transformado e movimentado no desenrolar da diversidade” (FERNANDES, 2006, p. 4). Nesse sentido, o reconhecimento da alteridade deve ser mais uma cognição cultural, ética e humana, do que um sentimento e consentimento de inferioridade e superioridade ou, ainda, de tolerância ou desrespeito ao outro e suas diferenças. Uma orientação para o convívio ativo e frutífero com aqueles diferentes ao eu é uma condição indispensável para que a sociedade caminhe em segurança e justiça social (OLIVEIRA, 2003).

Skliar (2003) expressa uma discussão importante acerca da alteridade, ao indicar duas dimensões do outro. A primeira constitui-se de um “outro” próximo e a segunda de outro “outro”. O autor observa essa diferença no conceito de alteridade radical defendido por Baudrillard, sobre o qual se abstrai a existência do próximo – esse que não é eu, esse que é diferente de mim, mas que posso compreender, ver e assimilar – e também o outro radical, (in)assimilável, incompreensível e inclusive impensável. Para aquele autor, então, a ideia do “outro”, distante, pode ser pensada como exterioridade, enquanto algo que o indivíduo não é; já na noção do “outro”, próximo, tem-se a reflexão de interioridade, como algo que o indivíduo pode ser. Nesse sentido, até mesmo na alteridade o pensamento moderno contemporâneo alcançou novas separações e formas de exclusão.

A proposição de alteridade que emolduro vai de encontro ao reconhecimento de si pela possibilidade de se colocar no lugar do outro, como postulado por Lévinas. Entendo que esse é um pensamento apropriado para a problematização engendrada junto às temáticas e aos sujeitos de pesquisa, cujas considerações podem agregar novas cognições. Todavia, me questiono sobre a possibilidade de aproximação de todas os conhecimentos provenientes das temáticas referenciadas, principalmente, a identidade sob o prisma da autonomia e a alteridade. Seria possível trabalhar esses dois construtos de forma complementar? Debruço-me a uma presumível explicação.

A identidade autônoma que se tem como referência, conforme discussão de Carrieri, Paula e Davel (2008) e as descrições de identidade psicossocial postuladas por Ciampa (1993; 1994),

remetem à constituição de um sujeito, cuja subjetividade possa se sobrepor aos sistemas de dominação e relações de poder conexas pela assimilação das representações, apreensão das diferenças e decorrentes estigmas sociais (GOFFMAN, 1988), conforme as discussões decorrentes da identidade na perspectiva dos estudos culturais (HALL, 2003; 2005; SILVA, 2003; WOODWARD, 2003). Os processos de assimilação, reposição e negação, ou ainda, as identificações e diferenciações, referem-se à ruptura ou ligação com os papéis e representações sociais. A ideia de participação em uma coletividade sustenta no cerne dessa noção à outridade, que não é eximida, uma vez que a dialética eu/outro e a essência da interação social e intersubjetiva, também estão presentes. A alteridade, sob os postulados da ética de Lévinas (1997), condiz com a identidade autônoma, ao passo que almeja ser em relação ao outro. A relação alteritária, assim, permite o exercício dialético e o estabelecimento de uma relação construtiva com os diferentes, na medida em que haja oportunidades de aprendizado com o que é socialmente concebido como contrário.

De forma mais simples, entendo que a **identidade psicossocial**, autônoma, em constates metamorfoses vividas ao longo da vida, não é independente, pois ainda é dialógica e interacionista e compreende um **vir a ser**. A discussão do **estigma social** encena a noção da diferença e do poder, como uma crítica pelo anseio de **poder ser diferente** diante uns e outros, iguais ou diferentes. O resgate da **alteridade**, assim, busca a expressão de possível encaixe, como um **ser e vir a ser igual ou diferente com o outro, também igual ou diferente**. Por essa compreensão integrada, e tanto quanto multiparadigmática, tenho a concepção de identidade, autonomia, diferença, poder, estigma e alteridade em interdependência e complementariedade. Por essa apreensão discuto a relação dialética da abordagem sociológica entre eu/outro e nós/outros.

3 LUGAR EM PERSPECTIVA

3.1 As diferentes acepções de lugar – globalização e experiência

Muitas são as acepções e locuções sobre a palavra lugar na geografia. A palavra originalmente provém do grego *tópos*, particularizada em alguns estudos por topo, como os estudos sobre topografia⁹, os quais revelam as descrições de lugares. As derivações do seu significado nem sempre refletem sua real importância, ao passo que indicam uma conotação genérica e superficial dos sentidos da palavra e recorre a termos, tais como local, espaço, território e paisagem de forma similar ou equivalente (CABRAL, 2007). Essas terminologias expressam níveis de abstração e possibilidades analíticas diversas e complementares, muito embora não demonstrem um sentido único e definitivo. A tendência de generalização reduz o valor e o reconhecimento de que cada um desses termos deve ser utilizado para identificar e interpretar noções distintas da realidade socioespacial (CABRAL, 2007).

A reflexão sobre o lugar pode ser um recurso analítico necessário para à compreensão das novas configurações do mundo contemporâneo (CABRAL, 2007). Com base nessa proposição, novas interpretações tentam compreender o lugar como uma influência direta no cotidiano do ser humano (RELPH, 1980; TUAN, 1980; 1983), como um potencial de questionamento e complementação das definições mais tradicionais (BARTOLY, 2011; FERREIRA, 2000) e explicação para muitos fatos aparentemente opostos e paradoxais (MENEZES, 2000). Pensar as sociedades e organizações em proximidade dessa temática é um desafio para os estudos organizacionais que, por meio de reposicionamentos dos conceitos provenientes da geografia, deve buscar o desenvolvimento de trabalhos que contribuam para melhor compreensão das suas relações no contexto das organizações.

⁹ Na presente pesquisa não objetivei analisar os lugares segundo a ciência topográfica, pela qual se pretende a descrição de um lugar pelo estudo dos acidentes geográficos, situações, superfícies, localizações na Terra, junto a outros corpos astronômicos, para determinações de medidas de área, perímetro, orientação, variações de relevo ou representação gráfica; considerada um instrumento importante, a topografia se aplica a pequenas áreas e também é utilizada para caracterização de intensidades sísmicas (LOCH; CORDINI, 2000). A topografia que por ora me aproprio se aplica como termo linguístico geral que faz referência às descrições dos lugares de pesquisa, segundo as categorias topofílicas, topofóbicas, topocídicas e demais discussões que aproximam os temas identidade e lugar, como os sociais, físicos e autobiográficos, incluindo nuances históricas.

Na teoria organizacional, o lugar foi abordado por Spink (2001) como um horizonte de ligações e produção de sentidos. A temática demonstra um potencial de compreensão para a análise do fenômeno organizacional, embora tão pouco seja explorada por outros estudiosos dessa vertente da área de Administração. Nessa abordagem, frequentemente se vê estudos que tratam o lugar de modo instrumental, por meio da noção de local como elemento constitutivo de uma simples hierarquização de espaços (local, regional, nacional, global), o qual reifica seu significado, colocando-o em segundo plano ou em uma simples lógica de ordenação de espaço, sempre subordinado a algo maior (SPINK, 2001).

Talvez, essa constituição seja proveniente das concepções geográficas mais tradicionais que, geralmente, tratam o lugar como referência locacional. Segundo Holzer (1999) e Bartoly (2011), o conceito empregado tradicionalmente, geralmente, é tratado como um substantivo comum ou uma simples palavra, sinônimo de local. Todavia, lugar e local têm conotações diferentes e, segundo Spink (2001), há muitos lugares em um único local. De acordo com Relph (1980), o lugar é culturalmente definido; já o local é uma qualidade incidental do lugar. Para esse autor, o lugar não é só o onde, ele contém o local, mas vai muito além. A fim de evitar a reificação do termo, considero, assim como Spink (2001, p. 17) que “[...] um lugar leva a outro. Todo e tudo se encontram no lugar”. Ainda, segundo Santos (2002), para apreender uma nova realidade do conceito é preciso ir além de um tratamento localista, dado que o mundo está em toda parte.

A compreensão de Santos (2002) sobre o local a partir de uma referência global amplia uma visão simplista do lugar como localização. Bartoly (2011) explica as diferentes correntes de pensamento que estudam o lugar no campo da geografia e defende que há uma sobreposição entre os próprios conceitos de lugar, além de uma confusão entre o termo e as demais categorias espaciais. Para esse autor, existem alguns aspectos do lugar em aproximação da realidade global que somente podem ser considerados na expressão de uma realidade maior e externa, a qual permite sua individualização e diferenciação dos demais lugares. Essa observação constitui uma visão diferente do lugar e o singulariza, ainda que o mesmo seja a expressão da influência global no local.

Há, assim, uma necessidade de entender o lugar a partir da importância do processo de globalização como perspectiva. Segundo Menezes (2000), a hegemonia capitalista e a globalização são bons pontos de partida para estudar as dinâmicas socioespaciais. Para Santos

(1988), a globalização tem sido posta como pano de fundo e base das reflexões sobre as articulações sociais. A lógica relativiza e combina discussões opostas e paradoxais, como o debate entre o global e o local em uma articulação das racionalidades externa e interna. A relação entre o local e o global, segundo Menezes (2000), é mais compreendida na sua conexão com o lugar, que nesse ângulo é o *locus* de observação dos fenômenos que constituem a realidade. De acordo com Santos (2002), o sentido de lugar ligado à dialética global/local não pode ser considerado como passivo, mas globalmente ativo, sendo assim socialmente construído. Ao defender a articulação do local ao global, Menezes (2000) indica a importância das transformações ou remodelações espaciais e consequente alteração da percepção dos lugares. Para o autor, existe uma contiguidade e complementaridade entre essas duas dimensões e é nesse sentido que a expressão global se singulariza no local, representando mais uma esfera objetiva e material.

Ainda sobre o conceito de lugar, existe uma confusão entre suas definições e as noções de espaço, o qual se define por suas características físicas, concretas, materiais e substantivas; preocupa-se com a lógica de distribuição dos objetos, bem como com as ações sociais. Para Santos (2002), o espaço trata de sistemas de objetos e ações, sendo constituído de formas e conteúdos que só existem em relação aos usos e significados que lhes são atribuídos. Corroborando essa visão, Cabral (2007, p. 145) defende que “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas sua organização e sentido são produtos da transformação e experiência sociais”. Nesse sentido, afastando a semelhança entre as duas definições, Tuan (1983, p. 6) afirma que “o espaço transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

Para Bartoly (2011), a noção errônea provém do aspecto dimensional, sobre o qual o lugar é considerado um espaço menor, restrito a alguns indivíduos. Isso também remete ao sentido cartográfico do termo, ligado à posição de alguém no espaço, e à pressuposição de escalas. Segundo Bartoly (2011, p. 71),

ao partirmos do pressuposto de que o conceito de lugar se define e/ou trata, necessariamente, de fenômenos em pequena escala, restringimos suas possibilidades de reflexão e aplicação. Ao mesmo tempo, também estamos considerando que a subjetividade e a capacidade de envolvimento do indivíduo com determinada porção do espaço possui uma variação mínima em termos de amplitude, como se conseguíssemos medir a intensidade escalar desses sentimentos, como se todos apreendessem e conhecessem seu “espaço vivido” da mesma forma, como se a

identidade e o sentido do lugar não fossem parte de uma relação mutável, estabelecida especialmente pela intencionalidade do indivíduo.

Essa seria uma conotação que aproxima o lugar da compreensão de experiências, sentido, conhecimento e identidade. O espaço indiferenciado passa a ser lugar por meio da experiência, do reconhecimento de referenciais de localização e da vivência com o outro; a construção de lembranças e significados e a sensação de pertencimento acontecem independentes do tamanho da área, mas pode se relacionar à rua, ao bairro, ao estado ou à nação (BARTOLY 2011). Assim, o lugar é concebido quando o espaço se torna familiar (TUAN, 1983), sendo uma dimensão relativa para cada indivíduo, que determina sua medida do espaço de acordo com seus referenciais, sua vivência e experiência. As identificações, sensações e os reconhecimentos espaciais produzem lugares com diferentes escalas, mas conservam o cerne do conceito (RELPH, 1980).

Da mesma forma que espaço e lugar são definições próximas com significados diferenciados, os significados de lugar, paisagem e território podem indicar o mesmo desvio em suas conotações. A paisagem se constitui em uma maneira de compor, ver e harmonizar o mundo externo; é uma unidade visual; uma cena limitada apreendida pelo olhar (COSGROVE, 2004). Segundo esse autor, o processo perceptivo que captura uma paisagem não se limita à visão, mas organiza e também atribui sentido à imagem, significando-a e construindo-a em uma multiplicidade de leituras individuais e coletivas. Em proximidade ao lugar, o significado de paisagem demonstra sua limitação a uma dada cena, não constituindo necessariamente um lugar, mesmo sendo dotada de sentido pela percepção.

O conceito de território, por sua vez, indica o uso, a produção e apropriação dos espaços pelo ser humano, refletindo, ainda, o poder e o controle sobre esses espaços. Para Raffestin (1993), o território é um espaço mobilizado, elemento decisivo para as relações de poder. De acordo com o autor, os territórios não possuem uma dimensão espacial temporal e fixa. Além dessa característica, um mesmo território pode ser ocupado simultaneamente pelos mesmos agentes. Contemporaneamente, o termo é considerado um “campo de forças, são antes teias ou redes de relações sociais projetadas no espaço do que o substrato material em si, e não há necessidade de forte enraizamento material para que se tenha território” (CABRAL, 2007, p. 152).

Em se tratando das aproximações dos termos, Cabral (2007) orienta que é preciso evitar uma conotação genérica e abstrata. Para tanto, o autor denota que o espaço deve ser analisado como

resultado de processos materiais e significação; já o lugar como compreensão da espacialidade humana em que pese às singularidades de formas, atividades, significados e valores; sobre a paisagem, o autor defende que sua análise deve passar pelos aspectos visuais ou cênicos; quanto ao território, as relações de poder referenciadas ao controle é que devem ocupar o cerne da análise. Em todas essas diferenciações, o que se destaca é a relação dos termos com a existência humana, sendo essa o fator primordial para entendimento de cada uma das categorias geográficas (CABRAL, 2007).

Voltando à discussão específica sobre os lugares, apreendo, como Spink (2001), sua ressignificação e incidência em diferentes produtos sociais com graus diferentes de intermediação ou uma teia de sentidos e de experiências. Todavia, um ambiente de generalizações, como proporcionado contemporaneamente pela globalização, implica um *continuum* de transformações da realidade e, conseqüentemente, ressignificações do lugar pelo indivíduo. Assim, uma nova realidade pressupõe novas formas de pensar o lugar e remete reflexões do conceito por meio de uma corrente mais recente que, segundo Ferreira (2000), promove uma integração das definições já desenvolvidas e, assim, abre diferentes perspectivas de avanço do conceito.

Os debates e as novas perspectivas do conceito de lugar na geografia são apresentados por Bartoly (2011), que defende a integração e complementação das dimensões já propostas e, como resultado, a definição de lugar segundo uma dimensão material e outra abstrata. A dimensão material do lugar corresponde à localização dos objetos e sua distribuição no espaço, além da sua relação com a totalidade (BARTOLY, 2011). Acerca da dimensão abstrata, o autor relata que ao lugar são atribuídos símbolos e significados pelos indivíduos, os quais dão sentido à distribuição tanto de objetos como de pessoas no espaço. Nesse sentido, também pontuo, assim como Menezes (2000), que a melhor compreensão do conceito de lugar é conferida a partir de sua perspectiva relacional, que objetiva a realidade em uma abordagem que o considera uma categoria socioespacial, com dimensões simbólicas, abstratas e concretas.

Ao referenciar os principais termos com os quais o lugar se relaciona, procurei apreender seu desenvolvimento enquanto conceito. Isso, no entanto, não se garante como consenso entre os estudiosos do tema que, por meio de diferentes correntes de pensamento, orientam o entendimento acerca do lugar de acordo com aspectos distintos, porém capazes de responder a questões e discussões mais contemporâneas, sem perder de vista o indivíduo, quem

verdadeiramente lhe confere sentido. Conhecer a complexidade de cada uma dessas abordagens se faz, então, relevante para melhor compreensão do arcabouço teórico sobre a temática e apresentação do posicionamento teórico-metodológico que se pretende adotar nesta pesquisa.

3.2 Visão moderna de lugar – teorizações e tensões entre subjetivo e objetivo

Chave para a compreensão das tensões contemporâneas, a perspectiva de lugar segundo Ferreira (2000), se aproxima de conceitos como globalização, singularidade, identidade, simbolismo, progresso e subjetividade. A relação entre o lugar e essas terminologias remonta uma teia de significados e vivências expressas pelos indivíduos e grupos. Assim, as novas concepções de lugar buscam uma compreensão que o articule às questões cruciais e o relacione a um ambiente hodiernamente fragmentado sem, contudo, desconsiderá-lo no contexto das ações e eventos sociais. A expressão da importância do lugar se vincula diretamente ao campo da geografia humana e a duas de suas principais correntes, a geografia humanista e a geografia radical, pelas quais busco uma visão moderna, discutida entre as concepções humanista e radical.

Segundo Ferreira (2000), a geografia humanista procurou na história e nas humanidades os elementos para evidenciar as individualidades, atitudes, valores e sentimentos humanos; já a geografia radical buscou respostas por meio da crítica à geografia quantitativa quanto ao *status* político global e sua incapacidade de associação de significados. A integração dos diversos conceitos dessas duas abordagens foi que gerou uma perspectiva moderna, mais realista e voltada para algumas questões cruciais na contemporaneidade.

A busca da compreensão de conceitos como globalização, singularidade, identidade, internidade, externidade, simbolismo, progresso, perda, subjetividade, interconectividade apresenta-se paralela àquela em direção à compreensão do lugar. Compreender o lugar é, deste modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação (FERREIRA, 2000, p. 81).

A base humanista da geografia teoriza o lugar a partir de três concepções básicas. Duas delas, destacadas por Tuan (1983), indicam que o lugar é um recorte afetivo proveniente da experiência, interação e atribuição de sentidos e significados pelas pessoas. Outra concepção caracteriza o lugar como fechado, íntimo e humanizado. A terceira concepção é evidenciada

por Relph (1980), que discute e corrobora da perspectiva da afetividade, experiência e simbolismo, mas fundamenta o conceito importante, também muito criticado, de deslugar.

Fundamentado pela experiência e pelas relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos nos ambientes, o lugar, de acordo com Tuan (1983), deve ser analisado a partir das experiências e interações individuais, uma vez ser nele que se articulam as vivências do espaço, ocupado com significados e sentidos, não limitado a uma imagem. Os lugares, assim entendidos, são núcleos de valores apreendidos por meio da experiência no espaço geográfico, que engloba as relações de seus residentes, assim como as vivências próprias dos que com ele não têm algum sentido de pertencimento (TUAN, 1983). A premissa da experiência é defendida por Buttimer (1985) a partir da noção de mundo vivido, que exprime uma relação existencial dos sujeitos ou grupos sociais com os lugares e, assim, refletem o sentido de pertencimento.

A importância da experiência intersubjetiva é destacada por Relph (1980), que a vê como uma expressão da identidade de lugares, embora essa não seja fixa e imutável. Para esse autor, a identidade de um lugar é desenvolvida mediante um processo que combina observação direta e expectativas de contato. Relph (1980) salienta que os lugares apenas obtêm identidade e significado por meio da intenção humana e das relações entre essa intenção e os atributos objetivos do lugar, tais como aspectos físicos e atividades desenvolvidas. Entendendo dessa forma, Ferreira (2000, p. 68), afirma que “a identidade de um lugar seria, deste modo, a expressão da adaptação, da assimilação, da acomodação e da socialização do conhecimento”. Nesse sentido, Ferreira (2000) também entende que “o lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação da nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade”.

As relações de afetividade também são elementos que constituem o lugar. Produto do envolvimento do homem com o mundo, os lugares referenciam afetividade e são carregados de sensações emotivas, conferindo aos indivíduos sentimentos de segurança, proteção e necessidade de enraizamento (RELPH, 1980). Assim, aspectos simbólicos são contemplados pela perspectiva humanista do lugar, cuja ligação acontece no nível material, social e imaginário. Segundo Ferreira (2000), o conceito de memória pessoal ou coletiva também está conexo ao lugar, seja pela paisagem, seja pelos demais elementos materiais presentes nos lugares, os quais sobrevivem por longos anos e constituem, dessa forma, a sua história. Para Buttimer (1985), a conjunção entre as dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e

biológicas resultam em lugares significados pelas pessoas por meio de interesses e intencionalidades.

Essa associação do lugar com as instâncias simbólicas pode variar, mas, segundo Relph (1980, p. 41), “é tão necessária, e talvez tão inevitável, quanto uma relação próxima com as pessoas, sem tais relações, a existência humana, embora possível, fica desprovida de grande parte de seu significado”. Tuan (1983) corrobora dessa visão, defendendo que o lugar existe em diferentes escalas, que vai desde uma poltrona até a totalidade da terra. Buttimer (1985) também entende o lugar por movimentos que o conceituam a partir da noção de lar e dos demais horizontes de alcance já experimentados, além das expectativas fora desse contexto.

Holzer (1999), entretanto, faz uma ressalva sobre esse escalonamento, salientando que compreensões desse tipo remetem à fragmentação dos lugares. Essa seria uma preocupação da geografia de base humanista, que questiona a redução dos lugares e a perda da importância de seus significados como consequência da globalização. Para Relph (1980), além da diminuição do número de lugares, a perda do sentido de lugar está vinculada a uma atitude inautêntica que o autor denominou de deslugaridade. Segundo o autor, a expressão dessa atitude estaria impossibilitando a criação e o aprofundamento dos sentidos de lugares. O deslugar, assim, seria uma maneira de designar as formas padronizadas de lugares, as quais também têm como características a repetição, uniformidade e sequência.

Essa perspectiva foi tratada por Augé (1994) como a negação do lugar. O não lugar, segundo esse autor, caracteriza lugares desvirtuados de valores como afetividades, memórias, vivências, os quais geralmente são mais difundidos na contemporaneidade. Nesse sentido, o não lugar seria o resultado da ausência de significação dos lugares e a produção de lugares onde a sensibilidade se ausenta em relação à significância do lugar. Segundo Relph (1980), lugares compreendidos dessa forma enfraquecem a identidade, dado que passam a ser significados com outros referenciais, ainda, de forma objetiva, prática e funcional e, assim, reduzem as possíveis afetividades mantidas com o espaço. O interesse econômico e funcional passa a ser destacado em detrimento de valores produzidos pela experiência das pessoas. A mudança de referenciais na significação dos lugares, para Bartoly (2011), é mais a caracterização de espaços indiferenciados do que a designação de não lugares. A indiferença aos espaços é a falta de correspondência de experiências, envolvimento e vínculo. Nas palavras do autor “se não estabelecermos nenhum vínculo, estamos falando do espaço, e não do lugar ou mesmo do não

lugar. A estes dois últimos são atribuídos valores, significados, sentidos diferenciados pela autenticidade e pela inautenticidade com que são produzidos” (BARTOLY, 2011, p. 81).

Dessa forma, independente da distância e da relação que as pessoas mantêm com um lugar, se ele possui algum significado, ele pode ser considerado um lugar. Logo, a simples produção do não lugar é uma forma de experiência que se relaciona aos símbolos, conhecimentos e às identificações que os sujeitos têm com o espaço. Entendendo dessa maneira, o lugar e o não lugar são produtos da atuação do indivíduo no espaço; da vivência afetiva e emocional estabelecida pela subjetividade; e da aplicação de sentidos e significados, positivos ou negativos, para o bem ou para o mal, portanto, morais, éticos, políticos, culturais, sociais, estéticos, etc. Para Bartoly (2011), o envolvimento de indivíduos e grupos com o ambiente é a base para a discussão sobre os lugares, ao passo que os mesmos possuem intencionalidades e são agentes do processo de percepção do espaço que, por sua vez, é resultado da interação entre sujeito e objeto.

O não lugar limita os indivíduos de manterem relações de afetividade, aversão, mudança e criação de tantos outros significados. Porém, segundo Bartoly (2011, p. 84), “o conceito não dá conta das mais variadas relações que os indivíduos podem estabelecer com um shopping ou um aeroporto”. Desse modo, apreendo que há a limitação, mas não o impedimento de significação do lugar pelos diferentes indivíduos. Toda essa perspectiva de fragmentação e indiferenciação de lugares é relativizada por alguns autores, como Buttimer (1985), que defende a variação do significado do lugar em função do interesse de vida de cada pessoa.

A perda de sentido e significado do lugar pela sociedade capitalista não é compartilhada pelos estudiosos da corrente radical. De modo oposto, nessa abordagem a globalização fomenta o reescalonamento dos lugares; a mudança de sua natureza, alcance, posição e poder (FERREIRA, 2000). A hegemonia capitalista nessa abordagem é a base para a articulação e integração do todo às partes mais remotas do mundo, influenciando a mudança na percepção dos lugares. Para Leite (1998) o lugar, segundo o ponto de vista capitalista, seria também reflexo das suas ambiguidades e dualidades, tais como centro/periferia; geral/pontual, globalização/fragmentação; homogeneidade/heterogeneidade. Carlos (2007) corrobora dessa visão afirmando que a realidade é reproduzida pela sociedade em diferentes níveis, nos quais se encontram totalidade e particularidades.

As relações sociais, dessa forma, se estendem e são determinadas pelo que é singular e fragmentado, assim como pelo que é global e universal. Nesse esteio, para alguns autores, como Santos (1988), o lugar vem ganhando importância no mundo contemporâneo e, uma vez que é considerado uma construção social, além de ser mais que uma simples localização, também é a expressão dos processos globais configurados em singularidade e heterogeneidade. Afora dessas características, o lugar, segundo a geografia radical, associa-se à visão de produto, resultante de um processo de formação histórico e cultural.

Sobre tal processo, Carlos (2007) denota as práticas e vivências cotidianas, o que, de certa forma, não afasta a concepção radical de lugar da abordagem humanista. Para essa autora, o lugar é formado pela sua história particular, se desenvolve e se realiza em função de cultura, tradição, língua e hábitos internos e externos. Ferreira (2000), também sob esse prisma, compreende o lugar como uma expressão do global, que não implica a negação da experiência, mas aponta a necessidade de um olhar sobre os processos globais que interferem na vida cotidiana. Assim, o lugar se basearia nas especificidades do local, as quais interferem no cotidiano humano, mas não são suficientemente explicadas pela base da experiência direta com o lugar. Segundo Santos (2001), os lugares têm relevante importância, uma vez que propiciam um espaço de experiência que permite a reavaliação das heranças e tradições, bem como a indagação sobre o presente e o futuro.

Esse sentido de lugar na perspectiva radical também confere importância à formação de consciências e intervenções no processo de globalização, ao passo que assume um papel de espaço de resistência concomitantemente singular e global, intrincado pelas relações sociais e valorações universais. Santos (2001) corrobora dessa visão e denota para o lugar seu papel de espaços de resistências que propiciam o surgimento de diferentes processos, mesmo acolhendo a racionalidade dominante. Interpretando essa visão, Ferreira (2000, p. 73) denota que

os lugares são o mundo e reproduzem este mundo de modos individuais e diversificados. Eles são formas singulares da totalidade-mundo e *loci* dos pobres, dos excluídos e dos marginalizados, a grande força produtora da contra-ordem, em oposição aos vetores da globalização.

Entendido dessa forma, o lugar constitui o mundo com suas relações sociais e universais e deve ser compreendido pela totalidade e realidade global, que também pode ser percebida pelas diferenças regionais (SANTOS, 1988). O autor sugere que a diferenciação dos lugares é

proporcionada pela globalização e “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (SANTOS, 1988, p. 13). Para Ferreira (2000, p. 72), “embora aparentemente similares, cada objeto está relacionado a contextos mais amplos, constituindo-se em um produto histórico singular”. A definição do lugar, por suas singularidades, é entendida pelas constantes transformações históricas (LEITE, 1998). Dessa forma, nas palavras de Santos (1988, p. 35) “já não se pode falar de contradição entre *uniqueness* e globalidade. Ambos se completam e se explicam mutuamente. O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história [...]”.

Segundo Ferreira (2000), a expressão do global na visão do lugar subjaz uma imobilidade em contraposição ao global. A definição do lugar passa a ser percebida como ponto de articulação entre a contínua construção global e a especificidade local enquanto momento (CARLOS, 2007). O lugar, assim entendido, apresenta relativa rigidez e demonstra a necessidade de entender as singularidades dos lugares presentes no global, os quais se diferem pelo seu espaço físico e pela variação das respostas humanas. Sobre a dinâmica do lugar, Santos (1988) afirma que, embora seja aparente sua força de inércia e existência, os lugares têm suas significações permanentemente alteradas. Segundo Hudson (1998, p. 934) os lugares são “resoluções temporariamente confiadas na paisagem social dinâmica [...]”. Também “os lugares não são entidades fixas permanentes e limitadas, mas temporárias, dinâmicas e (re)produzidas por meio de processos sociais” (HUDSON, 1998, p. 917). Desse modo, dele se depreende um sentido relacional que varia de acordo com diferentes representações.

Massey (2000) dá uma importante contribuição para a ideia que remete à pluralidade do lugar. O lugar não possui um sentido único compartilhado por todos, do mesmo modo que as pessoas não possuem uma identidade única. Segundo a autora, “o que dá ao lugar sua especificidade não é algum tipo de história longamente internalizada, mas o fato de que ele é construído a partir de uma constelação particular de relações sociais que se encontram e se enlaçam num *locus* particular” (MASSEY, 2000, p. 184). Por meio dessa constatação, ela defende um sentido progressivo, não autocontido, que se adapte ao momento de compreensão atual sobre o lugar. É neste sentido que a autora fala de um sentido global de lugar, que seria, portanto,

[...] momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o

lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido de lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2000, p. 184).

As expressões defendidas pela geografia humanista e pela geografia radical variam de uma relação autêntica com o espaço a uma materialização da relação global/local. Sendo considerados por alguns estudiosos conceitos conflitantes, novos esforços foram desenvolvidos para melhor abordagem sobre o lugar, os quais envolvem uma compreensão profunda e multifacetada da realidade atual (FERREIRA, 2000), e a defesa de uma ideia de lugar mediada pela perspectiva radical – atenta às relações mantidas entre capital, técnica, estrutura e lugar – e humanista – preocupada com os significados e valores atribuídos ao espaço (ENTRIKIN, 1991).

As bases para esse novo pensamento foram lançadas sobre o contraste entre as visões de mundo centrada – ligada à subjetividade – e descentrada, concernente à objetividade (ENTRIKIN, 1991). Essa corresponde às externalidades e desconsidera a compreensão contextual sobre o lugar; aquela constitui a visão interna e exige o caráter universal do lugar. Segundo Bartoly (2011, p. 69)

é justamente da tensão entre a subjetividade e a objetividade que nasce o lugar composto pela dimensão material, aquela que nos fala da localização dos objetos, de sua distribuição objetiva no espaço e da relação do lugar com a totalidade; e, pela dimensão abstrata, aquela que trata dos símbolos e dos significados que são atribuídos pelos indivíduos ao lugar e dão sentido à própria arrumação dos objetos e das pessoas nesta porção do espaço geográfico. Privilegiar apenas uma dessas dimensões nos conduzirá ou a uma perspectiva em que a importância do lugar como componente fundamental da identidade do indivíduo seja, por demais, diminuída, ou, por outro lado, a tratarmos o lugar como um fenômeno apenas abstrato, desprovido de materialidade.

A respeito dessa proposta, Entrikin (1991) faz uma ressalva, dizendo que o caráter universal tende a reduzir as particularidades dos lugares, cujas ligações nunca são alheias aos atores individuais e coletivos. Nesse sentido, o autor entende que questões cruciais sempre remetem à significação dos lugares pelos sujeitos. Assim, a mediação entre o objetivo e o subjetivo será conferida segundo um processo de descrição de lugares em estilo narrativo, que representa o mundo em relação a um sujeito e desenvolve a compreensão do lugar como o contexto das ações e eventos humanos (ENTRIKIN, 1991).

A interconexão entre as realidades objetivas e subjetivas pode ser revelada na descrição das experiências das pessoas, assim como na avaliação objetiva dos fatos da experiência. De acordo com Ferreira (2000), o estudo do lugar não deve se limitar às especificidades ou singularidades, como algo apenas construído socialmente, como propõe a abordagem radical. O autor também denota que “a ideia de lugares com limites demarcados e identidades únicas, construídas através de relações profundas e históricas, não se adapta a esta realidade” (FERREIRA, 2000, p. 75). Para o autor, hodiernamente é preciso compreender as experiências individuais por meio das narrativas coletivas e dos discursos públicos. Nesse sentido, a abordagem intermediária do subjetivo/objetivo, expressa pela narrativa, promoveria o equilíbrio das questões cruciais sobre o lugar, evitando compreendê-lo por uma única premissa.

Exposto seus sentidos e referenciais teóricos, defendo que o conceito de lugar, além de ser evidenciado como categoria socioespacial, contempla aspectos de uma dimensão abstrata, assim como de uma dimensão concreta. Presumo o lugar como produto da experiência humana, a qual se relaciona com elementos subjetivos e objetivos presentes no cotidiano da sociedade que, por sua vez, é influenciada por fatores locais e globais, o que pode resultar em fragmentação e totalização. Em face dessa exposição e segundo as abordagens referenciadas, o lugar é mais compreendido pela perspectiva moderna, a qual indica uma tensão entre subjetividade e objetividade na constituição do lugar (ENTRIKIN, 1991), assim como a coexistência de homogeneidade e heterogeneidade e características tais como pluralidade, dinamicidade e criatividade.

A importância dos sentidos e teorias sobre o lugar expressam o conhecimento do mundo da vida e lançam alicerces para a compreensão do simbolismo que está presente nessa temática. Por assim ser interpretado, entendo o lugar como categoria analítica e componente identitário dos indivíduos e grupos sociais, pelos quais também se encena a cidade como espaço de muitos lugares, por onde se desenrola a vida humana e se manifesta as expressões do mundo. Essa compreensão, todavia, não se faz exclusiva diante do atual cenário sociourbano. No bojo dos lugares, a cidade também tende a uma manifestação singular e instrumental, sem, contudo, se eximir de práticas organizativas que a representam e ressignificam segundo uma pluralidade de possibilidades, expostas por diferentes agentes e recursos, que com efeito a constituem no imaginário e na realidade. Busco, então, o aprofundamento dessa discussão sobre lugar, cidade e identidades.

3.3 Cidade – um espaço de muitos lugares

Assim como o lugar, a cidade como objeto de estudo na Administração pode concentrar-se por ângulos tradicionais e funcionalistas, ao ser entendida como campo de atuação profissional da administração pública, dado o caráter público ou coletivo, ou objeto da administração municipal e urbana (OLIVEIRA, 2001). O sentido exposto por essa área do saber, usualmente, expressa uma reificação do espaço urbano e constitui-se como tendência para nortear o *mainstream* dos estudos organizacionais sobre a cidade. Mas, afinal, o que é a cidade? Talvez, haja uma ideia clara acerca das cidades.

“O que é a cidade? Esta pergunta pode ficar no ar. Qualquer habitante da cidade sabe o que ela é, posto que ele vive na cidade e constrói no seu cotidiano o cotidiano da cidade. Mas qual seria a real dimensão desse termo tão empregado pela geografia urbana? Uma localidade definida a partir de um determinado número de habitantes? A sede de um município?” (CARLOS, 2008, p. 11).

Entretanto, afirmo uma noção obscura passível de ser compreendida pelas diferentes correntes de pensamento teórico e epistemológico dos inúmeros campos do saber científico, como o urbanismo, arquitetura, geografia, história, sociologia, antropologia e economia.

Busco um entendimento diferente para a cidade e seus muitos lugares representados, significados e subjetivados pelos distintos atores sociourbanos, que cotidianamente vivem e experienciam a realidade de forma plural. A cidade é mais um mosaico do que uma forma unânime somente entendida por uma esfera de conhecimento ou um grupo de pessoas. Por isso propicia uma instabilidade crônica, pela qual são preconizados constantes tentativas de equilíbrio por meio de reajustamentos e relativo controle, os quais implicam interações competitivas e comunicativas entre os atores das diferentes esferas de poder, hegemônico ou de resistência (SÁNCHEZ, 2001). Por mais que consiga conferir à cidade uma imagem, não conseguiria eximir desse feito a exclusão de tantas outras possibilidades de representação que derivam de suas vivências.

As discussões sobre cidade em uma visão interpretativista se associam à necessidade de novas formas de pensar a *urbes*, objeto de estudo de diferentes saberes e locus de concretização da vida e do mundo. Cada pessoa tem uma ideia sobre as cidades que perpassa a prática cotidiana e os lugares, seguindo uma lógica de conexões e relações individuais e coletivas, ligadas, ainda,

a sua historicidade, materialidade e a influências, internas e externas. Antes de ser um espaço físico, a cidade é um espaço histórico e social onde as relações humanas materializam-se pela prática intersubjetiva e no lugar. Segundo Carlos (2008), a vida cotidiana dos habitantes das cidades é concretizada em lugares produzidos com essa finalidade. Nesse sentido, o viver, que envolve os mais diversos tipos de aspectos, elementos e dimensões, se concretiza no lugar e, “assim, o lugar se liga de modo inexorável à realização da vida enquanto condição e produto das relações reais” (CARLOS, 2004, p. 47).

Entendendo a cidade como espaço de muitos lugares, busco evidenciar suas concepções pelos diferentes ângulos, interconectando aspectos identitários e topográficos às configurações organizacionais e, de certo modo, à gestão das cidades. Além disso, e, talvez, mais importante, sejam as considerações feitas sobre os fatores materiais, históricos, sociais e afetivos relacionados à cidade, assim como a configuração de diferentes práticas organizativas, que tendem a dizer mais sobre a realidade urbana do que o contexto que se evidencia por meio de sua instrumentalização e nas entre linhas do planejamento estratégico. Procuo discutir, a seguir, os eixos temáticos que relacionam a cidade à gestão; ao simbolismo apreendido no contexto das experiências identitárias com os lugares; e à configuração de práticas organizativas em seu âmbito.

3.3.1 Cidade e organização – o viés mundial e local na gestão urbana

As cidades são mais conjuntos múltiplos de ações coletivas, plenas de significados, construtoras de identidades e identificações do que conjuntos arquitetônicos, vias urbanas ou pessoas em movimento; as cidades, assim percebidas, também são constituídas de muitas unidades organizativas (FISCHER; *et al.*, 1997b). A cidade que me interessa é emergentemente explorada nos estudos organizacionais. A busca de trabalhos sobre a *urbes* nessa vertente, levou-me a um conceito que evidencia o campo social, em detrimento de outros níveis pelos quais a cidade também possa ser analisada. A noção de cidade-organização ou organização-cidade (FISCHER, 1997a; FISCHER; *et al.*, 1997b; MAC-ALLISTER, 2001; MAC-ALLISTER, 2004; SARAIVA; CARRIERI, 2012) indica sua complexidade funcional e dinamismo simbólico, ao pontuar as interações subjetivas no espaço urbano e considerar uma identidade cultural. Nesses termos a organização-cidade é uma

[...] organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, ainda que incorporando processos individuais, e, continuamente, uma cultura, e possui como resultado deste processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade. (MAC-ALLISTER, 2004, P. 175).

Com exceção da contribuição para o conceito empregado por Saraiva e Carrieri (2012), a noção de organização-cidade dirige o foco sobre a totalidade da cidade e, mesmo sem desconsiderar os aspectos individuais e culturais, aborda a questão da gestão dessa totalidade em uma perspectiva processual fragmentada, o que torna sua compreensão demasiadamente difícil de ser efetivamente alcançada. As noções de cidade organização pressupõem para a *urbes* uma condição de permanente instabilidade e crise crônica, cujo equilíbrio é adornado por constantes reajustamentos e relativo controle, que implica na influência da publicidade e da opinião pública em interação competitiva e comunicativa (MAC-ALLISTER, 2001).

Ainda que no âmbito da cidade haja uma identidade conexas aos variados signos e símbolos passíveis de serem gestados, a cidade é, sobretudo, subjetividade e, portanto, pluralidade. A cidade é mais um mosaico composto por fragmentos, é mais plural que singular, difícil de se totalizar (MAGNANI, 1996). Segundo Fischer, *et al.* (1997b), há um risco em estabelecer conceitos genéricos, absolutos e presos a regras e padrões e afastar conceitos mais específicos ou relativos, abertos a diferenciações e dinâmicos. “A cidade-organização desafia a capacidade de construir categorias ou modelos explicativos sem mutilar ou destruir significados e sentidos” (FISCHER, 1997a, p. 75).

Todavia, a tentativa de compreensão da cidade enquanto organização evidenciou, além da totalização de um objeto inerentemente fragmentado, uma lógica instrumental que se apresenta a partir dos processos de gestão da cidade. Se a cidade é uma organização, depreende-se uma perspectiva de gestão dessa organização, que, assim, prevê controle e planejamento, geralmente, instrumentalizados por modelos de planejamento e gestão urbana, orientados por ações estratégicas de uma administração pública gerencialista. O aparato de uma administração pública essencialmente gerencial manifesta a configuração de novos formatos organizacionais, observados pelas parcerias público-privadas; alianças institucionais intra e intergovernamental e, ainda, articulações trisetoriais, que nem sempre correspondem aos anseios e demandas sociais (PAES DE PAULA, 2005). A cidade referência para a gestão pública instrumental é orientada

por ações estratégicas de um gerencialismo privado, cujas “integrações” e “inovações” nem sempre alcançam a diversidade de indivíduos e coletivos.

Além disso, um novo modelo já emprega essas integrações e imprime a perspectiva da governança pública, cuja capacidade de governo se baseia na cooperação entre os diferentes atores sociais, configurados em redes organizacionais, pelas quais nem sempre se têm a solução dos problemas sociourbanos (KISSLER; HEIDEMANN, 2006). Da forma como se estabelece na administração pública gerencialista, esse modelo de gestão preconiza sinergia e multiplicidade na personalização de gestores empreendedores, que têm como função a criação de um *ethos* organizacional e identitário para a cidade (FISCHER, 1997a). Evidencia-se na gestão pública a expressão da liderança e gerência contemporâneas, por meio de prefeitos empreendedores; empreendedores públicos; gestores de projetos e programas, entre outros cargos que requerem perfis multidisciplinares.

A cidade assim governada, logo se converte em cidade estratégica (FISCHER; *et al.*, 1997b), estabelecendo organizações que mais servem aos planos e às estratégias que aos cidadãos.

Como o projeto estratégico é um instrumento de organização que deve responder às crises e aos desejos de inserção em novos espaços econômicos e culturais globais, no momento em que a cidade articula forças sociais converte-se em “cidade estratégica” e estabelece organizações a serviço de estratégias concertadas entre parceiros. (FISCHER; *et al.*, 1997b, p. 17)

Segundo essa autora, o cenário da cidade estratégica é remodelado por compromissos que unem ação social, viabilidade financeira, cooperação e publicidade; os valores estéticos e funcionais imperam e agem sobre o espaço natural e construído exigindo um núcleo de competências em múltiplos saberes técnicos e humanos, gerando novos designs, espaços competitivos e oportunidades de investimentos, sustentados por estruturas interativas, sistemas de alto desempenho e discursos de valorização da participação popular. Além disso, dois eixos desenvolvidos sob a lógica capitalista se ampliam por meio das acepções de cidade global/mundial e cidade mercadoria, determinantes de imagens-síntese e grandes projetos de revitalização urbana (SÁNCHEZ, 2001), apoiados em linhas temáticas ou pontos fortes da cidade, como os setores de turismo, história e cultura, por exemplo.

Segundo Lefebvre (2008), a estratégia global sobre a cidade é mais uma reorganização das relações de produção e dos centros de decisão do que a simples venda de espaços. Nesse sentido,

as próprias cidades são vislumbradas como produto, resultado do mercado de produção global do espaço. Para Sánchez (2001), a dinâmica de reprodução do capitalismo usa dessa estratégia global e dá margem para a construção da cidade-mercadoria, criando imagens específicas e padronizadas para comercialização das cidades. Nesse prisma, as cidades, seus lugares e sua população tendem à homogeneização das formas de pensar e agir segundo os aspectos provenientes de outros lugares do mundo, sejam eles próximos ou distantes.

Concernente ao conceito de cidade estratégica em associação à acepção de cidade global, essa toma como pano de fundo o processo de globalização, sua ênfase no capital e na empresa como motores do processo, assim como sua influência sobre a produção do espaço urbano, formulação e legitimação de políticas urbanas (SÁNCHEZ, 2001). Segundo o autor, o anseio pela inserção das cidades em novos espaços econômicos e culturais globais e a realização das necessidades impostas pelo estágio atual de produção (construção de um mercado e espaço mundial) orienta os governos, que articulados a outros atores detentores de poder legitimador e econômico, difundem um novo modelo de gestão urbana, conexo ao pensamento global, à ideologia neoliberal e demais interesses, sobre os quais interagem campos políticos e arranjos territoriais. A cidade, então, se transforma em mercadoria, inspirada na dinâmica de reprodução capitalista focada na produção do espaço, que se torna globalmente padronizado e instigado por investimentos de diversos segmentos e setores, como o mercado imobiliário e de consumo (SÁNCHEZ, 2001).

Ainda de acordo com as discussões desse autor, a compra e venda do espaço nos mercados ocorrem em escala mundial e não se limitam ao âmbito local. O que se materializa localmente, assim, pode ser observado em processos de reorganização e ressignificação do espaço, ordenados pelos governos locais por meio de processos de revitalização, reestruturação ou requalificação urbana, a partir da elaboração de imagens-síntese, cuja representação insere a *urbes* no mercado de consumo das cidades. A cidade-mercadoria é projetada e constantemente executada; também é promovida por meio de discursos representativos e políticas de city marketing, que envolvem o poder público e a mídia na reinvenção das cidades, as quais passam a ter uma conotação que segue a racionalidade econômica global e os diferenciais competitivos locais (SÁNCHEZ, 2001).

As imagens-síntese podem produzir a “identidade do lugar”, como se essa fosse única. Segundo Sánchez (2001), são ideias-força do discurso urbano dominante que se tornam armadilhas e

fetiches. As imagens-síntese oficiais, aquelas que se impõem como dominantes em cada cidade onde opera um projeto de modernização urbana definido e explicitado, não deixam margem para dúvidas ou interpretações diversas sobre a informação que veiculam; não oferecem alternativas à sua decodificação; organizam, a seu modo, a cidade, tornando-a simbolicamente eficiente, uma espécie de publicidade que concretiza o modo de reconhecê-la e avaliá-la (SÁNCHEZ, 2001). O autor denota que leituras oficiais da cidade costumam ser mostradas com aparência de objetividade, apresentando fatos sociais como inquestionáveis. Segundo essa interpretação, as imagens-síntese da cidade, aquelas às quais se atribui o poder de falar por ela, constituem-se na negação da possibilidade de existência de outras imagens e de outras leituras.

Os governos das cidades, ao operarem com imagens-sínteses, retiram dela o que lhe é politicamente essencial: a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito, de exercício da política. Os lugares adquirem qualidades materiais, mas também valores simbólicos através das atividades de representação. “Cada representação é uma verdade parcial, construída a partir de um conjunto coerente de valores e orientações” (SÁNCHEZ, 2001, p. 35). Tem-se no city marketing a orientação necessária para a definição e promulgação de tais representações. De acordo com Sánchez (2001), o marketing da cidade é um instrumento de políticas urbanas que ganha força através da representação do espaço; são importantes ferramentas de legitimação, difusão e afirmação das imagens-síntese, ao mesmo tempo em que exercem uma violência simbólica pelas vias da comunicação e do conhecimento, violência nem sempre percebida.

De acordo com Arantes, Vainer e Maricato (2000), as cidades estratégicas correspondem a uma forma ou pensamento único que não necessariamente decorrem da hegemonia global. Para os autores, a perspectiva cultural incide sobre a configuração urbana e emolduram a cidade-empresa-cultural designada pelo planejamento estratégico urbano em ações combinadas pelas agências de cooperação, instituições multilaterais e consultores internacionais, além dos representantes da gestão urbana local, cuja focalização cidadina desenrola-se sobre ações de marketing e visões culturais da cidade como espetáculo. O projeto de cidade articula-se, assim, por três pareceres:

a cidade é uma mercadoria e como tal está à venda num mercado em que outras cidades igualmente são vendidas; a cidade é uma empresa, e como tal resume-se a uma unidade de gestão e de negócios; a cidade enfim é uma pátria, entendamos uma marca com a qual devem se identificar seus usuários, cuja fidelidade ao produto,

vendido como civismo, requer algo como o exercício bonapartista do poder municipal (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p. 8)

Esse modo de pensar a *urbes* propulsiona a realidade como consenso, sobre o qual o maior deles é expresso pela questão histórica relacionada às diferenças entre as classes sociais, agora reunidas sobre as objetividades do planejamento urbano gerencial, que orienta o consumo das cidades (MARICATO, 2000). O resultado presente, todavia, não se faz diferente do passado, em que pese o crescimento exponencial da cidade ilegal, que se expande em contornos espaciais de segregação, pobreza, desigualdade e violência. Para Maricato (2000, p. 122), embora a ordem dos planejamentos urbanos se refira a todos os indivíduos, “para a cidade ilegal não há planos nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias”.

Entendendo desse modo, a cidade estratégica, formulada pelas perspectivas gerencialistas, padroniza o passado e idealiza o futuro a partir de uma visão que tenta interceptar o futuro da cidade a despeito do futuro na cidade (BARREIRA, 2003; PESAVENTO, 2007). A cidade enquanto organização ou, ainda, a noção de organização-cidade, tende a instrumentalizar a gestão da *urbes* e, nesta dimensão prática, contribui para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais (MAC-ALLISTER, 2004). Para Saraiva e Carrieri (2012, p. 7), o conceito de organização-cidade pode ser marcado por uma noção de dinâmica simbólica característica de toda e qualquer organização, uma vez que o termo se refere a “como os distintos grupos organizacionais percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes, em uma contínua corrente de significados que ocorre simultaneamente aos processos formalizados de gestão”.

Discorrer sobre a cidade enquanto objeto dos estudos organizacionais pressupõe pensá-la sob conteúdo e forma interdisciplinares, levando em conta seus resultados e processos objetivos tanto quanto o cotidiano e a experiência de construção subjetiva. Destarte, resta uma questão acerca de como orientar o pensamento sobre o futuro na cidade. Com efeito, a governabilidade deve ser fortalecida sob a égide de uma esfera pública repensada, que se relaciona com a sociedade e com o mercado com novas pautas de convivência, partilhas de poder e expressão ética, focada na realidade substantiva. Certamente, a complexidade local requer uma atenção aos aspectos singulares e plurais em cooperação entre as várias áreas do saber. Novas teorias organizacionais, desse modo, pressupõem novas teorizações sociais. Todavia, sigo com as discussões e busca por uma compreensão urbana mais ampla.

3.3.2 Cidade vivida – identidade e lugar para além do pensamento único

A discussão que cerca a cidade como espaço de muitos lugares também contempla uma visão da *urbes* por seus aspectos e elementos de ordem histórica, material, social e afetiva sob um prisma subjetivo e simbólico. Outra discussão que engendra uma perspectiva plural para a cidade faz-se em torno do entendimento da concepção de lugar segundo a geografia humana, pela qual também são analisadas as manifestações e sentimentos dos indivíduos em relação aos lugares (TUAN, 1980; 1983; PORTEOUS, 1988; AMORIM, 1996). O estudo hodierno das cidades, portanto, pode ir além de uma análise geográfica dos lugares, transpor as representações urbanísticas e alcançar o imaginário que os indivíduos têm sobre o contexto urbano.

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos (PESAVENTO, 2007, p. 11).

A cidade, nesse sentido, é resultado da ação humana na natureza ou, nas palavras de Pesavento (2007, p. 13), “um outro da natureza”. É expressa por sua materialidade que, por sua vez, também é erigida pelo homem. A cidade, em sua objetividade, revela sonhos que se vinculam a um imaginário conexo à memória e à história de seu povo (NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008). Essas duas dimensões identitárias influenciam os lugares pela vinculação aos registros de fatos, tempos, momentos, eventos, monumentos e patrimônios importantes para a cidade. De certo modo, conforme denotam Nascimento e Bittencourt (2008), têm um viés tradicional que se desenvolve de forma efetiva ao longo dos tempos no imaginário da população. Em outras palavras, tais aspectos tendem a inventar e reinventar as cidades, que também se constroem sobre fatores culturais, como a invenção de mitos e fantasias; heróis eleitos e sobrepujados; lendas recolhidas e apagadas.

Mesmo sendo um ambiente de passagem, habitação e realização dos seres humanos, a cidade é muito mais modificada, alterada e construída, que muitas vezes faz esquecer o ambiente natural por onde milhões de anos a espécie humana percorreu para chegar à civilização (BERNARDI, 2006). Pesavento (2007) revela essa compreensão de acordo com as construções imaginárias vividas pelos indivíduos na cidade ao longo dos anos.

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade (PESAVENTO, 2007, p. 17).

Como expressão simbólica da lembrança, as interpretações acerca das cidades buscam nos lugares a materialidade da dimensão subjetiva (NOGUEIRA, 2009). Pesavento (2007) destaca que pela materialidade dos traçados urbanos é que a cidade se representa de forma icônica, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil do espaço construído ou pela malha de vias que se entrecruzam em um mapa. Assim, a materialidade também é uma das formas de reconhecimento dos lugares na cidade com seus monumentos, patrimônios, elementos arquitetônicos, sociais e culturais, assim como pelo traçado de suas ruas. Contudo, toda materialidade possui uma essência subjetiva, pois conta histórias e envolve diversas representações.

As cidades são pedra, aço, ferro, vidro, barro, equipamento, traçado e por mais que também sejam representadas por sua materialidade, as cidades são vividas e podem ser lidas (PESAVENTO, 2007). Nesse sentido, formas, funções, usos, inserções e significados são elementos para decifração dos aspectos simbólicos da cidade. O entendimento das dimensões que materializam a cidade indica sua dinamicidade e multiplicidade por envolver diferentes modos de pensar e agir sobre o mundo, que, hodiernamente, é percebido de forma ampla, mas é, de fato, realizado no plano do local. A cidade, por sua vez, aproxima a vida e os lugares em contextos influenciados pela externalidade e pela especificidade interna. Nesse esteio, pelo modo de pensar e viver cidadão atual, as relações do homem com o lugar e no lugar são redefinidas, alterando também a identificação que as pessoas têm com a cidade.

Portanto, o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido. É assim, por exemplo, que a cidade – enquanto articulação de lugares – produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo, criando identificações. Este plano é aquele do local, que faz da cidade uma mediação entre as ordens próxima e distante, posto que o habitante vive a metrópole de forma fragmentar, na medida que sua vida se realiza e se define em lugares passíveis de apropriações reais, revelando trajetos e percursos, ações que se compõem numa articulação dos lugares na metrópole (CARLOS, 2004, p. 50).

É assim que as relações entre os indivíduos e grupos sociais são mantidas na cidade, e é dessa mesma forma que os mesmos sujeitos estabelecem suas relações com os diferentes lugares que

constituem a *urbes*. É na prática cotidiana que os lugares ganham sentido, é nas relações e na experiência no lugar e com o lugar que a realidade social pode ser compreendida em um múltiplo de sensações e ações, desejos e identificações. O cotidiano significa o espaço em suas práticas, enquanto os sujeitos se apropriam dele e projetam-se continuamente sobre o outro. Para Carlos (2004), essa é uma situação corriqueira, aparentemente sem sentido, mas capaz de criar laços profundos de identidades, seja entre os habitantes – “habitante/habitante”, isto é, entre as pessoas e a cidade – “habitante/lugar”.

Parafraseando o designer japonês Yohji Yamamoto no seu dito que “a identidade é uma cidade que mora dentro nós”, entendo que a constituição dos indivíduos em relação à *urbes* pode ser metaforicamente imaginada pelas ruas que se conectam, avenidas principais, ou, ainda, pelos becos desertos e esquinas históricas. Uma possível interpretação dessa metáfora estaria no entendimento de que os sujeitos exprimem aspectos identitários exponencialmente interconectados e elementos de identidade principais, mais especiais, em detrimento de outros mais esquecidos ou obscurecidos pelo tempo. Também há uma sugestão de que a distinção entre os aspectos objetivos e subjetivos de uma cidade não necessariamente corresponde à divisão ou oposição, uma vez que tais aspectos se conectam como uma rede ou um organismo vivo.

A referência feita também remete aos lugares da cidade – ruas, praças, bairros, assim como aos demais espaços vividos, apropriados pelas pessoas e significados segundo diferentes particularidades e sociabilidades. São lugares de moradia e de lazer, de comunicação e de trabalho, lugares institucionalizados, lugares da alma, lugares que aninham fenômenos que podem dizer muito sobre a realidade (VENTURINI, 2009). Nessa compreensão, os lugares revelam a complexidade da cidade em seus espaços, público e privado, individual e coletivo. Para Carlos (2004, p. 55), “o individual e coletivo se mesclam num jogo de impressões e significados múltiplos reveladores da vida na cidade, enquanto conteúdo para a vida”. Assim, a autora entende que se cidade e vida não se relacionam, determinismos são criados, reificando a prática humana sobre a cidade.

Há um mundo que se revela na cidade onde os indivíduos vivem, conhecem e reconhecem, portanto, identificam e desidentificam. Pelas sociabilidades e interações humanas contemplam-se os sujeitos, atores, personagens, grupos e classes em individualismos e movimentos coletivos, assim como em práticas de cooperação e oposição, no vivenciar de ritos e festas, comportamentos e hábitos (PESAVENTO, 2007). De acordo com essa autora, a sociabilidade

é reforçada pela população que habita a cidade e a movimenta, que também se faz presente nos diferentes lugares e, sobretudo, exprime inevitavelmente, sua diversidade. Para Santos (2002), a cidade revela o mundo e é um lugar revolucionário, de liberdade e intercâmbio, onde a criação e transmissão de conhecimentos diversos são privilegiadas. Desse modo “a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se, então, que é a cidade lugar de ebulição permanente” (SANTOS, 2002, p. 16).

Esse estado de mutação presente na cidade pode ser notado pela variedade de sentidos que lhes são atribuídos e corroborado pela heterogeneidade das formas percebidas em seu espaço. Pesavento (2007) denota esse pensamento sobre as vias das emoções, afetividade e sensibilidade para com o espaço urbano e as interpretações de seus lugares. A sensibilidade, segundo o autor, implica a atribuição de valores e significados ao mundo, que resulta na modelação e padronização de um *ethos* urbano. Assim como pela instrumentalidade empregada sobre a cidade, pelas emoções e subjetividades são produzidos discursos e imagens que por vezes representam os aspectos objetivos e sociais. Por esse sentido, a cidade é revelada na percepção de afetividades, aversões e sentimentos cotidianos e, assim, é muitas vezes mais real pela disparidade de suas interpretações do que pelo que nela há de concreto e se transmite como imagem-síntese.

Para Santos (2002), um caráter díspar do contexto urbano está sempre subordinado ao movimento global. De certa forma, desenvolvimento, expansão e modernização são aspectos da realidade global introduzidos e também interpretados no âmbito local. Pesavento (2007) denota a transformação capitalista mundial e a cidade como seu epicentro, indicando que, além dos aspectos históricos, materiais, sociais e afetivos, a cidade é também território de produção das relações capitalistas e locus do conflito de classes e oposições; é cenário da atuação estatal e da ação política no bojo dos novos movimentos sociais. Venturini (2009) discute a questão sobre a perspectiva das identidades, alertando para a ausência de autenticidade acerca dos lugares e das pessoas, uma vez que as cidades se tornam o reflexo do mundo.

Carlos (2007) defende que, mesmo num contexto que tende à homogeneização, não se elimina a distinção de aspectos das identidades e dos lugares. Pela compreensão dessa autora, constata-se, então, “áreas de poder, riqueza, de lazer, espaços nobres, vulgares, residenciais, comerciais, industriais, áreas de migrantes, conjuntos para elite [...] que se diferenciam e multiplicam simultaneamente na metrópole, hierarquizam-se formando “guetos” (CARLOS, 2007, p. 42).

A cidade, assim percebida, mantém relações com diferentes dimensões e grupos sociais, os quais lhe atribuem valor e significado, segundo os diferentes elementos e referenciais que compõem as identidades, tornando o contexto urbano específico e singular, ao mesmo tempo em que é integral e múltiplo.

Tuan (1980) discute a relação entre lugar e identidade no contexto sociourbano segundo as composições de elos afetivos. A obra desse autor é emblemática na relação entre as temáticas e surge no arcabouço científico como um neologismo, criado pelo termo topofilia, sobre o qual também se desenvolveu o termo topofobia e, posteriormente, o termo topocídio. De acordo com Tuan (1983, p. 158), o conceito de topofilia “inclui todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural [...] que diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”. A relação afetiva apresenta-se pelas experiências vinculadas à atribuição de valores e à maneira como os indivíduos apreendem os lugares, as quais variam em intensidade, observação e permanência, assim como pela apreciação estética e contatos físicos (TUAN, 1980). O autor denota que “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar”, o que pressupõe uma consciência de tempo como elemento importante para a relação de valores, histórias e vivências, pelas quais se demonstram sentimentos mais intensos ou efêmeros com os lugares (TUAN, 1983, p. 158).

Para Dionísio (2011), a análise do sentimento topofílico pressupõe um olhar sobre tradições, valores, subjetividades e intersubjetividades, sem desconsiderar a dimensão objetiva e as expressões sobre o imaginário. A invocação de um sentimento afetivo por um lugar também pressupõe diferenças nos variados níveis, aspectos e elementos da identidade, o que quer dizer que a diversidade identitária propulsionará a multiplicidade de manifestações afetivas. Assim, as lembranças do lugar, os contatos com o ambiente natural, o habitar e o mudar-se, as preferências, melhorias e alterações significativas, assim como as manifestações culturais nele existentes, constituem conteúdos que revelam o sentimento topofílico (FADINI; CARVALHO, 2006).

De outro modo, a ausência de um elo afetivo ou de familiaridade das pessoas com os lugares pode gerar o desprezo, a repulsão e a aversão. Esses sentimentos, segundo Amorim (1996), tendem a ser gerados a partir de percepções estéticas e relações desagradáveis aos sujeitos, que, assim, tendem a desenvolver desconfortos e medos. A definição dessas percepções em relação aos lugares é proposta por Tuan (1980) como topofobia. Fadini e Carvalho (2006) denotam que

as experiências e vivências que as pessoas possuem com os lugares em que constroem continuamente seu cotidiano, afinidades, memórias e amizades devem ser respeitadas na adoção de medidas e ações de transformação dos lugares. Para Amorim (1996), os processos que constituem a degradação ou aniquilação contínua e deliberada de lugares correspondem à concepção de topocídio, trabalhada por Porteous (1988) na ênfase sobre as ações simbólicas de transformação dos lugares ou sobre processos de desaparecimento definitivo de lugares e paisagens constituídos de sentimentos topofílicos.

Na mesma abordagem de investigação das relações entre lugar e identidade também foram desenvolvidos os estudos de Rowles (1980; 1983), que explora, especificamente, o fenômeno da ligação ao lugar na velhice. Nas investigações desse autor, foram delimitadas três dimensões de análise que discutem o apego social, físico e psicológico, ou autobiográfico, das pessoas aos lugares. Os argumentos acerca da dimensão social consideram que a relação com o lugar é expressa pelas intimidades e familiaridades desenvolvidas no tecido social da comunidade em que os sujeitos estão inseridos. As práticas de apoio conferidas aos indivíduos no ambiente coletivo também são relevantes nessa dimensão. Todavia, segundo Rowles (1983), mais importante é a integração social, que permite a transmissão de status e sentimento de pertença.

Acerca da dimensão física o estudo destaca a consciência dos aspectos gerais e específicos dos lugares. Para Rowles (1980), o senso de lugar pela configuração física pressupõe a prática cotidiana que os indivíduos mantêm, além de lembranças rotineiras sobre seus fatores estruturais e percepções estéticas, as quais influenciam nas relações entre os sujeitos e elementos da paisagem urbana. A dimensão autobiográfica, por sua vez, contempla não somente a relação com o lugar no presente, mas também uma série de lembranças dos lugares, sobre os quais o cenário contemporâneo remete a uma apreensão identitária remanescente e bucólica (ROWLES, 1983). O autor denota que as manifestações sociais, físicas e autobiográficas podem ser diversas e ao mesmo tempo intensas, dado que os lugares tornam-se como extensões de si mesmo.

Mourão e Cavalcante (2006) denotam do processo de construção do lugar e da identidade a reinvenção das cidades. No cotidiano de concretização da vida, na complexidade das transformações globais, nas práticas dos indivíduos e grupos sociais, assim como na materialidade observada em seus lugares, a cidade revela o fenômeno urbano, passando a ser considerada como problema e objeto de reflexão interdisciplinar. A cidade que se tem como

referência é, portanto, um espaço com múltiplos lugares, que muitas vezes, frente à instrumentalização e hierarquização das áreas formadas, articula, inclui e exclui os diferentes tipos de fluxos e fenômenos, materiais e imateriais. Todavia, por meio de práticas organizativas a cidade pode ser compreendida por diferentes visões, leituras, sons e representações, subjetivas e objetivas.

3.3.3 Cidade e práticas organizativas – entre roteiros e atores

A relação entre as temáticas identidade, lugar e cidade presente nessa pesquisa emboçam uma discussão um tanto quanto particular. Dentre as diversas possibilidades e emoldurações, optei por abordar o lugar, seus sentidos e teorias geográficas, que se desdobram em uma perspectiva moderna, tensionada pela subjetividade e objetividade. A compreensão do tema em associação à cidade levou-me à noção de espaço de muitos lugares, por onde se desenrola a vida e o mundo. A partir dessa visão, busquei o entendimento acerca da instrumentalidade urbana, um pouco adornada nos estudos organizacionais a partir da compreensão da cidade enquanto organização. Julgando os estudos insuficientes à complexidade urbana, debrucei-me sobre investigações que consideram o espaço urbano na *práxis* cotidiana e a cidade como vivência entre identidades e lugares.

No bojo dessas elucidações apreendi que as temáticas podem ir além de uma análise geográfica, transpondo as concepções urbanísticas e despontando sobre o imaginário dos indivíduos e grupos que experienciam a rotina urbana. Mais uma vez, por um intrincado labirinto teórico, vislumbrei um modo para melhor encenar o que fora apresentado como problema de pesquisa. Não se trata tanto de uma apreensão do campo ou de ajustes teóricos, como de uma discussão que tenta encerrar, por ora, as discussões que correlacionam os temas de pesquisa. A compreensão de cidades e práticas organizativas torna possível a constatação do pensar e agir sobre a *urbes* do ponto de vista dos diferentes agentes sociais, no uso de inúmeros recursos.

A noção de práticas organizativas¹⁰ integra-se na orientação da cidade e se refere à constante interação de indivíduos e grupos na *práxis* urbana. Abrange, ainda, uma busca por entendimento

¹⁰ A noção de práticas organizativas constitui discussão desenvolvida a partir da leitura de aproximadamente oitenta textos, indicados para disciplina Seminário em Estudos Organizacionais e Sociedade: Cidade e Práticas Organizativas, inserida no programa de Mestrado e Doutorado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD/UFMG no segundo bimestre do segundo semestre de 2012, cuja ementa propôs debates sobre aspectos

dos modos como as práticas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação se configuram no âmbito da cidade, segundo o emprego de inúmeros mecanismos, recursos, roteiros e instrumentos, além da integração dos diversos agentes, com destaque para o poder público executivo, legislativo e judiciário, nas esferas municipal, estadual e federal; e a sociedade civil, compreendida pelas empresas de racionalidade econômica e substantiva, os cidadãos e os movimentos coletivos. Faço uma síntese de cada uma das práticas estudadas, muito embora trabalhe analiticamente com a prática de organização da cidade, pelas quais também alcanço visões de planejamento, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação.

As discussões propostas pela prática organizativa “planejar” refletem o direcionamento escolhido para o futuro da cidade, ao mesmo tempo em que se vinculam de forma significativa, e por vezes problemática, aos cenários e tendências globais (SÁNCHEZ, 2001). Os mecanismos de ação para operação dessa prática na cidade contemplam algumas ferramentas de gestão e diretrizes governamentais, tais como o planejamento estratégico; as políticas públicas setoriais (habitação, saúde, comércio, serviços urbanos, etc.); instituições normativas (Estatuto da Cidade); participação popular (conselhos e fóruns temáticos); entre outros. A implementação desses instrumentos pode considerar, ainda, instâncias simbólicas, como a história da cidade; promover incentivos ou barreiras de uso do espaço urbano; e reforçar a legitimação de um significado. O poder público nos diferentes âmbitos e esferas é o principal ator da prática planejar. Todavia, todos os demais agentes sociourbanos planejam a cidade, consciente e inconscientemente, uma vez que agem direta ou indiretamente no espaço urbano.

A prática “organizar” concerne às atividades de ordenamento, conformação ou estruturação da cidade, segundo determinadas lógicas de produção econômica, social, urbana, estética, etc. As discussões concernentes à organização da cidade se vinculam à complexidade socioeconômica e têm como características a inclusão, por vezes, precária, instável e marginal, e a exclusão de cidadãos, assim como a segregação por meio da requalificação do espaço urbano (RAICHELIS, 2006). Um dos principais mecanismos de ação para aplicação da prática de organizar a cidade

teóricos relacionados à cidade, suas práticas organizativas, atores e instrumentos de organização do espaço urbano. As discussões geradas por meio dessa disciplina foram concatenadas e contribuíram, parcialmente, para formulação de conteúdo programático da disciplina Tópicos em Administração: Cidade e Identidades, oferecida optativamente pelo Departamento de Ciências Administrativas – CAD/UFMG, e por mim ministrada, sob supervisão do meu orientador, aos alunos de graduação do curso de Administração no exercício do estágio docente (requisito parcial do Programa de Mestrado no CEPEAD).

refere-se às diretrizes e políticas urbanas, expressas no conteúdo dos planos de ação governamental. Todos os atores organizam a cidade, geralmente, de acordo com certos objetivos e interesses afins, conforme necessidades e, sobretudo, segundo as relações de poder.

A inserção da prática organizativa “controlar” na cidade pressupõe o regulamento do espaço urbano por meio de mecanismos que visam estabelecer a ordem e disciplinar os indivíduos a agirem de acordo com certos padrões e princípios (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009). O poder público é o ator responsável pelo controle. Contudo, estando esse ator presente ou não, outros mecanismos são criados para controle pelos demais atores. As discussões sobre essa prática estão em torno dos debates sobre as relações de poder; a divisão da sociedade em classes; os conflitos entre grupos dominantes e grupos dominados; movimentos sociais; aspectos ilegais, informais e ilícitos; cumplicidade, corrupção e criminalidade; caos e ordem, entre outros. Alguns exemplos dessas temáticas refletem as questões do tráfico nas favelas e a integração das mesmas à cidade pelas medidas que instalam Unidades de Política Pacificadoras nessas comunidades; assim como a especulação imobiliária; e o manejo urbano.

Acerca da prática organizativa “representar”, sua inserção na cidade sugere atividades de produção de símbolos diversos e, a partir dos quais, a possibilidade de instituição de diferentes significados para o mesmo objeto. Cada ator sociourbano tem uma representação da cidade, porém a mídia exerce forte influência de representação por meio dos veículos de massa, que tendem a legitimar, reforçar ou arrefecer uma imagem criada por si ou pelos outros atores. As bases e os mecanismos de representação, segundo Canclini (2002), contemplam os sistemas de linguagem e comunicação (visual, escrita, oral); as diferentes formas de arte, história, memória e imaginário cultural, social e urbano; monumentos públicos e patrimônios tombados; entre outros elementos materiais e imateriais, cujo cerne preconiza, sobretudo, a dimensão espaço-temporal (passado, presente e futuro) (BARREIRA, 2003).

A configuração da prática organizativa “resistir” no âmbito da cidade reflete atividades de negação das outras práticas organizativas; oposição ao determinismo empregado pelas instituições; e defesa de outras lógicas, impressas por crenças e valores divergentes ao que é socialmente aceito. Existem diferentes formas, níveis e dimensões de resistência, cada qual emana dos inúmeros conflitos e contradições sociais (BRITTO-JACQUES, 2009). Em se tratando do espaço urbano, os atores negam a despolarização urbana, ou seja, a redução da participação e experiência das pessoas em relação à cidade; opõe à espetacularização da cidade

e seu caráter meramente mercadológico, turístico, estratégico e consumista; e defendem o uso do espaço urbano de forma igualitária e plural.

Sobre a inserção da prática organizativa “recuperar” a cidade, as principais discussões sugerem a restauração dos aspectos materiais para readequação do espaço urbano. Interessante saber a quem interessa e porque se torna importante a operacionalização dessa prática. A preservação de memórias, a prevenção de desgastes, o combate à agressão visual, a melhoria da estética e qualidade de vida, a solução de problemas urbanos, a valorização de áreas específicas, a atração de investimentos, assim como a criação de identidades urbanas são discursos decorrentes da recuperação cidadina. Alguns mecanismos de recuperação constituem-se pelos processos de revitalização histórica, pelo qual se pressupõem conteúdos que podem ser aproveitados para o direcionamento que se pretende para a cidade (JAYME; NEVES, 2010); a reestruturação urbana, que sugere novos usos e significados para espaços e lugares da cidade (SÁNCHEZ, 2001); e a gentrificação, sobre a qual são formuladas estratégias para requalificação do espaço por meio de ações de segregação e exclusão social (WACQUANT, 2010).

Por fim, a prática organizativa “ressignificar”, em sua inserção na cidade, confere novos significados a partir da reação de agentes sociourbanos aos movimentos e tendências globais, seja em conflito ou cooperação. Interessante saber o motivo ou a razão pela qual os significados mudam, seja pela transformação da sociedade, dos discursos compartilhados, mudança de interesses ou rompimento de instituições, ou, ainda, pela materialização do espaço físico e simbólico (BARREIRA, 2003). Assim como na prática de representação, a ressignificação do espaço urbano pelos diferentes agentes pode envolver o emprego de imagens-síntese, assim como a operacionalização das demais práticas de planejamento, organização, controle, resistência e recuperação do/no espaço, as quais pressupõem novas formas de pensar e agir sobre a cidade.

Em meio à interação instrumental e simbólica, cidades e cidadãos são percebidos, imaginados e comunicados, podendo ser autores da história ou simplesmente reprodução de um consenso compartilhado pela maioria (CANCLINI, 2002; DUARTE, 2006). No âmbito das cidades, alguns recursos são comuns para essa construção, como os discursos, em textos ou narrativas, literaturas, poemas, crônicas, diários, comentários, notícias, entre outros instrumentos que comunicam aos cidadãos modos de ser e agir sobre a cidade (DUARTE, 2006). Para Canclini (2002), outros tipos de discursos também emolduram o cenário urbano e influenciam a

constituição dos atores sociais ao longo do tempo, como os históricos técnicos de médicos, políticos, urbanistas, policiais e juristas, além de documentos, processos, relatórios, códigos, prontuários, projetos e pareceres, publicizados como conteúdo jornalístico, que com o passar dos anos corroboram ou refutam as orientações que se pretendem seguir no cenário urbano.

As várias formas de mídia e arte também são apontadas como recursos de representação da cidade, a exemplo da música, do teatro, de imagens visuais em conteúdos fotográficos e cinematográficos, cada qual representado e reinterpretado de diferentes ângulos (CANCLINI, 2002). Pesavento (2007), por sua vez, indica os depoimentos e relatos da memória e história, assim como o simples compartilhamento de experiências como recursos de representação da cidade. Todos esses mecanismos, guardadas as suas proporções e especificidades, tornam-se registros que tendem a comprovar a veracidade histórica cidadina. Por essa compreensão, Ivo (2007) denota que a cidade constitui uma fonte de expressão das diversas sociabilidades e instituições, próprias dos grupos sociais e dos indivíduos. Para esse autor, o uso da cidade como meio de comunicação pode gerar efeitos de coesão identitária e dominação.

O espaço urbano das cidades (edifícios, casas, prédios, lojas, conjunto arquitetônico, muros, paredes, praças, sistemas de transporte, etc.) e suas apropriações compõem, assim, uma das dimensões estratégicas de manifestação ou expressão de diversos grupos sociais – meios empresariais, agentes públicos governamentais, publicitários –, mas também de minorias culturais ou indivíduos. Isso se dá na medida em que ele abriga, registra e é fonte de representação, de identidade e de relacionamento entre os atores e a cidade, e vice-versa (IVO, 2007, p. 107).

Ivo (2007) lista alguns grupos sociais e indica a atuação de minorias. Entre os indivíduos e grupos sociourbanos, tem-se diferentes pensamentos sobre a cidade, pelos quais também são guiadas diferentes atuações, como a de agentes públicos e privados, individuais e coletivos, organizados e não organizados. Na perspectiva dos indivíduos e grupos formados no agenciamento público contata-se a condução e orientação dos demais atores a uma devida forma de ação e conduta no espaço público a partir de instrumentos legais. Por esse ângulo, também se expressa o cuidado com o patrimônio público, uma preocupação com a segurança e o embelezamento da cidade. A visão de uma cidade é determinada por diretrizes políticas, sem se eximir de nuances gerenciais e empreendedoras. Além disso, muitas das tentativas de controle e ordenamento social, homogeneização de comportamentos, interferências nos significados dos lugares, da cultura, história e vida das pessoas são expressas por essa dimensão de atuação na cidade.

Pela dimensão dos atores privados, entre os quais tem-se organizações formais com fins econômicos e substantivos, a atuação sobre a cidade é orientada pelas influências legislativas, impostas pelo poder público, e pelas manifestações e demandas dos cidadãos. Esse grupo de atores sociourbanos, geralmente, tem um olhar sobre as oportunidades de investimento, uso e apropriação do espaço urbano para fins específicos e de interesse econômico. A atuação social também é possível por meio de ações de responsabilidade e marketing social. Pela atuação de organizações privadas de interesse público tem-se o atendimento básico às demandas sociais não correspondidas ou insuficientemente tratadas pelas vias governamentais. Além disso, também constata-se a associação segundo interesses específicos, os quais, muitas vezes, levam esse tipo de organização a um agenciamento junto à iniciativa privada e organismos mundiais que lhe estabelecem fatores de profissionalização, os quais, muitas vezes, provocam a perda de sua essência social.

Outras formas de atuação se fazem presentes no contexto urbano por meio de indivíduos e coletivos não organizados. De uma maneira geral, toda a população de uma cidade é impactada pelas formas de uso, organização e apropriação dos espaços públicos, do mesmo modo que interferem nessas dimensões da cidade. Em certa medida, esses atores se sujeitam às configurações urbanas ou se organizam difusamente, e, desse modo, situam-se entre o anonimato e a vontade de exercício político, bem como entre as preocupações cotidianas da esfera privada e a vontade de participar de uma esfera pública mais ampla. Mais que o direito de grupos minoritários, alguns coletivos preconizam a politização da sociedade.

A atuação sócio urbana pressupõe interesses conflitantes e significados dispersos. Há uma linha tênue entre os direitos e deveres dos diversos atores, bem como entre o significado de suas percepções em relação à *urbes* e suas práticas de organização do espaço público. Koury (2010) denota que a vida urbana permite a liberdade individual e o vínculo de interações entre os indivíduos, constituindo a realidade urbana de intersubjetividade, sem reduzir a diferenciação entre as pessoas, grupos e demais arranjos organizados, que são a expressão da objetividade. Entendo, todavia, que no âmbito da cidade há a ação de diferentes agentes, para o bem e para o mal, e que medidas de controle e ordenamento são importantes, assim como atividades autônomas de construção identitária. Ante à complexa e paradoxal organização urbana, torna-se cada vez mais difícil a integração e compreensão dos diversos modos de percepção e *práxis* sobre a *urbes*.

Pelos recursos de representação e institucionalização, assim como pelas ressignificações e interações dos agentes sociourbanos, importa saber que a cidade é gente, independentemente de sua forma, posição geográfica ou função (BERNARDI, 2006). A cidade é imagem e discurso revelados no espaço, interpretados no plano individual e coletivo a partir da percepção de emoções e sentimentos, expressão de pertencimentos, utopias e esperanças (PESAVENTO, 2007). Para Saraiva e Carrieri (2012, p. 547), “a cidade é inescapavelmente, seu povo”. É, assim, entendida como um espaço significado, construído com a participação humana e desenvolvido continuamente. Portanto, “a cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 552).

As sínteses que descrevem as práticas organizativas, suas noções, seus atores e mecanismos de atuação sobre a *urbes*, compreendem uma orientação acerca da verticalidade e horizontalidade pelas quais a cidade pode ser pensada e organizada. As práticas organizativas sustentam o enquadramento da cidade como objeto de análise nos estudos organizacionais, em abandono de um pensamento estrutural ou processual de área construída ou mera localização de lugar ou lugares. Nesse esteio, focaliza os indivíduos, suas vivências e a *práxis* urbana, buscando entender as práticas de organização da cidade a partir das interpretações dos atores sociourbanos, em que pese o fortalecimento de uns em detrimento da atenuação de outros na dinâmica urbana.

Destarte, uma síntese da proposição teórica referenciada nesse capítulo esclarece as **diferentes acepções de lugar** orientadas pela geografia e uma **visão moderna**, capaz de responder aos paradoxos empregados pelo processo de globalização, bem como à dinâmica identitária cotidiana, refletida nos aspectos subjetivos e simbólicos dos lugares. Tal perspectiva corresponde aos dilemas e complexidades contemporâneos a partir de teorizações e tensões entre **subjetividade** e **objetividade**. Pelas abordagens expostas, entendo a **cidade** como **espaço de muitos lugares**, sua organização **instrumental** e relação **identitária** e **topográfica**. A apresentação da cidade pelas **práticas organizativas** busca, assim, expressar o que, de fato, pode ser representado no contexto urbano, passível de inúmeras leituras, diferentes visões, sons diversificados e variadas atuações dos muitos agentes sociourbanos.

É provável que o desenvolvimento de um modelo de análise teórico-empírico não se faça de modo apropriado diante das interlocuções teóricas conferidas às temáticas referenciadas. Compreender as relações existentes entre identidade e lugar não se resume, necessariamente, à comparação de suas semelhanças e diferenças, tampouco às possíveis aproximações de um termo ao outro e podem propiciar trajetórias que levam a outros entornos, que não somente o da *urbes*. O estudo dessas temáticas orientou-se pela reflexão acerca da cidade enquanto problemática e objeto de análise organizacional, uma vez que o espaço urbano se constitui de distintas unidades e práticas organizativas, permite observar múltiplos lugares e a constatação de diferentes apelos identitários. Com efeito, depreendo a existência de uma complexidade simbólica na relação entre as dimensões presentes nesse estudo e em busca de sua apreensão teórica e empírica discuto a noção de dinâmica urbana.

4 DINÂMICA URBANA: DE ENCONTRO À RELAÇÃO TEMÁTICA

A incorporação de estudos sobre a dinâmica urbana talvez seja um desafio nas diferentes áreas de conhecimento devido a sua amplitude conceitual. As dificuldades de concepções, todavia, têm se superado pela organização do conhecimento e delimitação de elementos congregantes, assim como por recortes específicos que permitam uma análise detalhada sem perda da conexão com as tendências de seus níveis de análise regional, nacional e global (PEREIRA; FURTADO, 2011). Urbanização, reestruturação de cidades, centralidade, reestruturação produtiva, reorganização do espaço, emergência de novas formas espaciais, regionalização, dentre tantas outras temáticas, são recortes feitos pelos estudiosos da dinâmica urbana, que em cada nível e disciplina demonstram suas essencialidades e historicidades.

Sinteticamente, o quadro analítico estudado por alguns autores envolve a dinâmica urbana em termos ocupacionais, setoriais, econômicos, espaciais e sociais, cada qual com seu ponto de vista, caracterização e repercussão sobre as cidades, seus atores e agentes. Do conteúdo organizado por Pereira e Furtado (2011), em pesquisa sobre as dinâmicas urbanas de diversos estados brasileiros, destaco a concepção de dinâmica urbana em associação aos deslocamentos organizacionais que contribuem para marcação dos espaços de atração ou repulsão governamentais. O que quer dizer que algumas tendências, globais e/ou locais, são os principais elementos que contribuem para compreensão das configurações e interações ocasionadas no espaço urbano, como já venho discutindo. Por esse ângulo, o estudo da dinâmica urbana também envolve análises de políticas públicas e diretrizes de serviços urbanos, bem como estudos de alterações estruturais ou paisagísticas e avaliações de suas repercussões na qualidade de vida das pessoas, do ambiente e patrimônio cultural, como o conhecimento urbanístico desenvolvido por Jacobs (2000), relacionado às vertentes da gestão e do planejamento urbano.

No que concerne aos termos da dinâmica urbana e qualidade de vida, Pizzol (2006) confere uma relação entre urbanização e sociedade, cuja vinculação corresponde ao estágio de desenvolvimento da produção, estruturação e organização do espaço, o qual não se faz sem as projeções humanas e ambientais. Para Saldanha (1993), as formas espaciais e ambientais são produzidas pela ação do homem e expressam os interesses das classes dominantes, dos governantes ou de determinado modo de produção, inserido em um modelo de desenvolvimento específico, com maior ou menor envolvimento da população nas decisões. Recordo-me da

função indispensável do espaço na tomada de decisões, que o torna termo suficiente para as disputas de poder (SANTOS, 1988). Nesse sentido e de acordo com Saldanha (1993) e Pizzol (2006), a análise da dinâmica urbana também contempla um entendimento das desigualdades sociais e uma conexão entre poder e administração, uma vez que o organizar-se sempre foi um problema de construir espaços, demarcando porções de território, amontoando pedras com fim simbólico e utilitário, além de ser uma questão de distinguir lugares, valorizando uns e abandonando outros.

O planejamento estratégico, assim, pode ser encarado como o principal instrumento de administração, organização e controle da dinâmica urbana. No bojo das discussões que envolvem o planejamento estratégico da *urbes* é preciso contornar uma visão crítica sobre a realidade adotada e experimentada pelos diversos atores sociais. De acordo com Dias (2011, p. 2), “pensar o planejamento atual na cidade requer debruçar-se sobre a realidade local dos dias de hoje, considerando os diversos agentes inseridos na dinâmica urbana”. Uma política urbana, nesse sentido, não deve orientar-se pelos interesses de grupos dominantes ou de pequenas minorias que têm usufruído de algum tipo de poder nos âmbitos dos sistemas sociais. Evidentemente, a questão da atuação do Estado na dinâmica urbana conduz para a relevância de sua responsabilidade, que na prática é claramente negligenciada (DIAS, 2011).

A dinâmica urbana também evidencia temáticas da sociologia e antropologia urbana, enquadradas pela capacidade de geração da cidade; pelas redes de sociabilidades; instituições e equipamentos urbanos, próprios das sociedades contemporâneas; além de debates sobre poder, política e ideologia, práticas culturais, formas de religiosidade; entre outros. A dinâmica urbana nessas vertentes é calcada em raízes históricas e culturais peculiares às mudanças das cidades, que guardam respeito com os aspectos sociais de formação e crescimento, além de funções geográficas e organizacionais, pelas quais, de acordo com Magnani (2003) é possível alcançar algum vislumbre no amplo e vago campo da antropologia das sociedades complexas.

No âmbito geográfico, a dinâmica urbana estuda as cidades e a produção urbana, segundo as dimensões socioambientais, econômicas e políticas do espaço, em uma orientação de análise das suas expansões, configurações e dos modos como as pessoas se agrupam segundo determinadas lógicas. Segundo Carlos (2006), os estudos sobre a dinâmica urbana em uma perspectiva geográfica, pressupõem reflexão sobre o movimento social e histórico enquanto possibilidade de construção real e continuada da cidade. O caminho, portanto

propõe como horizonte a articulação entre teoria – em que se revelam os processos constitutivos da urbanização, isto é, de seu conteúdo num determinado momento da história – e a prática real urbana – como os homens vivem no movimento real de produção da cidade enquanto espaço-tempo da reprodução da sociedade em sua totalidade (CARLOS, 2006, p. 75).

Para a autora, teoria e prática envolvem a questão da articulação dos elementos capazes de constituírem um fundamento para a teoria urbana, sobre a qual se revela os conteúdos do processo de reprodução da cidade fundado na e pela prática social. A abordagem, assim proposta, evoca o pensamento acerca da cidade como projeto emergente de uma prática socioespacial. A análise da dinâmica urbana, entendida pelo exame dos processos constitutivos da cidade, sugere ao pesquisador a investigação dos processos de expansão e constituição da sociedade urbana, o que inclui as contestações e lutas pelo direito à cidade, evidenciado pela perspectiva capitalista de produção e consumo das cidades (CARLOS, 2006).

Dentre as diferentes orientações disciplinares para análise da dinâmica urbana, os estudos organizacionais praticamente se ausentam de suas nuances impressas por uma vertente simbólica ou instrumental. Nesse âmbito, a dinâmica urbana fora vislumbrada nos olhares sobre a organização da cidade (FISCHER, 1997a; FISCHER; *et al.*, 1997b; MAC-ALLISTER, 2004; SARAIVA, 2009; SARAIVA; CARRIERI, 2012) e teorizações sobre o conceito de organização-cidade, pelo qual compreendo, assim como dizem Saraiva e Carrieri (2012), a dinâmica urbana como construção organizacional social. No estudo desses autores “o conceito de organização-cidade permite um olhar organizacional à dinâmica urbana, o que abre possibilidades para observação da vida social organizada” (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 548). Essa organização constitui-se pelos sujeitos, em nível individual e coletivo, os quais alimentam a dinâmica urbana em suas relações com os lugares e nos lugares da cidade, além de outros tipos de interações, como sistemas culturais, instituições etc.

A noção de vida social organizada¹¹ vem sendo desenvolvida nos estudos organizacionais a partir de debates que buscam apontá-la como desafio frente aos discursos reforçados pelo gerencialismo presente no arcabouço da teoria organizacional. Seu escopo considera as práticas dos sujeitos inseridos em organizações, assim como práticas de indivíduos contextualizados na vida social organizada. Esse eixo permite reflexões concernentes à prática cotidiana de pessoas

¹¹ Termo discutido nas instâncias dos estudos organizacionais, apresentado oficialmente no Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, na cidade de Fortaleza/CE, em novembro de 2013.

e grupos que, de certo modo, não são focalizados pela teoria organizacional hegemônica. Os objetivos de debates concentram-se sobre posicionamentos críticos em relação aos discursos do gerencialismo por meio da diversidade de abordagens teóricas, considerada fundamental para aprofundamento analítico.

Com o olhar teórico direcionado à vida social organizada e os passos materializados no empirismo urbano, encontrei interfaces e relações sustentadas pelo esboço teórico até então traçado. Para melhor compreensão da dinâmica urbana em percepção holística das suas articulações reveladas na prática dos inúmeros indivíduos, grupos, lugares e da cidade como um todo, proponho, então, uma análise interdependente das temáticas e distancio-me de suas autossuficiências, sejam em quaisquer formas de conhecimento ou correntes de pensamento teórico. Nesse sentido, a dinâmica que se tem como referência diz respeito a uma dimensão abstrata, que se concretiza na cidade e seus muitos lugares; também se relaciona às unidades e aos arranjos organizacionais de diversos indivíduos e grupos; e ainda, concerne às práticas organizativas, formais e informais, realizadas em cooperação e conflito.

A concepção urbana que se tem em vista refere-se às características das cidades contemporâneas, suas formas, sistemas e estilos de vida. A dinâmica urbana, assim, não se faz perceber somente no concreto em si, mas no simbolismo dimanantes das subjetivações, as quais existem como força e vida não impeditiva de reinvenções da cidade e do cotidiano. Não está, portanto, somente no planejamento estratégico e muitas vezes se faz nas necessidades diárias que, direta ou indiretamente, subvertem e reformulam os modelos de gestão da cidade. Não se refere ao o quê, mas a como os indivíduos e grupos, vislumbrados como atores e/ou agentes sociourbanos, se organizam no espaço urbano. Por isso trata do universo simbólico da cidade e, mais especificamente, concerne na interpretação de unidades, arranjos e práticas organizativas de indivíduos e grupos em suas diversas interações, subjetivas e objetivas, nos lugares e, do mesmo modo, com os lugares da cidade.

As práticas organizativas sugerem uma análise dos arranjos e padrões formais de organização e planejamento urbano, assim como um enfoque nos arranjos e modos informais de pensamento e ação sobre a cidade. Além disso, dirige-se sobre os variados elementos citadinos; aos sistemas e lógicas presentes e orientadores da dinâmica urbana, com suas tendências ideológicas, políticas, econômicas, culturais, participativas, cooperativas, competitivas, caóticas; e, sobretudo, às atuações e representações dos atores e agentes sociourbanos em ações individuais,

movimentos coletivos e instituições. Desse modo, apresento uma visão particular para a concepção de dinâmica urbana, que foge das teorizações sobre crescimento populacional e ocupações habitacionais, e busca o que mais se aproxima do que fora indicado por Magnani (2002, p. 18, 25) em seus postulados sobre uma visão da *urbes* “de perto e de dentro”¹².

[...] o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. [...] a maioria dos estudos que classifico como olhar de fora e de longe dá pouca relevância àqueles atores sociais responsáveis pela trama que sustenta a dinâmica urbana; quando aparecem, são vistos através do prisma da fragmentação, individualizados e atomizados no cenário impessoal da metrópole. Entretanto, contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica de mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos: seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático mas apresenta padrões. [...] Trata-se de uma primeira aproximação à complexidade da dinâmica urbana contemporânea: nesse plano, a unidade de análise da antropologia urbana seria constituída pelas diferentes práticas e não pela cidade como uma totalidade ou uma forma específica de assentamento, configurando o que se entende antes por antropologia na cidade e não – ao menos não ainda – como uma antropologia da cidade.

A compreensão do autor acerca de uma análise da cidade encontra-se no cerne das práticas subjetivas e objetivas no cotidiano, segundo a formação de variados arranjos coletivos. Os arranjos nessa concepção refletem as interações entre os atores sociais e são denominados por Magnani (2002) de circuitos¹³. Essa categoria de análise representa um modo de captação de um regime de trocas e encontros no contexto mais amplo e diversificado da cidade. Na concepção da dinâmica urbana analisada “de perto e de dentro”, tais arranjos se integram à dinâmica cultural e às formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas,

¹² A noção proposta pelo autor diz respeito à operacionalização de uma etnografia urbana. Embora esse não tenha sido o percurso metodológico traçado, a noção na vertente da antropologia urbana se aplica ao presente estudo, ainda que por sua compreensão teórico-metodológica. Sobretudo, a adoção dessa concepção teve como objetivo a elaboração de um esquema ou síntese teórica-empírica do que fora problematizado acerca da dinâmica urbana conexa ao circuito da pichação em Belo Horizonte.

¹³ Aproprio-me dessa noção ou, talvez, mais do termo, para referenciar o circuito conexo à pichação em Belo Horizonte. Diferentemente do que indica o autor sobre esse termo, o circuito que se pretendeu caracterizar tem a pichação como prática combatida e defendida por indivíduos e grupos, por meio de instituições, integrações e assimilações. Não há nenhuma indicação teórica ou empírica que adote essa compreensão para a pichação belo horizontina. De certo modo, o circuito é apreendido a partir do olhar para *urbes*, que inicialmente foi orientado pelo programa Movimento Respeito por BH, posteriormente seguiu agregado à apreensão de outros vínculos e articulações decorrentes dos praticantes da pichação.

considerando que essas dispõem de uma infraestrutura peculiar, equalizada globalmente; e de elementos que lhe permitem certa diferenciação, tais como suas singularidades locais.

A nostalgia entre a rua e a calçada, como discutido por Jacobs (2000), se insere na dinâmica urbana “de perto e de dentro”. Porém, no exercício das práticas urbanas e dos rituais da vida pública vale um questionamento sobre outros cenários (MAGNANI, 2002). Nesse sentido, além dos olhares sobre as histórias, memórias, sociabilidades, materialidades e afetividades (PESAVENTO, 2007) presentes na configuração cidadina, a dinâmica urbana “de perto e de dentro” não se priva do olhar estratégico ou competente, “que decide o que é certo e o que é errado, e vai além da perspectiva de poder, que decide o que é conveniente e lucrativo” (MAGNANI, 2002, p. 15).

Essa visão distanciada do que é esboçado em estudos tradicionais permite a captação de determinados aspectos da dinâmica urbana, os quais passariam despercebidos se enquadrados em outros modos de análise. A estratégia de uma análise diferenciada da dinâmica urbana, segundo o autor “supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise” (MAGNANI, 2002, p. 18). Diante dos termos elucidados e no bojo dos circuitos urbanos, segundo Magnani (2002), vislumbra-se estilos de vida não apenas compatíveis com os dos usuários, individuais e coletivos, do grande capital, consumidores da cidade espetáculo, com padrões internacionais de lazer, hospedagem e gastronomia. Além desses sujeitos, também se entrevê

a presença de migrantes, visitantes, moradores temporários e de minorias; de segmentos diferenciados, com relação à orientação sexual, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo atomizado, mas na possibilidade de sistemas de trocas de outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes (MAGNANI, 2002, p. 16).

Destarte, a dinâmica urbana que se pretende caracterizar refere-se a um universo de indivíduos mais amplo e vocaciona sujeitos, cujos dizeres e visões são, muitas vezes, suprimidos no espectro citadino contemporâneo. A dinâmica urbana nessa pesquisa não remete tanto às apropriações do solo ou processos de urbanização, como nas vertentes geográficas tradicionais;

também não abrange os estudos populacionais, os indicadores econômicos ou demográficos, tanto quanto envolve os fatores históricos, culturais e sociais da cidade, bem como os aspectos simbólicos, identitários e topográficos. Talvez, bem mais, interconecte as questões urbanas como um mosaico de construções vivas, amplamente ligadas às práticas individuais e coletivas de organização da cidade. Portanto, é bem mais referente às relações, experiências e vivências identitárias no espaço urbano. Interessa-me, assim, as intervenções urbanas, as quais produzem e reproduzem modos institucionais, bem como novas formas de significação a partir de práticas organizativas da cidade.

Como recorte de análise e delimitação de campo, estudo a dinâmica urbana relacionada à pichação na cidade de Belo Horizonte, onde vislumbrei um circuito de atuação que perpassa o poder público, a sociedade civil e os pichadores. Reforço que esse circuito: i) não se refere somente aos pichadores em suas *práxis* de ocupação do espaço urbano, ou simplesmente em suas intervenções, que nem de longe deixam de comunicar e mais de perto apontam o âmago de questões subjetivas; ii) colide impetuosamente com as visões políticas e estéticas da sociedade moderna, impregnadas pelo pensamento econômico capitalista e por sistemas sociais estigmatizantes; iii) se aproxima das assimilações de movimentos contra culturais, como os ligados à cultura de rua proveniente do movimento *Hip Hop*, junto ao qual também se mantém uma linha tênue relacionada à recente institucionalização do grafite, que sorrateiramente é apropriado pelos modelos de gestão urbana; e iv) confronta diretamente às concepções ideológicas de governos em suas orientações de organização da cidade e controle sobre o comportamento dos cidadãos, estabelecidos por mecanismos, tais como o Estatuto da Cidade e Código de Posturas, definidos e aplicados pelo poder público.

As práticas de organização da cidade e seus cidadãos orientam o tratamento da pichação por meio de ações de repressão dos pichadores, sensibilização da sociedade e limpeza de lugares pichados. De outro ângulo, a própria pichação sugere uma prática de subversão e resistência ao controle deliberado pelo governo da cidade. O estudo da dinâmica urbana relacionada à pichação em Belo Horizonte focaliza esse circuito a partir do estudo de caso do Projeto de Combate à Pichação, vinculado ao programa Movimento Respeito por BH, em interfaces com demais entes públicos e organismos sociais; e também destaca as percepções dos indivíduos e grupos praticantes da pichação de BH, entre outros indivíduos e grupos não organizados, que de algum modo o representam no contexto sociourbano.

Ante as assimetrias e limitações presentes na cidade, não discuto a pichação, exclusivamente, como fenômeno urbano, uma vez que essa conotação talvez isente perspectivas de atribuição subjetiva dos indivíduos e grupos com ela envolvidos. No entanto, não busco uma abordagem de análise puramente psicológica, ética ou moral e, talvez, me aproxime mais de uma compreensão da prática enquanto fenômeno social, dado que, ao discutir seus impasses, vislumbro muitas de suas conexões e reflexos das questões sociais. Assim, a pichação, por ora, compreende bem mais uma prática de intervenção subjetiva na cidade e corresponde, portanto, a um apelo identitário que também contempla aspectos topográficos e exerce práticas organizativas.

Com base nas compreensões sobre os elementos empíricos e demais aspectos concernentes aos elementos das temáticas referenciadas, apresento, na Figura 1, o esquema teórico-empírico esboçado para o estudo da dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação em Belo Horizonte:

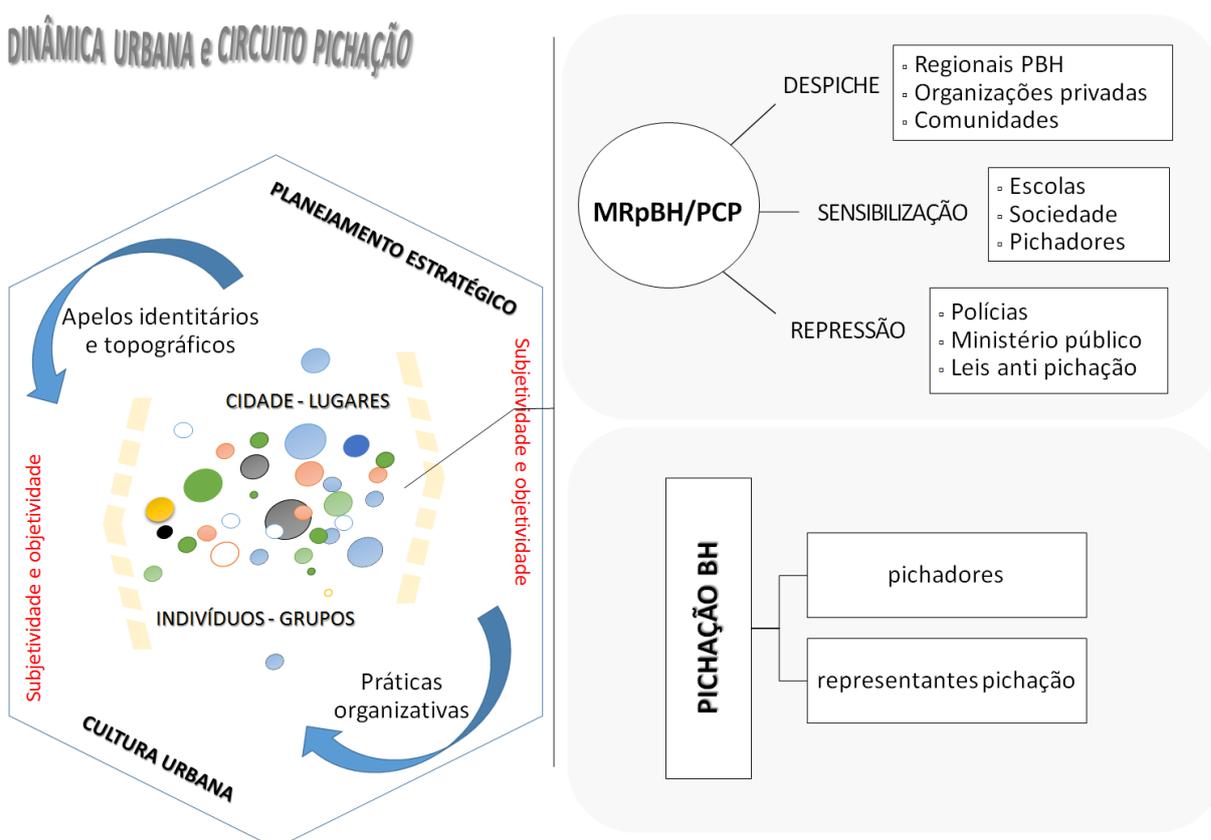


Figura 1 – Esquema teórico-empírico

Fonte: Elaborado pela autora

O esquema que proponho para análise da dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação em Belo Horizonte fundamenta-se, então, na observação de unidades e arranjos organizacionais entre agentes públicos, entes privados e sociedade civil, mobilizados a partir do programa Movimento Respeito por BH (MRpBH), que comunga políticas públicas e serviços urbanos norteadores do combate à pichação modulado, entre 2010 e 2012, no Projeto de Combate à Pichação (PCP). A cidade, por esse prisma, é formalmente organizada a partir de práticas de organizativas, pelas quais se estabelece o futuro da cidade em detrimento do futuro na cidade; segundo, ainda, interações sociais, subjetivas e objetivas; e apelos identitários e topográficos consentâneos à visão determinada no Planejamento Estratégico BH 2030, que se baseia em mecanismos de gestão e planejamento urbano expressos pelo Estatuto da Cidade e Código de Posturas. Sobre o mesmo espaço urbano é possível constatar outros tipos de integrações firmadas entre pichadores e representantes da pichação belo horizontina, os quais manifestam outras formas de organização da cidade, cuja lógica baseia-se em práticas organizativas; além de interações sociais, subjetivas e objetivas; e apelos identitários e topográficos conexos às assimilações decorrentes da aproximação da pichação à cultura de rua.

5 À DERIVA NA CIDADE: NO PASSO DAS IDENTIDADES E DOS LUGARES

5.1 Posicionamento epistemológico – interpretações da realidade

Entendo que a investigação científica no campo das ciências sociais pode ser conferida a partir da integração de conhecimentos provenientes de teorias e correntes de pensamento diversos. Essa conexão interdisciplinar¹⁴ estabelece um desafio ao pesquisador, que precisa aprender os principais aspectos das diversas disciplinas, suas formas de linguagem, cultura, etc. (SANTOS, 2007). Também desafia o conhecimento meramente disciplinar e, assim como têm seus resultados pautados por críticas, abrem portas ao avanço do pensamento científico e à produção do conhecimento alinhado à pluralidade contemporânea (FERREIRA; CALVOSO; GONZALES, 2002), conduzindo o pensamento com base em diferentes referenciais. A realidade nas ciências sociais é investigada segundo as proposições de Burrell e Morgan (1979), para os quais a teoria social e, particularmente, a teoria das organizações podem ser analisadas a partir de visões que revelam o mundo conforme a natureza da ciência – objetiva/subjetiva – e a natureza da sociedade – regulação/mudança radical. Dessa classificação os autores identificaram quatro paradigmas, cada qual constituinte de uma visão de mundo que orienta os pesquisadores na investigação científica.

De acordo com o estudo desses autores, em se tratando da natureza da sociedade, por um lado, os paradigmas funcionalista e interpretacionista pressupõem a regulação, ao passo que os paradigmas humanista e estruturalista radical presumem a mudança. Regulação e mudança conferem sentido à dimensão social e tentam explicar, cada um a sua maneira, os principais aspectos e fatores da sociedade. Por outro lado, no que concerne a natureza da ciência, os paradigmas interpretacionista e humanista contemplam uma visão de mundo subjetivista, enquanto os paradigmas funcionalista e estruturalista radical compreendem uma abordagem objetivista (BURRELL; MORGAN, 1979). Subjetivismo e objetivismo, por sua vez,

¹⁴ A interdisciplinaridade indica a complementaridade e integração entre disciplinas de campos de estudos distintos, na tentativa de integração de pensamentos híbridos, que permitem a formação de um conhecimento mais adequado às demandas de intervenção prática, política e social (SANTOS, 2007).

constituem formas distintas de compreender o mundo, sendo essa focada nos aspectos objetivos, enquanto aquela se centra no indivíduo na explicação da realidade.

Mais do que descrever os paradigmas¹⁵ sociológicos explorados esses autores, na busca pela compreensão da realidade social e produção do conhecimento científico orientei-me por abordagens teóricas interdisciplinares, a fim de se aproximar o quanto mais possível da realidade, a qual percebo como uma construção social pluralmente interpretada e compartilhada pelos seres humanos em suas experiências cotidianas. Nesse sentido, na investigação sobre a dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação em Belo Horizonte posicionei-me epistemologicamente segundo proposições interpretativistas. Conforme Dalmoro *et al.* (2007), existe uma plurificação da abordagem interpretativista no âmbito da Administração, que para Mattos (2011), é o primeiro e mais influente paradigma no rompimento da abordagem hegemônica, que entende as organizações por sua instrumentalidade, focada em formalidades e objetividades. A abordagem interpretativista ou interpretacionista, de outro modo, compreende que

organizações são processos, são teias de significados, de representações, de interpretações, de interações, de visões compartilhadas dos aspectos objetivos e subjetivos que compõem a realidade de pessoas, de movimento, de ações de pessoas individual, grupal e socialmente consideradas (VERGARA; CALDAS, 2005, p. 71).

Baseado nesse entendimento, as organizações pressupõem a interação de pessoas na interpretação e subjetivação da realidade, que é proveniente dos sentidos que os diferentes sujeitos conferem aos símbolos e significados, bem como às ações e discursos (GEERTZ, 1989). Nesse sentido, de acordo com o mapeamento realizado por Burrell e Morgan (1979), o interpretativismo se opõe e questiona a doutrina objetivista funcionalista dominante e em sua essência tenta compreender e explicar a realidade segundo as percepções e os compartilhamentos dos próprios indivíduos, orientando uma atenção voltada às experiências e práticas do cotidiano.

Reafirmando o posicionamento de acordo com o escopo da abordagem interpretativista, entendo que a realidade social é um produto da interação humana na interpretação de realidades

¹⁵ A noção de paradigma usada pelos autores considera que o mesmo representa um conjunto de princípios e instrumentos que permitem a compreensão de fenômenos de acordo com uma dada visão de mundo, conforme propõe Thomas Kuhn em sua análise sobre a estrutura das revoluções científicas. Na presente pesquisa, entretanto, inclino-me sobre a comensurabilidade entre os diferentes paradigmas.

subjetivas e objetivas e as organizações, processos dinâmicos, produtos da atividade humana intersubjetiva, dimanantes da vida social configurada em múltiplas unidades e arranjos organizativos. Em que pese a compatibilidade entre os pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos propostos para o desenvolvimento da presente pesquisa, pontuo sobre a comensurabilidade epistemológica, ou seja, o uso associado de métodos e técnicas provenientes de paradigmas epistemológicos diferentes (HASSARD, 1993).

Voltando ao que fora proposto inicialmente, para, finalmente, descrever os percursos, de fato, traçados na concretização da pesquisa que visa caracterizar, em termos identitários e topográficos, a dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação em Belo Horizonte, faço-me valer da importância dos temas relacionados e do campo de pesquisa, sobretudo, quando esse campo é a cidade (MAGNANI, 1996). A grandeza de suas dimensões gera a possibilidade de multiplicação de suas nuances, exigindo recortes, delimitações e descrições por demais precisas. Em se tratando da caracterização da dinâmica urbana e da aproximação da pichação, a capacidade de adensamento pode ser ainda mais hercúlea.

Benjamin (1987, p. 73) afirma que “saber orientar-se na cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde em uma floresta, requer instrução”. O risco de me perder no campo, todavia, não foi tão ávido quanto a sua capacidade de trazer vida, descobertas e conexões ao que se buscou realizar. Portanto, não somente de descrições das escolhas e trajetórias se fará esse tópico, uma vez que o que me propus enquanto pesquisadora não se concretizou como o esperado. Não gostaria de me fazer hermética nesse momento, tão pouco sistemática e fria, como é comum aos tópicos de apresentação metodológica. Não vou fugir do que é de praxe e fundamental, mas acrescentarei sobre essa descrição alguns sentidos peculiares, lançando um tom que somado ao do leitor é capaz de criar múltiplas trajetórias.

Como na Teoria da Deriva¹⁶, tentarei apresentar o percurso traçado como um mapa mental acompanhado de relatos que justificam minhas escolhas e ajustes, traçando-os metaforicamente com alguns artefatos e noções resultantes dos sentidos que vivenciei nos encontros pela *urbes*. Em um prisma incidente, a configuração organizacional do Projeto de Combate à Pichação,

¹⁶ A Teoria da Deriva é um dos trabalhos de Guy Debord e compreende um procedimento de estudo das cidades por meio de ações psicogeográficas no ambiente urbano, partindo de um lugar e deixando que o meio urbano crie os próprios caminhos. Para Britto e Jacques (2009), as derivas urbanas refletem o verdadeiro “*ethos*” de uma cidade.

além das relações e interfaces pessoais e sociais, não tão quanto alinhadas, como bem mais surpreendentes, somada à potencialidade de significação dos diferentes lugares da cidade, levou-me a certas constatações, renúncias e ajustes que privilegiam o humano mais que o estrutural e trazem a esse tópico uma suave relação como a de um Flâneur¹⁷.

A busca pelo encontro com o “outro” conduziu-me em deslocamentos por diferentes lugares da cidade de Belo Horizonte, nos quais, por vezes e em tantos momentos, eu já havia ultrapassado num rumo certo, e que por ocasião da pesquisa me deixei peregrinar. Em encontros rudes e agradáveis cruzei caminhos de indivíduos e grupos que desconhecia. Encontrando-me com eles, muito os reconheci e, aproximando-me, decerto, também diferenciei. A realidade do outro permitiu o fortalecimento da minha essência, ao passo que também transformou minha realidade ao me permitir ver além do que sozinha não poderia alcançar. Assim, a deriva, o flunar, até mesmo a errância fazem parte desse construto, em que cunho minha experiência de campo quase etnográfica. A Figura 2 ilustra uma prévia dos procedimentos metodológicos.

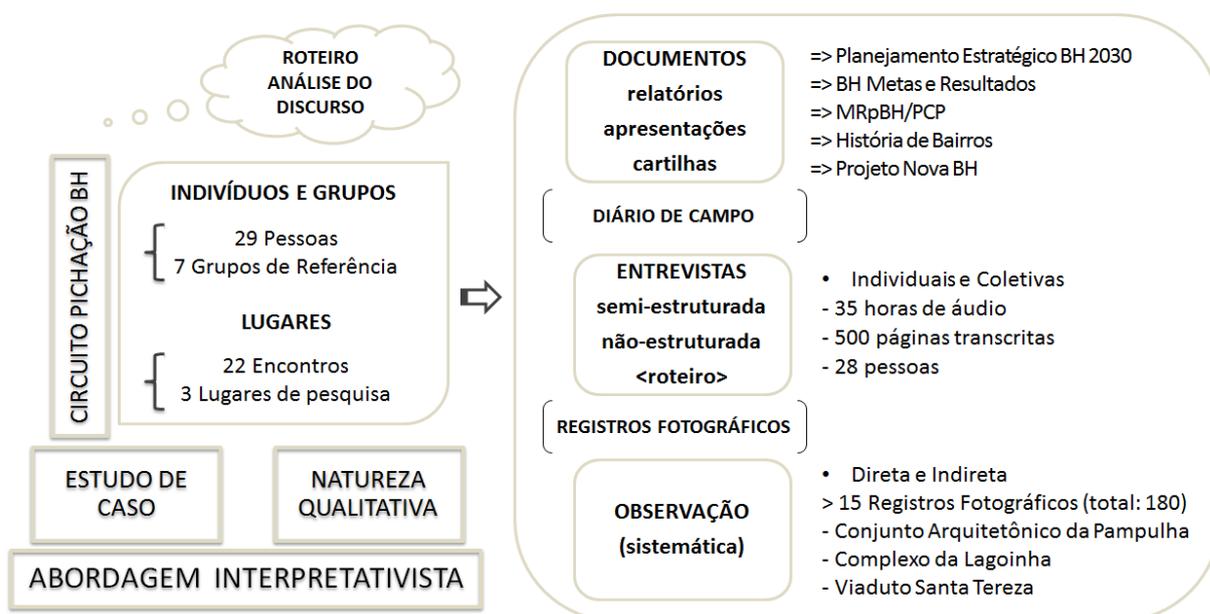


Figura 2 – Esquema dos procedimentos metodológicos

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁷ A figura do Flâneur, segundo Benjamin (1989), representa o indivíduo que perambula pela cidade, detendo-se em seus detalhes, sem se abdicar de suas subjetividades, andando, muitas vezes, na contramão do movimento urbano. Para Baudelaire o Flâneur é um observador da vida urbana, que absorve a realidade que governa as cidade modernas, caminhando, observando e imaginando. De acordo com Possamai (2007), o Flâneur incorpora a sua caminhada pelas ruas da cidade os significados de uma narrativa, que inclui ainda suas interpretações pessoais desse vagar.

5.2 Pesquisa qualitativa – exploração subjetiva como rota urbana

A ideia de ser embalada pela cidade como um Flâneur, pelo menos em Belo Horizonte, não difere das grandes metrópoles globais. A observação estética e social da cidade pode intimidar em determinadas situações, assim como quando se pretende explorar a subjetividade inerente a uma pesquisa qualitativa. Nesse sentido, parto, nessa descrição, como em múltiplas rotas, que contemplam grandes avenidas, ruas e praças bem mais que becos e vielas; que se depara com artefatos concretos e abstrações provenientes de viadutos, edifícios e pontos turísticos. Ora sigo aparentemente só e outrora não vou desacompanhada, tão pouco tenho somente um meio de deslocamento e apreensão da realidade, exatamente como pressupõe a abordagem escolhida. Vejo-me caminhante na transitoriedade, sem tanta liberdade de condução ao deparar-me com a realidade de segregação e restrição de mobilidade em uma capital.

Em um primeiro momento, projetei como ponto de partida o Projeto de Combate à Pichação, vinculado ao programa Movimento Respeito por BH da Prefeitura de Belo Horizonte. Sob um olhar pragmático constituí uma visão organizacional do projeto, a qual se delimitava somente sobre as ações de despiche, que durante a fase de campo não mais se mostrou suficiente à realidade da dinâmica urbana. A pesquisa resultante aproxima-se de uma análise e integração do projeto em sua configuração estratégica relacionada à estética urbana, sensibilização social e repressão de atores na cidade. Seguindo com as indicações no campo fui apresentei-me para além do programa municipal, buscando conhecer a realidade urbana também pelo prisma dos indivíduos e grupos que nela praticam multiformas sob o passar de distintas dimensões.

A análise, portanto, foi conferida no nível organizacional da cidade, compreendendo que a dinâmica urbana comunga a produção e manifestação dos lugares e dos indivíduos em suas práticas organizativas, a qual é passível de ser sentida, pensada, apropriada e vivida (CARLOS, 2007). Ao apontar a cidade como campo de estudo, Magnani (1996) indica sua complexidade e questiona o estabelecimento de conceitos e métodos de pesquisa para sua interpretação. O autor defende que recortar um tema e analisá-lo no âmbito da cidade não implica desvinculá-lo das dimensões inerentes à dinâmica urbana. Nesse sentido, a singularidade dos fenômenos estudados deve se articular às demais variáveis da vida urbana e, assim, ser relativizada como em um jogo de espelhos em que a imagem de si refletida no outro orienta e conduz o olhar em busca de significados.

Nessa pesquisa, essa busca foi conduzida por uma estratégia qualitativa, que permitiu o estudo descritivo das relações entre lugares, identidades e pichação no contexto da cidade. Esse tipo de abordagem se mostrou mais apropriada para essa investigação por preconizar a subjetividade como elemento constituinte da realidade (GONZÁLEZ REY, 2005) e permitir uma aproximação das verdades científicas por caminhos variados (FLICK, 2009). Pesquisas de natureza qualitativa colocam no cerne da investigação a interpretação dos fenômenos segundo os sentidos e significados conferidos pelos sujeitos em um contexto específico e captados pelo pesquisador por meio de múltiplos métodos e técnicas, os quais permitem uma descrição densa e complexa da realidade.

Baseado na subjetividade preconizada por essa perspectiva, o mundo é evidenciado pelo olhar do observador, assim como pela percepção dos sujeitos de pesquisa. Essa característica revela uma relação de dependência do pesquisador para com cada um dos investigados. De fato, ambos indicam suas impressões e posicionamentos sobre os fenômenos estudados, o que permite afirmar que o emprego da abordagem qualitativa como estratégia de pesquisa evidencia a importância dos sujeitos investigados no relato de suas experiências, assim como o trabalho de observação do pesquisador. Cientes de que as observações não são objetivas e os relatos não são explicações completas (VAN DIJK; KOCH, 2002; DENZIN; LINCOLN, 2006) e, ainda, entendendo que a neutralidade na atividade investigativa é impossível (OLIVEIRA, 1988), busquei a articulação de diferentes métodos e técnicas de pesquisa a fim de tornar o mundo das experiências quanto mais compreensível.

Sobre a adoção de caminhos variados, esclareço que a pesquisa qualitativa nasce de uma mentalidade investigativa preocupada em entender diversas perspectivas e/ou métodos relacionados aos estudos interpretativos (DENZIN; LINCOLN, 2006). Para Flick (2009), o foco está em assegurar uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, identificando aspectos simbólicos que muitas vezes fogem à processualidade metodológica. Defendo aqui a premissa de que o método é mais um organizador do que um meio exclusivo para a produção do conhecimento relativo à realidade (OLIVEIRA, 2000). Entendo também que a abordagem é uma *bricolage* (LINSTED; GRAFTON-SMALL, 1990), que possibilita a conjunção de representações específicas em um contexto complexo e preconiza a construção da realidade segundo reflexões e moldes variados e dinâmicos.

5.3 Estudo de caso – uma paisagem real e não generalista da cidade

Com base na ênfase qualitativa, a estratégia metodológica condiz com o que preconiza a técnica de estudo de caso. O estudo de caso é utilizado em ciências sociais quando o problema de pesquisa intenta responder e explicar a ocorrência de dado fenômeno social sobre o qual há pouco ou nenhum controle pelo pesquisador (YIN, 2005). A técnica também contribui para o entendimento de eventos sociais complexos e para a descrição dos dados coletados em campo, ao passo que permite o detalhamento dos acontecimentos e sua investigação em profundidade. Esses aspectos se mostraram adequados nesse estudo, pois devido à complexidade teórica e empírica que lhes são inerentes, suas relações puderam ser melhores compreendidas por meio do aprofundamento investigativo, o qual alcançou-se pela descrição das temáticas estudadas considerando, ainda, o contexto urbano. Além disso, a análise do caso indicou subcasos a serem observados e explorados, aumentando a confiabilidade e validade dos dados e considerações de pesquisa (MARTINS, 2006).

O estudo, assim esboçado, apresenta características sobremaneira descritivas, muito embora exploração e explicação não se ausentem devido a sua problemática. Entendendo dessa maneira, o caso fornece uma visão empírica sobre os temas investigados e desempenha um papel de apoio para a compreensão que vai além do que até então já fora analisado. Analisar a caracterização da dinâmica urbana conexa ao circuito da pichação propiciou um vislumbre da realidade vivenciada pelos sujeitos em interações na cidade. O estudo de caso, assim como uma dada paisagem citadina, não confere uma generalização da *urbes* e, mesmo que resulte em uma síntese de elementos, não perde sua abrangência pela potencialidade de abstração de significados, tão pouco torna inexistente outros contextos. Pode revelar uma verdade com alta precisão e aprofundamento, sem lhe impedir novas investigações, olhares e leituras semissimbólicas (SARAIVA, 2012).

Na presente paisagem, o caso de Belo Horizonte, seus lugares, sua gente e suas práticas, condiz, em um primeiro plano, com as imposições relatadas por Sánchez (2001), relacionadas aos agentes, ao planejamento e à ação de organização formal nas cidades. O esquadrinhamento propiciado pela técnica, todavia, revela, quanto mais, arte, cores e símbolos; imaginação e resistência para a vivência urbana nas dimensões que capturam outros agentes do circuito da pichação. Poderia comparar o circuito da pichação em BH a um jardim não cuidado. Por vezes

regado por estigmas e exclusão, evidenciando a transgressão, resistindo em suas raízes uma capacidade de reinvenção, transformação e florescimento, que, todavia, não se mostra em perspectiva *alter*.

5.4 Corpus de pesquisa – de encontro com identidades e lugares na cidade

Tendo em vista a relevância das temáticas estudadas, os sujeitos e os lugares da cidade confirmaram-se como protagonistas do conhecimento científico. Em uma dimensão espaço temporal das cidades, à deriva das imposições globais e das invenções locais, é difícil para alguns indivíduos ser e tanto quanto estar no mundo. A transformação dos lugares e das identidades é assim semelhante a patrimônios tombados, alcançados pelo poder de enquadramento de uma instituição. O que vale um edifício ou um monumento se nele não há mais fôlego de vida? Por que preservar uma memória e fazer permanecer um imaginário acerca de um dado espaço ou sobre bustos esculpidos? Por que não valorizar a vida ou fomentar a vivência pública enquanto há vida? Como cuidar do que é material e concreto e se esquecer do ser que respira, que significa e ressignifica os espaços e que modifica os tempos?

A lógica vocacional que alcança os lugares e as pessoas que vivem o cotidiano da *urbes* demonstrou nas manifestações de junho de 2013 que carece de voz ativa. Porém, urge ouvir uma voz que não se revela somente em alguns lugares da cidade; voz essa ou um amontoado de vozes que representam a realidade urbana contemporânea tal qual ela é: plural e dinâmica; vozes que ultrapassam a lógica de poder hegemônica, existindo e resistindo, vivendo, criando e reinventando. Ao perceber no campo a multiplicidade de vozes, seus sons, leituras e atuações sócio-urbanas também identifiquei a riqueza do conhecimento e saber humano. Nesse, a complexidade dialógica relacionada à pichação na cidade de Belo Horizonte apontou-me outro caminho para congregação de sujeitos e lugares de pesquisa. Ainda que a deriva me tenha feito partir de um grupo específico, não foi possível nele enclausurar-me. Eis que me vi envolta a uma rede, revelada a partir dessa pesquisa, mas já existente em suas interfaces e integrações que escapam ao que aqui é descrito, pela potencialidade proveniente das individualidades e coletividades da dinâmica urbana.

Os **indivíduos**, seus respectivos **grupos de referência** e **lugares da cidade** compreendem, assim, o *corpus* de pesquisa. No que tange os indivíduos entrevistados, a construção desse *corpus* teve como critério inicial a seleção de sujeitos envolvidos com as ações de despiche do projeto da Prefeitura, além da lógica de bola de neve (SAINT-GEORGES, 2005). Esse recorte inicial indicava um grupo com considerável significado para a investigação, mas sem universo definido, dado que a partir de um indivíduo entrevistado se chegaria aos demais, os quais seriam apontados e posteriormente, intencionalmente, confirmados ou não como pessoas importantes para o estudo de caso. Assim, em um primeiro momento, foi possível contemplar nesse grupo: i) gestores públicos das secretarias e regionais responsáveis pelo planejamento e execução das ações de despiche do Projeto de Combate à Pichação; ii) representantes do setor empresarial e de associações sem fins lucrativos que participaram com a doação de materiais ou em cooperação na limpeza urbana e sensibilização social; iii) indivíduos e grupos vinculados às comunidades onde as ações de despiche foram realizadas e que participaram das ações do projeto; iv) além de possíveis pichadores das mesmas regiões.

Diante do desafio de não saber quem eram e onde se encontravam muitos dos sujeitos de pesquisa, em particular os pichadores, recorri às pessoas mais próximas, como familiares e conhecidos, na tentativa de chegar a algum pichador interessado em contribuir com o estudo. Conforme relatado no início desse estudo, deparei-me com algumas ligações que se fez conhecida pelo recurso da memória. As primeiras entrevistas com o que por ora chamo de grupo de pichadores fizeram saber de outros indivíduos vinculados a esse grupo, cuja atuação marca a dinâmica cidadina por meio de representações que não se caracterizam pelo combate à pichação. Após as primeiras entrevistas com os gestores do Projeto de Combate à Pichação, também percebi que os indivíduos indicados e as experiências por eles compartilhadas associavam-se a algumas interfaces da PBH, que se vinculam a outros programas municipais ligados a diferentes órgãos públicos e integrados pelo planejamento estratégico municipal.

Assim, ao analisar as indicações que surgiram e desenhar um traçado prévio dos grupos até então conhecidos, decidi, em concordância com meu orientador, ampliar o recorte geral dos sujeitos de pesquisa. Assim, na configuração do projeto criado pela Prefeitura é possível verificar indivíduos e grupos em interfaces entre as três esferas do poder público, considerados representantes da municipalidade; além de representantes da sociedade civil, contemplada por indivíduos vinculados às organizações privadas do segundo e terceiro setor. Além desses agentes, de certo modo, vinculados ao combate à pichação idealizado pela Prefeitura, o grupo

resultante dessa pesquisa também contempla outros representantes da sociedade civil, também vinculados a outros entes públicos e privados, os quais não se unem ao programa da PBH e me foram apresentados para suporte de compreensão sobre os pichadores da cidade.

A Figura 3 indica o início da trajetória de construção desse *corpus*, a rede de ligações e interfaces traçadas pelos sujeitos e reveladas a partir dessa pesquisa, juntamente com os dados representativos de cada um deles, que se configuram como perfil dos entrevistados. A fim de manter o sigilo, conforme acordado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), os nomes dos entrevistados foram substituídos por codinomes, mesmo que em alguns casos eles preferissem manter suas “identidades” reveladas. Entendendo a importância de tais aspectos em relação à identidade, foram mantidos os vínculos que representam as indicações/interações dos sujeitos, assim como os reais nomes dos grupos de referência, dado também detalhado iconograficamente, na Figura 3.

Ao todo, foram realizadas 22 (vinte duas) entrevistas, somando mais de 35 (trinta e cinco) horas de áudio e cerca de 500 (quinhentas) páginas de transcrição. Ao perceber uma possível dificuldade de esgotamento de indicações devido à técnica utilizada e considerar a riqueza e complexidade dos dados já coletados para o estudo, seguindo as recomendações do meu orientador, interrompi a fase de entrevistas para organização e análise dos dados coletados. Interessante ressaltar que tanto a representação de cada sujeito e grupo de entrevistados, assim como os significados por eles atribuídos às temáticas estudadas apontaram diferenças entre ideias e práticas; congruências de informações; novos apontamentos não explorados nos outros registros investigados; e uma pluralidade de discursos, que não necessariamente se opunham sobre dada temática, mas se mostravam reflexivamente múltiplos de acordo com o contexto de cada indivíduo, grupo e lugar.

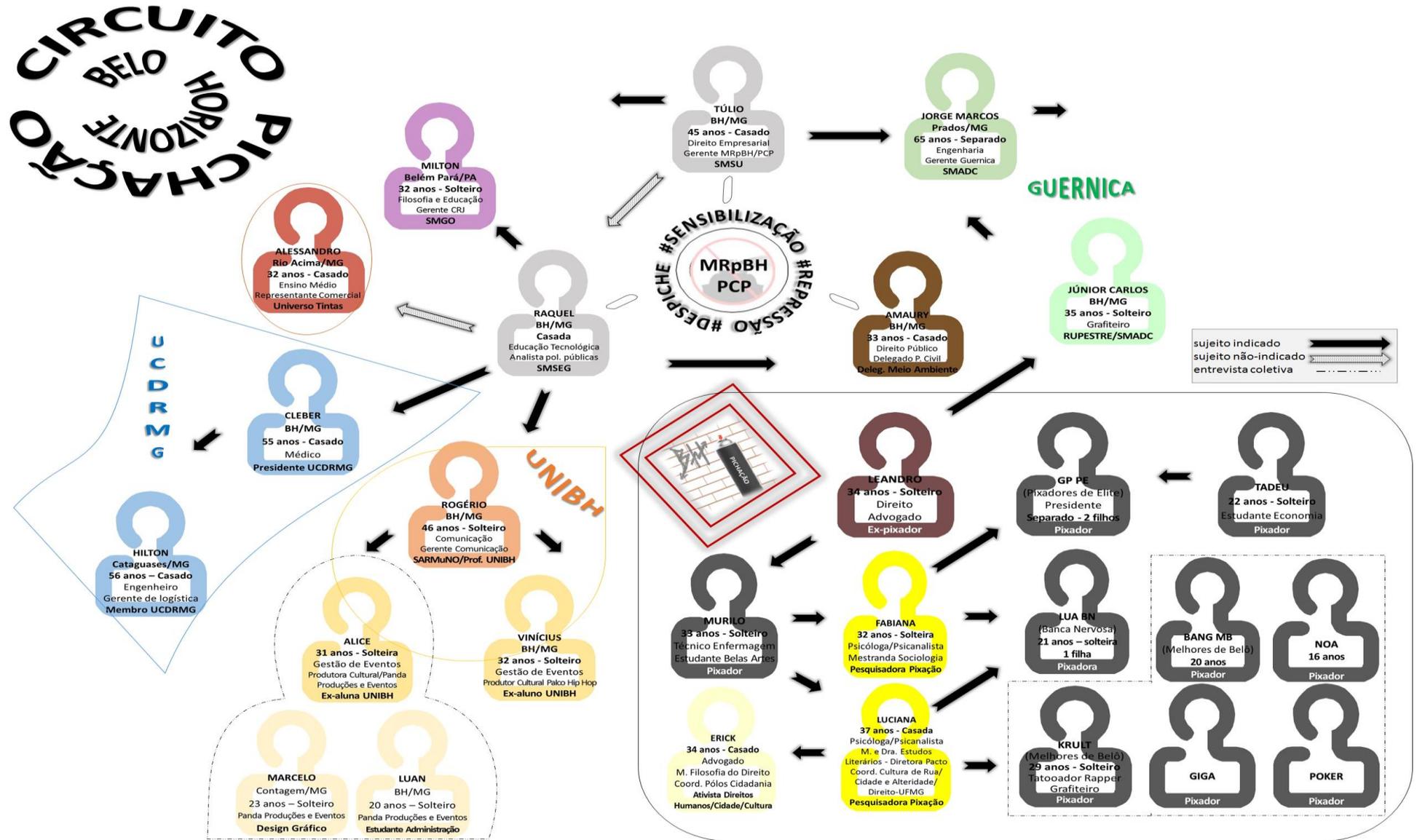


Figura 3 – Circuito Pichação Belo Horizonte
 Fonte: Elaborado pela autora

Inicialmente, o recorte dos lugares da cidade para constituição do *corpus* de pesquisa seria definido segundo mapeamento das ações de despiche implementadas pela prefeitura nas nove Regionais Administrativas, além de definições teóricas sobre centro e periferia, acreditando na possibilidade de captação das diferenças entre os lugares selecionados. A limpeza urbana promovida pela Prefeitura, realizada entre dezembro de 2009 e março de 2012, contemplou os seguintes lugares: Mirantes e Ancoradouro na Orla da Lagoa da Pampulha; Praça do Cristo, no Barreiro; Complexo da Lagoinha, em frente à Praça do Peixe; Instituto de Educação de Minas Gerais; Centro de Saúde e Escola Estadual Professor Agnelo Correia Viana, em Venda Nova; Escola Municipal Cônsul Antônio Cadar, na Regional Norte; Centro de Saúde São Geraldo e Praça Che Guevara, na Regional Leste; prédio de instalação do Conselho Tutelar e da Associação Comunitária Santa Cruz, na Regional Nordeste; Praça Caros Marques e muros da Escola Estadual Bernardo Monteiro; Parque Confisco, na Regional Pampulha.

Após mapeamento dos lugares despichados e de acordo com o que fora indicado a partir de um dos gestores do Projeto de Combate à Pichação, foram selecionadas duas regionais, Noroeste e Pampulha, que tiveram as ações de limpeza nos viadutos do Complexo da Lagoinha e nos monumentos do Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha, lugares historicamente emblemáticos para a cidade. A escolha desses dois lugares decorre de seus significados para a cidade, bem como de critérios de recuperação de dados e operacionalização de campo¹⁸. Embora as diferenças desses dois lugares sejam de fácil registro, as concepções de centro e periferia não se confirmaram diretamente no início da fase de campo, tornando os critérios mais evidentes pela captação dos sentimentos, percepções e demais aspectos de análise referenciados teoricamente pelas noções: topofilia; topofobia; e topocídio; dimensões: social; física; autobiográfica; e demais aspectos e fatores revelados a partir da história e memória sobre os lugares. Tendo em vista questões topográficas relacionadas a um dos blocos do roteiro de entrevista, os lugares de encontro indicados pelos sujeitos se mostraram diversamente significativos durante os seus compartilhamentos. Essa observação levou-me à confirmação de sua importância quando se tem a cidade como objeto e diferentes descrições de identidade e lugares como temáticas de discussão.

¹⁸ A escolha dos lugares de pesquisa foi conferida em associação aos critérios de seleção dos sujeitos de pesquisa (*Snow Ball*) e pela participação na ação de despiche. Um elemento complicador, em se tratando de organizações públicas, refere-se ao fato de muitos de seus servidores não mais estarem lotados nas mesmas secretarias ou não mais pertencerem ao quadro funcional da administração municipal, como no caso da Regional Pampulha e do Instituto de Educação de Belo Horizonte.

Nesse esteio, percebi que, além dos lugares delimitados, os lugares de encontro para as entrevistas, de certa forma, representavam aspectos identitários dos sujeitos e grupos. Como exemplo, as interpretações acerca do Viaduto Santa Tereza, que embora não delimitado inicialmente, fora evidenciado pelos sujeitos de pesquisa como um lugar importante no contexto histórico, social e cultural da cidade. Não só por sua representação para a cidade ou por sua arquitetura conhecida e marcada por pichações; o viaduto evoca uma história recente de práticas organizativas realizadas por diferentes coletivos e movimentos populares na sua parte inferior e em seu entorno, com os quais os pichadores de Belo Horizonte associam-se devido às proximidades desses movimentos com o Duelo de MC's.

A Figura 4 ilustra e mapeia os lugares inseridos no trajeto construído junto aos sujeitos pesquisados, reverenciando, além dos lugares selecionados em decorrência do despiche, os lugares de encontro para entrevistas e sua localização nos bairros e regionais administrativas de Belo Horizonte. Assim, tem-se a representação de lugares de trabalho (secretarias, escritórios, consultórios, estúdio de tatuagem e delegacia); de convívio (Viaduto Santa Tereza, Edifício Maleta, Sede dos Pixadores de Elite, Praça da Savassi, Praça Sete); de pesquisas e estudos (Faculdades e Escolas da UFMG); de residência (Pampulha); lugares de despiche (Complexo da Lagoinha, Conjunto Arquitetônico da Pampulha). Embora faça essa listagem para apontamento dos lugares que percorri na consecução do presente estudo, a análise dos dados contempla os dois lugares despichados, além de interpretações acerca do Viaduto Santa Tereza, o qual se mostrou significativo mediante os relatos de alguns sujeitos. Considerei, ainda, certa generalização nas localizações a fim de manter o sigilo dos indivíduos entrevistados

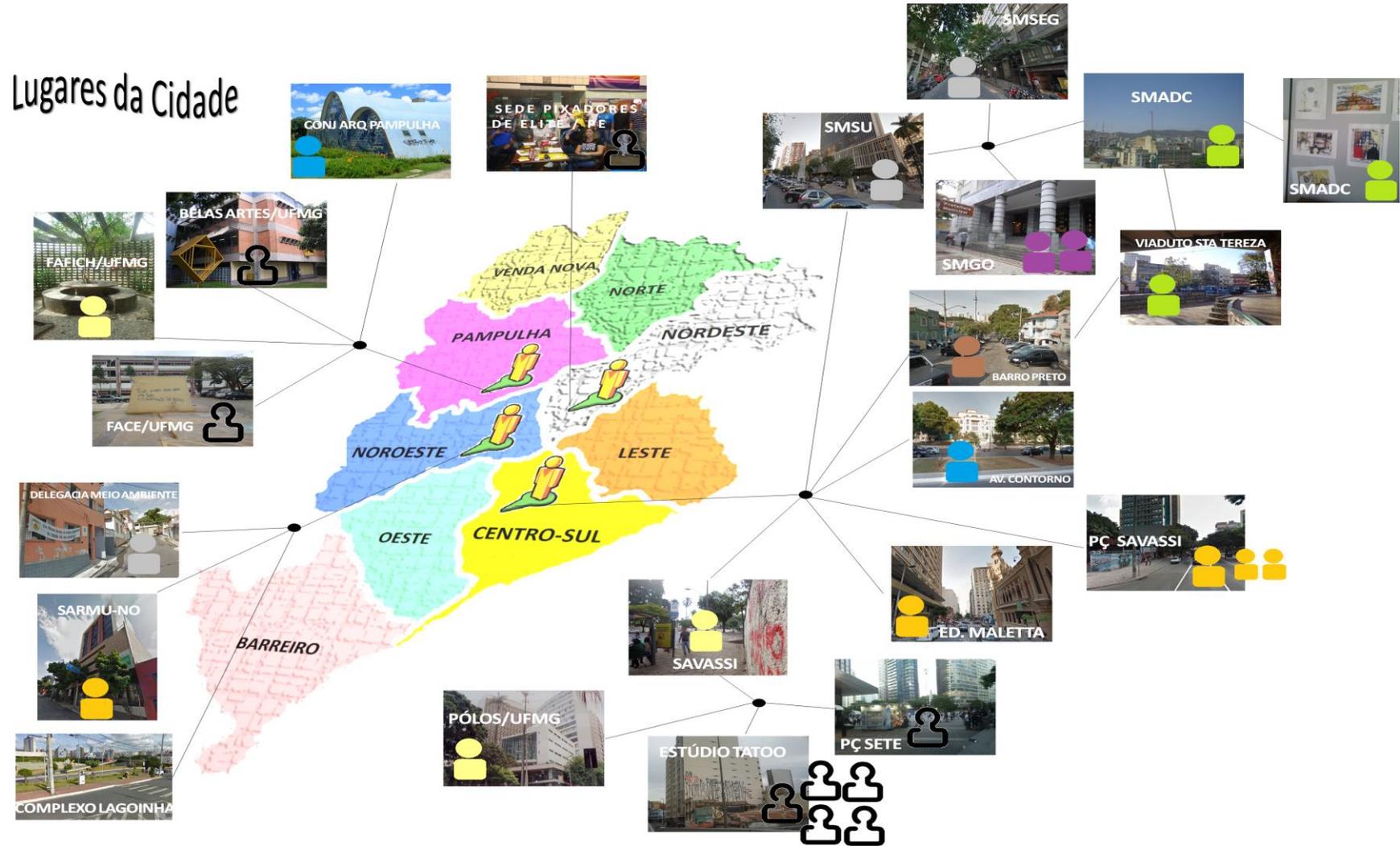


Figura 4 – Mapa lugares de pesquisa
Fonte: Elaborado pela autora

5.5 Instrumentos de pesquisa – meios de apreensão e análise da “real da ruas”

Os instrumentos de pesquisa compreendem as técnicas de coleta e análise dos dados. Mantendo a coerência com os pressupostos qualitativos de pesquisa, houve a integração das seguintes técnicas de coleta de dados: 1) realização de entrevistas individuais e coletivas, semiestruturadas e não estruturadas; 2) observação direta e indireta sistemática; e 3) levantamento de dados documentais. A articulação de diferentes técnicas de pesquisa é uma das características da pesquisa qualitativa. Nessa forma de interação, segundo Denzin e Lincoln (2006), cada técnica revela uma diversidade de significados, sendo essa uma base importante para a produção do conhecimento.

O conjunto de entrevistas realizadas, em alguns momentos, por meio de roteiro semiestruturado (Apêndices A, B e C), constituiu de encontros agendados de forma prévia e individual. No entanto, dentre os 22 (vinte e dois) agendamentos, 3 (três) encontros foram realizados coletivamente, junto a cinco pichadores; três jovens vinculados a uma produtora cultural da cidade, dos quais apenas um participou da ação de despiche no Complexo da Lagoinha; e dois gestores da Coordenadoria da Juventude, vinculada à estrutura da SMGO. Reconheço que o caráter coletivo tende a influenciar as discussões, uma vez que um indivíduo pode responder a determinada questão ou se posicionar ante a um assunto polêmico de acordo com os demais respondentes. Todavia, tratei de lidar com esse aspecto conduzindo a conversa de forma não estruturada, direcionando os questionamentos a cada um dos entrevistados, sem perder de vista as temáticas estudadas.

As observações realizadas durante a fase de coleta de dados contemplam sobremaneira os lugares de despiche e os lugares de encontro para as entrevistas. A técnica, realizada entre maio e dezembro de 2013, permitiu um contato mais direto com a realidade dos lugares; o exame das perspectivas que foram apontadas pelos sujeitos; e a evidenciação de dados não constantes nos roteiros. As observações foram feitas individualmente de forma direta e indireta de forma sistemática, buscando registrar aspectos e elementos significativos para a pesquisa segundo as temáticas teorizadas. Cada deslocamento, seja para entrevistas ou para a simples observação, foi acompanhado de registros fotográficos, a fim de reduzir as dificuldades de organização dos dados observados, assim como a dependência da memória, que poderia gerar interpretações meramente subjetivas ou parciais dos fenômenos.

Dos vinte dois lugares de pesquisa, conforme a Figura 4, três compõem os lugares de pesquisa e foram analisados em relação aos aspectos identitários e topográficos, bem como à sua representação para a cidade de Belo Horizonte. Nesses busquei registrar imagens com uma câmera fotográfica pessoal, modelo digital, com 16.2 megapixels de resolução. Tendo em vista o compartilhamento de histórias e memórias que evidenciaram experiências e percepções acerca do passado da cidade, recorri a imagens disponíveis na *internet* a fim de elevar a capacidade de análise espaço-temporal, compreensão dos temas estudados e visualização do que me era relatado.

Os dados secundários referentes à pesquisa correspondem a documentos de domínio público e particular, incluindo apresentações, cartilhas de divulgação e relatórios. Dentre os documentos acessados, destaca-se o programa de governo ou o Planejamento Estratégico BH 2030, idealizado para a gestão 2009-2012 e 2013-2016, e seus desdobramentos em projetos e ações estratégicas, publicados no Portal de Serviços e Informações da Prefeitura de Belo Horizonte (Portal PBH) ou cedidos pelos entrevistados. Dentre os documentos também constam as orientações legais sobre pichação¹⁹ e informações históricas de Belo Horizonte, citadas e referenciadas ao final da pesquisa. O levantamento de dados secundários permitiu um exame inicial sobre o Projeto de Combate à Pichação e o mapeamento dos lugares alcançados pelas ações do projeto nas nove regionais administrativas. Com esse levantamento inicial foi possível ir a campo em busca de mais detalhes sobre o projeto e sua interface com os temas investigados no âmbito da cidade.

Associado aos meios de coleta de dados selecionados para a pesquisa de campo, conforme recomendam Lopes *et al.*, (2002), Malinowski, (1997) e Roesse *et al.*, (2006), foram realizados relatos como em um diário de campo para registro de fatos que se sobressaíram nas trajetórias pela cidade e junto aos sujeitos de pesquisa no período que contempla a fase de coleta de dados, estendendo-se em outros momentos do estudo. Nesse estudo minhas anotações de campo são apresentadas de forma **complementar** aos dados em notas de rodapé, somando aos discursos e às imagens fotográficas algumas interpretações que muitas vezes fogem dos momentos de entrevistas e aos registros de imagens. Em conjunção ao caderno de campo, **também são complementares** os registros fotográficos dos lugares observados. De acordo com Banks

¹⁹ Dispostas no Código de Posturas; na Lei de Crime Ambiental; Leis de Direito à Paisagem; Lei Nº 10.059 (políticas anti-pichação); Lei Nº 6368/93 (comercialização de tintas e recipientes de spray); Lei 6995/05 (proíbe pichação no âmbito do município); Lei Nº 12.408/11 (descriminalização do grafite).

(2009, p. 50), há um leque de possibilidades em pesquisas que adotam essa técnica, uma vez que o tipo de dado coletado em registros fotográficos são representações de um complexo maior.

Como meio de apreensão e análise da “real das ruas” os instrumentos de coleta de dados contribuíram na captação de diferentes vozes, leituras e visões compartilhadas a partir dos textos primários e secundários, de imagens diretas e indiretas e das percepções do campo. Cada uma das técnicas marcou pontos entre pessoas e lugares que pouco se relacionam a uma dada distância física entre si. Nesse mapa existem então os relevos psicogeográficos, algumas correntes constantes, pontos fixos, eixos de passagens e multidões que dificultam e facilitam o acesso aos portões de entrada e às saídas de certas zonas urbanas. Para tanto, não escolhi um veículo específico, pois com cada um deles guiei e fui guiada a delineamentos que, embora se trate por precisão, permitiram seguir o fluxo da dinâmica urbana na cidade.

No que tange a técnica de análise dos dados, tendo em vista a interpretação da realidade segundo as perspectivas dos sujeitos e a defesa da comensurabilidade entre os paradigmas epistemológicos, aproprio-me de uma forma estruturalista de análise, segundo os pressupostos da Análise do Discurso. Essa técnica de tratamento dos dados permite um exame sistemático de textos e busca compreender os discursos, aprofundar o entendimento de suas categorias gramaticais em relação às ideologias e extrair os aspectos mais relevantes explícitos, implícitos e silenciados (FIORIN, 2005). A Análise do Discurso, assim entendida, configura-se na vertente francesa ou estruturalista, cuja abordagem articula as categorias linguísticas aos aspectos sócio-históricos e ideológicos, o que confere destaque para a relação entre linguagem e produção social (ORLANDI, 2009). Nessa concepção, o discurso é a materialidade simbólica da produção social, uma categoria de linguagem que está diretamente conexa ao sujeito, que, por sua vez, está sempre ligado a uma ideologia.

Nos estudos organizacionais, a Análise do Discurso vem sendo empregada como método que ultrapassa as práticas discursivas escritas, faladas e interacionais no ambiente das organizações. Seu principal objetivo é servir de instrumento de leitura e desvendamento do objeto, respaldando, ainda, as possibilidades de teorização (CARRIERI *et al.*, 2009). De acordo com Godoi (2010), no campo organizacional não se pretende uma análise de textos, mas a reconstrução dos sentidos dos discursos e dos interesses dos sujeitos na organização. Segundo Melo (2009, p. 3), “o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente

da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas”.

Dessa forma, a aplicação da Análise do Discurso ultrapassa uma simples análise verbal ao incluir aspectos não verbais e engendrar uma análise interacional. Seu diferencial está na evidenciação do sujeito no texto e na consideração da possibilidade de que os que as pessoas dizem nem sempre condiz com seus sentimentos e vivências (GODOI, 2010). Em sua complexidade os discursos compõem diversos elementos que preconizam uma análise contextualizada. Assim, nesse momento da pesquisa, talvez não mais à deriva, aproprio-me de um roteiro²⁰ estruturado de análise, conforme as dimensões da vertente francesa, para identificação e análise dos elementos, conforme os itens a seguir:

- a) Acervo lexical – conjunto de palavras enunciadas em um discurso;
- b) Temas e figuras (explícitos ou implícitos) e personagens – evidência de elementos mais abstratos e concretos de um discurso;
- c) Percursos semânticos estruturados a partir dos temas e figuras – repetição contínua de elementos semânticos;
- d) Aspectos interdiscursivos – relação entre um conjunto de discursos ou um conjunto das unidades discursivas de um mesmo discurso;
- e) Aspectos da sintaxe discursiva - estrutura ou disposição lógica pela qual um discurso é construído, incluindo figuras de linguagem (metáforas, metonímias, prosopopeias, e hipérboles);
- f) Aspectos refletidos e refratados nos discursos – aspectos refletidos preservam o sentido socialmente estabelecido, aspectos refratados reinterpretam os sentidos conforme os referenciais dos enunciadores (ressignificação de temas nos discursos);
- g) Condições de produção dos discursos - contexto da enunciação discursiva ou condição real disposta ao enunciador do discurso;

²⁰ Os elementos desse roteiro são didaticamente tratados pelo Professor Doutor Antônio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, e se baseiam nos pressupostos de Faria (1998); Fiorin (1999); Mainguenu (1999); Bakhtin (2006) sobre a Análise do Discurso na vertente francesa. Sua organização na forma de um roteiro foi feita pela primeira vez em Saraiva (2009).

- h) Discursos presentes no texto – processos cognitivos de produção social de textos;
- i) Aspectos ideológicos defendidos e combatidos – em termos discursivos, intenção do texto ou posição imanente a um dado enunciado discursivo;
- j) Posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade – contraposição entre o discurso do enunciador e o discurso hegemônico da sociedade em termos dominantes e marginais.

A narrativa construída a partir da análise dos discursos seguiu da tabulação dos dados e seleção de fragmentos relevantes às discussões evidenciadas pelos sujeitos de pesquisa, relacionadas, ainda, às temáticas estudadas. Para fins de compreensão, os vocábulos sublinhados nos fragmentos referem-se aos léxicos que serão analisados, para os quais usei o destaque em itálico quando da sua retomada analítica. Adotei como suporte a introdução de trechos entre colchetes para destacar vocábulos que não foram enunciados pelos entrevistados, mas ajudam a conferir sentido às enunciações segundo a dinâmica da entrevista.

5.6 Limites e fronteiras – a cidade e seu potencial criativo

Ao discutir a pesquisa antropológica na cidade, Magnani (1996) denota que as grandes metrópoles constituem-se como espaços privilegiados de experiências, tradições culturais, variedades de modos de vida e infinitas possibilidades de trocas e contatos. Tais aspectos apontados pelo autor retratam quase que plenamente os desafios da pesquisa sobre a dinâmica urbana relacionada à pichação na cidade de Belo Horizonte. O desconhecimento inicial dos sujeitos de pesquisa, devido à complexidade da rede de integrações configuradas pelo Projeto de Combate à Pichação, e, posteriormente, as várias indicações e a vastidão das relações criadas a partir da técnica bola de neve dificultaram a definição de perfis para os sujeitos e lugares de pesquisa, assim como a organização e análise de um grande volume de dados.

Do mesmo modo, destaco a complexidade das temáticas estudadas e suas compreensões nas diferentes áreas de conhecimentos, desvencilhando-se nas mais diversas teorias e correntes de pensamento. Somado a isso, tem-se a carência de investigações dos fenômenos nos estudos organizacionais, com exceção das abordagens acerca da identidade, muito embora a relação

compartilhada nessa pesquisa seja inexistente nessa área de estudo. Tais aspectos levaram-me a um diálogo mais intenso com as principais áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais: psicologia, sociologia, geografia, antropologia, história e filosofia, permeando ainda, pelo urbanismo. De acordo com Santos (2007), estudos que se caracterizam pela interdisciplinaridade têm como desafio o conhecimento e domínio de termos e técnicas de áreas específicas para uso e compreensões adequadas pelo pesquisador.

É de se considerar que o esforço aqui empreendido também reverencia a problemática contemporânea das cidades e do conhecimento científico. A realidade que se pretendeu buscar desde as propostas iniciais apontou para o contexto urbano e todo o seu potencial de construção social. A percepção que se tem em decorrência dos referenciais teóricos estudados e a pesquisa empírica é que as teorias organizacionais não são suficientes para lidar com a realidade urbana e carecem, portanto, de novas teorias sociais, as quais também não mais respondem adequadamente à pluralidade da dinâmica urbana.

A jornada a que me propus não se fez como em seu primeiro traçado. Tampouco sinto que o percurso tenha sido completo, uma vez que à deriva me vi guiada pela *praxe* urbana de comportamentos múltiplos e ambientes dinâmicos. Por ora vejo que fui conduzida pelos encontros e experiências de percurso que me fizeram descobrir uma passada que tanto deixa correr como pressupõe o domínio do que se fará descobrir. Certamente, um pensamento lúdico e construtivo, não tanto estruturado cognitivamente, me fizera esquecer, por um período e de certo modo, das relações habituais. Muito embora tenha sido marcada identitariamente pelo outro, seja ele um sujeito ou um lugar de pesquisa, minha realidade prossegue, por ora, atualizada.

6 DINÂMICA URBANA, PICHANÇA E PRÁTICAS ORGANIZATIVAS

Neste capítulo me proponho a construir uma narrativa, cujo cerne expõe a dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação a partir das práticas organizativas de controle da cidade e dos cidadãos belo horizontinos. Tomo como partida a análise dos relatos dos representantes municipais entrevistados e as percepções dos demais sujeitos de pesquisa acerca das ações da PBH, complementando com as observações de campo. Busco, assim, discutir e esclarecer o que não é percebido nas entrelinhas do planejamento estratégico municipal.

O conteúdo interpretado evidencia as origens e extensões do Projeto de Combate à Pichação, além de sua configuração organizacional em uma rede estratégica de interesses, atores e ações conexas à pichação. Essa formatação esboça inúmeros aspectos da dinâmica urbana e mesmo me detendo ao recorte ligado à pichação, ele por si abrange múltiplas questões, das quais farei o reconhecimento e buscarei a contextualização sob o prisma organizacional sem me aprofundar em interpretações diversas. Pela complexidade encontrada optei por construir a análise desse tópico seguindo um recorte da gestão da cidade e as orientações estéticas, dialógicas e cívicas pretendidas para a dinâmica urbana de Belo Horizonte a partir das três ações estratégicas do Projeto de Combate à Pichação

Tendo em vista suas conexões a diferentes agentes e lugares relacionados à pichação, assumo como pressuposto que as políticas públicas e estratégias de gestão desenvolvidas pelo programa da prefeitura têm orientado práticas organizativas moldadas pela administração pública, planejamento e gestão urbana gerencialistas. Entendendo a cidade e sua pluralidade, exponho outras formas de leitura, visão, comunicação e representação da dinâmica urbana, a qual se espalha entre os diferentes lugares e grupos sociourbanos. Pelo conhecimento obtido em campo, destaco nesse tópico as dimensões políticas, estratégicas, sociais e culturais que engendram discursos de estigmatização de grupos e requalificação de lugares, ditadas pela lógica das relações de poder e mercantilização da cidade.

6.1 Representações da realidade construída para a dinâmica urbana

6.1.1 BH 2030 – a cidade tomada pela gestão estratégica

As origens e extensões ideológicas do Projeto de Combate à Pichação em Belo Horizonte, segundo o relato dos entrevistados, evidenciam-se por diferentes ângulos. O enfrentamento da prática em Belo Horizonte decorre da década de 1990, pelas vias político-partidárias; indica suas bases na legislação e na busca por compreensão e diálogo; e avança para o aspecto estético e cívico sustentando-se pelo controle e ordenamento do espaço urbano através de um conjunto de leis anti-pichação.

(01) É importante observar que o projeto original ele não se restringe ao Guernica, não, porque na realidade essa questão do combate à pichação é anterior, nós temos legislação da época do governo Patrus, em 96. Então, muitas vezes as pessoas, por desinformação, acreditam que o combate a pichação é da gestão Lacerda e não é. Ela vem desde o Patrus, que proibiu a pichação no município. ...Na gestão Célio de Castro que o Guernica foi criado justamente para entender as motivações desse fator e abrir um canal de diálogo. Inclusive no Guernica, nós temos lá ex-pichadores que se tornaram grafiteiros, são os meninos do Guernica. ...Na gestão Lacerda uma das demandas, essa demanda por respeito ao espaço seja público, seja privado e ao patrimônio, ela desde sempre a gente vê constantemente a mídia, principalmente os grandes jornais que a gente tem impresso, os três grandes, pressionam, e se você for entrevistar a população, esse pessoal que entrevista na Praça Sete, vários perfis, sempre reclamando do dano ao patrimônio. (Raquel)

Os elementos discursivos do fragmento (001) expõem, por meio de temas, figuras e personagens, os percursos semânticos que indicam os principais discursos desenvolvidos pelos governos de Belo Horizonte nos últimos anos para o tratamento da pichação na cidade. É possível perceber uma relação temporal geral e um percurso baseado na normatização legal, especificado no governo Patrus (1993-1996), conforme a estrutura *nós temos legislação da época do governo Patrus, em 96*. Intui-se também uma busca por compreensão e diálogo que se expressa nas figuras do ex-prefeito *Célio de Castro* (1997-2000; 2001-2003) pela constituição do *Projeto Guernica*, que *foi criado justamente para entender as motivações desse fator e abrir um canal de diálogo*. A referência ao Guernica também aponta um percurso semântico expresso na seleção lexical *ex-pichadores que se tornaram grafiteiros*. O implícito subentendido aqui é de que a prefeitura reconhece a diferença prescritiva entre grafite e pichação, grafiteiros e pichadores, e percebe nos primeiros um canal de diálogo, instituindo, assim, apoio aos *grafiteiros do Guernica* entre os quais se tem *ex-pichadores*.

No enunciado também se usa como percurso semântico a *demanda por respeito ao espaço, seja público, seja privado, e ao patrimônio*, para evidenciar a *gestão Lacerda* (2009-2012; 2013-2016), por ora prefeito da cidade. Há no trecho analisado um silenciamento em relação ao período de gestão do ex-prefeito Fernando Pimentel (2003-2004; 2005-2008). Por estar

implícita a forma de tratamento do fenômeno urbano nesse período, pressupõe-se que o espaço citadino fora desconsiderado em relação à pichação ou tratado com outro foco. Daí sustenta-se a preocupação com a preservação do espaço público na gestão Lacerda, que é apresentada interdiscursivamente junto às figuras dos *grandes jornais* que *pressionam* o governo por meio de *entrevistas com vários perfis da população na Praça Sete, reclamando do dano ao patrimônio*. Sugere-se um reforço do discurso hegemônico de repúdio à pichação entre diversos grupos sociais que circulam pelo hipercentro de Belo Horizonte. Tem-se a mídia como agente legitimador de uma suposta demanda da maioria social, na qual a prática dos pichadores pela cidade não é incluída no modo de pensar e gerir a cidade.

Importante ressaltar que o aspecto político partidário que se seguiu desde a menção do combate à pichação em 1996, atualmente, segue as marcas da profissionalização da administração pública, conforme os pressupostos do Planejamento Estratégico 2030 e modelo de gestão estratégica denominado BH Metas e Resultados. Esse modelo, segundo consta nos documentos da administração pública, remete ao programa de governo que posteriormente estrutura-se como o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPGA 2014-2017. Conforme já é desenvolvido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o planejamento estratégico para a cidade de Belo Horizonte divide-se em 12 áreas de resultados, dentre as quais, na área Cidade Sustentável, origina-se o programa Movimento Respeito por BH e desse a formatação do Projeto de Combate à Pichação.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH (2013a), o programa BH Metas e Resultados abrange alguns objetivos voltados para: i) a gestão por resultados, em que se destacam a alocação de recursos humanos, financeiros e técnicos; ii) mobilização de parcerias, integração de ações e trabalho em rede; e iii) definição de responsabilidade gerencial. Pelo planejamento estratégico estabelecido para o futuro da cidade se reconhece a busca de integração das ações de combate à pichação a outros agentes sociourbanos. Muito embora da sua leitura técnica não se abstraia uma noção da lógica de atuação que será seguida pelos gestores municipais, tal como é possível perceber na descrição do programa Movimento Respeito por BH, publicado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial (SMSEG, 2013a, p. 1):

(002) O movimento busca organizar o espaço urbano, de forma colaborativa e democrática, fazendo valer as recentes modificações incorporadas ao Código de Posturas do município entre outras legislações e, em especial, aquelas que se referem

ao meio-ambiente, ao direito à paisagem e à LEI Nº 10.059, sancionada pelo Prefeito em 28 de dezembro de 2010.

No fragmento discursivo (002) o texto aponta de forma explícita suas intenções de *organizar o espaço urbano* por meio da *colaboração e democracia*. Também não se deixa esquivar de outro meio para alcançar o resultado esperado, conforme a sintaxe discursiva: *fazendo valer as recentes modificações incorporadas ao Código de Posturas do município entre outras legislações*. Dentre as legislações citadas destaca-se o Código de Posturas, a Lei de Crime Ambiental (Lei Nº 9.605/98), Lei de Direito à Paisagem (Constituição Federal/88), e a Lei Nº 10.059 que se refere às políticas anti-pichação. Todavia, o suporte legislativo para o controle da pichação na cidade também se faz valer pela Lei Nº 6368/93, que estabelece normas para a comercialização de tintas em recipientes de *spray*; Lei Nº 6995/95, a qual proíbe a pichação no âmbito do município; Lei Nº 12.408/11, que legisla acerca da descriminalização do grafite.

Uma vez estabelecidas as bases de atuação também se compreende que a legislação por si não é suficiente para garantir o ordenamento adequado da cidade, conforme relatos dos fragmentos (003), (004) e (005):

(003) Às vezes a pessoa tem seu estabelecimento comercial, ou sua residência, ou até mesmo o patrimônio público é pichado, e isso não gera o registro imediato do fato. Às vezes a pessoa não reconhece aquilo ali como crime, até por desconhecimento da legislação, não solicita o registro. Ou então até mesmo porque sabem que aquilo ali, para ela, de fato, não vai resolver, não vai resultar em um muro limpo de volta e tal, por parte do Estado. Então gera muito caso de subnotificação. ...A pessoa não fica presa, tem a pena lá, mas, efetivamente, dificilmente a pessoa vai ficar presa. ... “Ah, tem que mexer no bolso, tem que ser condenado a pagar, a repintar o muro”, mas às vezes não tem dinheiro, pra fazer isso é demorado, é um processo judicial de cobrança e tal. (Amaury)

(004) Existe lei que você tem que identificar quem está comprando, eu não conheço ninguém que identifica. ...Tem empresa que compra sem nota fiscal, vende sem nota fiscal, não tem nem CNPJ aberto. ...O Governo não tem fiscalização. ...A informação você não vai ter, se você tiver, é manipulada. (Alessandro)

(005) A legislação, por si só, não funciona. ...Não adianta nada você ter lei anti-pichação, se você não tem o procedimento que possa trazer aí algo diferente. (Túlio)

Nos textos, os léxicos: *isso não gera registro imediato*; *desconhecimento da legislação*; *não vai resultar em muro limpo de volta*; e *dificilmente a pessoa vai ficar presa*, indicam temáticas e figuras que constroem o percurso semântico da insuficiência das leis perante a sociedade, para as empresas que comercializam *sprays* e no controle da prática dos pichadores da cidade. No trecho também há uma interdiscursividade relacionada à *detenção, pagamento de multa e recuperação do patrimônio* pichado para salientar o discurso da falta de efetividade da

legislação em vigor. O enunciador do texto (004) reforça esse discurso, afirmando que a atuação das empresas *não concerne às orientações legais*, assim como a ação do governo, que *não fiscaliza a comercialização*. Já no fragmento (005) a seleção lexical *não adianta você ter lei anti-pichação, se você não tem o procedimento que possa trazer aí algo diferente* deixa subentendido que é preciso pensar e organizar a cidade, integrando outras formas de fazer valer a legislação anti-pichação.

Essas formas compreendem a inclusão de diversos atores no cenário de enfrentamento à pichação para organização formal da cidade e, conforme expresso por Fischer (1997a), denotam o *ethos* organizacional e identitário criado para a cidade estratégica. Na interface organizacional construída pelo poder executivo expressa-se a articulação entre os poderes públicos e a sociedade civil, a partir de órgãos do âmbito municipal e estadual e entes privados, reconhecidos no segundo e terceiro setor, os quais reúnem diversos indivíduos e grupos sociourbanos. No âmbito dos poderes legislativo²¹, executivo e judiciário tem-se uma atuação conjunta da Prefeitura de Belo Horizonte pelas Secretarias Municipais de Serviços Urbanos (SMSU), Segurança Urbana e Patrimonial (SMSEG) e Educação (SMED), além das Secretarias de Administração Regional Municipal (SARMU); das Polícias: Militar, Civil e Guarda Municipal, em particular, por meio da Delegacia de Meio Ambiente; e uma atuação eventual ou em iniciação do Ministério Público, por meio do Juizado da Infância e da Juventude.

De outro modo, o projeto apresenta interfaces diversas junto a outros entes municipais, tais como Secretaria Municipal de Fiscalização (SMAFI); Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS); Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), Fundação Municipal de Cultura (FMC); e interfaces especiais, como se percebe junto às Secretarias Municipais de Governo (SMGO) e de Políticas Sociais (SMPS), por meio da Coordenadoria da Juventude e da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (SMADIC), a partir de políticas públicas e programas, empenhados na construção do Centro de Referência da Juventude (CRJ) e Projeto Guernica, atuante na cidade desde 2000.

Aproximando-se da sociedade civil o Projeto de Combate à Pichação perpassa interlocuções específicas junto a alguns organismos privados, de racionalidades econômica e substantiva, tal como a parceria para doação de recursos e materiais de despiche realizada pela indústria

²¹ Representado pelo conjunto de leis anti-pichação.

Universo Tintas, que também intermediou parceria com a loja Varejão das Tintas para confecção de camisetas alusivas ao combate à pichação. Ainda para esse tipo de ação, a prefeitura recorreu, através das Secretarias Regionais, a parcerias com outros entes privados, tais como o Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH) e a União Ciclística Desportiva Recreativa de Minas Gerais (UCDRMG)²².

Toda a configuração em rede torna-se capaz de mobilizar diversos indivíduos e grupos para tratamento da pichação enquanto prática não quista na organização da cidade. Nesse esteio, o governo da cidade orienta representações de quem deve fazer parte das questões sociais e urbanas e quem deve ser excluído. Conforme Woodward (2003), as representações incluem práticas significativas, que conferem sentido aos sujeitos. De se ponderar, assim, sobre o desenvolvimento identitário marcado pelas representações de organização da cidade e combate à pichação realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelas quais é possível constatar um conjunto de mecanismos de controle para governar o comportamento das pessoas.

Nos fragmentos (006) e (007) é possível constatar a integração do projeto da prefeitura a alguns entes, além de uma evidenciação de sua perspectiva ideológica de representação, que mostrará como o governo municipal se posiciona junto aos circuitos ligados à pichação:

(006) Hoje quando eu penso na pichação eu penso exatamente em algo com vários focos de trabalho. O primeiro foco que a gente não pode deixar é o foco, evidentemente, do dano ao patrimônio público ou particular. ...O que que nós temos, por exemplo, eu tenho como te fornecer também o trabalho da SLU, do despiche. É um trabalho hercúleo, é como eu tô dizendo como acontece, ele é programado, existe um cronograma pra ele, nós estamos conseguindo fazer o despiche nas zonas, nas áreas mais impactantes da cidade, mas é aquilo que te falei, picha-se da noite pro dia. ...Quanto melhor você avançar pela prevenção menos você gasta com a correção, não é isso? Essas ações têm que tá muito coordenadas. (Túlio)

(007) ...Outra frente de trabalho que nós estamos na outra ponta, é a ponta da escola, ponta do pertencimento. ...Então você pertence não só à escola, você pertence ao bairro, você pertence à cidade. ...E se ela [criança] entende que ela faz parte desse elo, a tendência dela é fazer uma preservação daquilo com o qual ela convive. No meio do caminho (expressão gestual com as mãos sobre a mesa indicando pontos imaginários que se referem às frentes do projeto, pontas da escola e do dano) tem uma pedra, como diria Drummond. Essa pedra, esses dois polos, essa pedra é complicada. Porque você tem o hoje, você tem a criança (indicativo do ponto da escola), você tem o pichador já profissional (indicativo do ponto do dano). Aqui (indicativo do extremo que

²² Outras organizações mobilizadas para o combate à pichação em Belo Horizonte contemplam a Associação de Moradores do Bairro Milionários, na regional Barreiro; o Instituto de Educação de Minas Gerais, na regional Centro-Sul; a Escola Municipal Cônsul Antônio Cadar, na regional Norte; o Centro de Saúde São Geraldo, na regional Leste; o espaço de instalação do Conselho Tutelar e da Associação Comunitária Santa Cruz, na regional Noroeste; a Praça Carlos Marques e o muro da Escola Estadual Bernardo Monteiro, na regional Oeste; e o Centro de Saúde Venda Nova e a Escola Professor Agnelo Correia Viana, na regional Venda Nova.

referencia a escola e a criança) você quer evitar, que é o trabalho preventivo, escola integrada, a Prefeitura tem vários projetos de integração mesmo pra adolescente criança, etc. Aqui (indicativo relacionado ao dano e pichador profissional) você tem a punição. Então, teoricamente, você tem aquele indivíduo que está começando a agir (indicação de um novo ponto entre os dois extremos traçados). O indivíduo começa ali rabiscando a carteira, vai para a parede da escola. (Túlio)

Em relação à perspectiva ideológica encenada para a pichação na cidade são indicados três focos: o primeiro, elucidado no texto (006), refere-se ao *dano ao patrimônio público ou particular* e parece ser o alvo onde a municipalidade mais tem encontrado desafios, conforme o léxico *trabalho hercúleo*, realizado pela *SLU, nas áreas mais impactantes da cidade*. O percurso semântico construído por essas sintaxes, somado aos termos *programado* e *cronograma*, expressa o discurso de diferenciação e requalificação de lugares, em que se constata uma preocupação com a manutenção e recuperação de alguns lugares em detrimento de outros.

Além desse foco, no fragmento (007), o *estudo e trabalho preventivo com crianças e adolescentes nas escolas* constroem o percurso semântico do *pertencimento*, conforme também se deixa explícito. Ainda nesse texto, o personagem que compreende o *pichador profissional*, que é complementado, interdiscursivamente, com o personagem do *indivíduo que está começando a agir*, apontam para os percursos do comportamento de *isolamento* e da *formação de gangues*, os quais sugestivamente são abordados pela *punição*. Os três focos reforçam os ideais postos no controle sobre a educação para preservação patrimonial; educação infantil; e coerção e penalização através do exercício do poder.

O enunciador ainda expõe uma dificuldade específica, acerca da qual relativiza com o conhecido dito poético do personagem Carlos Drummond de Andrade “No meio do caminho tinha uma pedra”. Na visão da PBH, sob a ótica de um de seus gestores, constatam-se mais três grupos relacionados à pichação.

(008) Nós fomos às escolas, à Secretaria de Educação Municipal, e começamos a perceber que assim que a criança começa a verbalizar, dois anos por aí, até dez anos de idade, nove anos de idade, dez já é a curva, quando você faz aquela enquete com a criança da escola, o que ela acha que deve melhorar na escola, claro que de um jeito muito lúdico e tudo mais. ...Então, mais ou menos até os dez anos o que incomoda a criança é a parede riscada, é a sujeira, aquela coisa toda. A partir daí, passa a ser o que menos incomoda ou então passa a haver uma transição porque ele também passa a ser um agente do risco. (Túlio)

Nota-se no texto (008) que um primeiro grupo se caracteriza por crianças que estão em fase de educação infantil (*de nove anos de idade, até dez anos de idade*). Nessa fase as crianças são os delatores da pichação, entendida na estrutura lexical *o que incomoda a criança é a parede riscada, é a sujeira*. A partir dos dez anos de idade, tem-se uma *transição* na figura do *adolescente* (implícito subentendido) que se torna um potencial *agente do risco*. Também nesse grupo perpassa a dificuldade acerca da iniciação da prática nas escolas, expressa no texto (007). Conforme a fala enunciada, *normalmente o crime de pichação pra esse circuito é um crime de gangue também*. Num terceiro grupo estaria o *pichador profissional*, que age de forma *isolada* e é um *sujeito solitário*, diferentemente do *adolescente*, que agindo em grupo, *dá vazão aos desejos do grupo*. O quarto grupo, embora silenciado nos textos (006), (007) e (008), é dos grafiteiros, dos quais alguns se vinculam às ações da PBH, são os *meninos do Guernica*, também formado por *ex-pichadores* (fragmento (001)).

A interpretação desses enunciados deixa subentendido de que o trabalho com as crianças nas escolas (ponta do pertencimento) ocorre de forma preventiva, enquanto a atuação junto aos pichadores profissionais (ponta do dano) se estabelece pela punição. O desafio, assim, é posto em relação ao adolescente, com quem se tem um tratamento integrado nas escolas e na cidade (implícito pressuposto).

(010) Então, a nossa ideia é canalizar essa energia que a criança e o adolescente têm, aí voltando um pouquinho para aquela outra fase, pra outras coisas. Às vezes o menino quer desenvolver, se expressar, por que não oferecer a música, o esporte, o teatro. É a identificação disso pra gente poder fazer um trabalho de base. Não adianta nada você trabalhar aqui, a ponta de cá [indicação gestual da ponta do dano, que faz alusão aos pichadores profissionais] e toda vez que você puxa a corda, eles puxam de lá, entendeu, essa é a ideia revolucionária do picho. Toda vez que o Estado, a municipalidade, ela endurece, você vê um número maior de pichações na cidade, porque eles reagem. Por isso que essa noção de combate é uma noção ruim, porque se você entrar na briga, você perde. (Túlio)

No enunciado, identifica-se o percurso semântico do direcionamento de crianças e adolescentes para outras atividades de expressão, conexas ao esporte e às artes de uma maneira geral. Identificar essa possível aptidão permite que o poder público defina um *trabalho de base*, ao passo que trabalhar somente com a punição desencadeia *reações* adversas dos pichadores na cidade. Na seleção lexical *toda vez que você puxa a corda, eles puxam de lá* sugere-se uma relação conflituosa de causa e efeito, em que as operações realizadas no combate à pichação, se atacadas por meio da punição, geram nos pichadores um sentimento de revolta, que provoca mais marcações na cidade (implícito pressuposto). No trecho, o enunciador explicita que *a*

noção de combate à pichação pode ser prejudicial, entendendo que é uma *briga perdida*, o que, interdiscursivamente, refuta a posição hegemônica da sociedade, que pressiona o governo tanto para conservação do bem público, como para a coerção dos infratores.

Interessante perceber na articulação organizacional e nas demandas decorrentes da pichação a cognição relacionada às três ações estratégicas do projeto: Despiche, Sensibilização e Repressão; e os discursos produzidos para que a partir delas se faça valer o cumprimento da legislação, que talvez mais represente a produção de respostas à parcela da sociedade que propulsiona o discurso contra a pichação. O governo da cidade, assim, tanto orienta as representações de combate à pichação como é pressionado para enfrentar o fenômeno sociourbano segundo os vários modos de fazer (política, legislação e gestão), pelos quais imperam os mecanismos de controle sobre as orientações estéticas e cívicas na cidade.

No formato atual, a divisão em ações que se integram estrategicamente não só sustentam, mas orientam a concretização das dimensões legais, dialógicas e estéticas sobre o espaço urbano. Assim, nas três ações do Projeto de Combate à Pichação apreende-se a seguinte conexão entre alguns aspectos referentes à dinâmica urbana relacionada à pichação: 1) orientação estética e cívica para restauração e recuperação do bem público, respeito e preservação do espaço urbano e educação para cidadania, notadas nas ações de Despiche; 2) diálogo, parcerias e interfaces para educação infantil, conscientização social e redirecionamento dos jovens infratores a partir dos canais encontrados nas artes, na cultura de rua, mobilização e cooperação social e no lazer, comungadas pela ação de Sensibilização; 3) legislação anti-pichação com foco na segurança pública para preservação do espaço urbano e patrimonial, reparação do dano, coibição dos cidadãos e punição dos infratores, que se observa pela ação de Repressão.

A lógica de atuação formatada pela gestão municipal pode ser pensada pela complexidade e consentânea dificuldade de lidar com o circuito ligado à pichação na cidade. A pichação é um fenômeno difícil de se caracterizar, principalmente, pelas ocorrências subjetivas, ora potencializadas ora negadas pelos praticantes, assim como por suas nuances que variam global e localmente, nas cidades brasileiras tratada por políticas públicas de enfrentamento para erradicação. É também um circuito permeado por noções das diferentes áreas de conhecimento. Nas perspectivas antropológica, psicossocial e cultural a prática possui multiformas, dado as particularidades referentes aos aspectos identitários individuais e coletivos, os quais criam uma

pluralidade de identificação e desidentificação com a prática, assim como relações a movimentos contra culturais, tal como o *Hip Hop*.

(011) Por exemplo, para executar essas ações a gente precisa muito da Secretaria Municipal de Educação, porque essas ações são executadas prioritariamente em escolas. E as escolas são um dos grandes demandantes, nós temos Guardas Municipais em todas as escolas. E a gente tem o BI, que é o boletim de intervenção, que a gente registra ali as infrações, os delitos cometidos, um dos maiores delitos é a pichação nas escolas. ...Nós precisamos da BHTRANS muitas vezes para poder fazer uma intervenção no trânsito para fazer nosso trabalho [de conscientização]; o Guernica com a questão dos fóruns de discussão, de diálogos entre pichação e grafite; e principalmente nós temos aqui outros órgãos como a Polícia Civil, através da Delegacia de Meio Ambiente... E a Polícia Militar, que tem o Olho Vivo, que é uma das estratégias da Gestão Qualificada, de vídeo-monitoramento, falando do policiamento que ela acaba que identifica esse tipo de delito. (Raquel)

(012) ... a promotoria de defesa do patrimônio público, promotoria do meio ambiente, algumas vezes o juizado com a juventude ou até com a questão das penas alternativas, igual o juizado especial. Então a gente [Delegacia do Meio Ambiente] faz parte desse grupo, das desencadeações pra entender esse fenômeno da pichação e pra ver quais os esforços que precisam ser dados para esta questão. (Amaury)

(013) A gente tem assim, é um grupo informal, né? Igual eu te falei, Fundação de Cultura tem um grupo que pensa muito legal, Guernica, Secretaria de Educação, são as pessoas com as quais nós vamos conversando e vamos tentando mudar. (Túlio)

A análise dos fragmentos (011), (012) e (013) permite compreender ainda mais a lógica de enfrentamento do picho em Belo Horizonte. No texto (011) identifica-se o reforço de alguns percursos semânticos, como o percurso da educação infantil, expresso pela seleção lexical *ações são executadas prioritariamente em escolas*. Um segundo percurso se refere à mobilização de outros entes, no caso a *BHTRANS*, que por meio da *intervenção no trânsito* permite ações para *conscientização* social quando ocorre a organização do despiche na cidade. O terceiro caminho aponta para a figura do *Projeto Guernica*, destacando um percurso que explicita os *fóruns de discussão* e os *diálogos entre pichação e grafite*. Destaca-se, ainda, o percurso da vigilância e penalização ao apontar as figuras da *Polícia Civil*, através da *Delegacia de Meio Ambiente*.

Nesses textos, os caminhos seguidos pelo projeto valem-se para sustentar a mensagem ideológica implícita nos relatórios que abordam o planejamento estratégico, ou seja, a visão de futuro que se pretende para a cidade e seus cidadãos, com os quais se tem modos de tratamento específicos. Percebe-se a intencionalidade dos discursos em reforçar a pichação como uma prática que precisa de intervenção, segurança e punição nas escolas, que têm a constante presença de *Guardas Municipais* e a ameaça de *Boletins de Intervenção* para registros das

infrações cometidas, e nos espaços públicos, pela figura da *Polícia Militar, que tem o Olho Vivo, que é uma das estratégias da Gestão Qualificada, de vídeo-monitoramento, que identifica esse tipo de delito.*

O aspecto da segurança pública também é apontado no fragmento (012) pelas instâncias de *defesa do patrimônio público e do meio ambiente*. Nesse texto o enunciador indica eventuais atuações do *juizado da juventude* na questão das *penas alternativas*. Esse enunciador, assim como o do fragmento (013), fazem menção a um grupo de *desencadeações* de esferas organizacionais que se reúnem para discutir o fenômeno, ajustar ações e deliberar quais *esforços* serão empreendidos em seu tratamento. O implícito subentendido é de que a rede de parcerias da PBH refere-se a um grupo de pessoas de diversas organizações com conhecimentos múltiplos, que abrangem elementos de responsabilidade dos três poderes do Estado e de agentes sociourbanos, além de múltiplos aspectos identitários individuais e coletivos, com os quais cria-se uma identidade organizacional, nos moldes expressos por Carrieri, Paula e Davel (2008), exclusiva para o combate à pichação. Além disso, abrange perspectivas culturais e educacionais para ordenamento e controle do espaço urbano, que, embora muito subjetivas, tanto se relacionam ao que é concreto (espaço, patrimônio público e privado), bem como ao abstrato (dinâmica urbana, sociedade, infância e juventude).

Ao ideário relacionado à gestão estratégica, somam-se outras lógicas de tratamento da pichação na cidade, expressas nos fragmentos (014), (015) e (016). Sustenta-se a ideia de *abordagem com o grupo de pichadores* a partir dos grupos criados pelo Projeto *Guernica*, que *eventualmente coloca as questões relacionadas ao grafite e à pichação* para reflexão dos gestores do projeto da prefeitura, e o *Centro de Referência da Juventude*, tido como um *equipamento cidadão que vai sediar os projetos voltados para os jovens*. No texto o enunciador indica certa proximidade da PBH às figuras e aos personagens ligados à pichação em Belo Horizonte. Essa referência aponta o *peçoal do Duelo de MC's* e a parte *debaixo do viaduto de Santa Tereza*, nesse contexto reconhecido pelo enunciador da PBH, como *corredor cultural*.

(014) Nós vamos trabalhar a metodologia de abordagem, o Guernica também tem essa leitura de como fazer essa abordagem com o grupo [de pichadores]. E nós temos um grupo que é muito interessante que é o Centro de Referência da Juventude. ...É um pessoal muito próximo do duelo de MC's, o pessoal do Duelo de Mc's é um pessoal muito ligado à pichação em Belo Horizonte, o pessoal que está ali, debaixo do viaduto de Santa Tereza, é o corredor cultural. (Túlio)

(015) Primeiro, eles são executantes, no caso da política do Respeito Por BH. ...É um projeto executante para que se respeite o Código de Posturas da Cidade, é função

deles. Eventualmente eles ouvem o Guernica? Ouvem. Eventualmente eu coloco as questões [relacionadas ao grafite e à pichação] para eles? Coloco. Cabe a eles executarem ou não. (João Marcos)

(016) Bom o centro de referência, ele é o equipamento, um local que vai sediar os projetos não todos, mas os principais projetos que a prefeitura tem, projetos municipais, projetos estaduais e projetos federal, ou seja, projetos das entidades federativas que estão voltadas para o jovens. Ele tem como objetivo atender jovens de 15 a 29 anos, ou seja, ele é um equipamento em BH único vamos dizer assim especificamente que atende esse público. (Gilson)

Importante afirmar essa provável congruência de interesses da prefeitura de Belo Horizonte em participar, de certo modo, das vivências alternativas de alguns coletivos da cidade. O Duelo de MC's, que reunia diversas pessoas ligadas ao movimento *Hip Hop* todas às sextas-feiras sob o Viaduto Santa Tereza, um lugar emblemático na história e nas sociabilidades da cidade, tornou-se um evento reconhecido não só pelos grupos que são marginalizados na cidade e região metropolitana, mas também pelas vias formais da cidade²³. Embora haja essa representação, o grupo, atualmente, enfrenta impedimentos de ocupação do espaço debaixo do viaduto, que, inclusive, possui um projeto municipal que visa sua revitalização, às vias de ser implementado.

O coletivo Família de Rua, organizador do Duelo de MC's e colaborador de outros coletivos de ocupação dos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte, como os movimentos Real da Rua e Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH-BH), foi referenciado por alguns representantes da prefeitura como grupo que entende as demandas da juventude da cidade e se posiciona em práticas de resistência e protestos ante as ações de organização empenhadas pelo município. Embora essa pareça uma estratégia discursiva de conhecimento, reflexão e aproximação para diálogo e compreensão, na prática prevalece o discurso de ordenamento e controle, uma vez que a municipalidade tem excluído da gestão as demandas e ações organizadas por esses grupos urbanos, impondo sua forma de planejar a cidade. O que se vê, desse modo, são diferentes interesses variavelmente expressos pelos diversos grupos da cidade.

6.1.2 Interesses públicos e leituras sociais

²³ O Duelo de MC's foi o ganhador do Prêmio Bom Exemplo 2013 (categoria Cultura), promovido pela TV Globo Minas em parceria com a Fundação Dom Cabral, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e o Jornal O Tempo, apoiado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

A configuração estratégica preconizada pelo programa municipal também evidencia outras representações da dinâmica urbana a partir de suas interfaces coletivas, internas e externas. Através dos vínculos para o combate à pichação na cidade pode-se constatar uma variedade de objetivos e perspectivas para a concretização da articulação, além de algumas especificidades produzidas pelas orientações expressas nas três ações estratégicas. Os depoimentos dessa subseção destacam as percepções e os objetivos dos diferentes atores sociais no que concerne o Projeto de Combate à Pichação.

(017) O que houve foi uma sinergia entre o programa em si, do Movimento Respeito por BH, com também uma outra apresentação, que foi do programa de gestão social que estava sendo introduzido no Centro Universitário de Belo Horizonte, o UNIBH. ...Porque quando você pensa na questão da estrutura pública, você trabalha de uma forma, assim, com vários fatores, várias gerências, vários interesses. ...Houve um consenso com as gerências que participaram da construção do local, obviamente tendo a administração geral, que é o gabinete, através da pessoa que é o secretário [da Regional Noroeste]. A primeira coisa foi essa, qual o local? Existia inclusive outros locais, mas houve um consenso com todos os atores organizacionais de que a Praça do Peixe deveria ser o local que receberia essa ação do Movimento Respeito por BH. Tendo estabelecido isso, como já existia uma parceria que veio ser apresentada pela Reitoria do Centro Universitário de Belo Horizonte, isso foi encaminhado como opção e lá na academia, os estudantes também puderam optar. ...a maioria da turma optou pelo projeto de despiche da Praça do Peixe, esqueci o nome que eles deram lá para o projeto e a partir daí houve um planejamento com a turma. A turma, era uma turma do último período de Gestão de Eventos, o curso de Gestão de Eventos. (Rogério)

(018) Foi na realidade uma conjunção de fatores. Uma pessoa falou assim vamos ter o projeto de despiche, vai ter aqui na Lagoa. ...na época quem estava promovendo isso era a Guarda Civil, a Guarda Civil não, a Guarda Municipal. A assessora de comunicação entrou em contato conosco e nós achamos a ideia genial e absolutamente dentro dos nossos objetivos sociais. ...começou também na Guarda Municipal, porque nós fomos pedir ajuda da Guarda Municipal para dar uma proteção para o grupo. Temos [no grupo] um vereador, o [nome ocultado - vereador de BH] que é um vereador de vários mandatos, o [nome ocultado - vereador de BH] nos acompanhou na Regional Pampulha e na Guarda Municipal, solicitamos o apoio para que nós tivéssemos batedores da Guarda Municipal, dando proteção, principalmente nos cruzamentos, pelo menos na primeira volta do grupo, porque nós damos três a quatro voltas na Lagoa [da Pampulha]. (Cleber)

O fragmento discursivo (017) indica a *sinergia entre o programa Movimento Respeito por BH e o programa de gestão social que estava sendo introduzido no Centro Universitário de Belo Horizonte, o UNIBH.* Usa-se como percurso semântico a multiplicidade de *fatores, gerências e interesses,* destacando alguns personagens importantes na hierarquia das instituições citadas (*secretário da Regional Noroeste e Reitoria do Centro Universitário de Belo Horizonte*). A decisão pela Praça do Peixe no Complexo da bairro Lagoinha, dentre outros lugares passíveis de despiche, ocorre por meio de *consenso com todos os atores organizacionais.* Somente após essa deliberação houve a apresentação do projeto aos *estudantes* do Centro Universitário, que tiveram a mesma escolha dos demais atores e *a partir daí houve um planejamento com a turma.*

O texto produzido reflete o discurso hegemônico ao evidenciar uma postura consensual dos organizadores do projeto ante os demais atores sociais. A participação social somente ocorre após uma decisão prévia e se constitui como colaboração pública, responsabilização social e avaliação institucional para os alunos do centro universitário. Nesse sentido, a ideia de construção conjunta e gestão compartilhada se resume a um formato de cooperação, pelas vias de projetos sociais, em que agentes sociais apenas contribuem na execução das ações previamente estabelecidas junto aos atores institucionais. Conforme sustentam Fischer, *et al.* (1997b), ação social e cooperação são compromissos da cidade estratégica, assim como os discursos de valorização da participação social.

O enunciado (018) também remete ao percurso da *conjunção de fatores* para a consecução entre as ações, os grupos e os lugares alvos do Projeto de Combate à Pichação. Relevante observar que a ação de despiche, promovida pela *Guarda Municipal* na orla da *Lagoa da Pampulha*, não é apresentada como opção, sendo o Conjunto Arquitetônico um lugar já deliberado por outros agentes. A sintaxe discursiva *começou também na Guarda Municipal porque nós fomos pedir ajuda da Guarda Municipal para dar uma proteção para o grupo* evoca uma demanda pelos serviços do município, da qual também subentende-se a inclusão do grupo no que já era objetivo da prefeitura. Além da ajuda através da *Guarda Municipal*, interdiscursivamente, há a correspondência de um *Vereador*, que como membro, intermediou a demanda do grupo de ciclistas da Lagoa junto à *Guarda* e à *Regional Pampulha*. No trecho o enunciador expressa a congruência dos objetivos da PBH com os *objetivos sociais* do grupo, o que reforça que o discurso da ação social também faz parte da ideia do grupo para intervenção urbana.

O discurso (019) também torna essa mensagem evidente ao associar a necessidade da PBH em obter parcerias para *projetos sociais*. Nele o enunciador indica personagens vinculados à prefeitura e afirma que um deles *precisava de uma indústria de tinta para fazer o serviço*. Uma divergência de objetivos poderia ser expressa na sintaxe *não agrega à nossa imagem*, uma vez que o enunciador também deixa claro em outra fala que *alguns públicos não são interessantes* para a congregação dos recursos da empresa.

(019) ...O [nome ocultado - diretor indústria de tintas] me apresentou ele [nome ocultado - secretário municipal] porque ele precisava de uma indústria de tinta para fazer esse serviço. Eu fiz o contato com a diretoria da empresa, a gente já teve alguns projetos sociais, e a empresa topou fazer. ...Quando a empresa entende que aquele projeto é viável, vários fatores às vezes não é viável financeiramente, mas ele é viável por imagem, a gente utiliza isso também. Tem coisas que as pessoas apresentam para

a gente que não agrega à nossa imagem devido ao público que ele vai atingir. Para a gente alguns públicos não são interessantes. ...Jovem pra gente não interessa, jovem não compra tinta, ele vai ser um futuro consumidor. (Alessandro)

O contexto de produção desse discurso se faz importante para a interpretação do texto, que tem como enunciador um representante da indústria de tintas, cuja participação de mercado não inclui o segmento de venda de *spray*, dentre outros materiais químicos de limpeza. Nesse caso, é nítida a exclusão de uma parcela do público dessa empresa, como explícito na fala do enunciador: *jovem pra gente não interessa, jovem não compra tinta, ele vai ser um futuro consumidor*. A interdiscursividade relacionada à ação social se faz presente nos discursos acerca da *doação de recursos para a limpeza urbana*, veiculada por meio do patrocínio às intervenções para melhoria do espaço urbano. Porém, pela mensagem de *exclusão de uma parcela da sociedade e obtenção de promoção de imagem* expressa-se o discurso do consumo e do marketing social, que se sobrepõe ao da ação social subentendido no texto (020).

(020) Nós estamos fazendo camisa, nós estamos doando as tintas, eu arrumei um parceiro, que era o Varejão das Tintas para doar o material de pintura, aí eu chegava na hora, eu da Universo Tintas, e estava cheio de lata da concorrência, Nova Cor, Suvinil... Até embalagem vazia eu mandei e utilizavam as embalagens da outra indústria que não quis participar do projeto. ...Vamos fazer um evento da Coca-Cola, mas todo mundo toma Pepsi? Eu não fui visto de forma nenhuma. Eu quero os parceiros, mas eu preciso de retorno. Não estou pedindo dinheiro, estou pedindo espaço, eu preciso aparecer para eu apoiar alguma coisa e eu não consegui esse espaço e acredito que outros também, o parceiro que eu consegui também não queria mais ajudar. E, assim, o problema da política é porque a maioria das pessoas que estão por fora não conseguem ver o que está maquiado, só conseguem ver a Maria Bonitinha, depois dela toda maquiada. Mas, o que está por trás da maquiagem, a estratégia daquilo ali só quem está envolvido com estratégia. ...Eu consigo ver muita coisa que passa despercebido por todo mundo. Todo mundo foca no projeto porque o foco é o projeto, mas para ele acontecer você tem aquilo, ele está aqui na ponta, mas aqui você tem várias coisas acontecendo. Então essa estratégia política, os caras são muito bons, eles conseguem ofuscar tudo para aparecer só o que eles querem. Muita manipulação de informação, muita informação falsa. A gente que está de fora, a gente vê pessoas sérias trabalhando e muita manipulação. (Alessandro)

No fragmento discursivo (020) o enunciador indica seus esforços para cooperação na ação da PBH e o descaso com a imagem das empresas parceiras. A indignação é explícita a partir da sintaxe *até embalagem vazia eu mandei e utilizavam as embalagens da outra indústria que não quis participar do projeto*. Interdiscursivamente, ele opõe a ação da prefeitura pelo fato de não receber o retorno e o espaço de marketing para a empresa, conforme esperado pela parceria. A metáfora expressa por meio da seleção lexical *vamos fazer evento da Coca-Cola, mas todo mundo toma Pepsi*, implicitamente, também remete ao descaso com os esforços empenhados pelo parceiro para execução do projeto e promoção da empresa patrocinadora. A metonímia

Maria Bonitinha refere-se ao Projeto de Combate à Pichação, cujo implícito subentendido reflete a ideia do cuidado com a aparência estética da cidade, *onde muita coisa passa despercebido por todo mundo*. A partir dessa sintaxe o enunciador indica a estratégia política e gerencial do projeto que consegue *ofuscar tudo*, inclusive *manipulando e falsificando informações*.

O que sobressai dessa integração entre a prefeitura municipal e o setor empresarial, mais do que o caminho expresso pelas vias da ação social pública ou responsabilidade social empresarial, são fatores políticos e econômicos, em que se promove o governo e a gestão municipal, sem ter um gasto público com o despiche. Igualmente, a empresa patrocinadora formula a vinculação da sua marca perante a sociedade, que pensa contribuir com uma causa coletiva. O que não se discute explicitamente entre os entrevistados é a estigmatização de determinado grupo urbano, perante outros grupos da cidade. Na organização das ações de despiche do projeto essa compreensão pode ser mais analisada, uma vez que, além da limpeza do patrimônio ou espaço público, da mobilização para conscientização social, tem-se a orientação dos participantes acerca da criminalidade da pichação.

(021) A participação da sociedade no projeto que eu vi foi envolvendo escola, alunos das escolas, pais, diretores, professores. Isso é muito bom, a gente via muitas crianças muito empolgadas, eles estão ali para aprender. ... Eu acho que essas pessoas que participaram trataram o projeto muito bem, acho que queriam acompanhar sim, ver a escola toda pichada e você não vê ela pichada mais, você saber que participou daquilo, que seu pai participou com você, seu irmão participou, a professora participou. ... Isso envolve, faz as pessoas sentirem melhor, a gente precisa estar envolvido, é necessidade nossa, eu acredito nisso, acho que tem que estar envolvido para as coisas acontecerem. Mas, acaba que o próprio projeto, chegou uma hora que ele parou. (Alessandro)

(022) O principal objetivo é realmente despichar. Mas, em paralelo, agregando valor ao evento, cê tem uma série de informações adicionais sobre o patrimônio. O quê que é aquilo? Pra quê que aquilo serve? Sabe?! Como é que funciona a atuação da prefeitura na Lagoa? Aquilo existe pra quê? (Hilton)

(023) Ele [Professor Rogério] solicitou um trabalho de pesquisa, foi um assunto bastante polêmico, porque uns defendiam, outros não, uns falavam que pichação é grafite, outros não concordam. ...A gente revitalizou o muro do viaduto, o muro todo, uma extensão boa do muro, a gente praticamente montou um acampamento ali durante uma tarde inteira, teve uns monitorando o trânsito, pros outros atravessarem: “Não, espera aí, passa devagar, pinta ali, ajuda aqui”. Então, foi muito bom nesse sentido. ...Tiveram, os colaboradores, que nos deram todas as diretrizes, todos os parâmetros. Teve até som, uma caixa de som, incentivos. Teve uma apresentação também, da Guarda Municipal, a gente teve todo o suporte sim. ...O comércio, pra te dizer bem a verdade, eu não lembro de nenhuma interação não. Mas assim, todo mundo que passava buzina, gritava, apoiava, elogiava, crítica mesmo praticamente não lembro de ter escutado nenhuma. O pessoal na frente batia palma, gritavam coisas de incentivo: “É isso aí, bacana, gostei da atitude”, coisas do tipo. ...Interação foi mais de quem estava passando. (Alice Catarina)

(024) ...a gente fez uma ação no viaduto da Lagoinha que é um dos pontos mais pichados da cidade e a gente fez essa ação lá, eu participei e tudo e falei com o Rogério, tinha falado com ele na época sobre o grafite que a gente precisa fazer uma intervenção através do grafite. Mas como eu estava muito tomado com várias outras funções, acabou que eu não levei a fundo. ...porque na época eu falei com ele que achava o grafite necessário e que também achava o picho totalmente legal. Porque eu lembro até que tinha até um panfletinho, um panfletinho que saiu na época lá e tipo era marginalizando total, tipo assim que eu vi eu achei totalmente errado. Eu particularmente não distribuí. ...Eu não distribuí isso aí porque achei muito pesado, até por eu ter sido pichador eu senti muito na pele, mas muito por aquilo que eu já tinha ouvido falar dos abusos e tal que a polícia cometia. (Vinícius)

Os fragmentos discursivos registram como era a organização das ações de despiche e sugerem percursos semânticos interessantes de serem analisados. O aprendizado e o *envolvimento da comunidade escolar, alunos, pais, diretores, professores e demais familiares* são destacados pelo enunciador (021) como uma forma das *pessoas se sentirem melhor*. Na mensagem do texto (022) outro percurso aponta uma proposição paralela à ação de limpeza, a qual *agrega valor por ter uma série de informações adicionais sobre o patrimônio e demonstra como é que funciona a atuação da prefeitura na Lagoa*.

Já no texto (023) o enunciador esclarece que houve um *trabalho de pesquisa sobre pichação antes da restauração do espaço público*. Esse enunciador também aponta alguns aspectos da organização, que teve *suporte de colaboradores para as diretrizes da limpeza e incentivos, como caixa de som e apresentação da banda da Guarda Municipal*, indicando uma atividade de lazer para a sociedade, cuja figura do poder de polícia se faz presente (implícito subentendido). Já sobre a participação de outros indivíduos e grupos do entorno, há a evidenciação acerca da *interação de quem passava, que correspondia com palavras de incentivo e aplausos*, nem tanto dos comerciantes ou talvez nada da comunidade local, tão pouco de pichadores (implícito pressuposto). Um quarto fragmento (024) traz uma consideração acerca da *intervenção com o grafite nos espaços escolhidos e coloca em cheque a diferença entre os fenômenos urbanos*. No texto o enunciador afirma que *se recusou a apoiar a divulgação de panfletos que marginalizavam a pichação, dado que sua história é marcada pela prática*, pela qual já viveu e conheceu os abusos por parte da polícia.

Os aspectos de educação patrimonial, preservação do espaço público e enfrentamento à pichação são evidenciados junto aos agentes produtores desses discursos, os quais participaram das ações de despiche no Complexo da Lagoinha e no Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Tais feições criminalizam os pichadores e reverenciam uma orientação cívica e estética para a cidade, na qual todos devem se preocupar em manter a cidade limpa e denunciar quem pratica

a pichação. Cada um dos caminhos utilizados para a construção dos discursos aponta diferentes temas, figuras e personagens, dos quais pode-se retirar inúmeras unidades discursivas. Importa as mensagens explícitas ou implícitas e os significados que elas evocam, tais como: o sentimento de pertencimento; a preocupação com o patrimônio público tombado; a polêmica sobre o que é a pichação e sua relação com o grafite; as formas de interação promovidas por meio das ações institucionais; e a violência experimentada pelos pichadores, até então silenciada.

Outras representações sobre as ações da prefeitura no combate à pichação e organização da cidade exprimem um pouco mais desse aspecto silenciado, entre outros também conhecidos por quem se aproxima de outro modo da pichação, que não o combate. No fragmento discursivo (025) o enunciador marca a ausência de uma discussão acerca do assunto e deixa explícito a necessidade da consecução de *assembleia popular*, para só então serem planejadas as ações da prefeitura. A interdiscursividade ligada às relações de poder está presente entre os diferentes grupos sociais que se conectam pela prática na cidade (*pichador, grafiteiro, polícia, ministério público, prefeitura, sociedade*) e a forma de atuação da prefeitura, conforme o léxico *já está com tudo armado*. Também percebe-se a mensagem ideológica na sugestão de que existem indivíduos ou grupos *mais incomodados* e *mais afetados* que outros em relação à pichação, apontando para um discurso que defende a necessidade de discussão sobre o tema e contrapõe o discurso hegemônico sobre a criminalidade da pichação e o respeito ao espaço público, já determinado e executado pela gestão da cidade.

(025) Eu acho que a prefeitura como qualquer órgão público democrático tinha que fazer assembleias, uma discussão diretamente com os envolvidos, com pichador, com grafiteiro, com polícia, com o Ministério Público, para saber realmente qual era o impacto não só visual de que o picho tem para cidade. ...Sabe isso tinha que ter uma assembleia popular para discussão. ...Geralmente a prefeitura chega até você quando ela já está com tudo armado, isso é prejudicial para todo mundo. ...Se a gente não partir para o diálogo para saber realmente quem está mais incomodado e quais são as partes mais afetadas. ...Agora você imagina o que isso aqui [frase: denuncie, ligue 181] pode levar... Eu sou morador, estou na minha casa e vejo pichador lá pichando, eu vou chamar a polícia, mas se eu tiver lá uma arma, então isso pode levar a crimes a serem feitos contra os pichadores por qualquer pessoa. Porque ele já tem o conceito dele pichação é um negócio que não tinha que ter, aí ele recebe o endosso, isso é um endosso pra ele, aí o cara parte para a agressão, agressão contra pichador e vira um briga de contato físico e pode ele sair machucado, o pichador sair machucado e por quê? É tipo assim para mim isso é um cheque endossado. (Vinícius)

No texto, o enunciador combate a ideia de denúncia da pichação, apontando para o perigo de ocorrência de outros crimes cometidos pela orientação do poder público no processo de organização da cidade. Na sintaxe discursiva *eu vou chamar a polícia, mas se eu tiver lá uma*

arma, então isso pode levar a crimes a serem feitos contra os pichadores por qualquer pessoa o enunciador indica outra possibilidade de enfrentamento, que não somente a denúncia do pichador. O implícito subentendido é de que já existem crimes contra os pichadores e que com a denúncia, eles passariam a ocorrer por *qualquer pessoa*, diferente da *polícia*. Usa-se a figura de linguagem *cheque endossado* para atribuir a relação de permissividade para combate à pichação pelo sujeito que não a reconhece como uma intervenção adequada para a cidade. Ideia semelhante é apresentada no fragmento discursivo (026).

(026) O programa tinha que inverter o seu posicionamento, antes mesmo de pensar em deter gente e repreender e tudo, eu acho que haveria necessidade de se promover, por exemplo, isso por meio de técnicas de mediação comunitária, fórum de discussão com essas figuras [os pichadores] entendeu, de entendimento, de falar olha como é que funciona, qual que é lógica. ...Ao invés de ser uma denúncia de ato de vandalismo, ou mesmo a anulação de uma manifestação, porque não criar esse espaço de tentativa, tentar conhecer o que essas pessoas estão procurando. (Erick)

Nos léxicos *deter gente e repreender* o enunciador sugere que a ação pensada pelo poder público deveria ser posterior a outras formas de planejar e agir na organização da cidade. O percurso semântico usado indica *técnicas de mediação comunitária*, além de *fórum de discussão* com os pichadores, para defender o discurso de *entendimento* da prática. A representação do Projeto de Combate à Pichação para esse enunciador expõe que o tratamento dessa prática urbana pela prefeitura é empenhado como *ato de vandalismo* que deve ser *denunciado* ou *uma manifestação* que precisa *anulada*. O mesmo enunciador em outro trecho (027) discute a forma como o jovem é exposto no panfleto de divulgação do projeto, conforme Figura 5, usado também como ferramenta de conscientização sobre o combate à pichação e o programa Movimento Respeito por BH, citado no fragmento (028).

(027) Coloca que o jovem, por exemplo, que é o pichador, ele é colocado no folheto como um bandido mesmo assim eles botaram não só a roupa listrada de cadeia nele, como uma série de número nele porque a meu ver é de uma violência esse cartaz sem precedentes assim. Eu duvido que alguém que vê esse cartaz aqui se choque mais com os escritos que estão nas costas dele [pichações em um muro], que é o que ele acabou de fazer, do que com a imagem dele. Para mim isso é um desrespeito institucional muito grande. (Erick)

(028) E eu acho assim, curioso né, que a coisa do respeito, esse respeito pela cidade, como que se exclui uma das culturas, que na minha opinião é o que mais caracteriza as cidades brasileiras nesse século, nesse momento que a gente vive, o respeito exclui tudo isso... Ele inclui e visa e pretende fortalecer ao meu ver o patrimônio, né. Eu acho um equívoco a questão da tolerância zero, acho um equívoco a questão das janelas quebradas, né, acho que é um programa muito sério porque ele faz uma campanha de criminalização, né, assim, acho que uma coisa é educação... eu não entendo a educação patrimonial que incentiva a denúncia anônima. Se não é só uma coisa assim de deseducar a cidade e restringir a visão que a população vai ter sobre o

pixo que é uma cultura de rua, é uma cultura da periferia da juventude, brasileira, não é mineira, não é de BH, sabe? ...Enquanto eles [Movimento Respeito por BH] tão pensando numa coisa moralista de respeito, a pichação tá trabalhando com a ética na cidade, e fazendo as pessoas pensarem eticamente em um tanto de coisa, sabe? (Luciana)



Figura 5 – Flyer Projeto de Combate à Pichação/Movimento Respeito por BH

Fonte: Dados de pesquisa

Os fragmentos discursivos (027) e (028) contrapõem a forma de enfrentamento da pichação planejada pela prefeitura por meio do Projeto de Combate à Pichação e o programa Movimento Respeito por BH. Para o enunciador do discurso (027) o *jovem* é exposto como um *bandido*, cujos aspectos da imagem (*roupa listrada, cadeia, código prisional*) remetem a uma *violência* contra o ser humano e um *desrespeito institucional*. No texto (028) o enunciador expressa certa indignação pelo fato de o *respeito pela cidade*, promovido no projeto municipal, excluir uma de suas *culturas*, de acordo com a sintaxe *que mais caracteriza as cidades brasileiras nesse século, nesse momento que a gente vive*. No discurso também há uma oposição aos modelos implementados pela prefeitura, *Tolerância Zero* e *Teoria das Janelas Quebradas*, os quais remetem a formas estruturalistas de pensar a cidade, que mais fortalece a *educação patrimonial, que incentiva a denúncia anônima e faz uma campanha de criminalização*.

O implícito subentendido é que a pichação não deve ser combatida pelo fato de representar características das cidades na contemporaneidade. Aqui o enunciador defende o discurso

comum à pós-modernidade, onde diferentes formas de pensamento e ação nas cidades devem ser aceitas, independente de questões morais ou éticas. Tal discurso não se alinha ao que é pensado pela prefeitura de Belo Horizonte, que na percepção da entrevistada se baseia *numa coisa moralista de respeito*, enquanto *a pichação tá trabalhando com a ética na cidade, e fazendo as pessoas pensarem eticamente em um tanto de coisa*.

Dois fatores produzem estranheza a partir das percepções expostas nos fragmentos desse tópico, relacionado aos objetivos e interesses de articulação para o combate à pichação junto ao projeto do governo municipal. O primeiro perpassa uma concepção de controle e organização da cidade que promove o respeito ao espaço urbano e patrimônios públicos e privado, reforçando a criminalidade da pichação sem se ater ao que a denúncia anônima ou a estigmatização dos pichadores, por exemplo, podem provocar na dinâmica urbana. De outro ângulo, pensar que a pichação produz uma ética que comunica à sociedade seus problemas não parece corresponder com a forma de compreensão que muitos têm sobre a pichação, seja por suas inúmeras formas de compreensão. No sentido depreendido, a identidade marca seu reflexo segundo os modos de pensar da sociedade contemporânea, enquanto a alteridade parece se ausentar das questões sociais ou, então, produzir um efeito inverso de autonomia perante o outro.

6.2 A tríade estratégica do pensar e agir cidadão – estética, diálogo e civilidade

6.2.1 Tons de despiche – cidade de tinta

A orientação estética e cívica pela qual a cidade é conduzida baseia-se, sobretudo, no ideário sustentado pelo programa Movimento Respeito por BH para organizar a cidade e cumprir o Código de Posturas, dentre outras legislações que se referem ao meio ambiente, ao direito à paisagem e às políticas municipais anti-pichação. Vinculado ao programa municipal, o combate à pichação adota em uma de suas vertentes de ação a função de restauração e limpeza de lugares públicos e monumentos tombados, visando além da educação patrimonial, o controle e ordenamento do espaço urbano segundo as concepções do planejamento estratégico para a cidade.

Segundo consta nos documentos públicos, o despiche constitui ação de “limpeza do patrimônio pichado em articulação e alinhamento entre os vários parceiros do projeto [...] e as Secretarias de Administração Regionais Municipais, que elegem os espaços públicos simbólicos e/ou emblemáticos para a comunidade de cada regional, a serem limpos [...]” (SMSEG, 2013b, p. 3). Na formatação do Projeto de Combate à Pichação essa ação da prefeitura na cidade ocorreu no período de 2010 a 2012 nas nove regionais administrativas, em parceria e mobilização de outros agentes públicos e privados. Atualmente, as ações de limpeza urbana ocorrem exclusivamente por meio da Superintendência de Limpeza Urbana, ligada à Secretaria de Serviços Urbanos.

O foco dessa ação do projeto incluiu, além da restauração patrimonial, a conscientização social para valores estéticos e cívicos em relação aos monumentos e ao meio ambiente físico da cidade. Durante as ações mobilizavam-se os agentes que “vestidos com a camisa do programa”, distribuíam panfletos alusivos ao combate à pichação, executavam o despiche e participavam das atividades, que algumas vezes ocorriam de forma lúdica em aproximação dos equipamentos públicos, como escolas, praças, unidades de atendimento à saúde, conselho tutelar, entre outros. Os fragmentos discursivos (29) e (30) expressam alguns pontos críticos relacionados à ação de despiche:

(029) Porque às vezes [a prefeitura] vai lá e limpa, o outro vai lá e picha, o outro vai lá e limpa. A pichação acaba sendo um trabalho assim de insistência, porque cada vez que você limpa e o outro picha, quer dizer, quem é mais resistente, não é, em limpar ou em pichar? (Túlio)

(030) Nós desafiamos os pichadores: “picha que nós despichamos, só que vocês vão presos e nós não”. Foi um certo desafio. Aí a Guarda Municipal fica atenta porque tá despichado. Isso é um desafio para o pichador aí ele vai pichar e vai preso. Mas, essa não foi nossa intenção, foi a visão do pessoal da Polícia Civil, da Polícia Militar, que estava conosco nesse movimento. Na nossa visão o que que a gente queria mesmo é os monumentos branquinho o monumento da forma como ele é. Porque de certa maneira, de certa forma o pelotão de ciclismo passando ele é muito bonito. E como ele é regular e têm tantos anos, isso já faz parte da paisagem da Pampulha nos sábados de manhã, assim como os monumentos, nós somos monumentos móveis e renováveis. Cada época entra gente nova, sai gente nova. Então nós somos parte daquele cenário e como parte do cenário, não pode deprender esse cenário. (Cleber)

O enunciador do fragmento (029) relata a situação enfrentada pelo programa da PBH. Interdiscursivamente, estabelece-se uma relação de controle e resistência, expressando a *insistência da prefeitura em limpar os lugares pichados* e, de outro modo, a *resistência dos pichadores em marcar a cidade*. Nesse contexto, o enunciador do fragmento (030) aponta a limpeza urbana como um desafio feito aos pichadores pelos sujeitos que participaram de uma

das ações de despiche. Na sintaxe discursiva *picha que nós despichamos só que vocês são presos e nós não* reforça-se a mensagem hegemônica sobre a criminalidade da prática e sua punição para os infratores. Logo em seguida, o enunciador indica que essa era uma visão dos policiais que participavam da mobilização para limpeza urbana, que a intenção do grupo é ter *os monumentos branquinhos, o monumento da forma como ele é*, o que pressupõe o alinhamento relacionado ao discurso sobre limpeza e estética.

Interessante a comparação feita pelo entrevistado, que faz parte do grupo de ciclistas da Lagoa da Pampulha. Para ele o *pelotão de ciclismo* já faz parte da *paisagem da Lagoa*, assim como os monumentos. Na fala, ele ainda expressa sua percepção na sintaxe *nós somos monumentos móveis e renováveis*. O percurso semântico é o de preservação da história do grupo e do lugar, que por fazerem parte do cenário urbano não devem ser depredados. A percepção identitária sobre o grupo e o lugar se confundem e se mostra exclusivista, como se somente pudesse fazer parte do cenário da Lagoa uma única representação, a qual se faz consolidada pelos indivíduos que com ela possui algum vínculo. A observação dos lugares despichados indica que o espaço público a ser restaurado possui de algum modo uma representação da cidade que precisa ser reordenada para que se cumpra a visão estratégica.

(031) O local que eles na época entenderam que deveria receber esse despiche, em função de uma série de nuances. Por exemplo, o impacto que a limpeza desse local daria, no contexto da cidade como um todo, a questão de organização, na época estava em construção todo o complexo, dos viadutos da Antônio Carlos, inclusive da Praça do Peixe. Um local degradado, muito degradado. ... Além de ser um espaço que recebe um deslocamento muito grande de pessoas ele é histórico pra cidade. Tanto o IAPI como o Complexo da Lagoinha, ele é datado aí da construção da cidade de Belo Horizonte. Então é um fato aí que vêm da boemia, dos primórdios da cidade de Belo Horizonte, algumas situações históricas na cidade. A proximidade até com o próprio Cemitério do Bonfim. E os bairros nas proximidades que apresentam uma história profunda da própria Regional Noroeste, a rua Itapacerica, com certeza. Enfim então ele por si só é um local emblemático. Ele é um local que carrega um capital histórico muito grande, não só para a regional Noroeste, mas como para a cidade. E principalmente pelo fato que estava totalmente poluído. Observando as fotos dos alunos da época consegue ver que de fato estava muito pichado. (Rogério)

O fragmento discursivo (031) indica alguns percursos semânticos interessantes para a compreensão dos lugares de despiche. O primeiro corresponde ao percurso da reestruturação urbana, dado que *a limpeza de um lugar poderia impactar toda a organização da cidade*. O segundo percurso expressa a *revitalização histórica* pelas características do lugar, que por ser *emblemático* para a cidade precisa assim ser mantido em ordem. No terceiro percurso para justificação do lugar alvo de despiche, o enunciador inclui a pichação como *poluição do lugar*,

o que expressa uma perspectiva mais estética do que ambiental (implícito pressuposto). Questionados se os serviços urbanos e as políticas públicas de limpeza da cidade alcançavam os principais lugares da cidade alguns entrevistados trouxeram justificativas que sustentam uma essência urbana que é segregacionista e gentrificadora, conforme os fragmentos a seguir:

(032) O IPTU daqui (Bairro São Luiz, Regional Pampulha) é muito caro, muito, mas não é pouco, não, é muito. Então, a atenção que eles tem com o bairro é muito grande. A prefeitura tem muita atenção com o bairro, tem varrição três vezes por semana, tem coleta de lixo normal, tem coleta seletiva no bairro que a gente conseguiu... com a prefeitura agora, toda quinta-feira é coleta seletiva. (Hilton)

(033) O poder público ele visa maquiagem a parte da cidade onde vai ter o trânsito dos turistas, dos governantes, etc., etc., favela nunca é observada. E não é só na pichação, é na estrutura, pavimentação, saneamento básico. As comunidades são abandonadas. (Leandro)

(034) Olha, eu nem sei se limpar a periferia se vai resolver também não, na verdade, de repente melhora, porque quando você melhora a qualidade devida da pessoa, ela se sente melhor. Mas eu acho que esse projeto, tem tanta coisa antes dele para ser feito, sabe, eu acho que ele precisa, sim, limpar a cara da cidade, qual que é a visibilidade da cidade? Nós vamos limpar uma escola, sim, lá na favela, mas que patrimônio que nós temos lá na favela a não ser escola? Eu tenho um monumento dentro de uma favela? Você conhece algum? Pode me dar algum exemplo? Eu também não sei, eu tenho que ir lá arrumar o que é patrimônio público, e o que que é lá? É escola, posto de saúde... (Alessandro)

A interdiscursividade presente no fragmento (032) relaciona o pagamento de *imposto* com procedimentos de *limpeza* em um dos bairros que pertence a uma área nobre da Regional Pampulha. O implícito subentendido é de que quanto maior o valor do imposto mais atenção a prefeitura dispensa na infraestrutura e nos serviços urbanos do bairro. De outro modo, no texto (033) o percurso semântico é de segregação, que remete à manutenção da limpeza na cidade para eventos e pessoas importantes, como a Copa do Mundo 2014, que receberá *turistas* e *governantes* de vários países. Para tanto, o governo atua *maquiando a cidade*, excluindo o contexto da favela, onde não haverá *trânsito* de tais pessoas (implícito pressuposto). Essa percepção esboça uma realidade importante referente à dinâmica urbana de Belo Horizonte.

No texto (034), o enunciador indica explicitamente a *necessidade de limpar a cidade*. Sugestivamente, ele indaga acerca do patrimônio ou *monumento* existente nas favelas. Reconhece-se que o patrimônio da favela são as *escolas* e *postos de saúde* e que monumentos públicos não são dispostos nesse tipo de lugar. O implícito subentendido é que a história da cidade somente é representada e preservada em outros lugares, que não nas favelas, que têm como bem alguns equipamentos de saúde e educação. Complementando esse discurso, observa-se que na organização urbana planejada pela gestão municipal a limpeza das pichações não

ocorre na cidade como um todo, sugerindo que o espaço urbano tem lugares mais importantes que outros, nos quais também é mais importante manter uma ordenação visual.

(035) Claro que a gente vê uma tentativa de preservação em áreas mais nobres, você vê, por exemplo, uma preocupação muito grande com a Praça da Liberdade, a igreja da Pampulha, você vê alguns prédios urbanos, alguns equipamentos urbanos, eles são mais vigiados, outros nem tanto. ...O nosso mapeamento que está sendo feito atualmente, existe um mapeamento pra identificar nas regionais quais são os próprios, que a gente chama de os próprios municipais, os equipamentos municipais que encontram-se pichados, monumentos, prédios e pontes e viadutos. A partir desse controle que está sendo feito agora e que não tinha, nós estamos identificando quem é o pichador da região, a marca que está lá, qual o registro que está lá, o custo do trabalho dessa limpeza, tá certo? ...Então, hoje, em Belo Horizonte, a ideia, primeiro, é que a pichação não seja o único obstáculo de natureza visual que possa, de repente, incomodar não só o cidadão como também a administração. (Túlio)

A interdiscursividade no fragmento (035) se faz presente na indicação de alguns lugares da cidade que *são mais vigiados* enquanto *outros nem tanto*. Um percurso semântico importante expresso pela sintaxe discursiva *existe um mapeamento pra identificar nas regionais quais são os próprios* sugere o controle adotado pelo município junto às regionais para identificação do *pichador da região, da marca que está lá* e do *custo do trabalho de limpeza*. O implícito pressuposto é de que o registro permite que a municipalidade tenha um controle até mesmo para poder apresentar respostas à sociedade quanto aos gastos públicos e organizar suas formas de atuação e ordenamento da limpeza urbana. Embora fique implícita a existência de outros fatores que também reflitam o problema relacionado à paisagem urbana, a principal ideologia defendida no texto remete à pichação como um *obstáculo de natureza visual*, que incomoda *o cidadão e a administração*, mensagem que reflete o discurso hegemônico na sociedade.

No fragmento (036) também identifica-se que a função visual atrela-se ao discurso da prefeitura contra o picho. Por meio da interdiscursividade, o enunciador aponta o percurso semântico da arborização da cidade, sugerindo a mudança de conceitos expressos pelo *excesso de gradil* e uma retomada do ideário de representação paisagística pressuposta pela *plantação de mudas e jardins*, que por sua vez faz rememorar uma acepção já conhecida de Belo Horizonte como *Cidade Jardim*. Retomando Sánchez (2001), as ações de despiche expressam características da dinâmica urbana criada para a cidade-mercadoria, em que uma imagem-síntese modula os projetos que se tem para a cidade. Nas unidades discursivas constata-se uma contradição na fala do enunciador, que inicialmente sugere que a concepção contra o gradil na cidade reflete um pensamento do governo ou da sociedade de Belo Horizonte e, posteriormente, assume uma proposição pessoal (*um conceito de gradil nos incomoda muito e isso é uma coisa pessoal*). No

discurso confunde-se o apelo identitário particular ao sujeito, que também se sustenta por determinada coletividade, com a organização paisagística da cidade.

(036) A gente está fazendo um trabalho de jardinar Belo Horizonte inteira. Aquele trabalho de voltar com Belo Horizonte a ser aquela cidade jardim. Estamos fazendo o trabalho e pensando na licitação do paisagismo de Belo Horizonte, contratando mudas, pro sujeito não ficar repondo aquilo ali. Mudar esse conceito, um conceito de gradil nos incomoda muito, mas é uma coisa difícil, Belo Horizonte pensa muito em gradil. Por grade para tudo. A gente tem que tentar quebrar esse paradigma do gradil, isso é uma coisa pessoal, aí já não sou eu falando pela instituição, eu faço parte de um grupo que pensa assim. Na Copa das Confederações, a Praça da Liberdade tava toda gradeada. Gente, essa Praça nunca teve gradil, agora tá cheia de grade, que isso? Turista vai subir em cima da grama? E se subir também? Será que a grama não é um espaço para, a grama não faz parte desse contexto? Todo mundo senta. Eu estive em Londres que eu não conhecia, estive em setembro, primeira vez que eu estive lá, as praças todas, todo mundo sentado na grama, tomando sol. Cuida dela lá depois, não sei. Não pode é jogar uma bola, não sei, bom senso. Então, nós estamos tentando trabalhar Belo Horizonte para seja uma cidade agradável, uma cidade pedestre, revitalizando as avenidas, lutando pelos passeios. (Túlio)

O autor do discurso ainda cita um exemplo que decorreu de um grande evento esportivo na cidade, nos meses de junho e julho de 2014, quando um dos ícones culturais da cidade, a Praça da Liberdade, foi rodeada por grades. A interdiscursividade permite uma expressão relacional entre liberdade e cuidado, em que se combate a *forma de ordenamento feita na praça* no período da Copa das Confederações. O discurso remete à figura do *turista*, silenciando a possibilidade de um residente também *utilizar a praça*. Ao questionar se o turista vai subir na grama, subentende-se que o entrevistado acredita que o estrangeiro teria consciência da permissividade de acesso. O enunciador continua com outra indagação que *inclui a grama no contexto que faz parte da praça*, sendo, portanto, compreensível sua *ocupação*, sem conferir um *cuidado posterior* (implícito pressuposto). Os léxicos *todo mundo senta* e *bom senso* corroboram e talvez explicitem esse pensamento do entrevistado, que sugere uma comparação às vivências no espaço público na cidade de *Londres*.

Na contiguidade da fala expressa-se uma nova ideia para a cidade, cujos percursos abordam o discurso da qualidade de vida para as pessoas e requalificação de lugares, conforme a construção sintática *cidade agradável, uma cidade pedestre, revitalizando as avenidas, lutando pelos passeios*. Outras formas de interpretação da atuação da prefeitura na orientação estética e cívica para a cidade e os sujeitos são expressas nos discursos (037) e (038):

(037) É uma visão histórica, uma visão de preservação do patrimônio, porque a guarda municipal, que é o operador, a guarda uma das missões dela é a de preservação do patrimônio. E principalmente resgatar a história desse patrimônio. Porque, de repente, as pessoas passam na Praça Sete, mas não sabem o que é o obelisco. (Raquel)

(038) Uma questão que me deixa realmente chateada, dentro não do movimento, mas o pessoal que faz questão de não entender ou então levar a interpretação para outro lugar, que não é o nosso, a questão da higienização. Não é que é uma política higienista. Uma coisa é você acordar, sair da sua casa, e na porta da sua casa você encontrar um morador em situação de rua, que passou a noite ali, fez suas necessidades biológicas ali, que fez inclusive suas refeições ali e deixou tudo sujo, então assim, e aí? A prefeitura recebe muito telefonema pedindo para retirar, como se realmente fosse um entulho, aquele morador em situação de rua ali, mas é complicado. (Raquel)

O discurso (037) aponta para a *visão histórica da cidade através da preservação do patrimônio*. O implícito pressuposto é de que o resgate ou manutenção do passado possa provocar um sentimento de respeito e identificação nas pessoas, com os monumentos e espaços públicos. Já o fragmento (038) indica que existem pessoas fora do programa que fazem *questão de não entender ou então levar a interpretação para outro lugar*. A falta de entendimento ou a má interpretação é expressa pelo discurso de *higienização* da cidade, que, segundo o entrevistado, não corresponde com os objetivos do projeto. Para reforçar o posicionamento ideológico, segue-se com o percurso semântico sobre *morador em situação de rua* em Belo Horizonte, cuja sociedade demanda do poder público uma solução.

A interdiscursividade presente no texto (039) revela uma interpretação do seu enunciador acerca do discurso hegemônico e contra hegemônico relacionado à *educação patrimonial*, a fim de sustentar sua oposição à compreensão dessa temática. A estratégia discursiva explicita um *conceito* de educação patrimonial *não compartilhado pelos pichadores*, que acham que *o patrimônio público é feio, sujo, horroroso, que não comunica com ninguém*. Nisso apreende-se a refração de sentidos de acordo com os referenciais dos próprios pichadores, no texto expresso interdiscursivamente pela entrevistada. O quadro contextual de produção desse discurso indica aspectos de defesa e não de combate à pichação na cidade.

(039) E se assim, se a educação patrimonial, por exemplo, é igual o pessoal falou comigo lá no dia que eu apresentei numa mesa de educação patrimonial, que eles me disseram assim: “educação patrimonial é você se envolver com o patrimônio e construir sua identidade”. Bom, os pichadores estão fazendo isso, né, com isso que eles fazem: “a gente acha feio, sujo, horroroso, que não comunica com ninguém, que não é nada disso”. (Luciana)

A perspectiva higienista para a cidade é inerente à educação patrimonial e também se expressa por outros entrevistados que expõem suas percepções acerca da cidade limpa.

(040) Entendo limpeza enquanto controle, disposição dos dejetos, eu entendo limpeza enquanto saneamento, eu entendo limpeza enquanto despoluição, ou seja, controle de

poluição, exatamente por isso nós defendemos o ciclismo, eu entendo como limpeza o controle do barulho, do ruído urbano, eu entendo limpeza enquanto paisagem urbana. (Cleber)

(041) Eu entendo um formato de uma cidade mais agradável, quando eu falo na limpeza, aí eu quero até fazer um recorte, que são espaços públicos, porque eu acho que a limpeza dentro das nossas casas isso é mais do que obrigação, de você ter uma assiduidade nessa atividade doméstica. Mas no espaço público, às vezes, você embola uma bala que está chupando e joga o papel no chão. Se nós formos contrabalancear alguém que tem a coragem, não sei se eu poderia utilizar esse termo coragem, mas de chegar e pichar um espaço público, essa pessoa, no meu entendimento, é como se ela estivesse fazendo isso dentro da casa dela. Quando eu tô falando em limpeza, a minha ideia é de um lugar mais agradável para que todos possam morar, é um respeito pelo que é de todos. (Rogério)

No fragmento (040) a estrutura sintática permeia uma estratégia discursiva que associa a limpeza da cidade ao *controle, disposição de dejetos, saneamento e despoluição*, que se resume ao *controle da poluição e à paisagem urbana*. Já no texto (041) há uma ideia muito interessante que se constrói em torno da limpeza interna ou particular das casas em comparação com a limpeza dos espaços públicos. Para esse enunciador, *cidade limpa* refere-se ao *cuidado e zelo com os espaços públicos* pela sociedade. O implícito subentendido é de que, ao picharem determinados lugares da cidade, os pichadores estariam desrespeitando a cidade, entendida como a própria casa ou lugar de moradia de todos.

Todavia, o fragmento (042) expõe um relato da ideia de um pichador reconhecido na cidade, apresentada por outro pichador. A interdiscursividade sugere uma discussão relacionada aos limites do bem público e privado. A questão também pode se estender para a discussão acerca das intervenções individuais e coletivas no espaço público as quais expressam as formas de comunicação da dinâmica urbana. O mesmo enunciador afirma em outro trecho que a pichação *instaura um conflito e que ninguém se ilude achando que a pichação tá embelezando tudo, a cidade*. O implícito pressuposto é de que até mesmo os pichadores não veem beleza na pichação. Isso, somado à noção da aparência (do *belo* e da *limpeza*) defendida pelo discurso hegemônico (*todo mundo sabe que cidade bonita é cidade limpa*), não representa *vivacidade*. Há no discurso uma refração do léxico *branco* ao compará-lo, metaforicamente, *às casinhas em vilas europeias*. O novo significado para a cor que nas construções sociais representa limpeza expressa-se pela ausência de movimento, vida e comunicação, permitida, de outro modo, *por quem sabe ou se permite ler a pichação*.

(042) Eu vi um negócio legal que o Goma falou, ele falou assim, ele foi num seminário que teve na Bahia, recentemente, sobre pichação. Aí ele fala um negócio: “pro lado de dentro tem a privacidade da pessoa, o lado de fora é público”. Eu achei muito legal, que é nesse sentido assim, que se o muro tá branco, pra mim, é um sinal de que está

tudo bem (risos) e acho que o muro pixado demonstra pelo menos alguma coisa... Não é nem se é protesto ou se não é, mas demonstra que tem alguma coisa fora da ordem aí sabe? (Tadeu)

(043) A pixação ela instaura um conflito né, ela é agressiva, ela choca, acho que ninguém se ilude achando que a pixação tá embelezando e tudo, a cidade. Então eu acho que existe uma noção de limpeza, de assepsia assim na cidade, existe essa noção assim, todo mundo sabe que a cidade, que a cidade bonita é a cidade limpa, deve ter suas razões, eu acho que é pouco vivo. A cidade tipo assim, um branco sabe, sei lá, eu também estou falando de uma perspectiva de quem sabe ler, [tipo] aquelas vilazinhas da Europa, que assim com um tanto de casinha, assim, parece que não tem gente vivo, morando. E assim a pixação demonstra a vivacidade e tal, mas, mas ela atravessa um conflito, você vê que tem um coisa instaurada, tem, tem uma coisa que não está resolvida. (Tadeu)

A concepção de limpeza urbana nos fragmentos selecionados até aqui expõe diversas formas de pensamento e atuação sobre a dinâmica urbana, as quais se referem à organização da cidade, empenhada pelo poder público, e práticas de resistência da parte dos pichadores. O discurso hegemônico orientado pelo governo municipal é de que a função estética ou visual, bem como uma noção de assepsia, deve ordenar a cidade, que precisa passar, dessa forma, pelo controle municipal a partir das políticas públicas e dos serviços urbanos. De outro modo, a concepção relatada da parte de quem intervém na cidade por meio da pichação é de que a pichação aponta para um conflito existente na cidade. Assim, torna-se importante reconhecer uma questão ética que perpassa a orientação estética para a cidade e remete a uma negação da representação imposta, conforme elaborado por Ciampa (1994), e ao respeito à diversidade de leituras que as pessoas têm da cidade (PESAVENTO, 2007).

(044) Olha, eu acho que tem aí, uma questão sanitária, né? Se a gente pensar a limpeza como uma questão sanitária, como que você deixa esse espaço um espaço saudável, né, acho que é a primeira coisa que se coloca. Agora, pensa a limpeza e isso começa a envolver questões estéticas, isso aí é preocupante, né. Se a limpeza, ela tá ligada a uma questão estética, eu acho que isso é problema. Aliás, eu acho que a estética, ela não deve imperar num, numa discussão de política, as questões são éticas, não estéticas. Então, se tá falando de limpeza, entendendo num sentido estético, eu discordo. ...Não existe ética disso ou daquilo, existe ética! Ética é uma coisa só, entende. É como que você lida com o seu, com a sua ação, né, em relação aos outros, se você passa a cercear a liberdade dos outros, se você impõe o seu valor sobre o valor do outro de forma arbitrária, sem discussão, sem pactuar, isso não é ético, né. É uma questão muito própria da lógica que gosto muito, da cidadania, de pensar cidadania enquanto projetos particulares, projetos pessoais e projetos, vamos pensar assim, que levam em consideração o todo, né, pensar cidadania baseando nisso, né, como eu tenho a minha ação, mas eu levo em consideração o outro. Então, ética, de uma forma geral pra mim, me pauto um pouco por isso, como é que é o outro nessa ação, né? Se eu tô fazendo uma limpeza na cidade, que eu tô levando o meu valor estético, vai ser complicado e como é que eu fico, como é que os outros ficam nessa história? (Artur)

O discurso (044) permite o apontamento de estruturas e cognições discursivas relevantes, como a existência de *caminhos divergentes* para a orientação visual da cidade. Um primeiro percurso

semântico é o do *sanitarismo*, exposto por alguns entrevistados em associação aos aspectos higienistas. O segundo percurso semântico inclui a *questão estética*, que se torna preocupante quando tomada no contexto das *políticas públicas*, que segundo o enunciador deve se pautar sobre a *ética*. O discurso apresentado por esse enunciador é o da ética das relações de cidadania, em que os valores pessoais não devem imperar para a construção da dinâmica urbana, que precisa ser pactuada *no todo*.

Ao afirmar que *não existe ética disso ou daquilo e que ética é uma coisa só*, o enunciador também revela um discurso de combate às intervenções dos pichadores pela cidade (implícito subentendido). O processo de cognição explicitado pelo entrevistado remete ao percurso semântico da cidadania, em que *cercear a liberdade dos outros, impor valores próprios sobre o valor do outro de forma arbitrária, sem discussão, sem pactuar não é ético*. O discurso, portanto, remete à capacidade de pensamento e ação sem se eximir das relações humanas e da alteridade como consciência do outro na interação e interdependência social. O implícito pressuposto da indagação final sugere o controle estético da cidade tanto pelo poder público como pelos pichadores, onde ambos apresentam suas medidas de poder de intervenção e resistência na organização da dinâmica urbana.

6.2.2 Notas de sensibilização – cidade e cidadãos modelos

A ação de sensibilização conforme constituída pelo programa Movimento Respeito por BH e o Projeto de Combate à Pichação envolveu o desenvolvimento de pesquisa sobre o perfil dos pichadores, a fim de redirecionar o foco dos jovens para outras atividades de caráter cultural e de responsabilidade social. A ação também compreende a formulação de outros projetos de cunho educacional direcionados para crianças em fase de educação infantil e a sociedade civil para resgate e revitalização do espaço urbano (SMSEG, 2013a). A sensibilização junto à sociedade ocorre através das ações de despiche e apresentações em fóruns e conselhos promovidos pelas regionais e demais órgãos do poder executivo. Esse tipo de ação tem por objetivo a participação e responsabilização das lideranças comunitárias e dos diretores dos principais equipamentos públicos, como unidades de saúde e escolas, por onde também se situa outra vertente da sensibilização. O diálogo com os jovens infratores ou potenciais infratores, por sua vez, ocorre a partir das oficinas de grafite promovidas pelo Projeto Guernica. Nesse grupo há adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e jovens que cumprem penas alternativas.

O contexto sociocultural relacionado à pichação na cidade aponta para alguns sentidos apreendidos através da interpretação dos fragmentos abaixo:

(045) Acho que a cultura do povo tem desenvolvido, culturalmente o povo está se enriquecendo e a sociedade tá batendo, batendo assim, criticando, [pela] imprensa. ...Acho que a pessoa [pichadores] está meio que evoluindo, vou ficar sujando a parede dos outros, pra que, né. E eu acho que o nível intelectual do brasileiro tem melhorado, desde a última década para cá e além disso, as punições também, elas estão sendo severas, acho que o poder público está punindo com mais severidade e não está deixando e pichação passar batido. Mas, eles [poder público] têm essa marcação negativa, a sociedade também os tacha como uma coisa negativa... a própria sociedade não gosta de ver muro sujo. ...Dependendo do ponto específico onde é feito [a pichação], a repercussão é maior, como foi o Cristo no Barreiro, é Barreiro, é Barreiro lá né, que escreveram Ronadinho nas costas dele [do Cristo]. A polícia, o poder público, parece que o empenho é muito maior por causa da repercussão, por causa da imprensa e a sociedade cai de cima. Então para dar uma satisfação eles localizam. Porque é fácil localizar, todo mundo conhece quem é todo mundo, então acho que basta interesse. (Leandro)

(046) A sociedade tem que entender o seguinte, a sociedade tem que entender que esse grupo [pichadores], é um grupo que faz parte dela, ou seja, assim: “ah, esse aí!”. Esse aí é seu vizinho, às vezes, ele é o seu colega de sala, ele é o meu colega aqui de secretaria, entendeu? Ou seja, ele não é um sujeito que tá no underground, no subsolo. É um sujeito que tá... Igual naqueles filmes, né, um sujeito que vem, ataca e volta, né. É isso, é um cidadão que tá dentro dos seus limites de convivência e que atua dessa forma por alguma razão. (Túlio)

No fragmento (045) apontam-se alguns atores sociais e suas percepções em relação à pichação e aos pichadores, pelos quais se apreende discursos distintos. O primeiro percurso semântico indica que o contexto da pichação na cidade tem mudado devido ao *desenvolvimento cultural e intelectual da população e dos próprios pichadores*. O segundo percurso semântico é o da atuação do poder público, que está *punindo com mais severidade e não está deixando a pichação passar batido*. O terceiro percurso semântico aponta para a estigmatização dos pichadores, conferida *pelo poder público e pela sociedade que os têm com uma marcação negativa*. Já o quarto percurso expressa o reforço dado pelo poder público *em resposta à pressão social*, que ocorre de forma diferente em relação ao lugar ou monumento pichado (implícito subentendido).

No fragmento (046) os pichadores são postos como um *grupo social*, sobre o qual a sociedade precisa ter um entendimento ou conscientização de suas ações. Interdiscursivamente, o enunciador aponta que o pichador pode ser *qualquer indivíduo, que não necessariamente vive no submundo, mas é um cidadão que tá dentro dos limites de convivência e que atua dessa forma por alguma razão*. O implícito pressuposto é de que a sociedade precisa mudar a sua postura de provável estigma perante os pichadores, que por um lado são pessoas comuns e por

outro têm algum motivo para a prática. O discurso, dessa forma, se faz antagônico ao discurso hegemônico da sociedade. Com base em Goffman (1988), o estigma social é, realmente, concebido quando as diferenças são enfatizadas e justificam a exclusão social. No que concerne a pichação, o estigma caracteriza-se pelo comportamento de contravenção criminal dos sujeitos, que também interveem na organização da cidade segundo lógicas pessoais e coletivas.

O fragmento (047) aponta uma questão interessante, em que a figura da família também é posta como um agente provocador da prática e da marcação negativa dos pichadores na cidade (implícito subentendido). Interdiscursivamente o enunciador defende que a *correção* dos pichadores deveria ser feita em *ambiente familiar*, enquanto a *escola* se responsabilizaria pelo compartilhamento de *informações e conhecimento*, no caso sobre a cidade, sua organização e demais fenômenos urbanos. Todavia, o contexto familiar também não oferece a estrutura necessária para que isso aconteça, conforme se expressa na seleção lexical *como é que vai falar de um pai de um menino, que foi criado pior que o menino*. O implícito subentendido é de que no seio familiar há dificuldade para a educação infantil e orientação cívica.

(047) Os agentes desse fenômeno eles são influenciados de alguma forma a fazer ou a não fazer esse fenômeno... Eu acho que existe uma coisa envolvida também, a questão da família. Qual é a percepção que a família tem do pichador, qual é a percepção que as pessoas têm dos pichadores? ...A percepção se torna negativa, porque às vezes a família do pichador vê de forma negativa, mas também não tem ferramentas de correção. ...A escola tem obrigação de educar, de passar informação e conhecimento, corretivo vem da família... Só que, como é que você vai falar pra um pai de um menino, que foi criado pior do que o menino. É bem complexo, eu acho que é uma situação ampla, não existe uma coisa que você vai falar assim... um resultado imediato não. Pra ter resultados eu acho que até séculos. (Marcelo)

O posicionamento ideológico expresso no discurso (047) se alinha ao discurso hegemônico, que vem procurando aproximação desses agentes sociais para orientação da questão relacionada à pichação. O sentido exposto nos últimos fragmentos sugere que o governo da cidade entende a pichação como um fenômeno que precisa de atenção social, dado que pichadores fazem parte do contexto sociourbano. Ao salientar essa característica da pichação, a municipalidade busca explorar outras vias para lidar com as marcações na cidade. Entre as quais há, no discurso de cooperação, a promoção da responsabilização, conforme o fragmento (048).

(048) Olha, o desafio é a sensibilidade de quem é responsável por cuidar. Nós entendemos que as ações [de limpeza, sensibilização e repressão] não podem ser feitas de forma esporádicas, as ações tem que ser regulares porque se não elas não geram cultura. E isso é responsabilidade do poder público, nós somos uma organização, uma

ONG, e não é uma função nossa fazermos isso, é uma função nossa junto com o Estado, é uma ação cooperativa. (Cleber)

No discurso do enunciador a *sensibilidade* deve partir de quem tem a *responsabilidade de cuidar e manter a cidade limpa*. A interdiscursividade entre o *cuidado*, as *ações estratégicas* do projeto, a *periodicidade* de execução e a geração de *cultura* indicam que a mudança de postura de todos advém da *regularidade* das ações. Na mensagem há a reflexão de sentidos comuns relacionados à cooperação entre poder público e organizações da sociedade civil no controle e ordenamento da cidade. Também combate-se posicionamentos e ações exclusivas por parte das organizações não governamentais (*não é uma função nossa fazermos isso, é uma função nossa junto com o Estado, é uma ação cooperativa*).

Outros sentidos orientam essa questão da transferência ou do compartilhamento da responsabilidade sobre a pichação na cidade, conforme o fragmento (049):

(049) Eu ouvi: “Mas vamos trabalhar de graça para a Prefeitura?” Peraí, mas é por aí? Qual é a proposta do projeto? E quando você consegue contra argumentar com uma geração que está diretamente ligada às redes sociais e que inclusive disparou isso para as redes sociais e aí esse retorno da rádio corredor, o retorno para mim também é muito interessante. “Ah eu coloquei a foto no Facebook e teve não sei quantas curtidas”. Isso mostra que vale a pena continuar nessa questão de fomentar essa ideia, de passar isso para frente, isso não pode parar. (Rogério)

No texto, o percurso semântico é o da transferência de responsabilidade, em que interdiscursivamente o enunciador indica o questionamento de um grupo em oposição à possibilidade de *trabalhar de graça para a prefeitura* no despiche da cidade. A *contra argumentação* expressa outro percurso, o de responsabilidade social, para a consecução da ação, que se sustentou sobre a *proposta do projeto e o compartilhamento por meio das redes sociais*. O implícito subentendido é de que o grupo que realizaria a ação, embora contrariado pelo trabalho de limpeza da cidade, teria a possibilidade de compartilhar nas redes sociais que participou de uma ação pública, o que demonstra empenho e responsabilidade social perante outros indivíduos e outras formas de sensibilização e promoção da atuação do governo em articulação com a sociedade.

Nos fragmentos discursivos (050), (051) e (052) pode-se constatar como foi o despiche para alguns participantes da ação de limpeza no Complexo da Lagoinha, e outras formas de posicionamento perante o serviço público promovido pela gestão da cidade na Orla da Lagoa da Pampulha.

(050) ...eu achei interessante sim, eu acho que até determinado ponto é legal fazer parte de uma restauração, de uma revitalização, de cuidar do nosso patrimônio, é uma ação interessante, eu acho que ela repercute sim, de certa maneira, chama atenção, e até previne novos acontecimentos. ...Acho que [a despichação] tem que ser de uma maneira comedida, porque se não fica fácil demais, outras pessoas vão limpar a bagunça de outras, e elas nunca vão parar porque sempre vai ter alguém pra limpar. (Alice Catarina)

(051) “Vão bora! Vão bora! Vão bora!” Foi “vamo lá” e tal. Os que não querem falam “pô, amanhã vão pichar de novo”, tem uns que fala, sempre tem uns cara do lado negro da força, né. ...Mas vai pichar de novo? Vai. Tanto é que eles fizeram tudo de novo [pichações]. Vai ter que ir lá de novo, pintar de novo, um outro dia vai lá também, uma hora vai dar certo. A gente não pode ficar nessa merda a vida inteira, nós vamos evoluir, não é possível. ...Isso vai acontecer um dia e esses caras hoje que não tiveram acesso à escola, os filhos deles tem que ter, entendeu, eles têm que melhorar. Não é possível que nós vamos ficar nessa porcaria a vida inteira. ...Na sua geração também não, na do seu filho também não, na do seu neto também não, mas na do teu tataraneto vai melhorar, pode ter certeza que vai. (Hilton)

(052) Nós fizemos um acordo inclusive com corredores de rua, com vários grupos lá para todos ficarem de olho. ...Então quem anda durante a semana quando vê alguma coisa ser pichada ou depredada, imediatamente comunica. (Cleber)

No texto (050) o enunciador reflete o sentido promovido pelos gestores municipais, de que a ação de despiche compreende sensibilização da sociedade para *restauração e revitalização patrimonial*. Diferentemente do enunciador do discurso (051), a entrevistada pensa que as ações devem ocorrer *comedidamente*, porque *se não fica fácil demais* para os pichadores (implícito subentendido). Explicitamente, o discurso expressa que a ação da PBH fomenta a *limpeza urbana por quem não cometeu a sujeira*, pondo em cheque o empenho como responsabilização social, assim como uma compreensão social acerca da prática da pichação. O implícito pressuposto é de que a sociedade não se disporia sempre ao despiche, tendo a prefeitura que realizar a limpeza urbana de outro modo.

Já no fragmento (051), o discurso aponta para o percurso semântico que reforça a cooperação entre os atores sociais e a responsabilização social, conforme os léxicos expressos interdiscursivamente: “*Vão bora! Vão bora! Vão bora!*” e “*Vamo lá!*”, e de outro ângulo o desinteresse social por causa da realidade urbana relacionada à pichação: “*pô, amanhã vão pichar de novo*”. Nesse texto o enunciador indica que para a realização do despiche tiveram os sujeitos que logo toparam, sem nenhum questionamento, e outros que argumentaram que a ação não resolveria o problema, pois em breve haveria novas pichações, como, de fato, ocorreu (*tanto é que eles fizeram tudo de novo*). O fragmento também aponta o percurso semântico da expectativa de mudança ao longo dos tempos, pensando na disposição de algumas pessoas para limpar as pichações, enquanto os pichadores refazem as marcações, até que se chega ao

momento em que *os sujeitos não mais acometerão a prática* (implícito subentendido). A limpeza constante é implícita no texto (051) e torna-se explícita por outro entrevistado, conforme o fragmento (052), que relata sobre um acordo para a denúncia de novas pichações nos monumentos da Orla da Lagoa.

Outro percurso semântico expresso no fragmento (051) aponta para a escola como caminho para mudança almejada, conforme a sintaxe discursiva *esses caras hoje que não tiveram acesso à escola, os filhos deles tem que ter, entendeu, eles têm que melhorar*. Os léxicos *esses caras; acesso à escola; filhos deles; e eles têm que melhorar* reforçam que o caminho para a educação cidadã pode se pautar na educação infanto-juvenil. A ideia também é apontada por outros entrevistados, conforme os fragmentos discursivos (053) e (054), conjugando a questão com outras temáticas, como os *canais de expressão e manifestação* de crianças e jovens, na tentativa de *ouvir e entender suas necessidades*, além da educação patrimonial e a coerção e penalidade.

(053) Na realidade, o público alvo nosso é criança e adolescente que é na etapa de formação dos valores, de concretização dos valores, mostrando que existem outros caminhos para mostrarem, expressarem as suas reivindicações, as suas insatisfações, as suas dores. Tem outros caminhos que não necessariamente danificar o patrimônio, seja patrimônio público, seja patrimônio privado. ...Na sensibilização a gente vai trabalhar as escolas, no despiche a gente vai promover a limpeza daquele patrimônio que foi depredado, tá, e onde que está a escuta? ...Então, o que eu acho que desde os tempos que eu comecei a estudar essa questão e desenvolver as ações e executar, é que falta essa questão da escuta e, basicamente, falta uma política pública que dê conta dos jovens. (Raquel)

(054) ...ser educado, é mais do que certo você educar um menino de cinco anos para questões de trânsito, pras questões ambientais e a gente vê que os meninos introjetam isso e muda o perfil de uma sociedade através da educação. Então eu acho que assim, deveria ser esse investimento na educação, porque o pau que nasceu torto, ele já tá torto e não vai se endireitar, depende de que? Depende de leis. (Amaury)

Interessante observar no fragmento (053) o questionamento da entrevistada que aponta para *ausências* nas estratégias de enfrentamento da pichação. Embora o projeto municipal cuide de três ações estratégicas e demonstre alguns interesses de aproximação e diálogo com os jovens infratores, a busca de compreensão do fenômeno pela ação de sensibilização é questionável, tendendo a destacar mais uma tentativa de controle sobre o comportamento social de crianças, adolescentes, jovens e adultos. A seleção lexical *falta uma política pública que dê conta dos jovens* expressa, implicitamente, que o jovens da cidade têm necessidades não atendidas pela municipalidade, como atividades culturais e de lazer.

Já no fragmento (054) o entrevistado, além de apontar o caminho para o combate à pichação através da educação infantil, interdiscursivamente, ele enuncia uma relação entre crianças em fase de educação infantil e jovens infratores, apontando a forma de lidar com cada um desses grupos. A expressão popular *pau que nasceu torto e não vai se endireitar* evoca uma metáfora relacionada ao infrator reincidente, que não mais merece atenção, pois já *não se espera uma mudança de comportamento* (subentendido), *a não ser pela aplicação das leis*. O discurso presente nesse enunciado alinha-se ao discurso hegemônico da sociedade, que pensa que a legislação deve ser aplicada aos infratores sem se atenuar qualquer questão social ou o contexto em que as penalidades são aplicadas.

(055) O sentido é, é, o sentido é canalizar essa energia pra algum lugar que não é a pichação. O Hip Hop, pra dança, sabe como? Ou seja, “Meu filho, você pode ser o que você quiser, você pode ser artista, vamos ser artista.” Entendeu? Ou seja, porque fica aquela ideia de que ele vai ser grafiteiro, bobagem! Pichador não é grafiteiro. Eu até outro dia me surpreendi com alguns grafiteiros que são pichadores, mas então essa realidade existe. Mas, pichador ser grafiteiro só se ele tiver uma habilidade, coisa que necessariamente ele não terá. Então a ideia é a canalização de energia, sabe quando você pega seu filho e coloca ele no balé, no futebol, na natação pra perder aquela energia que ele tá ali. (Túlio)

Diferentemente, o enunciador do discurso (055) aponta para outra ideologia expressa pelo Projeto de Combate à Pichação em Belo Horizonte, que teria como sentido a *canalização de energias para outro tipo de atividade*. Alguns temas, figuras e personagens presentes no fragmento remontam uma estratégia discursiva voltada para as artes, cultura de rua e lazer na tentativa de conduzir a formação individual, conforme os vocativos *Hip Hop, dança, ser artista, balé, futebol e natação*. A interdiscursividade se apresenta na forma de reconhecimento do grafite como arte e das atividades culturais e de lazer citadas como caminhos apropriados para a formação enquanto cidadão e profissional (implícito subentendido). O percurso semântico, assim, expressa a identificação de outras habilidades e a convergência da ação dos sujeitos em fase de educação infantil para outras atividades culturais e de lazer, das quais a pichação não faz parte – ou não devia fazer parte (implícito pressuposto). A mensagem discursiva presente no texto aponta para uma estratégia de controle sobre o comportamento dos indivíduos, especificamente, crianças e adolescentes.

Contudo, as ações de sensibilização para enfrentamento da pichação na cidade não se restringem aos indivíduos e grupos em fase de educação infantil. De outro modo, o governo municipal tenta sensibilizar a juventude por meio da interface criada no Projeto Guernica e da criação do Centro de Referência da Juventude. Essa busca pela mobilização de alguns agentes

sociais perpassa pelo *resgate da história e do estudo de valores artísticos e culturais*. O fragmento discursivo (056) ressalta, por meio da interdiscursividade, os caminhos alternativos do grafite e da arte para reorientação dos jovens infratores que transitam pelas oficinas do Guernica. A julgar pela seleção lexical desse texto e do enunciado (057), a prefeitura interessasse tanto pelas formas de expressão já institucionalizadas pelo programa, como pelos movimentos que margeiam a cidade, constituídos pela cultura de rua do movimento *Hip Hop*, organizado no Duelo de Mc's.

(056) O Projeto Guernica é um projeto de resgate da história da cidade, de estudo da cidade, dos seus valores artísticos e culturais que passa desde valores, da dança, de patrimônio histórico, de arquitetura, de engenharia, de urbanismo, de cidade, de pessoas. É uma coisa sensacional que a gente tenta fazer com que essas pessoas se apropriem da cidade através de uma linguagem muito superficial de grafite e arte. (Júnior Carlos)

(057) Nós queremos que o Centro de Referência da Juventude seja o órgão responsável pela, pela expressão cultural dos jovens ali naquela região, daquela região ali, por exemplo, do Duelo de Mc's, Hip Hop. ...Ou seja, já há uma relação muito próxima entre o Centro de Referência, o Duelo de Mc's, com o Hip Hop, hoje já há uma aproximação. O que precisa haver é mais do que isso, de criar aquele ambiente propício para que as múltiplas formas de expressão possam se expressar, por que senão você acaba, porque junto ali tem a turma do pagode, do samba, tem a turma do street dance que tá muito ligado ao Hip Hop, existem outras tribos, não é só a questão do Hip Hop. (Túlio)

Na fala (057) expressa-se claramente a existência de uma *aproximação* entre o *Centro de Referência da Juventude* e o *grupo do Duelo de Mc's*. Essa aproximação, contudo, não parece ser adequada, dado que a gestão municipal pensa em *ampliá-la* para que haja um *ambiente propício de expressão de múltiplas formas*, que não somente se conecta ao *Hip Hop*, ainda que permaneça vinculado às dimensões artísticas e culturais de outras tribos urbanas (*grupos de pagode, samba, street dance*). Sobre isso, o fragmento discursivo (058) confirma a proposta do Guernica ligada à cultura de rua e também aponta para os desafios do projeto diante da pluralidade e a complexidade da dinâmica urbana.

(058) O Guernica trabalha com morador, eu trabalho com morador de rua também, o Guernica trabalha com os jovens, faz exposição de arte, trabalha com outras linguagens, tenta apresentar outras linguagens, não só o grafite, não só as artes plásticas, mas isso é muito limitado, é limitado em tudo. Hoje tem um programa, eu trabalho num programa que chama Fica Vivo, tem oficina de grafite, nem todas as oficinas de grafite que está no programa tem qualidade para dar oficina de grafite, e aí fica usando o grafite, aí forma mais pichador, aí forma os caras, dá vontade de os caras pintar e os caras não tem qualidade para pintar nem dinheiro para comprar tinta, então sai pela cidade fazendo aquele monte de merda. O grafite está se tornando efêmero, está se tornando uma coisa assim, você não consegue distinguir o que que é bom o que que é ruim. (Júnior Carlos)

O percurso semântico do enunciado indica para as *limitações* do programa de governo relacionadas à *qualidade das oficinas de grafite*, que não se mostram suficientes para a *formação* dos participantes. Diante do *aprendizado ruim* e da *falta de recursos não se desempenham* bons trabalhos de *grafite na cidade*, reforçando mais as características da pichação do que os aspectos da arte esperados na proposta do grafite (implícito pressuposto). O fragmento discursivo (059) corrobora essa ideia e torna explícito o equívoco em querer sensibilizar indivíduos ligados à pichação por meio do grafite, o que pode provocar um resultado contrário.

(059) Então você não pode pegar um equipamento desses, fazer uma mini oficina, em uma semana vamos fazer esse menino virar grafiteiro. Ou porque ele escreveu na carteira vamos por um spray na mão dele. Porque o resultado pode ser o contrário, um spray pode fazer um estrago, além de nem todos eles serem artistas ou serem capazes de fazer alguma coisa. ...E esse equívoco leva a um monte de equívoco que ajuda, inclusive, o que é de interesse do próprio grafiteiro, porque aparentemente traz o mercado de trabalho para ele. Então se multiplicam oficinas de grafite sem a preocupação a questão dos reflexos disso no meio urbano e na sua paisagem. A pessoa fala assim: “Estão pichando demais aqui o meu muro, eu vou mandar fazer um grafite para evitar a pichação”. Primeiro, não evita. Te mostro vários locais aqui com pichação em cima. Segundo, você pode provocar outro tipo de briga ainda, de tensões entre o grafiteiro e o pichador, entre o grafiteiro e outro, ou, definições de mercado, definições de espaços urbanos... Eu quero dizer o seguinte, eu aqui posso pichar e você não pode, eu posso grafitar aqui e você não pode pichar em cima do meu, esse espaço é meu, aqui é só grafite, então leva a um monte de equívoco desse tipo e deixa de discutir o essencial. O que que é o essencial? É o de sensibilizar as pessoas pro essencial, o essencial é o cara falar assim: “Poxa vida, eu fiz a minha casa para porta da garagem ser vermelhinha, por exemplo, e o muro ser branco, a janela desenhada dessa forma, porque que agora eu tenho que me sujeitar a fazer um grafite só para evitar pichação?”, coisas desse tipo. Eu acho que não, que talvez não seja por aí essa questão. E o que eu vejo é que muitas vezes algumas intervenções de grafite bem intencionadas e às vezes promovidas, assim, sem pensar muito, elas provocam um efeito contrário. (João Marcos)

A ideia central do discurso (059) remonta uma relação entre a substituição da pichação na cidade pelo grafite, o que *aparentemente amplia oportunidades de trabalho para os grafiteiros* que trabalham formal ou informalmente com esse tipo de arte e cultura, sem conferir uma *preocupação essencial*. A interdiscursividade se faz presente no texto como estratégia discursiva, em que se opõe-se à territorialização inerente às escritas nos muros, das quais provém *brigas e tensões* entre *pichadores e grafiteiros*, além de *definições de mercado e espaço urbano* exclusivas desses grupos. Para o enunciador, ainda que o grafite se mostre um caminho autorizado ou institucionalizado perante as leis e governo da cidade, importa pensar no direito que os moradores têm sobre a paisagem urbana de suas propriedades e da cidade como um todo (implícito subentendido).

O discurso sugere que as pessoas abrem mão de suas concepções e cedem às configurações do grafite para simplesmente evitar as pichações em suas propriedades. O intuito de sensibilização da sociedade para maior compreensão acerca da cultura de rua, não é alcançado, mas imposto pelas oportunidades criadas para essas novas formas de intervenção na dinâmica urbana. A efemeridade do grafite enquanto cultura de rua é expressa pelos diferentes sujeitos de pesquisa. No fragmento discursivo (060) tem-se o apontamento de algumas questões relacionadas a essa forma de intervenção que cada dia mais se torna institucionalizada.

(060) Grafitreiro que cola nesse projeto da Prefeitura, já é os grafitreiro velhão, então eles já cola, só pra pegar as latas, pra roubar as latas pra eles, pra eles fazer os trampos deles. Cê vê os cara lança os trampo tudo doido na rua, ai quando chega lá no programa lá só tem pincel e tinta, pro cê. Eu já participei do Guernica, participei do Arena da Cultura. ...Então tipo assim, é uma coisa que não é isso tudo também que eles falam, da Prefeitura. No mesmo tempo que cê chega lá numa exposição de grafite e os grafitreiro de nome aí da cidade, já tá há muitos anos aí, já estudou arte, já foi pra faculdade, fez arte e tá dando aula, eles tão pensando é só neles mesmo, eles quer saber de fazer o bem social pra mulecada sair do crime não. Muitas das vezes, num tô criticando, nem generalizando geral do grafite, mas a maioria pensa assim, porque na minha época era assim, fraga. (Krult)

A linguagem utilizada no enunciado (060) caracteriza-se como coloquial e destaca-se pela informalidade e desapego às normas cultas. As condições sociais de produção do discurso sugerem um enunciador que já teve passagem pelas oficinas do Guernica, conhecendo alguns dos grafiteiros do projeto, assim como os problemas enfrentados pelo programa. O enunciador coloca os grafiteiros em uma posição superior por serem *reconhecidos na cidade, já terem estudado em faculdade, fazerem arte e dar aula*. Interdiscursivamente, ele sugere que esse grupo de indivíduos se preocupa somente com o seu trabalho e não se interessa em *fazer o bem social para as pessoas que passam pelas oficinas e têm algum envolvimento com a criminalidade da cidade*. Os principais discursos são o da falta de recursos do programa municipal, da individualidade dos grafiteiros e da despreocupação com a responsabilidade social junto aqueles que passam pelas oficinas.

(061) Não tem poliesportivo, não tem incentivo pra ser atleta, não tem nada, nada. Só tem droga pra jogar, arma passando pra menino vender, entendeu, marcas, jogando marcas aí pros outro vestir, e é só nele. E o que a gente quer é fazer um rap, quer cantar, quer se expressar, tudo eles oprime, entendeu. Como é que eles querem falar da pixação, e quer prender nós? Se prender nós, ela vai voltar, vai ter novos aprendizes, e num vai parar, num vai parar e é desse jeito. E se eles... por que que num barra as arma que atravessa tudo aí, faz mais poliesportivo, mais emprego pros outros aí, capacitação pro cê se empregar, que ele num vai ter estudo? Agora quer gastar só em presídio pra prender menor. (Bang)

Conexo a esse ideário, o texto (061) expõe a realidade dos sujeitos que precisam do incentivo do poder público e expressa algumas de suas necessidades. Pelos principais aspectos das estruturas sintáticas, estratégias discursivas e vocabulário, percebe-se que o enunciador é um indivíduo que vive um contexto de exclusão, desigualdade social e marginalidade. Também é possível constatar um discurso de vitimização nos vocativos que se referem às necessidades enfrentadas (*não tem nada; só tem droga pra vender; marcas pra vestir*) e oposição ao poder público, que *quer gastar só em presídio pra prender menor*.

O fragmento também aponta elementos interessantes de serem interpretados, como o percurso semântico da necessidade de formação profissional por meio do *esporte*, de *mais empregos* e *capacitação*. Um segundo percurso semântico indica a atividade cultural ligada à *música* e à *cultura de rua* como forma de *expressão*, indicando uma carência da juventude, que em *tudo é oprimida*. Na estrutura discursiva *como é que eles querem falar de pixação e prender nós?* Observa-se a interdiscursividade como reforço do antagonismo presente na tentativa de sensibilização dos *pixadores* por meio das oficinas do grafite e ao mesmo tempo a repressão através da detenção (implícito subentendido). As unidades discursivas relacionam necessidades importantes e contextos opressores, expondo que *criminalidade, consumismo, desemprego e carências de formação e lazer* são aspectos da realidade enfrentada pelos sujeitos, que não se agrupam somente à juventude, mas também às crianças e aos adolescentes, a julgar pelo léxico *menino*.

Acerca da sensibilização, o que se depreende das ações organizativas da cidade no combate à pichação é um reforço do discurso de criminalização do fenômeno urbano e uma perspectiva dialógica para redirecionamentos identitários e consolidação da mensagem de respeito e preservação do espaço e patrimônio público. Observa-se que esse discurso hegemônico impera pelas relações institucionais, que por diversas vezes e entre os diferentes agentes sociourbanos reproduzem e visam reforçar a mensagem de padronização estética e cívica, típica da cidade-modelo, que deve estar dentro dos padrões de uma vitrine mundial. Pelas vias das relações de poder para articulação, cooperação e responsabilização social a gestão pública torna explícita sua visão de futuro para a cidade e seus cidadãos.

6.2.3 Roteiros de repressão – recursos e atuações anti-pichação

Nos moldes do planejamento estratégico e do programa Movimento Respeito por BH a ação de repressão consiste na utilização de recursos, tais como vídeo monitoramento; prisão em flagrante; catalogação das pichações da cidade; identificação da autoria, busca e apreensão vinculada à investigação e desencadeamento de operações conjuntas entre polícia, ministério público e poder judiciário (SMSEG, 2013a). O objetivo principal desse tipo de abordagem é prevenir e punir a ação dos pichadores na cidade por meio da aplicação do poder de polícia e emprego de recursos tecnológicos, pelos quais se quer fazer menção a um tipo de ação qualificada.

O foco da ação está sobre a vigilância do espaço urbano e do patrimônio público e privado para prevenção do dano e manutenção das representações históricas e culturais da cidade, além do reconhecimento dos infratores para aplicação das medidas legais. De acordo com as interpretações já expostas, a base para o projeto da prefeitura sustenta-se sob a questão legal e tem apontado o trabalho em rede inter e intragovernamental, além de parcerias com demais agentes da sociedade civil. Até o momento também se depreende do programa o mote do respeito pela cidade com a educação infantil, conscientização social e reorientação dos jovens infratores através das vias artísticas e culturais associadas ao movimento *Hip Hop*.

No que tange a questão legal, os fragmentos discursivos (062) e (063) alinham-se e reforçam o discurso da gestão municipal acerca do cumprimento e da aplicação da legislação anti-pichação, indicando que a observação das normas seria suficiente para oferecer *um espaço urbano mais equilibrado*, se sua aplicação também fosse *colocada em prática*. A *sociedade* é apontada como personagem capaz de *aprimorar as legislações*, das quais se acredita obter um *convívio harmonioso entre pessoas e espaço*. O implícito subentendido é de que o poder público sozinho não consegue promover o convívio entre os diferentes grupos sociourbanos e que para tanto precisa empregar a coerção e a mobilização da sociedade.

(062) Acho que a observação dessas leis, elas são muito boas, nós já temos legislação excepcional para isso, se aplicar essas quatro leis que você citou nós temos um espaço urbano muito mais equilibrado. ...Então, a meu ver, essas leis que visam a harmonia do espaço urbano, elas são ótimas, mas tem que ser colocadas em prática. ...Falta é gente para realmente transformar essas leis em alguma coisa efetiva. (Cleber)

(063) No que diz respeito às maneiras de tentar minimizar ou de tirar essas ações [de pichação], a sociedade em si deve estar sempre tentando aprimorar no que diz respeito a legislações para que todas as pessoas consigam conviver harmoniosamente no mesmo espaço. (Rogério)

O enunciado (064), diferentemente, se detém a uma observação contrária ao discurso hegemônico, expressando um interesse sobre a compreensão da pichação enquanto fenômeno urbano e social.

(064) ...É fácil você falar [que] pichar é crime ambiental e dá cadeia, tudo bem, mas essa norma jurídica aqui ela tem servido a cidade, ela tem tido efetividade? Para quem picha não, porque ele também não acha que ele está cometendo um crime, ele simplesmente está escrevendo a sua história [pela cidade] que é um caderno que ele tem e por outro lado também, o governo não consegue conter isso dessa maneira, então, talvez, o que, eu acho que é um equívoco que parte de uma lógica a meu ver autoritária de pensar: “se a galera está errada, isso é crime, vamos repreender e vamos sensibilizar a população geral para que não faça isso”. (Erick)

No discurso o enunciador questiona a efetividade da legislação anti-pichação, explicitando que *o governo não consegue conter da maneira como tem feito*. Tal modo, para esse enunciador, *é um equívoco que parte de uma lógica autoritária de pensar*. As sintaxes discursivas sugerem que a gestão municipal não conseguirá inibir a ação dos pichadores a partir de uma postura imperativa. O autor do discurso usa o percurso semântico da pichação como expressão e manifestação pessoal, entoando metaforicamente que *a cidade é um caderno* onde os pichadores escrevem suas *histórias* de vida e que, por isso, não consideram a criminalidade da prática. Essa mensagem reflete o pensamento dos pichadores e, interdiscursivamente, ao mesmo tempo que se opõe ao pensamento do poder público em relação às ações de repressão, também reforça um discurso de vitimização por parte dos pichadores (implícito pressuposto).

(065) Erick – É uma ação antiquada, uma ação autoritária e que não vai levar a lugar nenhum, ninguém vai parar de pichar, só vai aumentar possíveis prisões de negros, pobres, aprisionamento de negros e pobres e uma maior... vai instigar ainda mais a necessidade das pessoas se manifestarem da forma que ela [prefeitura] não quer.

Considerando a ausência de outras formas de expressão, os pichadores encontram nos muros da cidade um espaço para manifestarem seus anseios. Ao usar da segurança pública pela vigilância e punição, *a repressão apenas instigaria ainda mais a necessidade das pessoas se manifestarem da forma que a prefeitura não quer*. No discurso (065) a interdiscursividade relaciona a pichação e os pichadores a um grupo de minoria social, composto por *negros* e *pobres*. O implícito subentendido é de que a polícia não faz distinção entre as infrações cometidas para repressão ou prisão, mas sim entre as diferenças identitárias, as quais são pressupostos para os estigmas sociais. No enunciado há um silenciamento acerca do fato de que a pichação é cometida por indivíduos das diversas classes sociais e independe também de questões étnicas e culturais. Não obstante, as considerações teóricas sobre o poder das

representações e marcação negativa, conforme Silva (2003), e estigmas sociais, segundo as ponderações de Link e Phelan (2001), asseveram que tais aspectos fazem parte do controle que se quer operar, no caso, sobre a cidade e seus cidadãos.

(66) Hilton – Eu não vejo interlocução nenhuma nesse processo não, não consigo perceber não, consigo perceber que a prefeitura vai limpando, o pessoal vai sujando e a polícia tenta dá porrada, tenta pegar. Eu não consigo perceber que haja um programa institucional da prefeitura de Belo Horizonte para poder inibir esse tipo de ação, acho que eles trabalham mais no campo da repressão e que tem que ser mesmo, se não os caras não vão parar, eles não conseguem perceber que os caras vão parar.

No texto (066) deve ser observada uma série de personagens, cada qual relacionado, interdiscursivamente, a uma ação na cidade. O personagem *prefeitura*, é representado por quem *limpa a cidade*. A referência aos pichadores como “*pessoal*” é feita junto ao léxico *sujando*. Outro personagem encontrado na *polícia* expressa a ação violenta pelo léxico *dá porrada*. A estratégia discursiva do enunciado reforça a mensagem ideológica da sociedade, conforme a seleção lexical *acho que eles trabalham mais no campo da repressão e tem que ser mesmo, se não os caras não vão parar*. Nesse trecho a ação violenta da polícia é vista de forma afirmativa para punição dos pichadores. O cenário construído no discurso expressa a prefeitura “limpando” a cidade e os pichadores “sujando”.

(67) Você vê que desde sempre, a gente passando aqui, nessas estratégias né, Operação BH Limpa 1, Operação BH Limpa 2, que houve a prisão de pichadores e como houve um concurso de penas, vários crimes juntos, eles ficaram presos, alguns ficaram presos quatro, cinco dias. Foi assim uma exceção, uma raridade. Mas, não só por pichação mas por outros, igual a gente fala, tá muito associado a outros crimes. (Raquel)

(68) Você começar com formação de quadrilha, vândalos, quer dizer, você mesmo está promovendo alguma coisa, você está transformando aquele menino de quinze anos que participou do primeiro grupo dele marcando territórios e fez as suas primeiras pichações num marginal, você está ampliando essa questão. (João Marcos)

No fragmento discursivo (067) tem-se por menção as investigações policiais *Operação BH Limpa 1* e *Operação BH Limpa 2* explicitando a *prisão de pichadores* a partir de um *concurso de penas*, uma vez que *está muito associado a outros crimes*. No texto (068) o caso é externado como uma crítica à prisão por *formação de quadrilha*, que amplia a questão da criminalidade relacionada à pichação e tende a provocar a marginalidade de menores de idade (*transformando aquele menino de quinze anos num marginal*). O caso em questão, ainda que recorrentemente mencionado nas entrevistas juntos aos representantes do poder público, não foi claramente

declarado, podendo ser mais esclarecido junto aos pichadores e demais indivíduos a eles vinculados.

O que se expressa no fragmento (066), (067) e (068) aponta para alguns aspectos das ações de repressão, que puderam ser melhores interpretados a partir dos discursos dos pichadores e demais sujeitos entrevistados, além do conhecimento a partir do histórico sobre a pichação na cidade de Belo Horizonte. O que quero contextualizar e que não fora explicitamente debatido nos discursos do poder público refere-se ao desencadeamento de uma dessas operações policiais, concretizada em 2010, em articulação ao poder judiciário e alguns proprietários de imóveis particulares marcados pela pichação. A prisão dos “piores de belô” é até hoje lembrada pelos muros da cidade, assim como pelos familiares e amigos, além dos próprios pichadores, detidos por cento e dezessete dias (não apenas quatro ou cinco dias, como citado no fragmento (067)), e hoje respondem em liberdade ao processo de formação de quadrilha. Relatos do campo contam que dos oito pichadores processados nessa investigação houve aqueles que pararam com a prática e outros que a intensificaram, como no caso do pixador Goma, que referenciado e indicado por vários entrevistados não topou participar do presente estudo.

Realmente, os relatos da prefeitura silenciam a violência sofrida pelos pichadores, quando pegos em flagrante pela polícia. Durante a entrevista com um dos gestores municipais o assunto foi colocado em pauta, por meio de um relato que se referia à violência cometida eventualmente por um sujeito proprietário de um imóvel particular. No fragmento (069) percebe-se que o discurso do gestor incide contra a violência de qualquer forma. Interdiscursivamente, o enunciador expressa a necessidade de a prefeitura trabalhar nessa questão e relaciona a *vida humana* com o *patrimônio* dando àquela maior conotação valorativa e conferindo o percurso semântico do diálogo para sensibilização.

(069) Ele [referência a um cidadão proprietário de imóvel particular] conversou uma coisa assim “Ah, se eu pegar um cara pichando eu arrebento esse menino!”. Não é assim, é onde a gente tem que trabalhar, você tem que ter muito cuidado, a vida humana vale mais que o patrimônio, né, acho que essa ideia, por isso que o diálogo é tão importante, porque senão você coloca o patrimônio na frente da vida. Tem-se alguém pichando, essa pessoa não tem que ser morta, essa pessoa tem que ser identificada, trazida, trabalhada dentro de um contexto, se é que for possível, mas, pelo menos, multá-lo. De repente, ele vai ser obrigado a tirar do bolso pra pagar ou então ele vai ser obrigado a despichar alguma coisa, entendeu. (Túlio)

A estratégia discursiva expressa na sintaxe: *por isso que o diálogo é tão importante, porque senão você coloca o patrimônio na frente da vida*, aponta certa contradição entre as ações da

prefeitura, que por meio da repressão, sensibilização e do despiche vem reforçando para a sociedade (crianças, adolescentes, jovens e adultos) o discurso de respeito ao espaço e patrimônio da cidade, além da criminalização da pichação e marcação negativa dos pichadores. Sobre o flagrante de alguém pichando, o enunciador reforça as proposições relacionadas à ação de repressão, denotando a *identificação, prisão, reorientação, multa e aplicação de pena alternativa* e refutando qualquer tipo de ação contra a vida. Todavia, nada é mencionado em relação à violência aplicada pela polícia e que, portanto, também precisa de reorientação.

Outro aspecto relacionado à conduta do poder público no combate à pichação associa, interdiscursivamente, as ações de repressão ao ordenamento e controle sobre a paisagem da cidade, indivíduos e grupos urbanos.

(070) A repressão ocorre, alguma coisa está ali para isso mesmo, está valendo para o outdoor também. Eu acho que caracterizar da forma que às vezes caracteriza o pichador ou o grafiteiro, eu acho meio confuso, por que que eu vou chamar eles de formação de quadrilha? É muito forte. Então não seria formação de quadrilha também um outdoor colocado num lugar proibido, com um CNPJ de quem fez aquilo falso, uma propaganda, se o outdoor é da Coca-Cola a quadrilha é a Coca-Cola, o publicitário que fez, o cara que colocou e não é isso [que acontece]. Formação de quadrilha, cá para nós, é pesado. ...Veja o seguinte, a forma que se trata o pichador ou o grafiteiro, um grupo de grafiteiros e a forma que se trata um grupo de publicitários ou um grupo de engenheiros colegas meus que desrespeitem qualquer norma e faça uma torre ou uma estrutura que arrebeite completamente determinada visão ou o meio ambiente, qualquer coisa desse tipo, porque que ele é o vândalo e eu não sou? Porque que eu posso colocar a palavra pichação, que é um crime de menor ou uma transgressão de menor conteúdo do que um cara que chega e arrebeita uma casa inteira, porque são todos vândalos? Porque por tudo nesse nível? (João Marcos)

Ao longo do texto (070) observa-se a interdiscursividade acerca do crime contra o direito à paisagem. O conjunto das unidades discursivas é expresso pela análise do objeto de repressão no contexto urbano, em que se deveria pesar a *inibição da pichação*, assim como a *publicidade em lugar proibido* e o postulado da *formação de quadrilha tanto para pichadores quanto para publicitários que têm o CNPJ falso*. Alguns personagens são evidenciados de forma comparativa, como *pichadores ou grafiteiros* em relação á *publicitários e engenheiros*. Nesse esteio, a temática que se refere à prática da *pichação* é posta ao lado da *promoção comercial* em um *outdoor* e da *construção* de um *edifício*. O percurso semântico é o da punição para essas formas de transgressão, que em aproximação sugere a ideia de igual medida ou valoração entre os níveis de criminalização de cada tipo de comportamento no contexto urbano.

Ao questionar o tipo de nivelamento conferido a essas formas de atuação na cidade, o implícito subentendido é de que o poder público, em determinados momentos, age de modo particular em relação aos diferentes grupos urbanos. A partir das conexões entre os discursos tem-se como pressuposto que as orientações legais permitem esse tipo de tratamento divergente. Esse antagonismo leva o enunciador à reinterpretação linguística do léxico que diz respeito ao vandalismo, ponderando *a pichação como transgressão de menor conteúdo* diante de uma infração em que dado indivíduo *arrebenta uma casa inteira*. O implícito pressuposto é de que a pichação ocorre do lado externo e não acomete a privacidade do interior de uma residência, o que, subentende-se, é mais agressivo do que a marcação externa com as tintas.

Embora silenciada, alguns ajustes no programa municipal parecem buscar reorientações para a questão da violência por meio da instrumentalização de outros mecanismos legais, passíveis de gerenciamento. No fragmento discursivo (071) a *escuta e personalização da pena* apontam o percurso semântico da *mediação de conflitos*. O *pagamento de multa* seria uma forma *educativa, mexendo no bolso dos infratores e colocando-os em dificuldade*, o que expressa o percurso da *punição* e baliza sobre aspectos financeiros na solução da pichação. Outro indicativo das novas formas de atuação em favor dos interesses municipais para a cidade sugere o percurso semântico do *marketing social*, que explicita a questão da *adoção de um bem cultural junto à Fundação de Cultura* para manutenção atrelada à *divulgação do nome ou marca de quem realiza a limpeza do patrimônio*.

(071) É igual eu te falei, eu acredito em escutar. ... [A ideia é] nem restringir e nem essas medidas de pacote socioeducativas em meio aberto, isso não resolve. ... A pena ela tem que ser personalizada, cada um é um, não adianta. [Pagamento de multa], que é outra maneira de inibir. ... Mas, assim, já mexendo com o bolso, já colocando a pessoa em dificuldade já é educativa. E também uma outra questão que foi fruto do movimento, agora tem que ver a legislação do Fred Costa, é a questão do bem cultural de você adotar um bem cultural, que tá na Fundação de Cultura. De você fazer a limpeza e poder divulgar [o nome ou a marca], tem até o tamanho da plaquinha que você pode colocar, isso é na legislação de combate a pichação. (Raquel)

Sobre a mediação de conflitos e a justiça restaurativa cabe ressaltar que são procedimentos em fase de iniciação que permitem a aproximação entre infratores e vítimas com o objetivo de solução conjunta. Nos fragmentos discursivos (072) e (073) a compreensão ou a instrumentalização da justiça restaurativa é apontada de forma contraditória. As temáticas são construídas junto a elementos concretos, como o *diálogo* entre os envolvidos e a *restauração do dano*. No texto (072) o discurso construído engendra a possibilidade de aproximação do infrator para compreensão do que o motivou à pichar. A interdiscursividade explícita permite

constatar que o objetivo é *fazer com que ele não incorra novamente no conflito*. Já no texto (073) o sentido expresso aponta para a *reparação do dano material causado à vítima*. Os principais aspectos defendidos nos discursos remetem à preocupação com o patrimônio e a inibição da prática da pichação.

(072) A gente está procurando alternativa para solucionar essa questão, a mediação de conflitos é uma. ...E tem a questão mais recente agora, que é a justiça restaurativa, que eu acho que a justiça restaurativa com o diálogo que ela abre com esse infrator, de ouvi-lo, de entende-lo, a motivação da pichação e como que a gente pode através de trabalho em rede com vários órgãos e várias entidades dão suporte para que ele não incorra novamente nesse conflito. (Raquel)

(073) Hoje nós temos um procedimento que chama justiça restaurativa em Belo Horizonte, que passa à margem um pouquinho dessa ideia de punição propriamente dita. ...É uma ideia de você colocá-la [pessoa que cometeu infração] na frente do indivíduo que sofreu o dano, e aquela pessoa restaurar aquele dano, não é. Contextualmente é isso, mas, não necessariamente isso, como eu disse, nós estamos querendo criar algo mais amplo. (Túlio)

A proposta de aplicação dessas metodologias de justiça visa proporcionar aproximações *não adversariais, pacíficas e dialogais de resolução de conflitos*. Acontece que, conforme explicação construída no enunciado (074), o aspecto *restaurativo* varia de acordo com o *entendimento* ou a *profundidade* de interesse nos casos. Assim, a possibilidade de diálogo e compreensão do pichador pode ser comprometida se o foco está sobre o dano sofrido pela vítima. O potencial de *restauração do laço social* não parece ser o foco compreendido pela prefeitura na instrumentalização da mediação de conflitos e justiça restaurativa (implícito subentendido).

(074) Sim, a justiça restaurativa na verdade ela está dentro vamos dizer assim desses instrumentos que são o que a gente poderia dizer não adversariais, pacíficos, dialogais de resolução de conflitos como a mediação, a conciliação, a arbitragem, a negociação. ...O restaurativo na verdade, isso é uma outra coisa esses termos têm um entendimento variado, mas o que a gente compreende é que o restaurativo é do laço social, então assim você restaura um laço que já foi rompido ou que às vezes nunca existiu. ...Então certamente tem figuras que trabalham com a justiça restaurativa que devem ir a fundo nas causas do conflito, no método e tal, assim como na mediação, mas eu também acho que tem gente que faz mediação que fica na superfície como também, como não tem, mesmo se tivesse isso não garantiria nada, vai muito ou da tradição de determinadas instituições ou da pegada, do interesse das figuras entendeu, do jeito, da aprouche... de aproximação, da forma de acolhida. (Erick)

Ainda que o programa municipal busque um ajuste para minimizar seus dilemas, como a violência policial, até mesmo os esforços da ação de repressão dos pichadores permanecem apontando para interesses sobre a segurança do patrimônio público e privado, conscientização acerca da criminalidade da prática de pichação, além da coerção e punição dos infratores.

Também sobre o aspecto da vigilância e da estética do espaço urbano, a prefeitura incentiva a participação popular por meio do cidadão-auditor.

(075) Nós temos em Belo Horizonte, não sei se você sabe disso, nós temos algo em torno de trinta mil cidadãos-auditores que são membros da sociedade. ...É um cidadão que tá ali prestando atenção no recolhimento do lixo, na varrição. ...O serviço que nós tamo colocando é a pichação. O cidadão auditor vai responder “olha, minha rua tá pichada”, entendeu, não interessa saber quem é o pichador, interessa saber que está pichada. Aí entra, evidentemente, a Defesa Social, entra, entra o Guernica, entra a SMSU, entra o Centro de Referência da Juventude, entram esses parceiros todos pra entender quem é o pichador que tá atuando ali. (Túlio)

Os percursos semânticos na fala (075) estão ligados à cooperação para *trabalho em rede* no enfrentamento das pichações e dos pichadores da cidade e *fiscalização* dos aspectos relacionados aos *serviços públicos* prestados pela prefeitura. A sintaxe discursiva utiliza como estratégia de persuasão ideológica o desinteresse em saber quem é o pichador por meio do cidadão-auditor e que essa identificação pode ser feita através dos outros parceiros. O implícito subentendido é de que a prefeitura não promove a denúncia junto à sociedade, o que não se confirma na interpretação e demais conteúdos de análise do projeto como um todo. O uso das expressões *interessa saber que está pichada* e *entender quem é o pichador que tá atuando ali* remontam o discurso produzido por um dos gestores do projeto, em que se constata explicitamente o interesse sobre a identificação das pichações para registro, construção de perfil e posterior investigação (implícito subentendido).

Ainda nesse texto, a ideia de participação popular remete mais uma vez à sensibilização da sociedade para a criminalidade da pichação em associação a outros aspectos urbanos. O trecho *cidadão que está ali prestando atenção no recolhimento do lixo, na varrição* expressa a relevância estética que se pretende para a cidade. O que mais se apreende das ações ligadas à gestão da cidade é a perspectiva de erradicação da pichação na cidade. O fetiche da cidade limpa segue como discurso para sua mercantilização, segundo as forças locais, conforme se assevera pelas práticas organizativas de recuperação, controle e representação do espaço urbano. Retomando o que foi discutido por Sánchez (2001) sobre a reinvenção das cidades, planejamento estratégico, dessa forma, torna-se um instrumento que permitirá a disposição da cidade como em uma vitrine, imposta por ditames globais de governos, agências e sistemas, nos quais a cidade-mercadoria só é consumida por atores que têm poder econômico e político.

Também sob o prisma das relações de poder para orientação cívica dos pichadores sugere-se a ideia de prestação de serviços públicos como penalização. No discurso (076) a temática relaciona, interdiscursivamente, o *nível de criminalidade da pichação*, as *demandas de serviços públicos nas regionais*, a *execução de penas alternativas como condenação dos pichadores*, reforçando o discurso hegemônico para sustentação da ideia de que, se punidos devidamente, ou conscientizados sobre a infração, os pichadores não mais reincidirão na prática. Por meio de uma prosopopeia o enunciador busca uma estratégia persuasiva em defesa da *prefeitura que não tem pernas pra poder fazer ou até tem perna, mas não tem algumas demandas por prioridade*. Por meio desse discurso pressupõe-se a incapacidade de atuação da prefeitura ou uma possível desvirtuação de suas responsabilidades, ao passo que o cuidado dos interesses dos cidadãos somente são considerados segundo as prioridades de governo.

(076) ...O que que o município precisa de comportamento de pessoas? Ou seja, olha, o sujeito criou [cometeu] um crime de menor potencial ofensivo, então ele vai, nós temos aqui uma informação que está concentrada num órgão, nas regionais, nós temos nove regionais, o que que cada regional precisa efetivamente, que uma pessoa condenada numa pena alternativa poderia fazer. Então, eu preciso, eu preciso abrir pras nove regionais pra que elas me informe. Daí elas vão me informar, nós vamos ter um local que vai reunir as necessidades da cidade de Belo Horizonte, de coisas que podem ser feitas ou que temos sem perna pra poder fazer ou até temos perna pra fazer, mas não está na prioridade. Então de repente a gente pega esse tipo de situação e põe lá o indivíduo que [foi punido com uma pena alternativa]. (Túlio)

Nesse sentido, dentre as ações para combate à pichação constata-se um empenho na integração de atores capazes de fortalecer o ideário de organização da cidade e exclusão daqueles agentes urbanos que praticam outras formas de intervenção, que não condizem com a visão de futuro da administração pública. Assim, a partir das relações sociais, a prefeitura usa de diferentes formas de poder para ordenamento, controle e cooptação dos objetivos estratégicos para a cidade, os quais se esbarram ou demandam a necessidade de controle sobre os seus cidadãos, que é sustentada pelo viés da cooperação. Ainda que os demais agentes sociourbanos também explorem a cidade mediante a confirmação dos discursos e práticas do poder público, existem determinados grupos, como os vinculados à cultura de rua, que resistem às orientações do governo da cidade, sejam elas estéticas, cívicas ou de coerção.

7 DINÂMICA URBANA, PICHANÇA E APELOS IDENTITÁRIOS

O conteúdo desse capítulo discorre sobre os elementos e aspectos identitários relacionados aos entrevistados e abrange suas interações junto aos respectivos grupos de referência; nos lugares pesquisados; assim como suas percepções acerca da prática da pichação. A análise, portanto, envolveu relatos de socialização primária e secundária, representações de si mesmo, do outro, da cidade e seus lugares, assim como aspectos de identificação e diferenciação com grupos, lugares e pichação. O compartilhamento das vivências, relações sociais e práticas individuais e coletivas na cidade, em alguns momentos, ocorreu de forma não estruturada, permitindo que as pessoas contassem suas histórias, lembrando fatos importantes, evidenciando suas construções e reproduções sociais, além de afinidades e aversões.

Tendo em vista as escolhas metodológicas e a intensidade a mim ocasionada no contato com os sujeitos e temas de pesquisa, foi mais que imprescindível um recorte para contextualização, análise e caracterização da dinâmica urbana, cujo enfoque, nessa pesquisa, é conferido sobre o que compreendo como circuito da pichação. Ressalto que no *corpus* de pesquisa, assim como há indivíduos ligados diretamente à prática da pichação, sendo ou não pichadores, há sujeitos que se apresentam em vinculação com o programa municipal, mais precisamente para a ação de despiche, ou em interfaces com outros projetos, como o Centro de Referência da Juventude e o Projeto Guernica, em que se busca desenvolver um pensamento diferenciado sobre a prática (não combatente, mais compreensivo de suas intervenções do espaço urbano e não necessariamente defensor das imposições paisagísticas decorrentes da pichação).

Assim, por mais que todos tenham, em diversos momentos, compartilhado suas percepções sobre a pichação (em defesa, combate ou compreensão), escolhi evidenciar as dimensões identitárias que compõem o circuito da pichação e, assim, compreender o apelo identitário que se pretende para a prática na cidade. Essa compreensão constitui-se mais como uma escolha particular para delimitação da análise, do que uma orientação de quaisquer pressupostos teóricos, tendo em vista a amplitude e complexidade dos temas *per se*. Trata-se, sobretudo, de uma apreensão proporcionada pelas interações vividas junto aos sujeitos de pesquisa e de uma noção preliminar durante a categorização e interpretação dos dados.

A análise dos discursos evidenciou, além da interdependência entre as dimensões de identidade, a compreensão de apelos identitários para afirmação de si, potencialização dos grupos de referência, juntamente com seus lugares, significados segundo feições históricas e sociais, das quais deparei descrições topográficas e sentimentos de afinidade, conforme a compreensão topofílica; de aversão, segundo a noção de topofobia; e percepções de mudanças dos lugares, conforme o que denota a concepção de topocídio. Os relatos dos sujeitos contribuíram, ainda, para entender as identidades que constituem o circuito que se formou ligado ao combate e à defesa da pichação na dinâmica urbana de Belo Horizonte.

7.1 Eu, você, o outro, nós, eles... conjugações e (re)produções identitárias

7.1.1 Os representantes da municipalidade (PBH e demais entes)

Os fragmentos da presente seção, assim como os da seção que lhe segue, expõem aspectos discursivos sobre a formação identitária dos indivíduos vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e à sociedade civil organizada, representada pela União Ciclista Desportiva Recreativa de Minas Gerais (UCDRMG) e pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH), que se integraram na interface organizacional articulada estrategicamente pelo governo da cidade para aplicação das políticas públicas e diretrizes do programa Movimento Respeito por BH no combate à pichação. Os relatos expressam a proposição dos sujeitos no exercício do serviço público como atividade profissional e na operacionalização das ações de despiche como prática coletiva de ação social.

(077) Eu nasci em Belo Horizonte, morei em Sabará 12 anos. Aos 12 anos eu mudei pra Belo Horizonte. Estudei aqui no Colégio Imaculada Conceição aqui na Rua da Bahia, depois estudei aqui na Federal, no curso de Direito. Fiz meu mestrado aqui [Direito UFMG, prédio ao lado], hoje faço doutorado na PUC, depois você pode dar uma olhada no meu currículo lattes, tem algumas observações lá. ...Sou presidente de um Conselho de Curadores, que é mantenedor da Universidade Fumec, sou professor de Direito na Fumec. Aceitei esse convite da Prefeitura pra vir trabalhar com algo que acho que eu posso colaborar. Sou Conselheiro Certificado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Achei que era importante para minha própria, evidentemente, carreira pessoal. A minha ênfase é no Direito Empresarial, meu mestrado em Direito Empresarial, meu doutorado em Direito Empresarial. O IBGC é um instituto de Direito Empresarial, de organização empresarial, sociedades anônimas, principalmente. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sigla IBGC. E tenho também uma pós latu senso em Controladoria, Finanças e Contabilidade, com o objetivo, a minha linha de ação é trabalhar com a governança

nas empresas, nas sociedades empresárias. Foi essa minha vida profissional. Eu vim para a prefeitura a convite, para assumir um projeto sustentador da prefeitura. Nós temos quarenta projetos sustentadores na prefeitura, com quarenta gerentes. Eu sou um gerente de um projeto sustentador, que se chama Movimento Respeito por BH. (Túlio)

O enunciado (077) aponta que a formação e experiência profissional na área do Direito, que tem se desenvolvido em *instituições de ensino público e privado*. As *especializações* na linha do *Direito Empresarial*, nos níveis de *mestrado e doutorado*, na área *financeira e contábil*, no nível de *pós-graduação lato sensu*, e a *certificação em Governança Corporativa*, assim como a indicação de *experiência no âmbito acadêmico*, como *presidente do conselho de curadores e professor de uma universidade privada* expressam os percursos semânticos de desenvolvimento continuado e busca de legitimação por meio da obtenção de títulos e certificados, conforme menções sintáticas: *depois você pode dar uma olhada no meu currículo lattes e achei que era importante para a minha própria, evidentemente, carreira pessoal*.

Ao indicar a certificação junto ao *IBGC*, o enunciador atrela a *dimensão profissional e acadêmica* à *carreira pessoal*, expressando um vínculo identitário múltiplo (implícito pressuposto). O convite para o atual trabalho de gestão nos projetos ligados ao planejamento estratégico da *Prefeitura* é salientado como algo com que o enunciador pudesse *colaborar*, de acordo com suas experiências nas áreas do *Direito Empresarial e da Governança Empresarial* (implícito subentendido). Interdiscursivamente, identifica-se uma estratégia discursiva de persuasão indicando que as trajetórias formativas, os títulos obtidos e as experiências profissionais alcançadas conferem legitimidade para vinculação coletiva e atuação como gestor do município, o que se alinha ao discurso social hegemônico de qualificação, sucesso profissional, competência e meritocracia. A julgar pelos aspectos discursivos, além da continuidade e legitimidade, o enunciado tenta expressar coerência e identificação na formação identitária profissional, o que também é exposto no fragmento discursivo (078).

(078) [Cursei Direito na graduação e pós-graduação em Direito Público. Me formei, me graduei em 2004, advoguei um ano, entre 2004 e 2005. Em 2005, eu fiz o concurso público da Polícia Civil, para o cargo de Delegado. Fui aprovado e ingressei no serviço público. Fiz Academia de Polícia no mês, em 2006, meados de 2006, e fui nomeado em junho de 2006. Então eu tô no Estado, vamos dizer, oficialmente desde janeiro de 2006 quando eu ingressei na academia de Polícia Civil. Eu ingressei, a minha primeira lotação foi na Divisão de Orientação e Proteção da Criança e Adolescente, eu trabalhava com a questão do adolescente infrator, estatuto da Criança e do Adolescente, os atos infracionais praticados pelos adolescentes, né, aquela pessoa entre doze e dezessete anos, conforme a lei estabelece. E trabalhei desde a minha nomeação em 2006 até 2013, até maio, junho de 2013, eu tava trabalhando nessa área infracional. Aí desde junho eu fui nomeado para trabalhar aqui na Delegacia de Meio

Ambiente. Então minha trajetória dentro da Polícia é: Delegacia do Ato Infracional de 2006 a 2013, e desde junho de 2013 na delegacia de Meio Ambiente. ...Conhecia o trabalho desenvolvido [pelo Movimento Respeito por BH] antes de estar aqui, eu já conhecia o trabalho, mesmo trabalhando lá na Delegacia Infracional, quando tinha a questão do adolescente infrator, vamos dizer assim, que era o pichador, vamos dizer, então eu já tinha acesso, porque a Delegacia de Adolescente ela atrai a atribuição quando o fato é praticado por um inimputável. ...São uma série de fatores, um deles seria esse, então são os fatores preponderantes para eu vir e assumir essa questão aqui na Delegacia de Meio Ambiente. (Amaury)

O enunciado (078) expressa uma trajetória profissional e identitária semelhante no aspecto de coerência e identificação com a área de formação (*Direito na graduação, pós-graduação em Direito Público e Academia de Polícia*), diferenciando-se pela lotação na *carreira pública* como *Delegado da Polícia Civil*, após *aprovação em concurso público*. A experiência como servidor público se inicia no *trabalho com adolescentes infratores*, junto à *Divisão de Orientação e Proteção da Criança e do Adolescente*, o que, posteriormente, contribuiu para sua atuação como *delegado, na Delegacia de Meio Ambiente*. De acordo com o desenvolvimento do tema que remete à trajetória no serviço público, o trabalho desenvolvido com os adolescentes infratores na Delegacia Infracional permitiu *acesso e conhecimento* sobre o *programa municipal Movimento Respeito por BH*, tonando-se *um dos fatores preponderantes para tratamento da questão do jovem infrator na Delegacia de Meio Ambiente*, no caso, os pichadores na prática de pichar, considerada contravenção praticada contra o meio ambiente.

(079) Eu estou no projeto, sou de carreira na Prefeitura, funcionária pública e assumi o projeto em agosto de 2009. Assumi assim a parte de, tem que destacar né, a parte operacional, de coordenar ações operacionais. Quando eu cheguei o projeto já estava estruturado nestas três estratégias: repressão qualificada, sensibilização e o despiche. Então o que foi o meu trabalho basicamente foi de implementar essas ações. ...A nossa vertente do movimento aqui é a questão da segurança, da segurança patrimonial, principalmente, na preservação patrimonial. (Raquel)

O enunciador do fragmento discursivo (079) também aponta que o vínculo com o Projeto de Combate à Pichação foi conferido pela sua *carreira na Prefeitura e lotação como funcionária pública*. A entrevistada explicita que assumiu a *função de operacionalização do projeto* em 2009, *após sua estruturação nas três ações estratégicas*. Na construção discursiva presente na sintaxe: *a nossa vertente do movimento aqui*, constata-se a conjugação de elementos que expressam significações identitárias coletivas de pertencimento, fragmentação do projeto e especificação de um lugar. No desenvolvimento do discurso a *vertente da segurança patrimonial* expõe o foco empenhado pelos servidores da Secretaria de Segurança Urbana e Patrimonial (lotação da Guarda Municipal de Belo Horizonte) e se mostra intensificado pelo termo *principalmente*, que se relaciona à questão da *preservação patrimonial*.

A análise dos aspectos identitários do fragmento discursivo (080) expressa que o histórico com movimentos sociais de um dos entrevistados ligados à prefeitura remete a sua experiência pessoal, em que foi *apadrinhado por um programa social de uma ONG americana*.

(080) Na época eu trabalhava na Gerência de Políticas Sociais [da prefeitura], eu era assessor de gabinete, mas havia uma disponibilidade para que eu pudesse atuar na Gerência de Políticas Sociais, em função do meu histórico de militância com movimentos sociais. Eu tive uma boa experiência, porque eu fui apadrinhado por um programa social, de uma ONG americana que escolheu algumas cidades e dentro dessas cidades Belo Horizonte. Isso foi na década de setenta. Então isso me marcou muito. Eu sempre quis dar a minha contrapartida. Então a partir do momento que eu me vi na condição de poder contribuir, não financeiramente, pelo menos pelo meu trabalho voluntário, eu sempre fiz isso. ...Não foi só um diferencial, [foi] como uma marca e eu sempre tive aquilo dentro de mim em dar uma resposta a sociedade, de contribuir, como uma contrapartida mesmo. E acho que isso me segue, no próprio UNIBH, me ajudou muito na minha militância. (Rogério)

Interessante ressalva faço sobre esse sujeito de pesquisa²⁴ em relação a seus múltiplos vínculos identitários na cidade de Belo Horizonte, onde sempre morou. Sua experiência de vida perpassa as dimensões do esporte, nas quadras comunitárias durante a adolescência; da música, com origem na Banda da Aeronáutica, e atual participação no Coral da Prefeitura, entre outros sons, feitos com um grupo de amigos músicos; de encontros de grupos de reservistas militares; militância político-partidária; e tantas outras congregações de cunho religioso. Além desses vínculos, o Rogério exerceu o serviço público na gerência da Secretaria Municipal de Políticas Públicas de Belo Horizonte e, atualmente, atua como gerente de comunicação na Secretaria Administrativa Municipal Regional Noroeste. Na época de implementação das ações de despiche, o entrevistado também atuava como professor do UNIBH (onde também foi aluno do curso de Comunicação Social e presidente do Diretório Acadêmico) o que conferiu sua intermediação entre as distintas organizações. Como professor do curso de Gestão de Eventos, o indivíduo é marcado em estima junto aos alunos que participaram do despiche na Lagoinha.

Retomando a análise presente no fragmento (080), as demais unidades de textos explicitam, interdiscursivamente, que a experiência de apadrinhamento gerou uma disposição de *oferecer à sociedade uma contrapartida por meio do trabalho voluntário*, o qual foi relevante no *histórico de militância com movimentos sociais* (implícito pressuposto). Na fala do entrevistado, os termos: *eu sempre quis dar minha contrapartida* e *eu sempre tive aquilo dentro de mim*, revelam explicitamente a construção identitária a partir dessa experiência, que o segue

²⁴ Entrevistar o Rogério, assim como “alguns” “outros” de pesquisa, foi, de fato, e particularmente, significativo para o todo construído a partir do campo. (Diário de Campo, entrevista Alice Catarina, Outubro de 2013).

em sua trajetória profissional e junto aos movimentos sociais. O percurso semântico é de reconhecimento e gratidão pela ajuda recebida do organismo internacional e o discurso apontado pelo sujeito é o do trabalho voluntário, a fim de contribuir com o desenvolvimento social de outros. Em que pese os preceitos sobre alteridade, as experiências e interações desse entrevistado parecem se aproximar do que Lévinas (1997) pressupõe sobre ser um com o outro.

O mesmo histórico de envolvimento coletivo junto à movimentos e grupos sociais é evidenciado nas trajetórias relatadas nos fragmentos (081) e (082). A história vivida pelos dois gestores da Coordenadoria da Juventude se assemelham nas escolhas e nos caminhos por eles traçados. Interessante perceber o processo de desenvolvimento identitário construído junto aos *jovens*, a partir de vínculos coletivos em *programas universitários* e da *formação religiosa junto à igreja católica*. A *formação acadêmica* na área de *Filosofia e Educação*, em nível de *mestrado* e *doutorado*, conjugada à experiência no *Observatório da Juventude* e na *Pastoral da Juventude* são aspectos identitários de socialização e identificação (AUGÉ, 1999), que geraram experiências relevantes para *trabalho com as políticas públicas da juventude na prefeitura de Belo Horizonte*.

(081) Eu sou formado em Filosofia, graduado em Filosofia e mestre em Educação. ...Eu era um membro do Observatório da Juventude, mas não ligado a um grupo especificamente. Particpei um pouco, eu participei um tempo da Pastoral da Juventude. ...A minha formação nessa área, assim a minha escolha em pesquisar a juventude vem um pouco dessa formação religiosa da pastoral. ...A pastoral não tem nenhum vínculo [com o Observatório ou a Prefeitura], foi uma fase da minha vida. A pastoral é um órgão da igreja católica também, que tem não só, mas eu acho que até se estende muito mais a um determinado segmento de jovem, tem todo um caráter ecumênico, e a minha trajetória pela pastoral, pelos movimentos religiosos foi assim muito importante na minha escolha dos meus estudos e está envolvido com essa área da sistemática da juventude. ...A minha entrada para a gestão pública foi por meio da minha qualificação, a minha pesquisa foi na área da juventude, pertencia ao grupo da UFMG, Observatório da Juventude, onde fiz o mestrado e eu fui convidado a vir aqui para a prefeitura para assumir um pouco essa coordenação das políticas públicas da juventude. Aqui nós temos dois órgãos que é a Coordenadoria da Juventude e o Centro de Referência da Juventude que é um novo projeto que a prefeitura está implementando em BH. (Gilmar)

(082) Não sou nascido em BH, eu sou do norte do país, sou lá de Belém do Pará, vim para cá também nessa trajetória de igreja e vida religiosa e aqui eu descobri outra forma de atuar na sociedade além desse espaço religioso. Mas sempre trabalhei com jovens, assim prematuramente, ainda jovem já desenvolvia atividades com grupo de jovens dentro da igreja. Aí quando eu cheguei aqui em BH, em 2002, início de 2002, pra estudar, pra fazer Filosofia aqui, vim fazer Filosofia aqui, descobri outros espaços que podia atuar além da igreja que me limitava muito. ...Então, eu preferi não estar mais lá e continuar meu serviço com a juventude, já tava fazendo isso, aí eu entrei nos espaços também de trabalho com a juventude, que foi o Instituto Pastoral da Juventude, que foi o meu primeiro emprego por sinal e logo em seguida assumi a secretaria regional que é Espírito Santo e Minas Gerais de trabalho com a juventude. Nesse intervalo fui chamado pelo Centro de Referência da Juventude pra trabalhar lá

na área administrativa do centro, elaboração de projetos de intervenção para a juventude. ...Eu participei do Fórum de movimentos juvenis de Belo Horizonte desde o começo, mais recente também assim de estar mais presente, então teve atuação nesse espaço o que me orientou também nos estudos. Eu formei em filosofia, me especializei em juventude onde eu já tinha esse trabalho, então eu fiz especialização em adolescência e juventude no mundo contemporâneo. Terminando a especialização eu entrei no mestrado lá na FAE também para uma pesquisa com juventude também. Então a juventude direcionou a minha atuação em vários aspectos e até hoje estou aí, fui chamado para cá também. Fiz parte do Observatório, mas eu saí antes. (Milton)

Os textos produzidos nos fragmentos (081) e (082) indicam sujeitos com significativa experiência junto aos jovens, à universidade e religião. O contexto de produção dos discursos é regido pela atual posição na gestão das políticas públicas para a juventude da cidade e expressam, sobretudo, percursos semânticos de legitimidade, conhecimento e sensibilidade no desempenho das atividades ligadas aos programas municipais para a juventude da cidade. Outra vertente de interface e diálogo com os jovens de Belo Horizonte refere-se ao Projeto Guernica, implementado pela Secretaria Municipal de Direito de Cidadania, com foco na educação ambiental e sustentação nas dimensões simbólicas referentes ao direito à paisagem, à arte urbana e cultura de rua.

Retomando as teorizações sobre identificação, para Woodward (2003), o processo pode representar uma ausência de consciência da diferença ou o resultado de supostas similaridades. Para Sawaia (1996), a identificação significa permanência e metamorfose e não necessariamente compreende sentidos de admiração ou reconhecimento pelo que é igual, podendo expressar um desejo de ser diferente. Já Augé (1999) denota que a identificação emana nas relações identitárias e alteritárias, preconizando interações que se fazem em contextos cujo sentido social se expressa pelas relações simbólicas e institucionais. A identificação dos sujeitos entrevistados com os distintos grupos de referência, além de outros grupos com os quais se estabelece um vínculo de pertencimento, de acordo com o que me fora relatado representa mais a identificação por assimilação de singularidades. Ainda que os relatos não ditem sobre processos de diferenciação não se faz evidente sua concepção oposta pelo julgamento das igualdades. Em outras palavras, o compartilhamento acerca dos grupos de identificação não necessariamente corresponde ao julgamento sobre os grupos de diferenciação.

Na configuração identitária formada pela integração organizacional de combate à pichação junto aos demais entes públicos também se constata um elo de reflexão das dimensões políticas e estéticas, relacionadas às vivências do grafite, em suas identificações e diferenciações na dinâmica urbana. O Projeto Guernica, vinculado à Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de

Cidadania faz essa leitura da cidade no âmbito da gestão desempenhado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Interessante perceber a representação que alguns entrevistados expõem em relação ao gestor do Projeto Guernica, conhecido de forma especial e admirável como referência técnica e conceitual nas temáticas que integram os indivíduos ao espaço urbano.

Nos fragmentos discursivos (083) e (084) o enunciador representa o gestor do Guernica como uma figura que provoca reflexões sobre a ocupação e o pertencimento da cidade, e o tratamento da pichação e do grafite no contexto urbano. Já no fragmento (085) um dos grafiteiros do projeto aponta vários termos para representar o gestor: *o cara é sensacional, fala demais, é um cara que aprendi demais com ele, os grafiteiros pira com ele, ele é o chefe do Guernica, é um cara idealizador, ele foi presidente do sindicato dos engenheiros*. Interdiscursivamente, o fragmento expõe aspectos identitários do gestor do Guernica, apontando-o como um referencial de *aprendizagem e idealização*. O enunciador também usa de hipérboles (*sensacional e os grafiteiro pira com ele*) de forma a exacerbar a imagem que tem do gestor do projeto.

(083) Isso, exatamente isso. O João Marcos falou uma coisa que me fez pensar, que ele fala assim: “Quem ocupa a cidade? A cidade pertence a quem?”. Entendeu? Por isso a ideia de pertencimento pra mim é fundamental, essa pergunta me gerou essa reflexão: a cidade pertence a quem? Se a cidade pertence a alguém, esse alguém também tem que ser também integrante desse, dessa cidade. Então, será que ele se sente excluído e por isso ele destrói? Porque se ele se sente incluído, ele não destrói, ele só destrói aquilo que ele não se identifica. Então essa é uma situação que tá me gerando assim uma série de reflexões, e com isso que eu tô trabalhando agora. (Túlio)

(084) E o João Marcos vai dizer isso também, quer dizer, muitos países tratam a pichação e o grafite como um tronco único. Nós tratamos como se fosse duas árvores distintas, né. Os EUA tratam como se fosse uma árvore única com dois ramos, nós tratamos como duas árvores, pichação e grafite se confundem. São manifestações visuais amplas. Então, a maneira que nós temos é dialogar pra que ela seja, será que não conseguiríamos aí, algo que pudesse, haveria uma coexistência, da pichação do mundo contemporâneo hoje? A pichação na sociedade poderia existir? (Túlio)

(085) É uma coisa sensacional, que a gente [do projeto Guernica] tenta fazer com que essas pessoas se apropriem da cidade através de uma linguagem muito superficial de grafite e arte. É desafiador, é novo, porque a gente não trabalha nem, o João Marcos fala muito que não é um caderno de, que se fosse falado em jornal, não seria um caderno nem de página policial nem de projeto social, seria um caderno de cidade. ...Eu vou falar, com você com sinceridade, se preparar porque você vai se deliciar [ao conversar com ele]. O cara é sensacional. Fala demais, nó, o João fala pra carai, mas é um cara que eu aprendi demais com ele. Os grafiteiros pira com ele. Ele é um cara, é o chefe do Guernica, é um cara idealizador, ele foi presidente do sindicato dos engenheiros. (Júnior Carlos)

No enunciado (083), a indagação original do gestor do Guernica: *“Quem ocupa a cidade? A cidade pertence a quem?”*, dita interdiscursivamente por outro gestor, tem produzido nesse efeitos de reflexão sobre o pensamento e a ação na cidade, levando-o a uma compreensão

específica acerca da pichação e dos pichadores. A seleção lexical *se a cidade pertence a alguém, esse alguém também tem que ser também integrante dessa cidade*, remete ao percurso semântico do pertencimento para introdução do discurso de exclusão e inclusão, diferenciação (*destruição*) e identificação (*não-destruição*) com a cidade. O texto segue com uma indagação que gera um saber conclusivo (*Então, será que ele se sente excluído e por isso ele destrói? Porque se ele se sente incluído, ele não destrói, ele só destrói aquilo que ele não se identifica*) e indica uma orientação para o tratamento da pichação e dos pichadores na cidade, conforme sintaxe explícita: *essa é uma situação que tá me gerando assim uma série de reflexões e com isso que eu tô trabalhando agora*.

Do mesmo modo, no fragmento discursivo (084), o gestor aponta outra reflexão também proveniente de uma compreensão dita pelo gestor do Guernica. O entendimento dos gestores sobre diferenças, aproximações e distanciamentos manifestos pela pichação e pelo grafite nos *EUA* e no *Brasil* parece revelar como essas *formas de expressão e manifestação visual se confundem e se fazem amplas*. O diálogo, assim, mostra-se como uma possibilidade de *coexistência* entre pichação e grafite *no mundo e na sociedade contemporânea*, expressa, ainda, por uma indagação. Assim, como outros itens de padronização das cidades globais, as escritas de rua também fazem parte do que a mundialização assevera para a dinâmica urbana. Todavia, especificamente, no Brasil a expressão pela pichação não se dá exatamente como no resto do mundo. Entre tudo o mais que se importa e copia, à pichação não é permitida assimilações de outras metrópoles mundiais.

No discurso (085), o percurso semântico empregado para explanação do aprendizado gerado a partir do Guernica é o da excentricidade, inovação e desafio proporcionados pelas oficinas do projeto. O pensamento do gestor do programa municipal é interpretado pelo enunciador (*o João fala pra carai que não é um caderno de, que se fosse falado em jornal, não seria um caderno nem de página policial nem de projeto social, seria um caderno de cidade*), cujas atividades desenvolvidas *juntamente com a equipe do projeto* (implícito subentendido) levam as *pessoas a se apropriarem da cidade através de uma linguagem que se faz pelo grafite e pela arte*. A julgar pelos discursos, o gestor do Projeto Guernica é representado como um personagem importante, que possui aspectos identitários de diferenciação pela aversão ou divergência do pensamento social hegemônico. No que concerne às ideias e práticas conexas à dinâmica urbana esse indivíduo parece gozar de uma lógica autônoma, recusando, de certo modo, os sistemas de representação instituídos (implícito pressuposto).

A busca por sistemas e lógicas distintas do que usualmente é aceito foi o que aproximou o enunciador do fragmento discursivo (086) do Projeto Guernica. Os relatos rememoram o início do trabalho no projeto que coincide com o princípio das atividades por meio de oficinas em uma das favelas da cidade (*Pedreira Prado Lopes*). Diversos temas, figuras e personagem são recontados pelo enunciador, que expressa seu desejo de fazer *oficina de grafite, conhecer e divulgar a escola profissionalizante e os projetos sociais oferecidos na Pedreira*, além de conhecer um personagem importante no contexto das artes (*o Piero, um italiano, quadrinhista*), como fatores de identificação com o trabalho da prefeitura. O conjunto das unidades discursivas, assim, remonta o percurso semântico de aprendizagem e profissionalização nas técnicas de grafite, o que, *paralelamente*, gerou a organização do *grupo de amigos no Coletivo de Grafite Rupestre*.

(086) Há doze anos estava começando o Guernica, há treze anos atrás, é isso mesmo, começou em 2000 o Guernica. Aí eu chamei um colega meu: “Ô Fred, vamos lá na Pedreira [Prado Lopes] fazer oficina de grafite e vamos lá para conhecer a escola profissionalizante para divulgar, as oficinas que a escola dá, os projetos sociais que a escola faz lá na Pedreira”. Fomos para fazer isso e para conhecer o Piero, que é um italiano, que é quadrinhista. ...Eu tinha vinte e um, vinte e dois anos na época. Aí eu, Eder Pinheiro, Fred Bernard e Cabeção montamos a Rupestre junto paralelamente. (Júnior Carlos)

De acordo com as mensagens produzidas, a busca inicial também proporcionou ao entrevistado a oportunidade de atuar como um dos grafiteiros (oficineiros) do Guernica. O texto, ao mesmo tempo em que expressa a história inicial de desenvolvimento de habilidades pessoais por meio da cultura de rua proveniente do movimento *Hip Hop*, expõe o início do programa municipal e de um grupo de trabalho informal. Interdiscursivamente, é possível perceber a relação em comum entre indivíduos, organizações, cultura e lugar. O contexto de produção desse discurso aponta para um sujeito que apresenta históricos identitários múltiplos, os quais permitem atuações e posicionamentos variados, embora não ilimitados, junto ao governo municipal e aos movimentos culturais urbanos.

Assim como nas interpretações sobre o Rogério, ressalto algumas observações expressas no diário de campo em relação à entrevista realizada com o Júnio Carlos. O mesmo foi indicado pelo seu trabalho desenvolvido junto à prefeitura, porém, enfatizou que iria responder as questões de pesquisa como grafiteiro da Rupestre. O que, na realidade, ocorreu foi a participação e o compartilhamento reforçados pela cultura *Hip Hop* a partir de diferentes “lugares”. Algumas questões eram respondidas segundo o vínculo com as atividades, oficinas

e projetos implementados pelo Guernica, outras foram discutidas na perspectiva do Coletivo de Grafite Rupestre.

Outras respostas, ainda, revelavam a atuação como grapixador ou pixador, embora ele afirme que a pichação somente fez parte da sua vida na adolescência, em decorrência das amizades na região Noroeste da cidade e frequentes envolvimento na Pedreira Padre Lopes, lugar importante nas considerações identitárias do entrevistado. Mais interessante foi conversar com essa figura, que me apresentou o espaço debaixo do Viaduto Santa Tereza²⁵ e me relatou o significado de várias marcações (entre pichações, grafites, grapixos, *stencils*, *bombs*) feitas em suas plataformas de concreto e algumas, inclusive, nas janelas da Serraria Souza Pinto, prédio que representa patrimônio histórico e cultural da cidade de Belo Horizonte.

No sentido exposto por outro grafiteiro vinculado à prefeitura, a *cultura Hip Hop*, a *iniciação conferida pelo Guernica* e a *formação em História* também são elementos identitários que legitimam a atuação do enunciador do fragmento (087) em diferentes atividades urbanas.

(087) Na verdade, minhas experiências profissionais assim, acho que elas foram várias, acho que dentro do projeto Guernica mesmo assim, dentro desse campo da cultura e da arte, né. Então, minhas primeiras remunerações foram mesmo de oficinas de dança né, de break, depois de grafite. Com dezessete anos, eu entrei no projeto Guernica, assim, né, aí, na verdade, as experiências que fui tendo né, de coordenação de oficinas, coordenação de eventos, é, coordenação de intervenções aí. ...Na verdade, quando eu comecei a cursar História, acho que as coisas já estavam um pouco claras assim, pra mim, eu já sabia o que eu iria buscar, o que eu queria, pra quê eu queria né. Claro que algumas coisas foram mudando. Hoje eu tenho menos atuação no Hip Hop, menos atuação, vamos dizer assim, é, de fazer, do fazer artístico né, e mais acho que da, da, agora do planejamento, por poder pensar assim né. E, é claro que, de vez em quando, eu não dou conta e aí, eu tenho que fazer alguma coisa. Assim, eu fico brincando eu sou muito fazedor, eu gosto de fazer, teoria e prática pra mim, acho que teoria e prática pra mim, elas têm que estar sempre juntas. Ação e reflexão, sempre!
(Artur)

O contexto histórico apresentado formula uma narrativa da trajetória pessoal em aproximação das experiências *no campo da cultura e da arte*, que, em dado momento, são continuadas em

²⁵ O encontro marcado no Viaduto Santa Tereza gerou grande expectativa, pois não tinha noção do seu ponto exato, embora já tivesse passado por perto outras vezes, e nesse momento já conhecesse (de ler ou ouvir falar) seu histórico de movimentos sociais e culturais, emblemáticos para a construção de Belo Horizonte. A primeira experiência pareceu-me inicialmente tranquila, pois havia grande movimentação na Serraria Souza Pinto, além do fato de não estar sozinha. O lugar, no todo, parecia limpo, porém, as escadarias que levam à parte superior do viaduto, reconhecida como cartão postal de Belo Horizonte, tinham um odor sórdido. Algumas ocorrências entre transeuntes logo geraram outras movimentações. Há quem diga serem essas as representações de cheiro e sociabilidade das ruas. Poderia ir além nessa interpretação metafórica, fazendo dessa proposição um enigma de leitura da cidade, sua gente e dinâmica urbana relacionada à pichação belo horizontina. (Nota Diário de Campo, Entrevista Júnior Carlos, Setembro de 2013).

percursos também profissionais, a partir do *break* e do *grafite*, desenvolvidos por meio das *oficinas do Guernica*. No relato, o emprego do termo *na verdade*, evoca uma reconstituição do que se quer contar. No caso, o enunciador começa e termina evidenciando suas experiências profissionais e inclui a formação em História para elucidar as bases de consolidação e os caminhos de transformação de sua trajetória artística e cultural.

Ao enfatizar que *as coisas já estavam claras, que já se sabia o que iria buscar, o que queria e para que queria*, percebe-se o percurso semântico que expressa um processo de identificação com determinada dimensão social. O sentido expresso na sintaxe discursiva *algumas coisas foram mudando*, aponta para o percurso da alteração dos trajetos inicialmente traçados e evoca o significado e compreensão de metamorfose, nos termos expostos por Ciampa (1993; 1994). A mudança indicada pelo sujeito refere-se ao tipo de atuação empenhada por meio da cultura *Hip Hop*, a qual o segue em essência e permite que ele se posicione frente às representações que lhe são apresentadas. Atualmente, o desempenho das atividades junto ao projeto municipal ocorre mais em termos técnicos de *planejamento* e organização do que no nível *artístico*, embora, *de vez em quando*, o entrevistado ainda busque a praticar a sua arte. A interdiscursividade evocada para expor a *relação entre teoria e prática* reforça o posicionamento segundo a lógica social hegemônica, de que é preciso saber para poder fazer. Todavia, o dito final reconfigura a formação discursiva ao *incluir a reflexão à ação* no planejamento das atividades artísticas (implícito pressuposto). Tal aspecto parece comum nesse âmbito da gestão pública a partir dos fundamentos e princípios de ação orientados no *Guernica*.

Os relatos das individualizações e socializações dos sujeitos vinculados aos projetos municipais que fazem interface com o programa Movimento Respeito por BH no combate à pichação permitem a constatação de aspectos das identidades pessoal, social e cultural que se articulam com as trajetórias profissional e carreira no serviço público. No que concerne a autonomia, segundo pressuposto por Carrieri, Paula e Davel (2008), a existência da identidade individual não necessariamente se apresenta junto ao posicionamento de subjetividades. Parece mais que a integração desses sujeitos em uma configuração organizacional, que decorre outras coletividades, objetiva a construção de uma identidade da organização, na qual a Prefeitura assegura uma imagem de competência perante os desafios da dinâmica urbana.

7.1.2 Os representantes da sociedade (UCDRMG e UNIBH)

Além das características identitárias relacionadas ao vínculo profissional no serviço público, a configuração organizacional do Projeto de Combate à Pichação estabeleceu integração com outros agentes sociourbanos, que, nos relatos concernentes aos grupos de referência para essa pesquisa, evidenciaram uma perspectiva identitária mais relacionada ao desenvolvimento de práticas coletivas de ação de responsabilidade social, anexas ao mote de revitalização urbana. A conjectura dos sujeitos, ligados à sociedade civil organizada pela União Ciclística Desportiva Recreativa de Minas Gerais (UCDRMG) e pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH), no desempenho das ações de despiche permitiram identificar aspectos identitários em relação ao grupo formatado pela estratégia do governo municipal.

(088) A União Ciclística ela tem um estatuto social União Ciclística Desportiva Recreativa e Cultural de Minas Gerais. Então ela tem como objetivo a promoção do esporte, enquanto lazer, enquanto condicionamento físico, enquanto esporte de competição. Ela tem o objetivo de educação para o trânsito, preservação do patrimônio histórico-cultural da Pampulha e promoção de saúde. Então nós temos parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte pras campanhas de combate a dengue, combate ao uso de droga, de combate à hipertensão, diabetes e obesidade. A prefeitura de BH tem atividades em todas essas áreas e nós nos inserimos em todas elas. Promoção de um trânsito mais respeitoso entre ciclistas e pedestres, entre ciclistas e motoristas de carro, de automóveis. (Cleber)

(089) ...e nós temos lá na união ciclística pessoas de todos os níveis sociais. Eu costumo brincar [que] debaixo de capacete e dos óculos todo mundo é absolutamente idêntico mesmo. Nós temos lá desde empresários mega milionários, nós temos deputados que a gente nem sabia que era deputado, temos vereadores que andam lá, e temos mecânico da esquina, pintores, trabalhadores braçais, funcionários, médicos, engenheiros, peão de obra, todo mundo é igual. Nós temos na União Ciclística pessoas desde dez anos de idade até oitenta anos de idade, pessoas de todos os níveis. (Cleber)

O fragmento discursivo (088) expõe os objetivos do grupo de ciclistas que fazem parte da União Ciclística de Minas Gerais, cujo cerne relaciona-se com a *promoção do esporte, enquanto lazer, condicionamento físico e competição; educação para o trânsito; preservação do patrimônio histórico-cultural da Pampulha e promoção da saúde*. As atividades do grupo são variadas e contam com o apoio da prefeitura por meio de *parcerias*. A seleção lexical *a prefeitura de BH tem atividade em todas essas áreas e nós nos inserimos em todas elas*, expressa que os membros do grupo coadunam das mesmas perspectivas que a prefeitura tem para a cidade e seus cidadãos, refletindo assim, pressupostamente, um reforço do discurso hegemônico para sustentar as proposições sociais da associação. As temáticas desenvolvidas no trecho evidenciam o percurso semântico da qualidade de vida; da conscientização para o esporte; e exercício da ação social e do trabalho em rede.

O texto (089) remete a alguns aspectos identitários do grupo, que se mostram pela variação etária, entre *dez anos de idade até oitenta anos de idade*, e recorrência a variadas ocupações e categorias profissionais: *empresários, deputados, vereadores, mecânico, pintores, trabalhadores, funcionários, médicos, engenheiros, peão de obra*. O uso de hipérboles, como: *mega milionário* para referenciar os *empresários*; *da esquina*, em referência à ocupação de *mecânico*; *braçais* e *de obra* para se referir a *trabalhadores de classes operárias*, indicam figuras de linguagem que, de acordo com a interdiscursividade do texto, denotariam diferenças se não desenvolvidas em relação à construção lexical *eu costumo brincar que debaixo de capacete e dos óculos todo mundo é absolutamente idêntico mesmo*. O apontamento das diferentes categorias faz parte de um discurso de semelhança e identificação entre os ciclistas, embora a essência de cada uma das ocupações e profissões citadas expressem diferenças e, até mesmo, como assevera Goffman (1988), estigmas sociais decorrentes de rótulos e estereótipos.

A sintaxe discursiva que enquadra os diferentes trabalhadores em um mesmo sistema de representação aponta para elementos e aspectos identitários coletivos. O adjunto adverbial *debaixo* também pode indicar uma conotação figurativa em relação às identidades, como se o uso de acessórios permitisse uma igualdade coletiva entre os indivíduos ou como se os sujeitos, ao se mostrarem com esses itens, tivessem os demais aspectos identitários suprimidos. Ou seja, o trabalhador braçal e o peão de obra poderiam ser identificados como empresários, médicos ou engenheiros e vice e versa. Todavia, até mesmo em tais objetos, assim como nas bicicletas usadas para o desempenho da atividade, seria possível constatar diferenças em outros níveis. Esse aspecto, embora silenciado, faz parte do discurso hegemônico, que simplesmente por usar os níveis sociais como categoria, já expressa uma variedade de diferenças entre os indivíduos.

Outra característica identitária sustentada por um dos membros da União Ciclística no discurso (090) é o desconhecimento sobre o assunto abordado na ação social que se articulava à proposta de despiche da prefeitura. Seja pelo desconhecimento sobre pichação, limpeza urbana ou recuperação patrimonial, a construção discursiva *foi mais na brincadeira o negócio*, expressa que a *despichação* teve uma *conotação de integração do ciclista com eventos relacionados ao lugar onde a prática esportiva e de lazer e o convívio social acontecem, diariamente ou semanalmente*. O percurso semântico de produção do discurso introduz aspectos de sociabilidades e conhecimento histórico-cultural dos patrimônios presentes na orla da Lagoa da Pampulha para evocar a mensagem de preservação do espaço urbano, refletindo os mesmos sentidos e atribuições do discurso e da prática do governo.

(090) Nesse projeto da, da, da despichação, foi nas duas semanas antes, na preleção, que tem todo sábado lá, né, tem um papo lá todo sábado antes do pessoal sair pra andar [pedalar], aí falaram, daí eu fui. Mas, eu fui, assim, é, o conhecimento do assunto era mínimo na época. ...[Foi] mais na brincadeira também o negócio. O negócio além de ter a conotação da despichação, tem a conotação da integração do ciclista com eventos relacionados ao lugar aonde a gente pratica o ciclismo. Ou seja, relacionar o ciclista com o meio onde ele convive. É, no meu caso, diariamente, eu pedalo todo os dias, e quem pedala dia de fim de semana, no caso das pessoas [que] vão pra volta de sábado, pelo convívio, e entender que tem na orla toda, tem uma série de exemplos de patrimônio público que não são preservados e que precisam ser preservados. (Hilton)

Fazem parte desses discursos enunciadores que reconhecem a importância das políticas públicas e buscam o engajamento em ações sociais, como a participação nas ações de despiche na Pampulha em parceria com a União Ciclística de Minas Gerais, que mobilizou seus associados para a limpeza de alguns equipamentos presentes na Orla da Lagoa. Basicamente, os mesmos aspectos discursivos também foram explicitados pelos indivíduos que participaram do despiche no Complexo da Lagoinha, conforme os fragmentos (091) e (092). Na época, os alunos do último ano do curso de Gestão de Eventos, do Centro Universitário de Belo Horizonte, participaram da ação como atividade avaliativa da disciplina Programa de Ação Social. Os textos recontam sobre o conhecimento e as discussões acerca das manifestações visuais presentes na dinâmica urbana e indicam, sobre o grupo, elementos identitários individuais e coletivos de identificação e diferenciação com a prática de revitalização e pichação, além de diferenças entre os níveis sociais entre o grupo.

(091) Bom, pelo que eu lembro, o professor Rogério é uma pessoa muito engajada nas questões sociais, ele trabalha na Prefeitura, obviamente ele tem que ter essa visão, é um excelente professor, e ele realmente trouxe uma proposta bacana. A minha turma ficou muito empolgada, foi um trabalho muito prazeroso. Não só na questão, como eu te disse anteriormente, de revitalizar, fazer parte desse meio, mas como o nosso entrosamento também, contribuiu muito pra nossa convivência fazer parte desse trabalho. ...A gente fez um trabalho de pesquisa anteriormente, ele solicitou um trabalho de pesquisa, foi um assunto bastante polêmico, porque uns defendiam, outros não, uns falavam que pichação é grafite, outros não concordam que tem uma diferença. Então assim, foi bem polêmico o assunto abordado, houve uma pesquisa antes, que foi muito interessante. (Alice Catarina)

O processo de produção cognitiva exposto no fragmento (091) reconta a história a partir da representação do professor Rogério, que aparece como personagem intermediador da ação entre a instituição de ensino e a prefeitura, onde, atualmente, ocupa cargo público e atua como gestor de comunicação na Regional Noroeste. No relato, a figura do professor é relacionada ao seu *excelente desempenho* em sala de aula e apresentação de uma *proposta bacana*. O professor também é reconhecido pelo *engajamento em causas sociais e trabalho na prefeitura*, que,

obviamente, faz com que ele tenha uma *visão direcionada para essas questões*. A interdiscursividade presente reforça o discurso hegemônico concernente às representações do servidor público e professor perante a sociedade.

O uso de alguns termos, tais como *realmente, muito, não só, mas, bastante e bem* apontam para estratégias de persuasão discursiva, em que o enunciador pretende intensificar o que se está elucidando. No caso, a entrevistada tenta demonstrar os aspectos positivos da atividade, evocando uma imagem de sociabilidade entre os indivíduos da turma (*contribuiu muito pra nossa convivência*), além da questão da contribuição social e cooperação com um serviço público (*não só na questão da revitalização*). As seleções lexicais: *minha turma ficou muito empolgada e foi um trabalho prazeroso* também engrandecem a mensagem compartilhada. No texto, até mesmo a pesquisa e as discussões decorrentes das percepções sobre pichação parecem ter gerado um reforço positivo nos alunos, pela junção dos adjetivos *polêmico e interessante*.

(092) Lá [na minha turma] eu encontrei peessoas de vários tipos, mas poucas pessoas ligadas diretamente à produção cultural, a movimentos, classes diferentes, eu estava lá como classe média baixa, tinha gente na minha turma moradores da zona sul, classe média alta. Então, conhecimento realmente sobre despiche quando o Rogério apresentou isso aí foram poucas pessoas que tinham esse conhecimento, mesmo do que é pichação, do que era pichação, qual que era e tudo. Na minha turma só tinha eu e dois meninos lá que eram pichadores, já tinham sido pichadores na adolescência. O resto das meninas, na minha turma tinha muita mulher e eram só oito homens, as meninas não tinham conhecimento nenhum, eram mais novas, eram de outras classes sociais e não tinham esse conhecimento. [A maioria] topou e foi no estalo entendeu. Eu topei a história e tal porque o Rogério é um professor muito gente boa, é um professor mesmo, um mestre assim, eu aprendi muita coisa, então uma pessoa muito significava na minha formação acadêmica. (Vinícius)

Para o enunciador do discurso (092) a falta de conhecimento acerca da limpeza das pichações na cidade está relacionada a aspectos identitários que seguem a mesma lógica de categorizações, conforme instituições sociais hegemônicas. O entrevistado reproduz essa ideologia, todavia, de forma contra hegemônica, referindo a si mesmo em uma posição diferente e inferior aos demais. Ou seja, entre os demais colegas de curso, *de vários tipos, classes diferentes, moradores da zona sul e classe alta*, poucos pareciam apresentar os mesmos objetivos de formação por ele comungados, dimanante de sua precoce introdução profissional no cenário diretamente ligado à *produção e movimentos culturais* de Belo Horizonte. A julgar pelas considerações sobre o Rogério, o João Marcos e o Júnior Carlos, o Vinícius²⁶ é “um

²⁶ O encontro na, até então, desconhecida sacada do segundo andar do Edifício Arcangelo Maletta, localizado no Centro de Belo Horizonte, no cruzamento entre a Avenida Augusto de Lima e Rua da Bahia; construído sobre o Grande Hotel

outro” entrevistado, que, de maneira especial, me apontou o circuito da pichação em Belo Horizonte.

A experiência com a pichação e o entendimento das suas concepções, assim como a ação social de limpeza urbana (implícito subentendido), não seria, portanto, comum aos colegas. Segundo as seleções lexicais: *foram poucas pessoas que tinham esse conhecimento; na minha turma só tinha eu e dois meninos lá que já tinham sido pichadores na adolescência; e as meninas não tinham conhecimento nenhum, eram mais novas, eram de outras classes sociais e não tinham esse conhecimento*, constata-se uma formação estrutural que não atenua o discurso de diferenciação iniciado pela referência às classes sociais e eleva outras dimensões que tentam deixar claro que o enunciador fazia parte de um contexto, mas ali era uma pessoa com aspectos desiguais. Interdiscursivamente, o sujeito, mesmo em oposição às instituições sociais dominantes, tanto compartilha uma mensagem política como reproduz e provoca um deslocamento do referencial de produções sociais de diferenças, colocando seus objetivos, ligados ao movimento cultural, como superiores às pretensões dos demais colegas no contexto do curso de eventos; e sua experiência de vida, em aproximação da pichação, mais apropriada para o debate que as outras percepções (implícito pressuposto).

O desenvolvimento da construção discursiva segue com o apontamento de que a atividade fora realizada (*a maioria topou de estalo, eu topei a história e tal*) devido à relevância da figura do professor (*é um professor muito gente boa, é um professor mesmo, um mestre, eu aprendi muita coisa*) para a formação acadêmica do enunciador. A interdiscursividade aqui reflete uma relação identitária de afetividade e aversão com algumas figuras e personagens da história rememorada e indica um contexto de produção do discurso em que o enunciador sobrepõe suas experiências, individualizações, identificações e sociabilidades culturais às proposições da ação de despiche, seja como atividade avaliativa do curso ou como possibilidade de prática de responsabilidade social.

É interessante perceber como a etapa de operacionalização do combate à pichação permitiu e visou orientar um amplo esforço para conscientização social, seja em sala de aula, por meio das interações sociais e do ensino e da aprendizagem, tanto como na prática de limpeza urbana em dois dos principais alvos de pichação em Belo Horizonte. O sentido de que a pichação não é

de Belo Horizonte em 1957, lugar exponencialmente representativo da história, de onde, se vê logo ao lado, o prédio do Centro Cultural de Belo Horizonte, com sua paisagem arquitetônica neogótica de inspiração portuguesa, marcada com uma pichação, propiciou relatos interessantes sobre o cenário cultural, estético, político e social de Belo Horizonte.

bem quista pelo governo e pela sociedade é, em consequência do modelo estratégico de atuação em rede, transferido para grupos urbanos de referência, como os ciclistas da Pampulha, em quem se percebe representações de qualidade de vida e ascensão social; e a comunidade acadêmica de um centro universitário, a quem, socialmente, se agregam imagens de competência e conhecimento. Os apelos identitários em suas distintas dimensões também permitiram apontamentos relacionados ao espaço urbano e às percepções acerca da pichação a partir dos significados que os sujeitos lhes atribuem, conforme as seguintes discussões.

7.2 Vida e morte dos lugares: ilustrações citadinas e mensagens identitárias

A interface identitária em relação aos lugares de pesquisa, além da concepção patrimonial e histórica objetivada pelo programa Movimento Respeito por BH, também segue vinculações entre os níveis de identidade, com destaque para a dimensão espaço-temporal. As interpretações dos entrevistados concernentes aos lugares foram obtidas a partir das respostas às questões que constituem o roteiro de pesquisa e dos relatos de experiências, relações, sentimentos, avaliações ou percepções (positivas ou negativas) em relação aos lugares despichados, demonstrados a alguns entrevistados por meio de registros fotográficos, capturados direta e indiretamente. Como suporte às interpretações dos sujeitos e observações de campo busquei conhecer dados históricos e diretrizes estratégicas concernentes aos lugares pesquisados, referenciados a partir de documentos oficiais sobre os bairros das regionais de Belo Horizonte e relatórios sobre o Planejamento BH 2030 e seus desdobramentos até o Projeto de Combate à Pichação²⁷.

O compartilhamento de lembranças, imaginários, percepções e interações nos lugares e com os lugares, recontam versões que sugerem a contemplação de memórias da cidade de Belo Horizonte e por vezes tentam reconstruir cenários específicos, ressignificados segundo novas vivências. Os lugares pesquisados também refletem imagens de novos e antigos problemas urbanos, além da evidenciação dos aspectos físicos e estruturais e apontamentos das dimensões paisagísticas, estéticas, culturais, artísticas, de entretenimento, esporte e lazer. O conjunto dos dados interpretados nessa seção explana percepções simbólicas e subjetivas das sociabilidades,

²⁷ Do mesmo modo que as fontes de dados documentais, os dados iconográficos presentes nessa seção complementam a análise dos textos produzidos pelos sujeitos e não decorrem em análises semióticas.

materialidades, histórias, memórias, afetividades, aversões, mudanças e demais experiências identitárias conexas ao Conjunto Arquitetônico da Pampulha e ao Complexo da Lagoinha.

7.2.1 A Lagoa do “Cartão Postal” – imaginário da modernidade belo horizontina

O primeiro lugar pesquisado abrange o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, o mais célebre cartão postal e lugar de turismo da capital mineira. A Pampulha é historicamente conhecida como ponto de instauração do progresso e da modernidade da capital mineira; representação de chegadas e partidas; centro de esporte, lazer, arte, cultura e entretenimento para residentes e estrangeiros; sede de instalação de um dos estádios brasileiros da Copa do Mundo de 2014. Constituindo-se por paisagens naturais e arquiteturas mundialmente conhecidas, foi e até hoje é uma opção de moradia elitizada em Belo Horizonte, alvo de muitas ações estratégicas, do governo e da iniciativa privada. No Planejamento Estratégico BH 2030, de acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte (2013), além dos objetivos ligados à recuperação ambiental, o entorno da Lagoa da Pampulha é visto como potencial de ocupação para interação social e atração de eventos nacionais e internacionais.

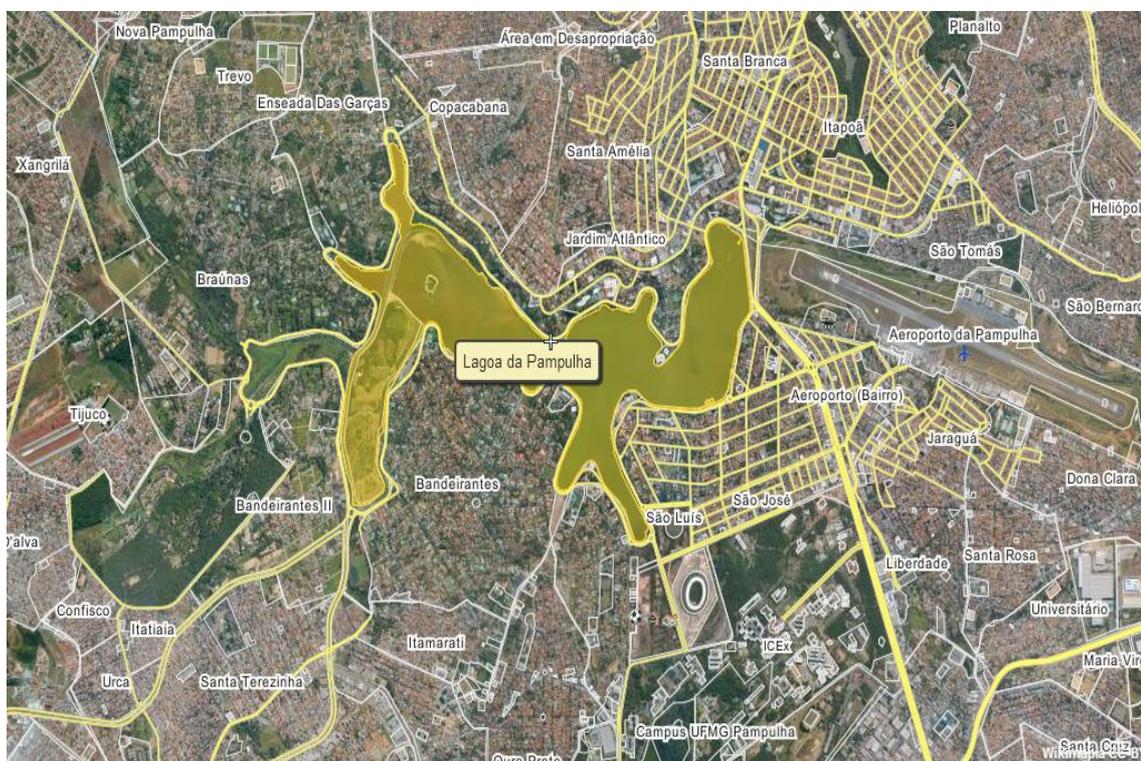


Figura 6 - Mapa posição Geográfica Conjunto Arquitetônico da Pampulha

Fonte: Google Satélite. Disponível em <http://wikimapia.org/#lang=pt&lat=-19.906985&lon=-43.943596&z=15&m=b&search=lagoa%20da%20pampulha>. Acesso em 15 jan. 2014.

De acordo com a Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha – SARMU-P (2011), atualmente, a regional está dividida em quarenta e oito bairros que se distribuem em vinte e oito grupos de bairros. O entorno da Lagoa é circuncidado pelos bairros Jardim Atlântico, Enseada das Garças, Braúnas, Bandeirantes I e II e São Luiz; além do Zoológico, Parque Ecológico e Aeroporto da Pampulha, conforme posicionamentos geográficos representados na Figura 6.

As ações de despiche, realizadas em dezembro de 2012 e março de 2013 pela prefeitura de Belo Horizonte em parceria com a Regional Pampulha e ciclistas da Lagoa, proporcionaram a limpeza de pichações no Acoradouro, nos Mirantes do Biguá, Sabiá, Garça, Bem-te-vi e Kubitschek (Figura 7)²⁸, totalizando a revitalização de uma área de 170m², com utilização de aproximadamente 43 litros de tinta e participação de cerca de 350 pessoas (SMSEG, 2013b).



Figura 7 – Despiche Mirante Kubitschek na Orla da Lagoa da Pampulha (dez./2009)

Fonte: Sem autor. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2009/12/12/interna_gerais,139883/campanha-combate-pichacao-na-pampulha.shtml. Acesso em 06 ago. 2013.

O cotidiano da Orla da Lagoa se faz entre praças, bancos, equipamentos populares de ginástica, estruturas de proteção contra chuvas, postes de iluminação, lixeiras e placas de referência com nome e histórico de cada lugar despichado, além de vias e placas sinalizadoras de transporte público, trânsito de veículos e circulação de ciclistas e atletas. Compreende fluxo de veículos, pedestres, ciclistas, corredores e caminhantes em atividades individuais e coletivas. Também é relevante a presença de bebês e crianças acompanhados por pais e responsáveis. As

²⁸ Pontuando o que fora descrito e explicado no capítulo de metodologia, os registros iconográficos representam procedimentos complementares à análise do discurso e nesse estudo não serão analisado conforme técnicas semióticas.

indumentárias que se destacam compreendem roupas e acessórios próprios para a prática de esporte.

A organização espacial da Orla divide-se em layouts naturais e físicos, que refletem, principalmente, os aspectos direcionados ao lazer e esporte, às interações sociais, turísticas, culturais e artísticas. As paisagens contemplam aspectos naturais, com árvores, vegetação e animais (cada um dos mirantes são referências dos animais encontrados na Orla, onde também há a presença de muitas capivaras, entre outras espécies da fauna); a Lagoa, artificialmente criada durante o governo de Juscelino Kubitschek, além de canais de esgoto e córregos; edificações residenciais; instalações comerciais; e prédios públicos, constituintes do patrimônio histórico, cultural e turístico de Belo Horizonte, dentre os quais: a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte, a Casa do Baile, o Iate Tênis Clube, o Parque Ecológico e Parque Guanabara, o Zoológico de Belo Horizonte e os ginásios, Mineirão e Mineirinho.

As interpretações concernentes ao Conjunto Arquitetônico da Pampulha seguiram três eixos semânticos, que apontam perspectivas da realidade sobre a Lagoa; seus moradores; e demais elementos que lhe configuram junto à elite belo horizontina e o mercado turístico da cidade. O primeiro sentido expressa uma percepção sobre as transições espaço-temporais, conforme fragmentos discursivos (093) e (094).

(093) Então, o que nós vemos na Pampulha ao longo dos anos, é muito mais discurso do que prática. O desassoreamento da Lagoa, aquilo é um comedouro de dinheiro público absurdo, porque na realidade a drenagem dos rios que vão para a lagoa é muito mal feita. Então, o esgoto que vai pra lagoa, eu conheço a Lagoa da Pampulha desde quando eu era um menino, quando as pessoas esquiavam na Lagoa, as pessoas esquiavam, o Iate Tênis Clube não é por acaso, aquilo ali ficava cheio de lanchas, as pessoas nadavam, depois começou, com o assoreamento começou a dar esquistossomose, ficou contaminado com o bionfalária que é o caramujo, e começou a dar esquistossomose. Aí resolveram botar uma planta que chama assa-peixe, para ver se dava peixe e o peixe comeria o caramujo. Isso não funcionou e virou uma praga na Pampulha, ficou anos para tirar aquele negócio lá e até hoje não conseguiu tirar direito. (Cleber)

O autor do texto (093) aplica o percurso semântico da dimensão temporal para destacar sua visão da Pampulha e explicitar o descaso governamental, que *ao longo dos anos apresenta mais discurso do que prática*. Na percepção do enunciador, as ações de *desassoreamento da Lagoa* mais prestam para *gasto público* do que solução dos problemas, uma vez que *a drenagem dos rios é mal feita*. A utilização dos adjetivos *comedouro* e *absurdo* expressa a exacerbação da ideia que se quer referenciar contra a ausência de atitudes do poder público em relação às condições

da Lagoa. A mensagem enunciada opõe-se à gestão dos serviços e gastos públicos e, interdiscursivamente, permite uma relação entre as dimensões tempo e espaço, indicando distintas realidades conhecidas pelo entrevistado.

A lembrança de *menino* remete à juventude, quando *se podia esquiar e nadar na Lagoa, que ficava cheia de lanchas*. Tal construção discursiva, mencionada junto à figura do *Iate Tênis Clube*, aponta para um ideário conhecido das elites sociais e evidencia uma relação de proximidade com o lugar, prejudicada pela ocorrência do *assoreamento* e mudança contextual ao longo dos anos. Outro percurso usado refere-se ao eminente perigo à saúde pública, conforme se pressupõe pelas indicações da *esquistossomose* e *contágio* da água pela *bionfalária* e seus transmissores.

A alternativa aplicada como tentativa de solução do problema parece ter piorado a situação da Lagoa e provocado maior insatisfação naqueles que dela usufruíam. No que tange à relação identitária com os lugares, a percepção de mudanças da realidade da Lagoa, conforme trabalhado por Amorim (1996) e Porteous (1988), representa o sentimento topocídico, que decorrem da degradação ou aniquilação contínua do lugar. A julgar pelos aspectos discursivos, o sentimento torna-se extensivo ao governo e dura desde então, conforme se verifica na seleção lexical: *não funcionou e virou uma praga na Pampulha, ficou anos para tirar aquele negócio lá e até hoje não conseguiu tirar direito*. As Figuras 8 e 9, recuperadas via websites, demonstram os cenários da Lagoa rememorados no texto (093).

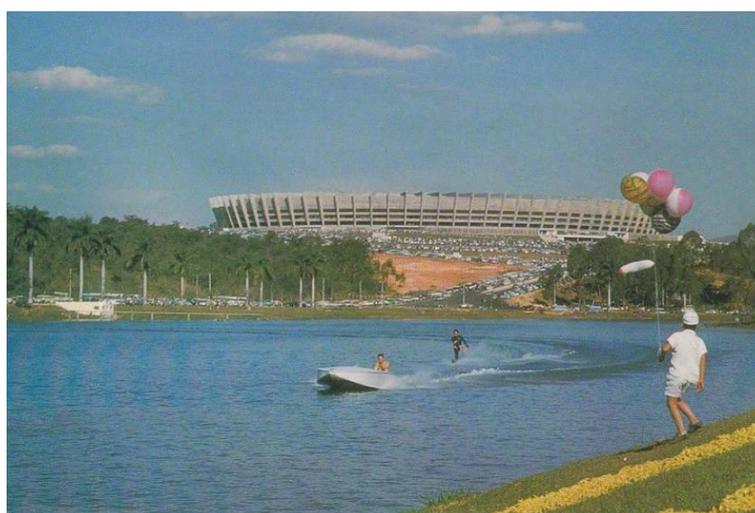


Figura 8 – Prática de esporte na Lagoa da Pampulha (década de 60)

Fonte: Sem autor. Disponível em <http://www.otempo.com.br/galeria-de-fotos/beag%C3%A1-antiga-3.103641>. Acesso em 14 jan. 2014.



Figura 9 – Lagoa da Pampulha próximo ao Mirante do Bem-Te-Vi (jul./2012)

Fonte: Ezequiel P. Disponível em <https://pt.foursquare.com/v/mirante-do-bemtevi/4e92e0f87ee629d9b47fddc9/photos?openPhotoId=50030f90e4b0645fed9eb222>. Acesso 14 jan. 2014.

(094) A associação de bairros passou a ter um papel muito mais relevante, relevante contra a verticalização daquilo lá. Porque é uma batalha constante contra os interesses econômicos. Tentam de toda maneira verticalizar a Pampulha. Você viu o que aconteceu com o Belvedere? A paisagem do Belvedere? Viu o que aconteceu com o trânsito no Belvedere? Virou um negócio, assim, o interesse econômico de verticalizar, de utilização do espaço, o espaço é público. Foi um negócio de uma violência, que nós estamos convivendo hoje com o resultado dessa violência. O trânsito insuportável, o valor dos imóveis despencou, e a paisagem urbanística ficou uma paisagem horrível, deteriorou a paisagem da Serra do Curral que é um patrimônio nosso também. Verticalizar a Pampulha significa um Belvedere, em pouco tempo. Então aquilo lá tem que ser visto com muito cuidado. E essa é nossa percepção, nós nos engajamos nesse movimento junto com os moradores da região, contra a verticalização. (Cleber)

No fragmento discursivo (094) destaca-se a importância da *associação de bairros* da Pampulha no enfrentamento de outro tipo de problema pelos indivíduos e grupos que têm algum tipo de vínculo com o entorno da Lagoa, assim como em toda a regional. O discurso contra os *interesses econômicos* é explicitado pelo autor que usa de uma relação comparativa com outro bairro da capital para evidenciar sua oposição ao ideário de *verticalização* no entorno da Lagoa. As seleções lexicais: *você viu o que aconteceu com o Belvedere? A paisagem do Belvedere? Viu o que aconteceu no trânsito do Belvedere?*, expostas como questionamentos, reforçam os prejuízos provenientes das mudanças nos lugares fomentadas pelos empreendimentos imobiliários, que tratam o espaço como produto para mercantilização das cidades (SÁNCHEZ, 2001).

A *verticalização do Belvedere*, um dos bairros mais luxuosos da cidade, localizado na Região Administrativa Centro-Sul, em fronteira com o município de Nova Lima, expõe um aspecto de

aversão que sustenta o argumento *contra a verticalização da Pampulha*. A metáfora expressa pela seleção lexical *foi um negócio de uma violência, que nós estamos convivendo hoje com o resultado dessa violência* sugere que a verticalização da zona sul acarretou prejuízos para os cidadãos de outras regiões da cidade, entre os quais citam-se: as *perturbações do trânsito*; a *desvalorização dos imóveis*; e a *estética paisagística da cidade* e da *Serra do Curral*, enunciada como *patrimônio coletivo*. Noutro aspecto silencia-se a influência no clima de toda a cidade, decorrente desse processo urbanístico do bairro Belvedere. A julgar pelo conhecimento dos impactos estruturais e ambientais, apreende-se que o enunciador dos discursos (093) e (094) conhece os problemas urbanísticos da cidade e expressa seu apelo pela preservação da Lagoa em *articulação com outros grupos contra os ideários e atores* que, de algum modo, prejudicam as relações com o espaço urbano.

Os sentimentos e a comparação do Conjunto Arquitetônico da Pampulha a outros lugares da cidade refletem o segundo eixo temático sobre esse lugar de pesquisa. Assim como no interdiscurso que o relaciona ao bairro Belvedere (fragmento (094)), o imaginário sobre a Praça da Liberdade é evidenciado no fragmento discursivo (095), que expõe diferenças entre os lugares a partir de aspectos de infraestrutura urbana e elementos paisagísticos.

(095) O que eu vejo na Zona Sul é que é mais varridinha, que é mais pintadinha, é mais limpinho, parece que é assim, sabe. Você anda na Avenida Brasil com aquelas Palmeiras, não é bonitinho? A Antônio Carlos tem as mesmas palmeiras, mas é feinho, né. Vai na Avenida Brasil, tem aquela pista do meio fininha, duas linhas do lado, tem um monte de carro, tem um monte de prédio. As palmeiras são lindas, aquele canteirinho, a graminha tinha o meio fio pintadinho, as palmeiras maravilhosas, enormes. ...Aí você vai na Praça da Liberdade, é o lugar mais lindo de Belo Horizonte. Você já parou pra ver o povo pedalando com as bicicletas? E a gente fica olhando pra aquele trem assim, você viaja demais, é lindo. É uma das praças mais bonitas do mundo e é mesmo. Aquele complexo arquitetônico é maravilhoso, é lindo demais. A gente não tem uma praça legal [na Orla da Pampulha]. Aquela praça [da Liberdade] é uma das coisas mais lindas que eu já vi na minha vida no mundo todo, que eu conheço. (Hilton)

No discurso (095) a *Avenida Brasil* e a *Praça da Liberdade* são referências da *Zona Sul da cidade*, enquanto a *Avenida Antônio Carlos* e a *Orla da Lagoa* são indicações relatadas sobre a *Pampulha*. A percepção concernente ao cuidado estrutural e paisagístico dos lugares é expressa pelo indivíduo por palavras em diminutivo, comum aos mineiros, e mais poderiam representar efeitos e funções de estilo para evidenciar a admiração e indiferença pelos lugares citados do que reificações semânticas. Todavia, interdiscursivamente, algumas construções textuais, feitas

em comparações, permitem constatar certa oposição entre os lugares, como se realmente um tivesse características melhores que o outro, a julgar também pelo emprego dos léxicos: *mais* (advérbio de intensidade) e *mas* (conjunção adversativa).

Essa interpretação também é refletida a partir da representação que o enunciador confere à Praça da Liberdade: *é o lugar mais lindo de Belo Horizonte e uma das praças mais bonitas do mundo*. Tanto a estrutura da frase como a complementação com o trecho *e é mesmo* sugerem proposições sobre a Praça provenientes de discursos socialmente estabelecidos (implícito subentendido). A percepção sobre o lugar, assim, pode indicar uma reprodução social, que se constitui como opinião particular. Contata-se, desse modo, certa impossibilidade de separação entre o que é formulado pelo próprio autor do texto e o que é proveniente de representações sociais (MEAD, 1962). A análise dessa interpretação torna-se ainda mais instigante pelas ênfases conferidas nas sintaxes discursivas: *o povo andando de bicicleta e aquele complexo arquitetônico é maravilhoso*, os quais fazem referência à Praça da Liberdade em detrimento da Orla da Lagoa da Pampulha. Todavia, pessoas andando de bicicleta e edificações arquitetônicas são características que podem ser constatadas em ambos os lugares e, de fato, representam imagens-sínteses de tais lugares no cenário de Belo Horizonte.

A percepção do enunciador poderia ser respaldada pelo trecho final da mensagem, quando se justifica a preferência pela *praça da zona sul* por meio de indicação da ausência de uma *praça legal na Pampulha*. Todavia, nas Figuras 10 e 11, recuperadas do website da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Minas Gerais e do escritório Arquitetos Associados, responsável pelo projeto da Praça da Pampulha, respectivamente, pode-se observar alguns elementos que representam os lugares enunciados e orientam outro tipo de exame. Embora pretendam praticamente as mesmas funcionalidades e sociabilidades, é possível constatar a diversidade de estilos arquitetônicos; organização espacial; e fluxo de indivíduos, os quais impactam consideravelmente no conteúdo paisagístico e estrutural das duas praças e, possivelmente, nas percepções e sentimentos delas decorrentes, conforme enunciado no texto (095). Na perspectiva relatada, a descrição de diferenças entre os elementos estéticos e físicos das duas praças concebem uma aversão pela praça da Pampulha e afetividade pela Praça da Liberdade.



Figura 10 – Praça da Liberdade

Fonte: Sem autor. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br>. Acesso 14 jan. 2014.



Figura 11 – Praça da Pampulha

Fonte: Eduardo Eckenfels e Leonardo Finotti. Disponível em http://www.arquitetosassociados.arq.br/?attachment_id=650. Acesso 14 jan. 2014.

A julgar pelos sentimentos apreendidos; elementos observados; e reais contextos de produção do discurso, subentende-se que o apego aos imaginários de representação da praça da Zona Sul, confirmam o que impera na preferência do entrevistado, constituindo-se um apelo identitário. À Praça da Liberdade associa-se o imaginário de poder, inclusive, pelo fato de ser antiga sede de instalação do Governo de Minas Gerais e constituir-se de residências da elite de Belo Horizonte. Atualmente, sua imagem-síntese é reconstruída pelo discurso social hegemônico sobre a ocupação do Circuito Cultural de Belo Horizonte, sem, contudo, se desapegar das representações governamentais e elitistas e dos aspectos paisagísticos clássicos, que se

misturam à modernidade. Para o enunciador, as novas feições, embora não ditas, não impedem sua figuração saudosa de um tempo que só se vive na memória.

À Praça da Pampulha agrega-se o imaginário de esportes na Lagoa juntamente com o ideário da cidade-mercadoria, devido ao amplo espaço que se ocupa de grandes eventos da capital, como a Maratona Internacional da Pampulha. Diferente disso, a praça tem sociabilidades comuns ao espectro contextual da Orla, o qual varia periodicamente. Mesmo apresentando esse imaginário, talvez comum para os amantes do esporte, a praça só foi mencionada pelo enunciador do discurso (095) em comparação à da zona sul e pela ausência de uma praça legal na Orla da Lagoa, lugar onde ele mantém vínculo diário, mas mesmo assim não lhe sobrevém em afeto. Talvez isso se explique pelo seguinte relato de campo, o qual farei pela representação desse entrevistado para o toda da pesquisa.

Hilton é um indivíduo interiorano de cinquenta e seis anos, que veio para a capital estudar engenharia. Residente em Belo Horizonte desde essa época, participou do período ditatorial, o qual relatou com certo acendimento, rememorando seus vínculos com o movimento estudantil pelo diretório acadêmico da Universidade Federal de Minas Gerais; com o movimento musical junto aos artistas do Clube da Esquina, com quem detinha amizades; e com o centro da capital, lembrado no contexto das suas principais ruas e avenidas. Atualmente, Hilton reside na parte nobre da Pampulha, está se aposentando e programando cadastramento junto ao organismo Green Peace, a fim de dedicar seu tempo livre, para além das atividades esportivas junto aos ciclistas e à associação de bairro Pró Civitas, onde é diretor de infraestrutura e trânsito.

Retomando o que diz Rowles (1980), a consciência dos aspectos físicos, sociais e autobiográficos relacionados aos lugares podem ser diversificados e intensos, tornando-se extensões de si mesmo. No caso, considerando o quadro de produção ideológica acerca dos lugares referenciados, tem-se no discurso sobre o Conjunto Arquitetônico da Pampulha uma inclinação para a organização espacial e o estilo arquitetônico que faz com que se evoque para o lugar aspectos estruturais e paisagísticos, os quais remetem à composição estética mais do que a sua funcionalidade ou sociabilidade. Ademais, o simbolismo e o imaginário, assim como avigorado por Pesavento (2007), são imperativos na percepção do enunciador do discurso (095).

O fragmento discursivo (096) expõe o terceiro significado compartilhado sobre a Orla da Lagoa da Pampulha e expressa o percurso semântico de aversão aos lugares pela explicitação das sintaxes relativas à *falta de relação* com o Conjunto Arquitetônico da Pampulha e *incompreensão* a respeito da *localização das coisas*, o que Tuan (1983) denota pela compreensão de topofobia.

(096) [A Pampulha] é um lugar que eu não tenho muita relação. Assim eu nunca entendi muito a Lagoa da Pampulha, assim a localização das coisas. Sei chegar na Igreja da Pampulha e o resto eu vou dando a volta. É um lugar que eu não tenho nenhuma relação afetiva com ele. ...Acho que a Lagoa é uma coisa estranha à cidade, que é meio que um uma, sei lá. No Rio tem, né sei lá, a Lagoa Rogério de Freitas, a nata que mora perto da Lagoa e tal. Em BH isso não funciona. Porque a elite ela fica meio dividida, uns em volta da Pampulha ou lá no Belvedere, zona sul e tal. Então, eu, por exemplo, que morei na zona sul a vida toda, conheci muita gente rica e tal. O povo [da zona sul] não tinha essa coisa de “ah, Pampulha!”, lugar chique e tal, mas acho que o povo da Pampulha tem. Eu acho a paisagem linda, acho até, eu não gosto muito dessas, eu sei que é datado, eu não gosto muito das obras de arquitetura moderna, mas acho que é uma boa. Acho que tinha que ser preservado, a Lagoa tinha que poder nadar aí sei lá. (Tadeu)

O implícito subentendido é que o enunciador parece ter a *Igreja da Pampulha* como referência do lugar e as demais atrações, apontadas pelo léxico *resto*, representam sua falta de entendimento sobre a localização e podem ser vistas quando *na volta no entorno da Lagoa*. Além desse aspecto, o entrevistado desenvolve e explicita sua percepção quanto à Lagoa, que *é uma coisa estranha à cidade* e, implicitamente, sugere aspectos identitários com o lugar pela adjetivação do seu panorama natural (*eu acho a paisagem linda*) em detrimento do cenário construído (*eu não gosto das obras de arquitetura moderna*). Para o autor do discurso (096) a *preservação da Lagoa* seria mais interessante *se pudesse nadar* (implícito pressuposto).

As Figuras 12 e 13 complementam as observações referentes a esse texto e indicam perspectivas do panorama visual permitido no Mirante Kubistchek, novamente marcado com pichações, e a partir dele, onde se vê a Igreja de São Francisco de Assis, um dos cartões postais da Pampulha, de Belo Horizonte e Minas Gerais. Esses detalhes podem conjuntamente representar o zelo que o governo municipal dispõe para limpeza dos monumentos da Lagoa, dado que são constantemente visitados pelos turistas, residentes do entorno e demais sujeitos que ali mantêm algum vínculo.



Figura 12 – Vista do Mirante Kubitschek a partir da Igreja da Pampulha (jan./2014)
 Fonte: Dados de pesquisa



Figura 13 – Vista da Igreja da Pampulha a partir do Mirante Kubitschek (jan./2014)
 Fonte: Dados de pesquisa

Na contiguidade discursiva, a aversão à Pampulha é conjugada interdiscursivamente em comparação com a cidade do *Rio de Janeiro* e a *Lagoa Rogério de Freitas*, onde *reside a elite carioca*, e em sobreposição entre as regiões urbanas e classes sociais de Belo Horizonte. Essa interpretação é apontada pelo autor do discurso para contra argumentar o imaginário de riqueza conexo à região e aos moradores da Pampulha. No texto, o posicionamento como *morador da zona sul, conhecedor da elite belo horizontina*, que não compartilha da mesma visão de nobreza dos moradores da Pampulha, confirma a indiferença do autor pelo lugar. Todavia, o desenvolvimento do discurso aponta para outra interpretação, em que aspectos de diferenciação são expressos pelo enunciador em relação a ambos os grupos, conforme indicado pelas seleções

lexicais: *o povo da zona sul e o povo da Pampulha*. Contata-se que o entrevistado ora apresenta seu vínculo com outros moradores da zona sul da cidade, ora referencia-os de forma distanciada. A partir dessa intencionalidade evidenciada no texto (096) também é possível relacionar a mensagem compartilhada no texto (095), em que o enunciador denota uma relação de avaliação comparativa entre alguns aspectos da Zona Sul e da Pampulha.

Ao conjugar as políticas públicas para o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, o conhecimento dos principais aspectos que o representam na dinâmica urbana e as interpretações sobre o lugar obtidas junto aos sujeitos de pesquisa, constata-se a indicação de novos e antigos problemas urbanos já conhecidos pelos belo horizontinos, principalmente, por aqueles que possuem algum vínculo com a região. O destaque entre antigos e novos problemas remete demandas que persistem no cotidiano desse lugar ao longo do tempo e circunstâncias mais recentes, considerando o histórico da cidade nas últimas décadas e nos últimos anos, quando se tem como perspectiva a realização da Copa do Mundo. Entre os aspectos identitários, a dimensão espaço-temporal ligada à história e memória do lugar e dos indivíduos associam à constituição de subjetividades e à materialidade e sociabilidade com ele mantidas.

7.2.2 O “Complexo da Lagoinha” – imaginário esquecido do concreto refigurado

O segundo lugar de pesquisa evidencia as interpretações concernentes ao Complexo da Lagoinha. Na realidade, o histórico, as atuais vivências e as discussões sobre esse lugar abrangem aspectos enigmáticos para Belo Horizonte. As possíveis lagoas, que lhe originaram o nome estão vazias e já não mais se vê nem rastros. Itapecerica, a rua mais conhecida, foi a principal via de acesso para o centro e hoje ainda abriga alguns antigos casarões com fachadas clássicas, onde mais se vê sinais de abandono e decadência. Sua pedreira serviu de recursos para a construção da cidade e logo após o esgotamento, atendeu à demanda por moradia, que se fez informalmente, originando a atual favela Pedreira Prado Lopes. Seus moradores iniciais, mineiros e imigrantes italianos trazidos para a construção da nova capital do estado, operacionalizavam o planejamento dos limites da cidade e encenavam as ocupações para fora do seu entorno, dando-lhe sua origem operária e popular (SARMU-NO, 2008).

Também à margem convivia-se nas pensões, nos comércios e botequins da Praça Vaz de Melo, reduto do baixo meretrício, dos boêmios e artistas da cidade, onde se assistiu a construção da rodoviária, dos túneis e viadutos de ligação entre os bairros e da ferrovia metropolitana, os quais

objetivavam abrir as portas da cidade para chegada de um novo tempo (SARMU-NO, 2008) e encenação da decadência do bairro para os que ali possuíam algum vínculo. A proximidade com o centro da capital não lhe sobreveio como vantagem quando se tornou caminho de passagem do desenvolvimento urbano, que avançou pela região deixando marcas de demolições e desigualdades sociais. A região pantanosa deu lugar às plataformas de concreto, tornando a estrutura viária uma síntese do bairro Lagoinha. O abandono e as ocupações informais deram lugar às ações de criminalidade provenientes, principalmente, do tráfico de drogas na região. As manifestações artísticas e a herança boêmia deram lugar ao imaginário cultural. O contexto do bairro Lagoinha ainda se faz popular e carente, rico em lembranças e complexo em suas refigurações. Talvez, por tudo isso, a acepção ou metáfora agregada ao nome do bairro não seja vã.

Os relatos que abrangem a análise do discurso acerca do Complexo da Lagoinha expressam três semânticas principais, cujos significados denotam a relação entre o seu atual contexto e lembranças do passado, marcada pelas características viárias; pela decadência sócio urbana; e por sua (pseudo) relevância cultural para a cidade. A primeira representação do atual contexto da Lagoinha se faz no fragmento (097), a partir de aspectos que propiciam sentimentos de afinidade em relação ao lugar.

(097) Assim, é é é um lugar que eu passo todos os dias, praticamente, né. Tem uma, uma, tem uma relação muito forte com o complexo da Lagoinha, eu já, assim, inclusive, tem uma entrada que dá pra ir pro Santa Tereza, então tem vários caminhos. ...Assim, por cada caminho que eu vou, eu sei de pixações diferentes que tão, sabe, assim... A pixação de Belo Horizonte, que ela é muito particular, hoje mesmo, engraçado que eu nem tava pensando, engraçado eu esqueci do negócio né. E eu fui refletindo essa pixação, dentro do carro eu tô olhando e tô refletindo e tal e falei: “Nossa! A pixação de Belo horizonte é muito mais bonita de todo lugar, a galera conseguiu chegar em um nível.”, sei lá. Eles estão fazendo as coisas cada vez mais incríveis. Tem uma do do do acho que é do Bang, assim, o cara fez um negócio muito bonito, que eu acho. É é legal por que eu passei minha vida, por que quando você vai querer aprender você fica imitando os outros né. O Drurb me ensinava, eu poderia assim [ir] citando por bairro e ir fazendo sabe assim. (Tadeu)

O fragmento discursivo (097) expressa o *Complexo da Lagoinha* como um *lugar de passagem*, com o qual o enunciador mantém *forte relação*, por seus *vários caminhos*, que, inclusive, levam para o bairro *Santa Tereza* (lugar de residência), e pelo conhecimento das *diferentes pixações* em suas estruturas de concreto. O complexo viário em questão começou a ser construído na década de 1960 e hoje faz parte da Regional Noroeste da cidade (SARMU-NO, 2008). Os quatro viadutos que o compõem ligam as regiões Leste e Oeste e o Centro da capital mineira às

avenidas Presidente Antônio Carlos, Cristiano Machado e Pedro II. A Lagoinha, tem ao seu redor, além do centro da cidade, outros bairros populares, como: São Cristóvão, Santo André, Bonfim e Pedreira Prado Lopes; além da Estação de Metrô Lagoinha e o Terminal Rodoviário de Belo Horizonte, conforme Figura 14, o que o torna um lugar essencialmente de passagem, com fluxo intenso de pessoas e veículos.



Figura 14 - Mapa posição geográfica Complexo da Lagoinha

Fonte: Google Satélite. Disponível em <http://wikimapia.org/#lang=pt&lat=-19.908055&lon=-43.943832&z=16&m=b>. Acesso em 15 jan. 2014.

Na análise do discurso (097), interessante notar a compreensão em relação à Orla da Pampulha (*vou dando volta*), referenciada anteriormente no fragmento 4, e o entendimento aqui apontado sobre os Viadutos da Lagoinha (*tem vários caminhos*). É possível apreender nas sintaxes discursivas um interdiscurso que enaltece o Complexo de Viadutos, com seus diferentes trajetos, e o posiciona acima do entorno da Lagoa da Pampulha, como se esse sempre levasse ao mesmo ponto de origem e aquele permitisse inúmeras possibilidades. Tal interpretação ainda poderia ser conferida às pichações no Viaduto (*eu sei de diferentes pichações*) e atrações turísticas na Orla (*nunca entendi a localização das coisas*). Explicando um pouco mais os aspectos de aversão e afinidade com os lugares referenciados, as pichações no Viaduto, a despeito de sua possível efemeridade, são percebidas como encantos no caminho que leva pra casa, enquanto as atrações arquitetônicas na Orla, historicamente datadas, não lhe provocam a mesma admiração em decorrência da infrequência e vínculos com a Lagoa.

As pichações na Lagoinha, enquanto elementos de identificação e afinidade, também são explicitadas no discurso (097) como figuras de *reflexão durante o trânsito de carro* pelo lugar, que muitas vezes se faz intenso (implícito pressuposto), e em comparação às *pichações de outros lugares fora de Belo Horizonte*. Mais uma vez o enunciador sobrepõe as pichações de modo particular, conforme a seleção lexical *a pichação de Belo Horizonte é muito mais bonita de todo lugar*, e evidencia uma estima pela *galera que conseguiu chegar num nível cada vez mais incrível*. Ao expor sua admiração pelas pichações e não se incluir no grupo referenciado o enunciador pressupõe uma relação contraditória de distanciamento e aproximação, reforçada pelo conhecimento das alcunhas e estilos de letras de vários pixadores, de diferentes bairros (*eu poderia ir citando por bairro e ir fazendo*).

O enunciador afirma que *passou a vida querendo aprender a pizar*, anseio que o levou a buscar sua referência a partir da *imitação das pichações dos outros*. Tais fatores contextuais, conjugado ao desenvolvimento final do texto, expressam um aspecto identitário ainda mais complexo que a simples contradição observada. Sua admiração pelas escritas dos muros parece constituir-se como um aspecto biográfico, pelo qual se mantém as relações identitárias individuais e coletivas de afinidade e aversão com os lugares, como assegurado por Rowles (1980), em relação à dimensão psicológica de análise da relação entre identidade e lugar.

O fragmento discursivo (098) delata a decadência do atual cenário sociourbano na Lagoinha em um conjunto de unidades discursivas com sentidos denotativos, a começar pela prosopopeia que indica explicitamente a *morte do lugar (Ali morreu)* e a metáfora que o expressa como um *rim doente* que *morreu* por não receber o devido *tratamento (é tipo quanto tem um rim doente, ao invés de tratar o rim, ele morreu)*. Na sequência, outra comparação metafórica denota que as *pichações* figuram como *tatuagens* sobre o *corpo*, que também é exposto, metaforicamente, em referência à *cidade*, cujo *lugares*, como o *Complexo da Lagoinha*, representam *órgãos vitais*.

(098) Ali morreu [Complexo da Lagoinha]. Ali é tipo quando tem um rim doente, ao invés de tratar o rim, ele morreu. Cada parte que a gente está falando da cidade, a cidade não é um corpo? As pichações são as tatuagens. Esses pontos são os órgãos da cidade que fazem ela viver, que conta as histórias dela. E lá tiraram, acabou com o Lagoinha, mataram. (Júnior Carlos)

A julgar pelas temáticas e sentidos aplicados na produção desse texto, o enunciador usa de duas estratégias discursivas, feitas sobre a relevância do lugar para a cidade e o significado das pichações. O enunciador começa sua fala expressando um conhecimento implícito sobre o

lugar, mais comum aos antigos moradores da região e impressos historiográficos. O bairro Lagoinha é emblemático na história de Belo Horizonte pela instalação dos antigos bares e casarões com estruturas arquitetônicas clássicas; marco na memória da boemia da cidade nas décadas de 1920 e 1930, impactada significativamente com as mudanças provocadas pelo desenvolvimento urbano. O ponto central da boemia da cidade concentrava-se na Praça Vaz de Mello, extinta na década de 1960 para construção dos viadutos do Complexo da Lagoinha, fato que reforça o caráter de passagem do lugar e marca as mudanças estruturais e culturais (SARMU-NO, 2008).

Os sentidos expressos pelas figuras e temáticas abordadas nas sintaxes discursivas, implicitamente empregadas no texto (098), apontam o percurso de aniquilamento do lugar, que para o enunciador deveria ser tratado para preservação de suas representações históricas. Porteous (1988) e Amorim (1996) trabalham sobre a destruição do lugar pelo viés do topocídio. No caso da Lagoinha, distante e próximo em alguns aspectos do caso da Pampulha, a degradação ou aniquilação tem sido contínua e deliberada pelo governo da cidade, de acordo com as visões estratégicas para a cidade, além de demandas que derivam dos problemas viários na região. Nos novos planos para o lugar consta o desenvolvimento de ações para manutenção das áreas de preservação de seu patrimônio histórico (BELO HORIZONTE, 2013). A julgar pelo conhecimento da região, tais áreas contemplam, basicamente, o Mercado da Lagoinha, pouco ocupado pelos moradores e demais residentes da cidade, muito embora a prefeitura ali desenvolva trabalhos de capacitação profissional e eventos esporádicos.

A mensagem (098) também inclui, interdiscursivamente, uma comparação interessante entre cidade e corpo, lugares e órgãos vitais, pichações e tatuagens, e, dessa maneira, refrata as imagens da ação de despiche (Figura 15), implementada pela PBH como parte do processo de organização da cidade, para focalizar uma realidade mais problemática, mal direcionada pelas políticas públicas. Essa mensagem constitui-se como o segundo eixo semântico sobre esse lugar de pesquisa e avigora as questões sócio urbanas na cidade. Identitariamente, as pichações no Viaduto são reflexos panorâmicos dos problemas urbanos e sociais vivenciados na Lagoinha e ao serem apagadas, o lugar deixa de existir ainda mais um pouco na percepção do sujeito (implícito pressuposto), que cresceu e até hoje reside em suas imediações.



Figura 15 – Ação de despiche Viaduto B (maio/2010)

Fonte: Sem autor. Disponível em <http://www.flickr.com/photos/64282009@N04/5854191594/in/photostream/>. Acesso em 09 ago. 2013.

A ação de despiche no Complexo da Lagoinha foi idealizada em maio de 2010, em um dos viadutos que fica em frente à Praça do Peixe, conhecida pelo comércio de pescado. Nessa ação a prefeitura contou com a coordenação da Regional Noroeste, em articulação com o Centro Universitário de Belo Horizonte, localizado na mesma região, e reuniu cerca de noventa pessoas, entre os quais alunos do curso de Gestão de Eventos. Ainda de acordo com o levantamento da prefeitura, foram utilizados aproximadamente 295 litros de tinta na limpeza de uma área de 1.200m² (SMSEG, 2013b).

As Figuras 16 e 17 permitem visualizações do muro do viaduto antes da ação de despiche no Complexo da Lagoinha e um tempo depois quando ainda não se viam novas pichações. A imagem da Figura 18 retrata o panorama mais recente, quando se observa pichações semelhantes às anteriores, que, inclusive, marcam o episódio sobre a prisão dos “piores de belô”.



Figura 16 – Viaduto B antes da ação de despiche (maio/2010)

Fonte: Thiago Nogueira e Fabiana Martins Y Miguel. Disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/lagoinha-ter%C3%A1-mais-um-viaduto-1.240896>. Acesso em 09 ago. 2013.



Figura 17 – Viaduto B aproximadamente um ano após a ação de despiche (abr./2011)

Fonte: *Google Maps*



Figura 18 – Viaduto B recente (jan./2014)

Fonte: Dados de pesquisa

O fragmento discursivo (099) também refrata linguisticamente as imagens da ação de despiche na perspectiva do enunciador que participou da ação como aluno do UNIBH e aponta uma percepção apreendida para si a partir do conhecimento histórico agregado à cidade pelo lugar, o qual enreda o terceiro eixo semântico derivado de alguns fatores que o tornam relevante para o cenário cultural da cidade.

(099) A Lagoinha, ali virou para mim, de uma referência de manifestações culturais, [uma referência] de abandono, descaso público. A referência cultural porque ali é muito rico, muito rico para a cidade em termos de cultura assim e ali a gente tem moradores de vários anos, moradores mais idosos que detêm um conhecimento muito grande da cidade e depois que eu fui saber, estudando lá que eu fui saber que o papel da Lagoinha é muito importante. Tem o Mercado da Lagoinha ali que está meio desapropriado, que eu acho importante fazer a revitalização ali. Descobri muito ali sobre o Clube da Esquina que cantava ali. Então eu acho que é um *point* importante da cidade assim tanto culturalmente, mas precisa de certo cuidado, assim. Se ele virou *cracolândia* de quem é a culpa, será que é de quem, dos moradores ou do poder público que não soube levar ações para a prevenção ou não soube levar ações que pudesse fazer a revitalização que não deixasse essas brechas? (Vinícius)

A explicação do conhecimento obtido sobre o *papel da Lagoinha para a cidade* como *referência e riqueza cultural* é explicitada como aprendizagem após estabelecimento de uma relação com o lugar (*estudando lá que eu fui saber*) e conjugada, interdiscursivamente, aos *moradores idosos*, ao *Mercado da Lagoinha* e à figura da banda *Clube da Esquina*, que ali fazia encontros musicais. Ao mencionar sua relação com o lugar, em decorrência dos estudos no Centro Universitário, e apontar alguns dos elementos que compunham o cenário urbano no Complexo da Lagoinha, o enunciador sugere o percurso semântico da revitalização para recuperação de aspectos históricos e culturais, assim como sociabilidades importantes para a cidade e seus cidadãos. Pesavento (2007) denota sobre tais categorias analíticas, as quais evidenciam as vivências dos indivíduos em relação à cidade.

Sob o ponto de vista do enunciador, a revitalização que se pretende para a Lagoinha parece não reproduzir o mesmo cerne da ação de despiche e mais expressa sentidos que permitiriam a reocupação do lugar, que, já há alguns anos, se transformou na *cracolândia* da cidade. A percepção sobre a Lagoinha nesse texto é exposta em junção ao tráfico de drogas na região e decorrentes relações com um contexto de criminalidade, violência e desigualdade social. Historicamente, esse cenário é marcado pela proximidade com a Pedreira Prado Lopes e aponta para uma discussão sobre a demanda dos moradores da Lagoinha por segurança e o sentido proposto para as políticas públicas de requalificação urbana. Essas, mais se orientam pelos fatores globais estratetizados pelo poder público e pela elite cidadina (SÁNCHEZ, 2001).

Assim como o combate à pichação, a reestruturação urbana de alguns lugares da cidade consta no Planejamento Estratégico 2030, que aponta a revitalização da Lagoinha como um dos objetivos que deveria ser alcançado até 2012 (PBH, 2013b). A área ainda é alvo de desapropriações para instalação do Centro Administrativo do Município, conforme Decreto 15.252 de 28/06/2013, e também é foco de reestruturação através do processo conhecido como Operações Urbanas Consorciadas²⁹. De acordo com esse instrumento de gestão urbana vinculado ao Estatuto da Cidade, a revitalização é entendida por objetivos de mudanças estruturais e conexões ambientais que promoverão um renascimento urbano de áreas importantes para a cidade, como a Lagoinha e o Centro Histórico, e permitirão o crescimento próximo aos corredores viários por meio de potencial construtivo (direito de construir) (BELO HORIZONTE, 2013).

Do esgotamento de recursos para subsistência da cidade à falta de investimento e compromisso com a recuperação do lugar, tal qual foi antes, o bairro assim é hoje para os planejadores da cidade, que não veem como os já antigos moradores, e parecem cogitar-lhe funções específicas, enquadrando-lhe como lugar de passagem, de chegadas e partidas, de mudanças e ligações que atendem à incontingência hodierna, sobretudo, em relação ao tráfego intenso de veículos. As proposições de solução para a criminalidade presente na região se mostra reticente e focada em reestruturações urbanas, as quais marcam a dimensão espaço-temporal desse lugar de pesquisa. Tal panorama parece ter se eternizado sobre a Lagoinha, que vive intensos processos de revitalização sem efeitos sobre a segurança e recuperação da natureza cultural e histórica.

Pelas interpretações dos discursos dos entrevistados, apreende-se que a revitalização empregada pela prefeitura a partir da ação de despiche no Complexo de Viadutos da Lagoinha pode não ser percebida como uma de suas principais necessidades. A relação entre as unidades discursivas dos textos concernentes ao Complexo da Lagoinha reforça a intencionalidade da produção social em contraposição ao discurso social hegemônico de requalificação dos lugares e evoca aspectos de discursos sociais marginais, em defesa de uma região popular da cidade e, até mesmo, refiguração do lugar por meio da pichação. Tais interpretações apontam para alguns aspectos identitários mantidos com o lugar, seja pelas versões que historicamente lhe atribuem significado e, assim, permitem reconhecimento, afinidade e identificação, seja pelas relações

²⁹ Mais informações no Portal de Serviços PBH. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=129779&pIdPlc=&app=salanoticias>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

ali experimentadas, ou ainda, pelas ressignificações a ele conferidas segundo novas representações individuais e coletivas, de aversão ou aniquilamento.

7.3 Pichação: ressignificações e replicações contemporâneas

Apresento nesta seção as percepções e concepções compartilhadas sobre a pichação, das quais se apreendem assimilações urbanas e identitárias a partir da prática e das interações por ela permitidas aos pichadores e seus representantes, consciente ou inconscientemente. Destaco nesse tópico alguns elementos que cercam sua essência e, tanto decorrem, como provocam resistência, ressignificações e representações que organizam a cidade a seu modo. A constatação de iniciativas que orientam um movimento alternativo conexo à pichação em Belo Horizonte revela aspectos característicos da composição coletiva entre os pichadores, suas interações com outros agentes sociourbanos e os lugares da cidade, além de interpretações concernentes à sociedade e ao governo municipal.

7.3.1 Assimilações sócio urbanas – picho, ação e interação

Muitas são as percepções e concepções conferidas à pichação. Na configuração da dinâmica urbana apreende-se que a prática decorre da própria complexidade da cidade e de questões discutidas no âmbito social e psicológico. Realmente, todas essas questões, sobretudo, as urbanas e sociais são interpretadas pelos entrevistados e justificam muitos dos discursos. Além dessas noções, tem-se a vinculação da pichação a outras dimensões identitárias, como a cultural, artística e política, pelas quais são criadas assimilações e interações, conforme os seguintes depoimentos.

(100) Pichação é o fruto, ela é consequência, ela é reação. A pichação é o gueto, é a revolta, é arte, é a poesia, ela é isso. Muitas das pessoas que picham até fazem faculdade, não é por falta de cultura, não, é status social. O cara quer ser visto, é uma carência pessoal do cara, se mostrar existente na cidade. É uma competição com as grandes marcas. Porque que o outdoor pode vender Coca-Cola e o cara não pode vender sua marca? Pichação é arte abstrata, tanto do trabalho estético quanto a ação da preparação que envolve o ritual, é um ritual. ...É muito da transgressão, é lógico, e como consequência da cidade, é o produto que a cidade faz. Quanto mais contestada ela é mais aclamada. A pichação é uma coisa muito individual. É muito gestual, ela tem uma sensação, ela tem uma carga de coisas que é uma coisa que se destaca na análise, o gesto. O cara pegar e shiii [som do spray], já fazer o gesto, o cara sentir a adrenalina, ter que ir ali, não pode, se ele vacilar ele roda. É o não posso, mas posso,

se fazer, de apropriar. Tem pichador que tem muito estilo. Hoje, infelizmente, como tudo, virou massa, hoje tem pichador demais e com estilo tem poucos. Pichador é igual grafiteiro. Está cheio de grafiteiro que colore a cidade, mas diz o que? O que que isso aí quer dizer? A gente quer, a sociedade precisa contestar, precisa refletir muito. (Júnior Carlos)

No fragmento (100) a prática é expressa a partir de vários prismas. A evidenciação textual denota ampla percepção sobre a pichação e lhe atribui características básicas, qualificações e objetividade. Interessante pontuar a configuração interdiscursiva que relaciona *picho, cidade, arte, transgressão e identidade*. Enquanto produto, a pichação é *fruto, consequência e reação* à dinâmica citadina, capaz de *dizer e provocar contestações e reflexões e competir com outros produtos da sociedade*. Em suas expressões *artísticas, é poesia, abstração, percepção estética e performática, ritualizada* pelos *gestos, sons* e pelas *sensações de adrenalina e perigo*. É, então, *transgressão e revolta* entre o *fazer, se apropriar, não poder, mas poder*. É apelo identitário múltiplo e contemporâneo por se fazer junto aos indivíduos do *gueto* e da *faculdade*, por permitir *status social e existência, estilo de poucos e massificação de muitos*.

As palavras, termos e expressões empregadas nas unidades discursivas refletem debates comuns e intencionam novas modalidades conceptivas para a pichação. Pressupõem, ainda, um sujeito capaz de compreendê-la para além do pensamento hegemônico e que enseja uma sociedade transformada por meio das cores e manifestações do grafite e da pichação na cidade (implícito subentendido). A aproximação dessas duas práticas visuais é discutida em reflexões sobre a *cultura de rua* ou *cultura urbana* (MENDES, 2013), que também pode ser percebida pelas perspectivas artísticas e estéticas a elas atribuídas, de acordo com o fragmento (101) ou pelas possibilidades de rivalidade e diálogo, conforme dito nos fragmentos (102) e (103).

(101) Acho que não tem nada a ver um com o outro, assim. Não, claro que tem suas, eles podem ter origem comum, etc, mas assim, a, a, a questão do grafite é outra, a questão do grafite ela, eu não sei qual palavra usar, porque quando eu falo estética depois eu, eu sei que não é estética. Porque se for pensar em uma noção estética, filosófica, a pichação ela, ela depende da inteiração com o sujeito, ali assim. Pra mim é esteticamente muito belo, assim. Mas, assim, o grafite tá preocupado com cor, forma e etc. A pichação ela tem uma preocupação com a grafia e com a letra, mas ela é fundamentalmente definida, ela é impulsionada pelo ato da transgressão e pela dificuldade da transgressão. ...A questão de ser arte ou não, antigamente todo mundo falava pichação não é arte. Hoje em dia, assim, num tem, num sei o que que é arte. A cada dia que passa a pichação está mais complicada. O problema é que as pessoas ficam discutindo muito assim, as pessoas que apoiam a pichação, falam que é arte, as pessoas que são contra falam que não é arte, falam que o grafite é arte. No geral o que eu conheço de grafite, eu num eu num vejo se fosse para falar nos mesmo parâmetros, eu não acho que é arte também. Se for arte tem que ir lá pra as Belas Artes, sabe, porque a arte é uma instituição, instituição do homem, histórica. (Tadeu)

(102) Ah então, na verdade, é, a gente pode falar de uma cultura de rua, cultura urbana, que vai englobar vários, vários elementos, assim, você vai pensar no lambe-lambe,

estêncil, grafite, pichação, mas eu acho que cada um tem a sua particularidade, né, assim. ...É, então, as pessoas falam que o grafite agora já é mais bonito, parece que o grafite foi até descriminalizado, né. Mas aí eu acho que a gente tem que pensar também assim, como a filosofia fala pra gente pensar assim, o que é conceito de belo? É indagar isso. O que que é beleza? O que que é estética? Mas, que existe uma forma de padrão e que isso de alguma forma, quando você pensa em descriminalizar o grafite, de alguma forma a gente também sustenta uma rivalidade entre os grafiteiros e os pichadores. (Fabiana)

(103) O projeto que a gente tem que chama Palco Hip Hop que é o festival de cultura urbana ligada a cultura Hip Hop, a gente propôs um diálogo, um debate que era justamente isso: a pichação e o grafite, que discutem a cidade. ...O grafite faz parte da cultura do Hip Hop, o grafite é direto, ele é um elemento da cultura Hip Hop, o grafite, e a pichação tem essa coisa assim. Eu acho que você vai conseguir muito com quem realmente faz o grafite que vai poder te mostrar realmente como que é esse trabalho, qual esse entendimento que eles têm assim. Mas, porque tem gente que fala que grafite, eu conheço grafiteiro que não gosta de picho, mas conheço grafiteiro que adora picho e entende que o picho é parte de um elemento. (Vinícius)

O enunciador do fragmento discursivo (101) expressa o percurso semântico da diferença entre pichação e grafite, que embora tenham uma *origem comum, não têm nada a ver um com o outro*, em seu ponto de vista. A dificuldade de *encontrar uma palavra* que caracterize e justifique sua opinião está na *negação* de uma perspectiva *estética filosófica*, uma vez que sob tal prisma *cada sujeito terá uma visão a partir das suas interações* com as duas manifestações. A reconfiguração discursiva torna explícita a diferença, e explica que o *grafite preocupa-se com cor e forma* e a *pichação com grafia e letra*, sobretudo, o *impulso* pelo ato de *transgressão* e pela *dificuldade* desta. O enunciador também explicita seu pensamento em relação à perspectiva *artística* da pichação e do grafite e denota, interdiscursivamente, uma implicação, conforme a seguinte seleção lexical *se for arte tem que ir lá pra Belas Artes, porque a arte é uma instituição, instituição do homem, histórica*.

A análise discursiva dessas assimilações que circundam as interpretações acerca da pichação e do grafite enquanto intervenções urbanas revelam certa complexidade para caracterização segundo as noções disciplinares filosóficas. Subentende-se do discurso (101) que pichadores e grafiteiros, assim como indivíduos que interagem com a pichação e o grafite, entendendo-os como elemento da dinâmica urbana, defenderão as duas manifestações visuais pelas categorias de arte e estética, enquanto outros sujeitos refutarão tal adjetivação, ainda que não haja um conhecimento prévio dos seus conceitos teóricos por nenhum dos atores.

No texto (102) o discurso de *rivalidade* entre *pichação* e *grafite* é expresso a partir do percurso semântico da *particularização* dos vários *elementos da cultura de rua* (*lambe-lambe, estêncil, grafite, pichação*), com destaque para a concepção *filosófica* de *estética* e *descriminalização*

do *grafite enquanto arte urbana*, como condições para ponderação. A recorrência a elementos subjacentes desse debate explicita que a diferenciação entre as manifestações visuais, pichação e grafite, especificamente, é o que *sustenta a rivalidade entre grafiteiros e pichadores*. De outro ângulo, a mensagem (103) contempla o percurso da *cultura Hip Hop* como meio de vinculação para o *debate* da *pichação* e do *grafite* como manifestações que *discutem a cidade*. O discurso de *diálogo* é expresso também pela figura de *grafiteiros que não gostam de picho, grafiteiros que adoram o picho* e o *entendem como um elemento*. O discurso (104) apresenta a fala de um profissional do grafite, que iniciou sua caminhada na cultura urbana, expressa pelo movimento *Hip Hop*, através da pichação.

(104) Conheci o grafite e do grafite estou até hoje como elemento do Hip Hop. Uma coisa que eu posso falar com você com toda propriedade, com quem você for encontrar de grafite, de rap, qualquer um do Hip Hop, rap, o Hip Hop em si é o projeto social que mais salva vida no Brasil, que mais resgata, que mais faz resgate social é o Hip Hop. É uma coisa assim, é um fenômeno, é uma coisa que não dá para explicar. Todos os negros que estão envolvidos com alguma atividade cultural, eles foram envolvidos de alguma, em algum momento da vida deles eles tiveram algum envolvimento com o Hip Hop. Hip Hop é uma coisa assim, é uma coisa que é sensacional, é uma coisa que não dá para explicar. Hoje, pessoas que tá fazendo faculdade, a maioria das pessoas de periferia, o próprio duelo de MC's é um exemplo disso, da força que o Hip Hop tem. Porque é uma cultura assim, que ela é de juventude, ela trabalha com a dança, com o grafite, com a música, mas ela é uma cultura tão forte que ela traz disciplina, respeito, então envolve as pessoas mais velhas. As pessoas mais velhas, o que os avós falam com os jovens e muitas vezes eles escuta, a mesma coisa tá nas músicas de rap, eles estão falando a mesma coisa e às vezes os jovens dá atenção por se identificar mais. (Júnior Carlos)

No discurso (104), o enunciador apresenta o *Hip Hop* como *projeto de resgate social no Brasil*. A descrição do movimento cultural conjuga a figura de *negros, universitários, moradores de periferias, do Duelo de MC's, da juventude* e de *pessoas mais velhas* para defesa de sua pluralidade e de seu valor social, cultural, político e artístico. O uso dos vocativos *fenômeno* e *sensacional* exprimem a potencialização da importância do objeto descrito, que *trabalha com a dança, o grafite e a música*, além de proporcionar *disciplina e respeito*. A seleção lexical *o que os avós falam com os jovens e muitas vezes ele escuta, a mesma coisa tá nas músicas de rap, eles estão falando a mesma coisa e às vezes os jovens dá atenção por se identificar mais* explicita um implicação interdiscursiva de experiência e sabedoria que se associa aos discursos presentes nas letras que compõem as músicas de *rap*.

A julgar pelos termos, conjunções e sentidos, o discurso defende que a relação comunicativa entre velhos e jovens pressupõe a identificação, assim como a diversidade de grupos implica a valorização do movimento, e a concepção artística, um estilo de vida socialmente digno

(implícito pressuposto). Embora a pichação seja silenciada nesse discurso, o fragmento discursivo (105) expressa a mesma mensagem ideológica em referência ao picho e sua vinculação proveniente da essência, social, cultural e política do Hip Hop.

(105) E eu falo que o picho salvou minha vida, na questão que, é igual eu falei, perdi quatro primo pro tráfico lá no morro, tá ligado, amigo de infância assim mesmo, que eu vi descer no caixão, por causa do crime, entendeu. E eu, graças a Deus, fui conhecendo a cultura, fui conhecendo o picho, fui conhecendo a cultura Hip Hop através do picho, através do grafite, através do rap e fui desviando meu caminho [do crime], eu fui conhecendo pessoas novas, fui conhecendo livros, comecei a ler, comecei a me entrosar, fraga. E de repente, eu tava fazendo mil coisa, fraga, igual hoje em dia eu tô à frente de altos movimento aí social que rola, sabe. Todo mundo hoje pede uma opinião, todo mundo quer saber o que eu penso, tá ligado, por quê? (Krult)

A sintaxe discursiva *o picho salvou minha vida*, que ora se confunde com o resgate proporcionado pelo movimento *Hip Hop*, conforme indicado no fragmento anterior, é uma estrutura semântica comum de se ouvir junto aos *pixadores*. No texto (105), ela expressa a lembrança de *perdas* vivenciadas pelo enunciador por causa da proximidade com a *criminalidade* e o *desvio desse caminho através do picho, da cultura Hip Hop, do grafite e do rap*. O envolvimento com essa cultura de rua também permitiu novas sociabilidades e interações, conforme a seleção lexical *fui conhecendo pessoas novas, fui conhecendo livros, comecei a ler, comecei a me entrosar*. O discurso sugere que o desenvolvimento identitário a partir das relações conexas ao picho é assimilado nas dimensões sociais, culturais e políticas e coloca o enunciador *à frente de movimentos sociais* e em uma posição de destaque (*todo mundo hoje pede uma opinião, todo mundo quer saber como eu penso*).

(106) Eu conheço gente que largou a pichação por causa de droga e tem gente que largou droga por causa de pichação. E vou botar meu caso, vou botar um caso meu, eu tenho vez que estou meio entregue, dá aquela, como que fala, aquela recaída e eu falo: “tô cheirando demais, bebendo demais, eu tô brigado com mulher, tô sem mulher”, não sei. Sabe o que eu faço? Compro umas vinte, trinta, quarenta latas e saio pra regaçar. (GP)

O fragmento discursivo (106) relaciona o picho à questões pessoais, como dependência química e relacionamento conjugal. No discurso, a sintaxe discursiva toma tal referencial para apontar o alcance da *pichação*, que leva os *pixadores* a *abandonarem a prática por causa do vício* ou da *criminalidade* a ele envolvida, ao mesmo tempo em que indica sua capacidade de fazer com que tais sujeitos se *livrem da droga por meio da experiência com a pichação*. O enunciador relata sua experiência individual como reforço da ideia que se quer transmitir, expressa a partir de uma hipérbole (*compro umas vinte, trinta, quarenta latas e saio pra regaçar*), figura de

linguagem que expressa exagero. A estratégia discursiva presente nesse texto potencializa o poder da pichação de mudar o comportamento dos indivíduos e permitir o desvio da criminalidade, assim como se explicita no discurso (106). Em ambos os discursos constata-se uma refração linguística em relação à percepção da criminalização da pichação, o que permite pressupor outros meios de envolvimento com o crime e a pichação como escape.

No fragmento discursivo (107), o pixo é explicitado como uma ferramenta de *inclusão social*, pela qual o *governo não consegue* propor políticas públicas nos mesmos termos que a pichação. Para explicar essa comparação o enunciador usa o percurso semântico da visibilidade e promoção que a prática pode proporcionar aos indivíduos que não são conhecidos, conforme a sintaxe *cola com um cara que tem nome e o cara já levanta ele no nome também*. Outro caminho para a construção textual e persuasão discursiva remete às condições de inclusão com a *gangue do pixo*. As seleções lexicais *se ele for um camarada gente boa; chega com uma lata de spray; chama o cara pra dar um rolé; um fortalecer o outro; se puder arrumar um emprego; se puder dar uma força em alguma coisa* indicam o implícito pressuposto de restrição e troca, sobre a qual a inclusão é conferida. O discurso revela à contraposição ao governo e uma nova refração de termos socialmente aceitos. No caso, subentende-se que a estratégia que remete à inclusão social pretende fortalecer o potencial da pichação, que pode ser reconhecida como forma de socialização.

(107) É, o pixo é também uma coisa, é uma forma, de certa forma, o pixo é uma parada que inclui socialmente também, tá ligado. O que o governo não consegue fazer, o pixo faz, que é incluir o camarada, tá ligado. Porque o cara chega, às vezes ele nem é conhecido, mas se ele for um camarada gente boa e tal, e chega com uma lata de spray e chama o cara pra dar um rolé, já cola com um cara que tem nome e o cara já levanta ele no nome também, pá, e ele já começa a colar com a gangue do pixo, começa a colar todo mundo junto, um fortalecer o outro, se puder arrumar um emprego, se puder dar uma força em alguma coisa, ele inclui o cara, tá ligado, ele conecta o cara nas parada da cidade, véi, tá ligado. (Bang)

Interdiscursivamente, os discursos do consumo e da apropriação econômica da pichação é explicitado no texto (108) como negação do aspecto transgressor conexo à pichação. A correspondência entre os *pichadores* e as *pichações norte-americanas* e *belo horizontinas* está na elucidação de sua *aceitação, valorização* e *culto*, muito embora transpareça uma sobreposição (subentendido) da *pichação dos EUA*, onde os *pichadores* são *artistas e vendem suas obras*, ao *pixo* realizado em *BH*, por meio do *comércio* de *produtos têxteis* que têm as *alcinhas (tag)* dos *pichadores* em *linhas* e *coleções* de *produtos (camisetas e bonés)*. A configuração discursiva pressupõe uma implicação, cuja interpretação reifica a essência

subversiva da pichação pela sua vinculação ao mercado de consumo. O depoimento se constitui em crítica ao ideário da pichação e se faz correspondente ao discurso social hegemônico.

(108) Nos Estados Unidos o pichador é considerado artista e já vende suas obras. Tem caso lá que a pessoa até arranca a porta, arranca a janela para vender porque tá pichada, quer dizer, o sistema já incorporou. Então, essa questão de transgressão hoje, é uma coisa assim, o sistema é muito rápido em incorporar essas transgressões, elas deixaram de ser transgressões. ...Passam a ser aceitas, valorizadas e cultuadas, na realidade né? Valorizadas no sentido de comercialização mesmo, ele incorpora. ...Em Belo Horizonte já acontece. Se você for nas redes sociais, o pessoal já está fazendo camiseta, boné, quer dizer já deixou de ser transgressão há muito tempo, à medida que o sistema capitalista já incorporou. Tem linha, coleção toda de camiseta com a tag, boné com a tag. (Raquel)

A relação com a pichação é expressa como sentido e orientação para outras vivências e interações, conforme se descreve nos fragmentos discursivos (109) e (110).

(109) Porque a pichação dá a vida. Então na verdade quando eu comecei a estudar pichação eu trabalhava num programa que chamava Fica Vivo, aí eu fui trabalhar como técnica, só que o Fica Vivo era, era muito bom, foi o melhor trabalho que eu tive assim, era um trabalho muito rico, dentro da periferia e aí eu fui descobrindo que essas pessoas tinham alguma coisa para me ensinar, que fazia parte da minha vida, que não foi uma escolha a toa, sabe. Então, me identifiquei muito com os jovens, com a cultura de rua, com os esportes, porque a gente tinha algumas oficinas que a gente oferecia lá e fui me identificando. ...[Vejo que] é muito diversão, tem um caráter de diversão, de lazer, a gente encontra, a gente ri, a gente conversa, vai trocando ideia nos rolés, a gente aprende e tal. ...Então, a via talvez seja um pouco parecida com dos jovens, a via que eu consegui, né assim, me, de alguma forma, fazer sentindo assim para a minha profissão foi também através da pichação. (Fabiana)

(110) Os pixadores, eles não são objetos pra mim. Eles são, alguns são meus amigos, e todos são meus interlocutores, pessoas que sabem que eu gosto deles, que eu gosto de ir pro rolé com eles, que eu tô pela pesquisa, mas tô pela minha vida, tô pela cidadã que eu sou, pela leitora que eu sou do pixo, sabe. (Luciana)

No fragmento discursivo (109) ela é exposta como base para a *vida*, os *estudos* e o exercício *profissional*. A experiência da enunciadora como psicóloga do programa do Governo do Estado de Minas Gerais, *Fica Vivo*, permitiu o conhecimento da realidade na *periferia*, a *descoberta* de novas possibilidades de aprendizagem para a vida e a *identificação com os jovens, a cultura de rua e os esportes*. Em sua percepção como pesquisadora, a *pixação* para os *pixadores* e para si também tem um caráter de *lazer e diversão*. No fragmento discursivo (110) expressa-se o percurso semântico que nega o *pixo* como um simples objeto de pesquisa. A interdiscursividade denota a importância dos *pixadores* e expõe um enunciador que tem se posicionado junto aos *pixadores* em *amizades, interlocuções, estudos e vivências na cidade*.

A conexão da pichação à elementos sociourbanos é expressa nos fragmentos (111) e (112) em estratégias discursivas que a evidenciam como componente de sociabilidades entre as diferentes classes sociais.

(111) Uma amiga minha, a gente fala assim: que eu era a favelada e ela era a patricinha. Aí eu trouxe a patricinha para a favela e ela levou a favelada pra ser patricinha porque eu peguei um pouquinho dela e a gente começou a andar de Melissa, maquiagem, arrumar cabelo. E ela pegou um pouquinho de mim porque ela começou a pixar junto comigo. A gente saía, ela não podia sair de noite, a gente saía oito horas da noite de bolsinha de lado com a lata de spray e pixando, ninguém botava fé e foi junto também com a época dos piores, a gente era próximo dos meninos assim também e tal. (Lua)

(112) É mito que pichação é feito por quem é da classe baixa, por quem é novo, isso aí não é uma verdade absoluta. Tem muitos que eu conheço que tem a condição financeira excelente e continua nessa até hoje, já tem quase quarenta anos e continua praticando, então falar que eles são daquele jeito e somente daquele jeito é um engano, porque existem vários tipos de pichadores, de várias classes, de várias cabeças, com vários motivos. ...Cada caso é um caso. Imagina um pichador que é rico, que mora bem, que tem trabalho e que sai à noite pra fazer isso. Qual que seria o tratamento dele? Sinceramente, eu não sei o que falta a ele. Emoção na vida? Deve ser. Porque cada caso é um caso. Outros são por falta de cultura, por falta do que fazer e pra entreterá à noite, faz isso. É uma forma de diversão, então cada caso é um caso. (Leandro)

A sintaxe discursiva do texto (111) revela a constituição identitária por meio de diferenciações, que se expressam pelo pronunciamento temático concernente aos rótulos sociais (*patricinha* e *favelada*) e figurações de elementos atribuídos aos personagens referenciados (*Melissa*, *maquiagem*, *arrumar cabelo*, *bolsinha*, *pixar*, *spray*). Interessante observar a disposição sintática na seleção lexical *a gente saía oito horas da noite de bolsinha de lado com lata de spray e pixando, ninguém botava fé*, cujo discurso, implicitamente, manifesta o que se aproxima do que Goffman (1988) teoriza entre o que se espera e aquilo que se mostra. A entrevistada, assim, juntamente com sua amiga, teria sido um indivíduo desacreditável perante um grupo ou grupos de pichadores, considerando o contexto da pichação e a potencialidade dos sujeitos para a prática. Nesse sentido, os estigmas sociais se reproduzem no interior dos grupos sociais, ainda que tais grupos compartilhem essências de subversão à ordem social.

Embora sejam reproduzidos rótulos ou estigmas conferidos pela sociedade, o discurso pressupõe o ideário alcançado pela pichação no momento em que indivíduos diferentes passam a se socializar (*eu peguei um pouquinho dela e ela pegou um pouquinho de mim*). Nas entre linhas o lugar favela é o receptáculo das interações sociais e elemento constituinte das identidades, conforme a expressão (*eu trouxe a patricinha pra favela e ela levou a favelada pra ser patricinha*), em que também se apreende um silenciamento ou atenuação acerca da favelada ser levada para a zona sul. O implícito subentendido nesse trecho denota a possibilidade do

indivíduo da zona sul se socializar na favela e a restrição ou recusa da entrevistada, que se põe como integrante da periferia, em se socializar na zona sul, entendendo ser possível ser patricinha na favela e não o contrário, ser favelada na zona sul.

O fragmento discursivo (112) evidencia o *engano* de se pensar que a pichação é uma prática de indivíduos de *classes com baixo poder aquisitivo* ou *por quem é jovem*. A estratégia de refutação dessas características é complementada textualmente a partir de configuração discursiva, que aponta o *conhecimento de pessoas com condições financeiras excelentes, com quarenta anos, e que continuam praticando*. A recorrência a tais termos expressa o percurso semântico dos estímulos para a pichação e sustentam a percepção de que *existem vários tipos de pichadores, de várias classes sociais, de várias cabeças, com vários motivos*. A metonímia de *cabeça* estabelece uma atribuição figurativa à forma de pensamento de um sujeito, por meio da qual se impulsiona a prática da pichação, como a necessidade de *emoção, falta de cultura, falta do que fazer, entretenimento* ou *diversão*, pelas quais se vislumbram *diferentes casos*.

A mensagem do texto (112) reflete sobre a forma de tratamento da pichação e, ao mesmo tempo em que contrapõe o discurso social hegemônico, sustentado sobre a crença de que a pichação é uma prática de adolescentes ou de pessoas mais pobres, também reproduz o que é produzido pela sociedade, que diz que a pichação decorre de indivíduos sem cultura ou sem ter o que fazer. Por outro ângulo, corrobora o que é justificado junto aos sujeitos que a defendem como formas de expressão e lazer. O fragmento discursivo (113) aborda uma mensagem semelhante a partir de uma crítica ao que usualmente se discute sobre a prática.

(113) É um movimento. Pode ser, por exemplo, várias coisas, até comentei com a menina hoje, fui na palestra que teve sobre pichação, é o TCC da menina aqui, da comunicação, e falou um tanto de coisa lá: “pichação é revolta, é num sei o que”. E quem pixa só por pizar? Vai lá e rabisca o muro. A motivação dele foi lá e rabisca o muro, e aí? Então, naquele contexto, essa borbulha cultural, musical, suburbana, periférica que existia na década de 90, tinha essa coisa de ego, de identificação da escrita, com a identificação da marca, deixar no bairro, espalhar pela cidade, essa coisa de ficar conhecido, de falar o nome da galera, tinha essa coisa de fazer amizade também. (Murilo)

Relatando um caso do qual a pichação foi tema de palestra decorrente de pesquisa realizada na área de comunicação, o enunciador reflete sobre as motivações para a pichação. A interdiscursividade se faz presente como estratégia discursiva em contraposição à aceção de *revolta* conexas à pichação. Ao indicar um questionamento que remete às motivações para a prática, pressupõe-se a ausência de uma discussão, pela qual se reflita a prática de *pixar por*

pixar, pelo desejo de rabiscar o muro. O questionamento sugere que a pichação não necessariamente se associa a uma ideologia política ou manifestação artística. No desenvolvimento da temática o enunciador refere-se, então, a outros apelos identitários que geram estímulos para a pichação, tais como *a identificação da escrita ou marca no bairro, também espalhadas pela cidade, ou o ficar conhecido e pertencer a uma galera,* que expressa o anseio por *fazer amizades* também. A mensagem, assim, se mostra alinhada aos discursos dos demais entrevistados que têm a pichação como referência e apresentam inúmeras concepções e percepções para a prática.

As compreensões expressas nos relatos dos indivíduos confirmam assimilações e interações sócio-urbanas despontadas pela pichação. Para cada concepção hegemônica há uma crítica, resposta ou refração por parte dos que tomam sua complexidade e por ela problematizam embates nas diversas dimensões. Ao que se indica, o fenômeno urbano não se sustenta sob as compreensões contemporâneas de arte e estética. Na perspectiva cultural, a rivalidade e o diálogo entre pichação e grafite mantêm uma linha tênue de separação, mais imposta pelo que recentemente foi institucionalizado pela descriminalização do grafite.

O fator de aceitação do fenômeno urbano e sua vinculação ao mercado de consumo também é uma via institucional por meio da qual o debate busca encerrar a essência política e de subversão ao sistema. Ademais, muitas vezes, as ressignificações de sentidos socialmente estabelecidos entoam tentativas de potencialização da prática, como sua capacidade para resgate, orientação de desvios de comportamentos que possam causar danos à vida ou socializações dela decorrentes, pelas quais se têm a interação entre diferentes indivíduos, descobertas e relações que se estendem para outras esferas das identidades, tais como a profissional e intelectual.

7.3.2 A pichação de BH – momentos, práxis e galerias

A pichação em Belo Horizonte abrange inúmeras interações entre diferentes indivíduos e grupos. A dimensão temporal se expressa por um aspecto de mudança entre a pichação de antigamente e a pichação de hoje, conforme relatado no fragmento discursivo (114).

(114) A pichação em Belo Horizonte, ela mudou nesses, nós estamos em 2013, nesses últimos vinte anos, trinta anos, a pichação mudou demais. A pichação quando chegou aqui, primeiro era coisa estudantil, juventude, a pichação mais política, e em noventa começou essa ideia de GDM, GDC. Em mil novecentos e noventa e seis e noventa e sete começou um fenômeno de agregar para torcida organizada, então tinha a MAC,

Mafiosa da Área Cruel, tinha a TOG, que era a Torcida Organizada Galoucura, e aí começou a desmembrar as galeras nos bairros, e aí sim a pichação começou a chegar na periferia com força. ...Então a pichação mudou muito a característica de antigamente. Por exemplo, para pichar hoje o nego sai é de moto. É sério. Tem spray próprio para pichação, tem pichação de rolin, tem caneta fosca, tem canetão, tem marcador, tem uma série de materiais. (Júnior Carlos)

O início da pichação em Belo Horizonte registra a *década de noventa* como um marco do fenômeno urbano, visto, inicialmente, a partir do *movimento estudantil*, ligado à *juventude* com uma *pretensão* mais *política*, desenvolvendo-se, posteriormente, para grupos específicos, como as *torcidas de futebol*, *desmembrando-se* para as *turmas* (galeras) e *bairros* (quebradas), quando e onde *começou a chegar com mais força nas periferias*. O desenvolvimento do discurso discorre, ainda, sobre as mudanças nos modos de se fazer a pichação, quando, atualmente, se constata novos meios e recursos (*moto; sprays próprios; rolin; caneta fosca; canetão; marcador*). O implícito subentendido é de que a pichação perde seu significado inicial em decorrência de sua proliferação junto aos grupos e em lugares periféricos, assim como pelo desenvolvimento tecnológico, que tem permitido novos meios e recursos.

(115) Hoje em dia pixa mais por fama, mais por nome, o pessoal acha que eles são aqui, o pixador acha que hoje em dia ele vai trabalhar aqui, [virar] artista da Globo. [É tipo:] eu vou pixar aqui hoje, vou tirar foto, vou pixar na esquina da rua mais escondida e aí vou botar no Facebook. Aí amanhã eu coloco no Facebook e tal e o que acontece, ele está achando que Facebook é calçada da fama. (GP)

(116) Antigamente qual que era a ideia da pichação você mandar a sua galera, juntava tipo assim três, dez pessoas e saía para fazer o nome do grupo e aí começou, antes era só o nome do grupo e muitas vezes não tinha o nome nem dos integrantes, aí depois começou a ter o nome do grupo e dos integrantes pequenininhos, aí começou a ter dos integrantes do grupo do mesmo tamanho. Hoje em dia, perdeu essa essência. Hoje em dia, a pichação é ego, hoje em dia você pixa para se promover. Muita gente vai falar que pixa porque gosta, realmente, mas, o pixo é ibope, é promoção sabe. Tipo assim, se tem seu nome no topo do prédio não é pra pessoa saber que você mora no seu bairro, porque eles nem sabem o seu bairro, não sabem do seu grupo, da sua causa, eles sabem de você, sabem que você subiu ali e ganhou um pico doido e hoje em dia é assim, perdeu um pouco desse contexto que foi como eu vi e como eu aprendi. (Lua)

A relação entre o significado da prática, nome e grupo e lugar também é a principal estratégia discursiva para evidenciação das mudanças no contexto da *pichação* nos fragmentos (115) e (116). O percurso semântico no texto (115) revela que o fato dos sujeitos registrarem *mais o nome* é proveniente do *desejo por fama*, conforme os léxicos *artista da Globo* e *Facebook*. Interdiscursivamente, a referência ao veículo midiático e à rede social reforça o discurso acerca da promoção pessoal pretendida hoje em dia e indica um apelo identitário dos pichadores, como se buscassem formas de existir e serem vistos perante a sociedade. Essa interpretação intenciona outro percurso semântico, o qual revela novos lugares para promoção da pichação.

No texto (116), os sentidos expressos pelos *tamanhos* e *complementos* das *pixações* de *antigamente* e de *hoje em dia* reforçam a *perda* da *essência* coletiva (*a ideia era mandar a galera*) e sobreposição *egocêntrica* dos *pixadores* (*pixação é ego, você pixa pra se promover*). Na continuidade da fala, como reforço da ideia combatida, evidencia-se uma interdiscursividade entre um *pixador* que *gosta de pixar* e um *pixador* que *pixa por ibope*. O reconhecimento do *nome pixado* e lugar alcançado (*topo do prédio*) se sobrepõem ao *bairro*, *grupo* ou à *causa* que muitas vezes completam a *pixação*, *como ocorre hoje em dia* através de quem *pixa por ibope*. O *contexto* da *pixação* para quem *pixa porque gosta* tem como *essência* o registro da *galera junto com o nome*, *como o enunciador viu e aprendeu*, mas *se perdeu* na perspectiva de quem somente usa a prática para expor só o seu nome.

Os fragmentos discursivos (117) e (118) relatam que na cidade de Belo Horizonte se reconhece a relação entre *pichações* e *pichadores*, *grupos de pichadores*, *bairros* e *regiões*.

(117) Banca Nervosa, por exemplo, é um exemplo, né, Banca Nervosa, Cruéis Piratas do Gueto, Pixadores de Elite, nada tem uma referência, né. Ao mesmo tempo você tem RZN, que é Região da Zona Norte, cê tem APG, que tem a ver com [o bairro] Goiânia, né. Então, assim, tem uma relação próxima né, da quebrada, do bairro, pra alguns são esses os grupos que eles começam a lançar quando começam a pixar, mas acho que no nome, nem sempre a quebrada aparece. (Luciana)

(118) ...Tem um povo novo agora o Gust, tem o Dust que é da Zona Oeste, Pavor, esse povo. Tem o GP, GP é um cara, não sei se você conhece, o GP tem 45 anos de idade, sei lá. ...O Fan era lá do Estrela D'alva, depois ele, ah ele era, pixava mais com o povo da Zona Oeste, depois ele começou a colar com o pessoal da ZRN que é lá do Prado, aí depois, aí pra você ver como é que muda, depois ele começou a colar com a galera da BN. ...Tradicionalmente BN é Zona Noroeste, é a galera que mais pixava e mais pixa até hoje, uma, é, assim, hoje restou o Goma e o Gago né, e um tanto de gente que assina BN mas não é original né. ...O GP todo lugar que eu passo ele tá, ele me acompanha na minha viagem todos os dias porque ele tem pixação daqui da UFMG até a minha casa em todos os quarteirões praticamente. (Tadeu)

O fragmento discursivo (117) indica alguns grupos de *pichadores* da cidade para exemplificar que nem sempre há uma *referência* ao lugar ou *quebrada* junto à marca do *grupo* (*Banca Nervosa, Cruéis Piratas do Gueto, Pixadores de Elite*), ao mesmo tempo em que existem *grupos* que se formam em *alusão* ao *bairro* ou *região* (*RZN, que é Região Zona Norte* e *APG, que tem a ver com o bairro Goiânia*). Pela cidade é possível observar que as marcações da *galera* ou *quebrada* são inscritas junto às *algunhas*, também denominadas *preza* ou *tag* dos *pichadores*, entre os quais se reconhecem os lugares, tais como *ruas*, *bairros* e *equipamentos* urbanos, pela referência às *pichações* existentes em seus *muros*, *portões*, *faixadas* de *prédios* e demais *plataformas*.

O texto (118) expressa uma relação interdiscursiva entre novos e antigos pichadores, bairros, regiões, grupos e transições, tais como: o *Fan*, que *era lá do Estrela D'alva*, passou a pichar com o *povo da Zona Oeste*, com o *personal da ZRN, que é do Prado*, e *depois começou a colar com a galera da BN*, que *tradicionalmente é Zona Noroeste*; o *Gust*, o *Dust*, e o *Pavor*, que são novos pichadores da *Zona Oeste*; pichadores que *restaram da BN*, como o *Goma* e o *Gago*, e pichadores que *assinam BN, mas não são originais*; e o *GP*, que tem pichações em *todo lugar*. A referência desse pichador apresenta-se como uma metáfora que iguala pichação e pichador no sentido de presença, como se as pichações deixadas no trajeto entre *universidade* e *casa* representassem a companhia do pichador junto ao enunciador, que observando os registros nos muros não se sente sozinho (implícito subentendido).

A configuração discursiva do texto (118) reforça o aspecto fluido entre pichador e grupos de pichadores, que não se apegam a dado lugar ou galera, além de fazer uma observação importante sobre a *originalidade* entre quem realmente pertence a um grupo e quem somente *assina* o nome da *galera*. Essa mesma afirmação é apontada no fragmento discursivo (119).

(119) BN é a Banca Nervosa, é uma coisa assim que originou de amigos, a gente morava na região noroeste e que se expandiu e hoje assim eu me atrevo a falar que é a mais como que se diz, surge um pichador que você nem sabe quem é, que tem nome e ele já vem pedindo: “eu quero ser BN” ou já põe direto BN e é uma loucura assim. Grandes amigos também e a BN me proporcionou coisas muito assim a BN me proporcionou, se for olhar, o nome. Porque eu sou a Lua, beleza, mas eu sou a Lua BN, todo mundo às vezes mensagem de celular quem é, a Lua BN, tipo assim mesmo. Quem não conhece já ouviu falar assim da Lua BN. (Lua)

O fragmento discursivo (119) relembra o início da *Banca Nervosa*, *originária* de *amigos* que moravam na *região noroeste* e se *expandiu* pela cidade tornando-se um dos principais grupos (implícito subentendido). A ponderação sobre a posição do grupo perante outros é conferida no texto pela indicação de que outros pichadores ensejam participar da galera solicitando aos demais membros ou já marcando a sigla juntamente com a sua tag. O enunciador do discurso expressa sua relação com o grupo que lhe *proporcionou* o reconhecimento e a afirmação do seu *nome* no circuito da pichação. A julgar pela sintaxe discursiva *eu sou a Lua, beleza, mas eu sou a Lua BN*, em termos identitários, subentende-se que a identidade individual possui outro valor se agregada à identidade coletiva. A construção discursiva sugere uma estratégia de persuasão em relação à evidência da entrevistada enquanto *pixadora*, assim como do grupo *Banca Nervosa*.

A mesma estratégia evidencia o grupo no texto (120), que inicia expressando uma percepção sobre a *pixação* que deve ser feita por cada um de modo particular (*pixação é cada um na sua, cada um faz sua caminhada*). A percepção do enunciador indica alguns sentimentos que perpassam o circuito, entre os quais sobressaem a *brincadeira* e a *rivalidade*, assim como se faz junto à galera da qual ele é presidente (*rivalidade sadia, igual PE*), embora o desenvolvimento do discurso aponte o grupo *Pixadores de Elite* como *os mais odiados*. Na construção discursiva tal vocativo remete ao ideário de competição e denota que a PE, constituída no início da década de noventa pelos *pixadores* que mais *pixavam* a cidade, era a galera mais desafiada entre os vários bondes, o que justifica a menção das *pixações* feitas por duas vezes no *relógio da prefeitura* de Belo Horizonte.

(120) Eu acho que pixação é cada um na sua, cada um faz a sua caminhada. Eu não posso ter, não existe inveja na pixação, existe a brincadeira, a rivalidade, mas a rivalidade sadia igual PE, porque nós somos os mais odiados, porque PE, na época, era o seguinte, eram vários bondes, todo mundo que eram os tais, montou um bonde de quinze, são quinze até hoje, mas uma vez PE sempre PE, então de todos os tempos. O que acontece uma vez desafiado, nós éramos desafiados, a gente ia lá e calava a boca e porque eu falo que é o maior porque os únicos que subiram no relógio da prefeitura e fizemos duas vezes, fizemos a primeira e o Santos Moreira na época era secretário de segurança e o prefeito eu acho que era o Patrus, falou: “nós vamos acabar com a pixação em BH, a pixação vai acabar”. Eles limparam, fizeram, gastaram, mentira o prefeito fala que gastou milhões, no outro domingo nós fomos lá. (GP)

O apontamento da posição do grupo como *maior* por causa das *pixações* na *prefeitura* revela que a *limpeza das pixações* realizadas se faziam como novos desafios e lugares alvos que permitiam novas marcações. A seleção lexical *uma vez PE sempre PE* denota a eternização da identidade de um pichador enquanto membro do grupo. A relação entre identidade coletiva e melhores lugares da cidade para pichar também é expressa nos fragmentos (121) e (122), cujos discursos evidenciam a lógica da competição.

(121) Tem que ter competição, senão não tem graça. Quem que tem o pico mais alto, quem mandou no lugar mais ibope, quem mandou no lugar mais difícil. ...A gente vai numa grife, eles tem uma grife, a gente tem outra. Grife é uma marca sua. ...Os Melhores de Belô também, Melhores de Belô é uma grife que tá mais na onda aí, mais antiga e a que dá mais ibope aí na cidade. (Krult)

(122) A gente se conhece, a disputa é sadia, tipo um pegou uma janela, subiu na janela, outro sobe, puxa duma janela pra outra e marca lá em cima, aí é tipo game over, fim do jogo, entendeu. Aí aproveita, tipo, aqueles lugar, que é centro, aqui no Centro, é muito doido, tipo um pico, um lugar mais alto. Aí nós que é mais velho tá passando pra eles [mais novo] vê, que não é só pra ter disputa, você pode reivindicar também, do que a gente tá vendo aí, que tá tudo errado. ...Tipo, nós temo um espaço pra representação do seu convívio, da gangue do seu bairro e de pessoas que colam com você no movimento do pixo, ou seja, no grafite, na sua mema ideia. (Bang)

O pico mais alto; quem mandou no lugar mais ibope; quem mandou no lugar mais difícil; aqui no Centro é muito doido; tipo um pico; um lugar mais alto; numa janela pra outra são seleções lexicais associadas à visão de *lugar* nos textos (121) e (122), das quais também se destacam a *graça da pixação*, feita entre *pixadores que se conhecem* ou não, em uma *disputa sadia*. A figura de linguagem *game over* remete ao imaginário de competição e simboliza a pichação como um jogo. O sentido de disputa entre os grupos confere aos pichadores e grupos a afirmação e o reconhecimento no ranking da cidade, assim como se explicita no texto (121) a grife *Melhores de Belô* como a grife que tá *mais na onda*, *mais antiga* e que dá *mais ibope* na cidade.

O efeito da disputa não está somente entre os *pixadores antigos* e que *mais pixam*, ao passo que no texto (122) enuncia-se sua transmissão dos *mais velhos* para os *mais jovens*. A sintaxe discursiva nesse texto também emprega uma estratégia referente à possibilidade de reivindicações, e não só disputa, através do pixo. O enunciador reflete seu pertencimento a um *espaço de representação do convívio*, da *gangue*, do *bairro*, do *grafite* e de *peessoas* que compartilham da mesma *ideia* e constituem o *movimento do pixo*. Esse espaço é vislumbrado no texto (123) pelo conjunto dos pixadores de Belo Horizonte.

(123) O tipo da galera do pixo que eu vejo hoje, é uma galera que assim sabe, tá nem aí pra, cada um faz o seu, e e e e a gente tem de ficar de boa, tipo assim, já tá todo mundo contra nós porque a gente vai ficar, vai de pessoa, tem gente que é arrogante assim, tem cara que, que, vai vai chegar e vai falar é: “eu pixo muito mais”, “fodas”, sei o que lá. Mas, isso não gera mais briga. E tem uma relação entre, entre violência e pixação, eu acho, antes eu acho que era maior porque tinha essas coisa de galera, que era muito forte. Hoje em dia a pixação ela não está ligada a galera, porque se criou uma galera daqui, a galera da cidade. São os pixadores da cidade. (Tadeu)

Por meio de uma estratégia interdiscursiva o entrevistado tenciona uma perspectiva diferente, que contextualiza uma mudança explícita na disputa entre pixadores. A análise linguística ilustra um circuito onde a auto-afirmação por pixadores, embora *não gere mais briga*, é vista como arrogância (*tem gente que é arrogante, tem cara que vai chegar e vai falar: “eu pixo muito mais”*); a *violência* de antes era acometida pelas *galeras*, atualmente, reconhecida como a *galera da cidade*. O implícito subentendido é de que no contexto atual há uma união entre os pichadores da cidade, junto aos quais se identificam menos competições, brigas e violência e mais força para quem pertence ao circuito de Belo Horizonte. Por outros discursos é possível apreender um pouco mais da lógica de grupos.

(124) Ultimamente assim, eu já participei de algumas reuniões assim, mas reuniões em que eles vão decidir a estrutura do grupo, né. É uma coisa que ao mesmo tempo é muito séria é muito divertida. Então assim, eles se rivalizam, eles falam assim eu não quero fulano, e tal e grita e tal, às vezes eu falo: “vai sair porrada e eu vou estar aqui assistindo e filmando ainda por cima”. Aí eu vejo assim, uma vez eu vi uma briga entre o GP e uma outra pessoa lá e o bicho pegando, entendeu, e aí eles, o bicho pegou e tal, beleza, eles conseguiram concordar, abriram mão, depois a gente conversa, a gente mantém esse jovem, depois a gente avalia novamente, se ele deve continuar ou não. Aí da outra vez, o outro chegou e disse, olha, realmente você estava com a razão e tal, mas assim, tem uma identidade muito grande com o grupo, eles se rivalizam, existe rivalidade dentro do grupo, assim como em qualquer outro grupo. Eu vejo uma amizade, eu vejo uma cooperação, eu vejo uma solidariedade, mas eu também vejo rivalidade, que são rivalidades que assim, pode acontecer em qualquer grupo também. (Fabiana)

O fragmento discursivo (124) relata uma experiência em uma das *reuniões* da PE para *decisão da estrutura do grupo*. Na percepção da enunciativa o encontro se faz em um clima *sério e divertido*, no qual *rivalidade, gritos e brigas* elucidam o contexto de grupo, *assim como em qualquer outro grupo*, em que também se constatam *amizade, cooperação, acordos e ponderações*, conforme a seleção lexical *conseguiram concordar, abriram mão, depois a gente conversa, a gente mantém esse jovem, depois a gente avalia novamente*. Interessante observar a configuração discursiva que reflete a organização desse grupo, que se faz informalmente em um imaginário formal (implícito pressuposto).

(125) Eu acho que a competição ela faz parte da pixação em diversos níveis, assim como a competição faz parte da nossa vida em diversos níveis, né? Acho que no pixo, isso fica às vezes mais evidente, né. Eu vejo então que, eu não sei se há uma cooperação, mas acho que há um trânsito, acho que eles, os grupos, eles são permeáveis, né. Assim, a gente não vê, o Goma não pixa só com os meninos da BN, ao contrário, ele tá sempre com outra pessoa de outro grupo, ou sozinho, eles também, aqui em BH eles tem muito essa característica de pixar sozinho, que é uma coisa que em São Paulo, por exemplo, acho que é mais comum ser em grupo. E aqui me chama atenção, assim, que eles andam muito sozinhos, né. Mas eu vejo assim que o rigor e a severidade da competição entre os grupos, ele, isso foi se, diminuiu, assim, a intensidade, a violência como essas coisas eram resolvidas durante um tempo, pelo que eu entendi. E eu acho assim, o pixador, ele é muito, a pixação é o lugar de muito, onde se cultiva, e onde é um valor a coisa da amizade, da relação entre as pessoas né. Então a gente vê grupos, algumas pessoas de grupos diferentes conversam, pixam juntos, mas eu não saberia dizer essa cooperação, por exemplo, se é entre todos, sabe, acho que assim, tudo é muito particular, os grupos, as pessoas, né. Então, acho que assim, existe um conjunto, os pixadores? Existe. Mas, ele é uniforme? De jeito nenhum. (Luciana)

O discurso (125) afirma que a competição na pichação ocorre em diversos níveis e também reitera seu efeito como parte da vida, embora reconfigure a sintaxe textual sobre o tema em uma atenuação e justificativa temporal, conforme a estrutura lexical *o rigor, a severidade da competição entre os grupos, ele, isso foi se, diminuiu, assim, a intensidade, a violência, como essas coisas eram resolvidas durante um tempo*. A *amizade* também é pontuada como um *valor*

na *pixação*, em que se observa *pessoas de grupos diferentes que conversam e pixam juntos*. Todavia, não afirma a amizade como implicação para a *cooperação*, uma vez que no texto a expressa em contraposição ao aspecto de *transição e permeabilidade de pixadores entre outros grupos*, além de um aspecto específico de *Belo Horizonte*, onde a *prática também é realizada por um pixador sozinho*.

A interdiscursividade tenciona a competição em conjunção aos mesmos termos expressos nos fragmentos anteriores, embora reflita interpretações distintas. Especificamente, no texto (125), problematiza-se o sentido de *cooperação entre todos os pichadores da cidade*, como referenciado pelo enunciador do discurso (123), dado que considera tudo, os *grupos, as pessoas*, em suas *particularidades*. Afirma-se, desse modo, a *existência* de um *conjunto de pixadores que, todavia, não é uniforme*. As condições de produção do discurso revelam alguém que conhece a realidade da pichação na cidade como um todo e se mostra capaz de problematizar aspectos complexos que, comumente, são socialmente criticados nos discursos hegemônicos.

O conjunto dos relatos obtidos nas entrevistas e a observação das pichações na cidade contribuem para afirmação dessas três galeras, Banca Nervosa, Pixadores de Elite e Melhores de Belô, como os principais (nos diversos critérios de avaliação) e, quiçá, mais organizados grupos da cidade³⁰. A interpretação dos discursos reforça e atenua a ideia de rivalidade, competição, amizade e cooperação entre os diversos pichadores e grupos de pichadores, sustentadas, de certo modo, pela prefeitura da cidade e configurada nos diferentes lugares da cidade, onde também se vislumbra os grupos junto à dinâmica urbana.

Entendendo que a referência ao lugar nessa seção se fez incipiente, pela consideração da sua referência na composição dos grupos de pichadores e como elemento que gera maiores desafios, rivalidade e disputa, outras interpretações específicas à temática são apresentadas a seguir.

7.3.3 As “leis da rua” e os lugares de pixar – reinventando a segregação

³⁰ Pondero tal questão simplesmente por não ter realizado uma investigação específica, muito embora já se conheça a realidade organizacional dos Pixadores de Elite, conforme trabalho desenvolvido pela entrevistada Flávia, e a organização de celebrações em decorrência dos anos de instituição da Banca Nervosa, que em 2013 comemorou 16 anos.

A compreensão sobre a percepção dos lugares para os pichadores, além de indicar um agrupamento coletivo entre bairros e regiões da cidade, revela outros aspectos que conferem preferência aos pichadores, conforme síntese expressa no fragmento discursivo (126).

(126) Existem as [pichações] dos bairros, aí dos bairros pode haver ou não ligação com outros da mesma região, além da divulgação do bairro existe a divulgação da região: zona norte, zona leste, zona oeste, zona sul e maior do que isso, existe a torcida organizada que ela é capaz de unir todos. Então havia muitas brigas entre galera de bairro com outro, mas geralmente isso era abolido em virtude da união por causa da torcida. Tem muita gente que tem preferência por ponto específico: ponto público. Outros tantos preferem altura, quanto mais, alto melhor. Perto de algum órgão da polícia, quanto mais perigoso, mais emocionante, era o interesse maior, a preferência. (Leandro)

A produção discursiva explica a existência de pichações entre grupos específicos de *bairros e regiões* da cidade para *divulgação* de tais lugares. Outra característica com potencial para *reunir* os grupos de pichadores dos bairros e regiões da cidade pode ser percebida nas *torcidas organizadas*, que também tendem a *abolir brigas* entre os grupos de diferentes lugares. Outros aspectos que delimitam a *preferência* dos pichadores e criam os lugares para pichação são *pontos públicos, próximo aos órgãos policiais* ou os *mais altos, mais perigosos, mais emocionantes*. A necessidade de promoção de sua quebrada pelos pichadores muitas vezes decorre das condições estruturais e sociais por eles enfrentadas, conforme fragmento discursivo (127).

(127) O meu primeiro contato, a primeira vez que eu fui pego assim, eu tava na terceira série, dentro da escola, pixei o banheiro todo, eu tava com o canetão no bolso. ...Aí eu, aí depois, primeiro eu fui comprando lata e como eu não posso, até hoje a minha mãe não deixa eu sair de madrugada, porque eu sou novo, entendeu, eu tenho dezesseis anos, aí de vez em quando eu fortaleço ele [Bang] com uns spray, uns negócio, aí ele vai e deixa pra mim, entendeu. Mas, sempre quando eu consigo dar um, eu vou também e pixo, entendeu. ...Lá perto da minha casa, na Pampulha, eu pegava na bicicleta, ia dar volta na Lagoa da Pampulha e eu pixando os cara passando, buzinando. ...Desde pequeno eu gosto mesmo, não tem jeito, até quando eu venho aqui pra cá, eu venho até com canetão, eu venho pixando dentro do ônibus, entendeu, tem jeito não. ...Eu não sou grande assim igual ele, [o Bang], o Krult, o Poker, que pixa só sozinho, é mais arriscado. (Noa)

O fragmento discurso (127) relata o *primeiro contato* de um adolescente de *dezesseis anos* em *pichações no banheiro da escola*. O desenvolvimento da experiência na pichação ocorre como uma troca, em que ele repassa produtos para que outro pichador faça a marcação da tag por ele (*eu fortaleço o Bang com uns spray, uns negócio, aí ele vai e deixa pra mim*). O texto também aponta uma *pichação* deixada na *Pampulha*, em uma *volta de bicicleta na Lagoa* e no *ônibus*, nos *deslocamentos pela cidade*. Os percursos semânticos evidenciam a escola como um lugar

comum para começar a fazer pichações; o anseio por ter a alcunha em outros lugares da cidade; a Lagoa da Pampulha e o ônibus, como um lugar de oportunidade. Interessante observar os apelos identitários presentes no discurso do adolescente, que expressa sua fissura pela pichação ao se figurar sempre com o *canetão* e prover *outro pichador* de *spray* para que mais pichações suas sejam feitas. Através da sintaxe discursiva *eu não sou grande assim igual o Bang, o Krult, os meninos, o Poker, que picha sozinho* expressa os outros colegas pichadores em posição superior. Interdiscursivamente, a mensagem relaciona, complementa e justifica o modo como a trajetória no picho vem sendo construída.

De outro modo, os fragmentos discursivos (128) e (129) denotam restrições aos lugares da pichação. O texto (129) revela a existência de uma orientação normativa em relação aos lugares da pichação. A julgar pela seleção lexical *pra PE tem, pra a PE é uma lei diferente*, os Pixadores de Elite *não podem pixar viatura, igreja, escola estadual ou municipal ou o Parque Municipal*, que até tem o risco de *expulsão*. *A pichação que desafia autoridades é proibida*, embora exista uma *brecha que permite pixar repartições públicas*, assim como *propriedades particulares, onde tá liberado*. Os *postos de saúde do SUS* são apontados como principais alvos desse grupo, que vê a *pichação como única forma de chamar a atenção* do governo em relação ao descaso com a saúde. A distinção feita entre grupos destaca-se de forma combativa à *sociedade* e ao *governo*, referências das categorias: *público e privado*.

(128) Pra a PE tem, pra a PE é uma lei diferente. Primeiro não pode pixar viatura, não pode pixar igreja, não pode desafiar autoridades, apesar do que tá aberta exceção, essas repartições públicas aí do governo. Não pode pixar escola estadual, nem escola municipal. Parque Municipal quem pixar está expulso. Particular pode, particular pode, sociedade, governo, tomar deles isso pode, tá liberado. Esses postos de atendimentos do SUS nós estamos pondo para foder porque tá demais, está um descaso total e a única forma de chamar atenção é essa. (GP)

(129) Não é qualquer lugar que eu vou sair picando não, ué, porra! Tem os de pico, os cara que pegam a ponta lá, está vendo lá em cima lá? Isso é as escaladas, esse é louco. Você não vai chegar no prédio de Niemeyer para fazer, você entrar na linha de trem? Para que que eu vou pichar uma porta, a porta da igreja? Para que que eu vou pichar o monumento? Para que que eu vou pichar? Esse viaduto aqui, sim, porque é história, ele é apropriação de movimento de rua. (Júnior Carlos)

Já o texto (129) indica, figurativamente, que a pichação interessante é a de escaladas, que são os *picos*. Esse tipo de pichação representa maior desafio e dificuldade para o pichador, que precisa subir nas marquises de prédios ou permanecer de cabeça para baixo enquanto inscreve as pichações no ponto mais alto do edifício. O texto reforça o discurso acerca de lugares onde as pichações podem ser realizadas a partir de questionamentos que referenciam lugares

proibidos: *prédio de Niemeyer; linha de trem; porta de igreja; monumento*, e lugares permitidos, como o *espaço debaixo do Viaduto Santa Tereza*, conhecido pelas *apropriações dos movimentos de rua* em Belo Horizonte. As Figuras 19 e 20 refletem alguns ícones paisagísticos entre outros elementos que representam o Viaduto Santa Tereza.



Figura 19 – Viaduto Santa Tereza (nível inferior) e Avenida Arão Reis
Fonte: Dados de pesquisa



Figura 20 – Viaduto Santa Tereza (nível superior) e Avenida Assis Chateaubriand
Fonte: Dados de pesquisa



Figura 21 – Evento Duelo de MC's e Serraria Souza Pinto (parte de baixo Viaduto)

Fonte: Pablo Bernardo. Disponível em http://duelodemcs.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html. Acesso em mar./2014.



Figura 22 – Grafite: Palácio dos Grafites e escadas de acesso aos níveis do Viaduto

Fonte: Savio Leite. Disponível em http://grafitesbh.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html. Acesso em mar./2014.

Para o autor do fragmento discursivo (130), *quanto mais pixada a cidade, mais bonita e interessante ela é*, o que não se alinha à opinião de *quem não tem o convívio ou contato com a pixação*. A estética da cidade, cotidianamente percebida a partir das *pixações*, ao mesmo tempo em que gera sentimentos de *alegria*, também confere *tristeza* pelos frequentes *atropelos*, que são novas *pixações* sobre *pixações* já existentes, grafites sobre *pixações*, ou até mesmo um risco sobre o *pixo* inicial, bem como a *pintura ou destruição de um muro*. A seleção lexical *falta de*

respeito pressupõe a existência de regras de conduta entre os pichadores e a expectativa de permanência da tag nos lugares da cidade (implícito subentendido).

(130) Assim, todo mundo vai discordar, assim, pessoas que não têm convívio com a pixação, não tem contato. Eu acho que quanto mais pixada a cidade é para mim mais bonito tá, mais lindo e mais interessante, eu posso passar aqui todos os dias, todos os dias eu vou olhar os mesmos prédios e perceber: “opa essa daqui não tinha, essa tinha”. Só que ao mesmo tempo, recentemente, assim, mais frequentemente, começou muito atropelo, muita falta de respeito, eu não acho bacana, eu não acho uma coisa bonita de se ver, eu passo e vejo para mim ao invés de cê ficar feliz, cê fica triste. Igual eu falei com a Lu um dia lá no CRP, eu acho que foi no CRP, não sei, eu sei que eu falei assim: cê tá acostumada a ver uma pixação sua ali cê passa e olha ou você nem olha e uma dia você passa e vê, aí cadê? Pintaram ou quebraram o muro, fizeram alguma coisa por cima, e você fala: “nossa!”. Acaba, eu fico triste. (Lua)

O discurso (131) aplica o percurso semântico do desrespeito, também evidenciado no texto (130), para fazer valer a mensagem acerca das *leis das ruas*. A sintaxe discursiva refrata a orientação estética estabelecida formalmente para a cidade e confere novos significados ao que *não pode* ser feito segundo os referenciais de ordenamento e organização das ruas, estabelecidos entre *pichadores* e *grafiteiros*. A interdiscursividade pontua uma relação hostil e conflituosa entre aqueles que vivem o contexto da rua, sobre o qual se confere uma separação do quadro social citadino (implícito subentendido). O desrespeito decorre pela reincidência do desmanche das manifestações visuais do grafiteiro (*trampo*) e do pichador (*tag*), termos pelos quais constata-se uma diferenciação valorativa, e configura-se em *guerra*, *porrada* e até *morte*.

(131) Aqui são vários, são quatro, cinco. Mas, depois vem nego pichando por cima, tá vendo. Não pode não, a rua tem leis. Se eu fiz meu trampo ali na parede você não pode chegar e apagar meu trampo e mandá por cima não. Se você mandá por cima eu vou lá e apago o seu e mando por cima de novo. Aí fica na guerra. Por exemplo, pichação. Fez a pichação ali, você quer ver pichador ficar doido, você vai lá e corta a tag dele, dá um traço assim, nossa, você está jurando o cara véi, e o cara vai jurar ocê, porque o cara vai querer saber porquê. Sai porrada até a morte, porrada até a morte. É a lei das ruas. (Júnior Carlos)

O fragmento discursivo (132) aponta os muros particulares como alvos de *pixação*, independente se seus proprietários são pessoas *de bem*. Uma distorção semântica é conferida a essas plataformas urbanas, como se por estarem *do lado de fora, na sociedade, na rua*, fossem *públicos* e não *particulares*, portanto, passíveis de intervenções por meio da *pixação*. Constata-se outra refração conferida pelo enunciador, que reclassifica indivíduos socialmente estigmatizados (*pobre* e *favelado*) na categoria de *pessoas que não entendem* e *oprimem os pichadores*. Na reconfiguração discursiva é possível interpretar uma estratégia de exacerbação

do discurso contra os *opressores*, que também se constituem por *moradores que votam em governo corrupto*.

(132) Não importa se é de bem, o muro tá do lado de fora, tá na sociedade. Muitas das vezes essa pessoa e muita das vezes também, às vezes ele fala: “Ah, pixar o muro até de pobre, de favelado”. Tem que pixar é tudo mesmo, porque, tipo assim, muita das vezes a própria favela é convencida a oprimir o pixador, o criminoso e tal, entendeu, a própria favela, o pessoal não entende. ...Então, tipo assim, não tem essa. E também, se tá na rua, é público, fraga? Se tá na rua, nós vai pixar. Eles falam: “Ah, mas pixar casa de morador”. Pixo casa de morador que tá votando ni governo filha da puta e tá tirando não sei quantos milhões da educação ou da saúde e da cultura, pra investir, pra privatizar empresa, pra facilitar pra banqueiro, pra facilitar pra policial, pra construir presídio pra ganhar dinheiro. (Krult)

Os principais aspectos ideológicos do discurso (132) configuram-se em defesa da pichação nos diversos lugares da cidade (subentendido) como posicionamento de poder, resistência social e política, assim como de combate ao pensamento hegemônico construído por grupos dominantes e reproduzidos por grupos socialmente excluídos. A formação e origem das ideias denotam um sujeito marginalizado, que tem visto a pichação como um modo de manifestação dos seus anseios enquanto indivíduo e contraposição a uma sociedade opressora e um governo corrupto, independente dos atributos dos indivíduos que compõem esse grupo. As refrações dimanantes desse discurso revigoram um impasse já conhecido entre o público e privado. As novas delimitações, contudo, não se eximem de ressignificar a noção de alteridade. O outro continua a ser um agente estranho, alguém com quem não se estabelece vínculos, ou alguém que representa perigo, ou, ainda, um “outro” que não é como o “eu” e por isso precisa ser, de algum modo, castigado, ou, ademais, alertado para que se pense na mesma lógica.

O lugar na pichação também tem uma representação de resistência ao ordenamento, controle e organização da cidade.

(133) Tem um menino que fala assim pra mim: “oh, olha eu pichar pela cidade eu tô levantando a minha quebrada”. O que é levantar a quebrada? Ele pichar o nome dele e colocar lá, PVL, PVL é o quê? Pindorama Vida Loka. Então, ele está falando para a sociedade que Pindorama, que é um bairro periférico mesmo, assim, né, um bairro de classe baixa, que tem várias questões sociais, ele tá falando para cidade toda que Pindorama tá ali, né. (Fabiana)

No interdiscurso expresso no texto (133) a seleção lexical *eu pichar pela cidade eu tô levantando a minha quebrada* indica o discurso de um pichador do *Pindorama* e denota que a galera que assina *PVL (Pindorama Vida Loka)* enseja fazer o bairro e as dificuldades ali enfrentadas (implícito subentendido), conhecidas perante a sociedade. O sentido da pichação

como manifestação ou protesto foi expresso em outros fragmentos em que os entrevistados se referiam às integrações do pixo, à pixação de Belo Horizonte e às percepções de lugar para a pichação. Discuto a seguir como a pichação pode se configurar em resistência como prática organizativa da cidade.

7.3.4 *Pixo, um movimento?*

Os discursos de resistência por meio da pichação são conferidos por quem também a entende como um meio de manifestação política. A prática, assim, torna-se uma ferramenta de oposição às políticas públicas que estabelecem formas de segregação da cidade, fortalecem a desigualdade social e desconsideram as interações existentes. Do mesmo modo, contrapõe a sociedade e as normatizações aceitas pelos grupos dominantes. Sob o prisma da pichação, a dinâmica urbana é impactada pela subversão à ordem e ao controle manifestos nos mecanismos de organização da cidade.

(134) Isso é uma ferramenta que a gente tem de cutucar o sistema, de fazer eles olharem pra nós. É igual o Duelo, a resistência, tem que ser assim. Ah, não gosta não? Ela vai existir, ela não vai parar não. (Júnior Carlos)

(135) Pixo é a forma menos agressiva e menos violenta de reivindicar o que a gente que e o quê que é a cidade. É a chaga da cidade, o quê que o pixo representa pra gente, fraga. (Krult)

A observação do campo permitiu a constatação de uma articulação inicial, que permeia diferentes coletivos. O fragmento discursivo (134) indica a figura do *Duelo de MC's* como agente de *resistência* contra o *sistema* e a *pixação* uma ferramenta capaz de tencionar conflitos e despertar a atenção do poder público para os anseios políticos e culturais dos diversos grupos urbanos (implícito pressuposto). A seleção lexical *ela vai existir, ela não vai parar não* reafirma a existência da *pixação* enquanto manifestação na cidade, que, independentemente dos sentimentos por ela provocados (*gostar ou não*), não deixará de existir. De acordo com o texto (135) a *pixação* é a *forma menos agressiva e menos violenta de reivindicar o que é a cidade*. Ao interpretá-la como uma *chaga*, subentende-se que o enunciador também evoca seu sentido de dano e prejuízo à cidade, seja em seus aspectos abstratos ou concretos.

O sentido político da pichação é expresso no fragmento discursivo (136), que também a assimila como *formas de identidade juvenil, liberdade de expressão e ocupação da cidade*. O percurso semântico empregado por meio dessas temáticas aponta para o discurso de pertencimento, uma

vez que o jovem não se beneficia de tudo que é feito na cidade. O implícito subentendido é de que a cidade (suas *ações, intervenções, os prédios, centros culturais e toda a materialidade presente no espaço urbano*) não é pensada e organizada para todos. Interdiscursivamente, a pichação denota a relação de mudança necessária ao pertencimento de quem se sente excluído do contexto urbano e por meio dela encontra *uma forma de expressão de poder*.

(136) Eu acho que a pichação é uma forma de identidade juvenil e ela é assimilada por cada jovem assim, determinados jovens, como uma liberdade de expressão, de ocupação, de procurar ocupar um território e uma cidade que é dele também. Na visão dele, ele não sente beneficiado com todas as ações que acontecem na cidade, com as intervenções, os prédios, centros culturais e tudo e aí eu acho que a pichação veio um pouco para reformar isso sabe assim, uma forma de expressão de eu posso. (Vinícius)

Além da exclusão, a semântica política é figurada no contexto urbano pela conjectura de violência sofrida pelos pichadores no combate à prática.

(137) E aí a gente começou, como eu vinha sabendo assim, de diversas situações de abuso, torturas, coisas assim, absurdas, eu comecei a pedir ajuda dentro da pesquisa. Porque eu tava na Faculdade de Direito, não sabia que a metodologia da Miracy era pesquisa-ação, mas a gente se encontrou nesse ponto, e aí a gente começou a garantir acesso à justiça pros pixadores, quando eles querem e precisam. A gente já é uma referência para que eles tenham direito a ter defesa. Porque a gente começou a descobrir muitos processos e muitas situações juridicamente complicadas, né. Tamo aí, numa luta assim, de denúncia contra a questão policial, o quê que é possível fazer, articular, e tamo aí, nessa coisa da pesquisa-ação também né, querendo avaliar como que, juridicamente, esses meninos são recebidos, conduzidos aí. Ao mesmo tempo eu tento trabalhar, venho trabalhando com a pichação, como um direito à cidade e uma educação patrimonial própria. Então, acho que a pichação escreve isso pelo menos na minha leitura. (Luciana)

O fragmento discursivo (137) delata *situações de abuso e tortura contra os pichadores*, pelos quais se *articulou* um meio de *defesa dos seus direitos jurídicos e humanos* a partir de um *projeto universitário* desenvolvido pela *Faculdade de Direito* da Universidade Federal de Minas Gerais. O uso dos léxicos *luta* e *denúncia contra a questão policial* evidenciam o aspecto político e social do grupo, que se tornou *referência de garantia de acesso à justiça* para os pichadores. O projeto, além de articular a *avaliação* do processo jurídico, *trabalha* a investigação científica da *pichação* enquanto *direito à cidade* e *uma forma de educação patrimonial própria*. Pressupõe-se, desse modo, uma contraposição ao pensamento conferido pelo governo da cidade no que concerne à educação patrimonial desenvolvida através do programa Movimento Respeito por BH no combate à pichação.

(138) Então, o que eles quer, o que eles quer, eles quer o quê, eles quer o pixador desinformado e tal. Mas, aí nós tamo aí, eu a Luciana, todo mundo aí, o Bang, todo

mundo envolvido na parada pra unir o pixo, pro pessoal ficar consciente dos direito deles, tá ligado, porque eu como ser humano, eu sei dizer até a carta dos direitos humanos ali ó, fraga. Se quiser, eu te mostro, eu tenho a carta aqui ó. Eu trabalho aí com os menino aí, eu tento aproximar eles dos direito deles, tá ligado. Então a gente tá fazendo por onde isso aí. A Luciana também participa de várias pesquisa, várias questão aí ó, a gente sabe dos nossos direito, só. Só que quê que acontece, às vezes a gente tá na rua, só da gente falar que sabe, o pessoal já tá querendo aí, já tá querendo oprimir porque sabe que eles tá pego, se a gente souber os direito da gente eles tá fudido. O maior terror do sistema é que, que o favelado sabe os direito deles, os morador de rua sabe do direito deles, porque se souber, todo mundo se conscientizar, eu tenho o direito de ir e vir, pode olhar aí, tem direito de ir e vir na madrugada. (Krukt)

O texto (138) expressa o percurso semântico da união de um grupo em defesa do *pixo* e *conscientização* dos *pixadores* acerca dos seus *direitos como seres humanos*. Interessante perceber que, ao mesmo tempo em que o governo se articula a outros agentes no combate à pichação, os pichadores se unem para conscientização do que lhes é de direito. Essa união representa uma resistência ao controle e ordem estabelecidos na organização da cidade e pode ser interpretada como um aspecto identitário por querer ser um grupo urbano reconhecido e ter os mesmos acessos de todos os que vivem na cidade (implícito subentendido). A *carta de direitos humanos* é um elemento figurativo desse discurso e reforça o apego a um instrumento legal para garantia do direito à informação, acesso à cidade, liberdade, resistência e identidade.

Outro percurso semântico interpretado sugere o combate ao *sistema* pela organização de um grupo de conscientização. Na organização do grupo destaca-se a *Luciana* como personagem importante pelo conhecimento proveniente das *pesquisas* e compartilhamento de informações e serviços que permitam aos *pixadores* a garantia de seus direitos na justiça e resistência à *opressão* conferida pelos policiais, agentes implícitos no texto pelos léxicos *pessoal já tá querendo oprimir* e *sabe que eles tá pego*. A lógica discursiva denota que a conscientização dos pichadores e articulação junto aos pesquisadores pode levar à prisão de policiais que cometem abusos, além de uma ameaça à forma como a cidade é controlada (*o maior terror do sistema*).

Contextualmente, os relatos de abuso se justificam sobre a tese de que alguns policiais não se interessam em seguir as orientações legais, nas quais não se percebe uma punição suficiente aos pichadores, e preferem usar da violência como meio de coerção e castigo. O enunciador do texto também explicita, interdiscursivamente, a organização do grupo de pichadores para conhecimento de seus direitos e resistência à opressão em comparação a outros grupos minoritários da cidade, como os *favelados* e os *moradores de rua*. As condições de produção desse discurso denotam um posicionamento de contra poder emitido por um indivíduo que já vivenciou a opressão policial e encontrou na organização coletiva uma forma de resistir. O

principal discurso do texto expressa a busca pela liberdade e garantia do direito de ser e estar na cidade em contraposição às restrições e à opressão conferidas pelo poder público.

A *relação política* é evidenciada sobre o mote da responsabilização e ética dos pichadores, conforme os fragmentos discursivos (139) e (140).

(139) Tem uma relação estética, política, entendeu. Eu acho que essa própria coisa de se responsabilizar pelo que faz, né. Então, eu acho que o pixador ele tem uma coisa da responsabilidade, né, assim como ele se apropria daquele espaço, ele se apropria daquele nome e aquele nome o representa, né, então assim, é muito bonito. Então, acho que eles tem uma coisa assim, os valores deles, as coisas do movimento deles, é muito importante e é natural. Talvez por isso eu tô dizendo que, tem uma forção do respeito por parte da Prefeitura, mas a ética, ela é uma questão pro pixo, sabe, assim. (Luciana)

(140) Não tô nem falando assim, ah, pixador não comete crime, eu não tô falando isso. Tô falando que assim, se você comete um crime, cê paga pelo crime, se você faz o pixo, cê paga por ele, sabe. Assim, cada coisa, cada qual. Porque nem os pixadores não querem deixar de pagar pelo que eles fazem. O que eles questionam é assim: tem que ser saco de pancada mesmo? E tem que ir pra cadeia? (Luciana)

O texto (139) emprega a estratégia discursiva da *ética do pixo* para evidenciar que há *responsabilidade e valores* por aqueles que praticam a *pixação*. Os modos de *apropriação* do *espaço* e de um *nome de representação* refletem a lógica de *valores dos pixadores e a natureza do movimento do pixo*, pela qual se difere e contrapõe a lógica do *programa da prefeitura*, em que se constata uma *potencialização* da representação da palavra *respeito*. O enunciador do discurso (140) evidencia sua concordância acerca da *criminalidade da pixação e a disposição dos pixadores em responder juridicamente* pelo crime cometido. A responsabilização pela prática é expressa como um reflexo *ético*, compartilhado por aqueles que participam do movimento, que, de outro modo, combate os abusos e distorções cometidos pelas ações de combate à pichação. Esses aspectos são expressos pela metonímia *ser saco de pancada*, que mais uma vez conota o abuso empregado pelas autoridades policiais sobre os pichadores, e pela menção implícita à prisão dos “piores de belô”, como formação de quadrilha.

As interpretações discursivas indicam a oposição explícita e implicitamente às ações do programa da prefeitura, à conduta policial e pensamento dominante sobre a *pixação* e os *pixadores*. Ao indicar a força política do *pixo*, os entrevistados expressam sua capacidade de resistência ao modelo de governo e organização da cidade, posicionando-se como agentes sociais e urbanos e, indiretamente, exprimindo um apelo por reconhecimento individual e coletivo. A organização de um grupo que expressa um sentido ético particular se faz por esses

objetivos e pelo combate à violência e estigmatização dos pichadores perante a justiça e sociedade. Apreende-se a refração dos sentidos socialmente aceitos segundo os referenciais daqueles que seguem a lógica da pichação, cujo cerne não expressa deferência aos valores e posicionamentos dos demais agentes sociourbanos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DO DESAFIO AOS TERMOS

Próximo de algum entendimento conclusivo faço agora considerações acerca dos discursos analisados. O objetivo geral que me orientou nessa dissertação foi caracterizar, em termos identitários e topográficos, a dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação em Belo Horizonte. Para tanto, conduzi um estudo qualitativo, associado a entrevistas individuais e coletivas com os sujeitos apontados como representantes dos grupos de referência; consultas a documentos oficiais que expressam ideais e objetivos para o combate à pichação e aspectos identitários e topográficos agregados à cidade; além de observações de campo, referentes às notas interpretativas sobre os indivíduos, grupos de referência e lugares de pesquisa. O conteúdo foi analisado segundo os itens da análise do discurso, cujas interpretações sugeriram diversos apontamentos, entre outras questões, que agora trato de modo mais contundente.

Reconheço as dificuldades de respostas ao que fora problematizado sob a relação entre as temáticas, cidade, pichação, identidade e lugar. As elaborações assumidas sobre os conteúdos teóricos são ainda mais complexas, muito embora me pareça evidente a aproximação que lhes incide. A dinâmica urbana, então, é o pressuposto de análise dessa relação teórica e a observação do circuito da pichação belo horizontina, a designação decorrente das perspectivas metodológicas escolhidas. O simbolismo e a *práxis* foram pontos chaves para teorização e operação investigativa; norteadores e extratores da realidade vocacionada pelos sujeitos de pesquisa, dos quais os gestores públicos, representantes da sociedade, pichadores e pesquisadores da pichação se constituem “indivíduos” e “outros” de pesquisa.

O que se concretiza dos meus anseios iniciais abrange uma compreensão fundamentada nos pressupostos teóricos referenciados e remonta na Administração interpretações interdisciplinares que corroboram perspectivas obscurecidas por essa área das ciências sociais, talvez, melhores compreendidas na linha de estudos organizacionais em aproximação à psicologia social, além das compreensões decorrentes dos estudos culturais e antropológicos e das noções teóricas da geografia humanista e crítica. Ao apreender que os modos de organização na e da cidade não apenas apontam para instrumentos e técnicas de planejamento aplicados pelos gestores governamentais, mas se emolduram por diferentes configurações entre indivíduos e grupos que vivenciam a cidade, constatei que as interações urbanas se renovam à medida que têm nos sujeitos aspectos identitários que os tornam capazes de resistir e

ressignificar tudo aquilo que lhe é apresentado na cidade. Tal percepção foi que ajudou na reorientação do estudo, do qual apreendo a compreensão de uma dinâmica urbana relacionada à pichação, que se orienta por mecanismos governamentais, mas, vai além disso.

A noção proposta a partir dos estudos antropológicos de Magnani (2002), assim, confirma a análise acerca das identidades individuais, coletivas e sociais dos cidadãos belo horizontinos, bem como o exame dos principais aspectos em relação aos lugares de Belo Horizonte. Na pesquisa, identidade coletiva se refere aos grupos e organizações de referência de cada sujeito entrevistado, os quais se envolveram de certo modo ou, ainda, têm um envolvimento com a pichação, seja na forma de enfrentamento e oposição, seja em defesa e nas mais diversas formas de compreensão do fenômeno urbano. Nos estudos organizacionais a análise de temáticas relacionadas à dinâmica simbólica, como identidade e lugar, tende a ser desenvolvida pelas vertentes epistemológicas e teóricas hegemônicas, junto às quais pouco ou nada é estabelecido segundo uma racionalidade substantiva de investigação.

Essas temáticas, focalizadas no âmbito das cidades, evidenciam a dinâmica urbana, e se destacam pela análise de diferentes grupos de referência, dos quais me aproximei, sem, contudo, pender excessivamente para a administração pública, a gestão das cidades, ou, ainda, o planejamento urbano e, do mesmo modo, tornar evidente quaisquer teorizações e posições sobre pichação. Tão pouco focalizo os arranjos coletivos em práticas de ação social e as interconexões de grupos de pichadores belo horizontinos. Até mesmo porque a regularidade ou hibridez da pichação na cidade pode resultar em discussões extensivas, assim como outros tópicos que aqui mais confiro uma marcação pontual. Vejo as interconexões entre elementos, aspectos e dimensões temáticas como características dessa dinâmica que se ousou relacionar à pichação em Belo Horizonte. Decerto, existe uma dinâmica urbana que é vivida e permeada em construções, desconstruções e reconstruções pelos diferentes atores urbanos, muito embora nem sempre todos se façam agentes em prol da transformação social. A construção interpretativa da dinâmica urbana mais de perto e (nem tão) de dentro foi o que permitiu a presente análise.

No que tange o primeiro objetivo específico, acerca do entendimento do esboço e dos referenciais ideológicos traçados para o combate à pichação na cidade de Belo Horizonte, a dinâmica urbana é caracterizada por práticas organizativas conexas ao controle da cidade e seus cidadãos. Os depoimentos sugerem representações da realidade cidadina a partir da gestão estratégica e das convergências e divergências de interesses, expressas pelos atores

sociourbanos. Estabelecidas em ideários de controle, as três ações estratégicas constituintes do Projeto de Combate à Pichação denotam os tons estéticos adequados para Belo Horizonte; notas sobre o tipo de consciência que se deve modular; além de roteiros, nos quais se empregam recursos e encenações anti-pichação.

O levantamento histórico referente ao Projeto de Combate à Pichação permitiu a identificação de sua ideologia de atuação na cidade de Belo Horizonte a partir da dimensão política, que se fundamenta pela legislação anti-pichação e, em seguida, se estrutura junto às diretrizes urbanas da gestão pública gerencial, impressas no Planejamento Estratégico BH 2030. A orientação político partidária é evidente no tratamento da pichação na cidade, que se operacionaliza pelos mecanismos de controle e ordenamento do espaço urbano, além de ensaios de diálogo e compreensão da prática por meio do grafite em seu eixo institucionalizado, além de determinações estéticas e cívicas para a cidade e seus cidadãos.

Como apontado, a legislação anti-pichação não se mostra suficiente e, perante a estruturação de novos modelos de governo, o escape para o problema é empregado na articulação a outros entes públicos e privados a partir de novos arranjos organizacionais e ações estratégicas, no caso: despiche, sensibilização e repressão. O resultado das integrações, assim, reflete um grupo de agentes públicos e atores sociais com saberes e identidades múltiplas. A percepção da realidade abstraída pelo governo da cidade em suas resoluções concernentes à pichação se resume no olhar sobre o dano ao espaço e patrimônio público e privado; a orientação de crianças e da sociedade em geral sobre a criminalidade da pichação; e a pressão social para punição dos infratores.

A dificuldade de lidar com a complexidade da pichação na dinâmica urbana também evidencia outras lógicas de enfrentamento, como uma tentativa de aproximação de alguns movimentos assimilados pela pichação com o intuito de dialogar e corresponder à demanda por participação social nas questões públicas, sem, contudo, desconsiderar as vias institucionais e a visão estratégica para a cidade. A partir do programa municipal o que prevalece é um cenário de conflito travestido por discursos de preocupação com a civilidade, cidadania e respeito pela cidade, o qual também é configurado pelo poder executivo devido à pressão da sociedade por respostas e soluções de problemas.

A questão que coloco é consoante à efetividade e correspondência desses novos arranjos organizacionais aos anseios da sociedade por respostas e soluções aos problemas sociais que se refletem na dinâmica urbana. Talvez seja de uma grande parcela da sociedade, sobre a qual a pichação repercute como falta de cultura, entre outras percepções incipientes e precipitadas. O que apreendo sobre a configuração estratégica da dinâmica urbana é sua preconização por meio de representações de inclusão e exclusão de grupos na organização da cidade e solução de questões sócio urbanas, além de uma influência na formação identitária da sociedade belo horizontina pelo poder das instituições.

Na perspectiva dos atores sociais mobilizados para o combate à pichação é possível apreender uma variedade de fatores que confluem e justificam a articulação entre o poder público e a sociedade na consecução de ações de cunho coletivo. A sinergia de objetivos e esforços é entronizada na dinâmica urbana e o cenário de cooperação e participação parece orientar saídas para a solução dos problemas provenientes da pichação. Os modismos gerenciais imperam as relações, entre os quais se vislumbra as vantagens da ação social, tanto quanto pelo viés de responsividade pública, como que pela tendência à responsabilidade social empresarial e ao marketing político ou social.

Um olhar mais atento permite constatar que outras demandas sobrepõem o discurso de ação social, como a necessidade de patrocínio para realização da limpeza urbana e promoção das frentes de atuação do governo; a troca de favores ou conveniência na articulação junto ao governo da cidade; e, até mesmo, a consciência cívica ou sentimento de pertencimento e participação em uma causa coletiva. A união junto a um ente que não necessariamente compartilha dos mesmos valores pode ser problemática, como percebido no descaso com os objetivos dos parceiros que doaram os materiais para o despiche.

As parcerias para o combate à pichação não simplesmente decorrem de uma estratégia para promoção de senso cívico sobre o espaço urbano ou conscientização acerca da criminalidade da prática de pichar. Vejo que as integrações revelam o que há muito já se discute sobre a incapacidade de operação do governo na consecução das demandas sociais. As articulações decorrentes do Projeto de Combate à Pichação, assim, representam uma forma de ampliar a atuação da gestão municipal na cidade de Belo Horizonte e cercar o problema pelos diversos ângulos possíveis. Face ao exposto, a mobilização de diversos agentes para o combate à pichação, especificamente, a consecução das ações de despiche, parece orientar uma

inquietação com a estética da cidade, que do mesmo modo, representa uma preocupação estética, ou seja, de aparência, a qual pode ir além do marketing político e alcançar as tendências de produção e venda de cidades. Sobre esse domínio, a questão da estigmatização e violência aplicada a um grupo urbano é silenciada ou até mesmo provocada.

O aspecto duplamente estético do Projeto de Combate à Pichação possibilita a apreensão de uma lógica de ordenamento da cidade, que deve ser visualmente bela, limpa e organizada, além de uma ordem expressa sobre os modos como os cidadãos devem se comportar no que concerne o espaço público e a interação entre os diversos agentes sociourbanos. Ou seja, as orientações do governo da cidade para a dinâmica urbana refletem a manutenção da ordem estética e cívica, em que prevalecem a limpeza urbana e a denúncia de quem com ela não cooperar.

O questionamento que revela possíveis desfechos para a questão da denúncia, talvez, corrobore com a alimentação dos dados municipais sobre a pichação, registros criminológicos e decorrentes tomada de ações por parte do governo. De outro modo, a denúncia pode reforçar a violência, ampliar o combate aos pichadores, consolidar o cenário de conflito e o clima de hostilidade. Mais importante é a compreensão acerca da prática e do máximo de questões que lhe provocam ou dela resultam, pois as ações geram reações, em todos os envolvidos. Logo, se a prefeitura se articula com outros atores para o combate, os mesmos reproduzirão os discursos e não se preocuparão com a reflexão sobre sua realidade.

Em relação ao segundo objetivo específico, que visou a análise das principais orientações para o pensamento e à atuação dos indivíduos e grupos na cidade, as três ações estratégicas de combate à pichação respaldam a perspectiva estética, dialógica e cívica e caracterizam a dinâmica urbana. A ação de despiche compreende uma função de restauração e limpeza de lugares e monumentos, visando à educação patrimonial, o controle e ordenamento do espaço segundo as concepções do planejamento estratégico para a cidade. O que se desprende dessa ação diz respeito à percepção de limpeza, assim como o conceito de beleza socialmente aceito. Nesse sentido, alguns pontos críticos da ação são levados a cabo, como a dificuldade de manutenção dos lugares despichados, que logo se tornam novas plataformas para pichação e, assim, alimentam o sentido de desafio e rixa estabelecido entre poder público e pichadores.

Também sobre os lugares despichados, vale ressaltar as justificativas para a limpeza, as quais concebem a visão estratégica de lugares emblemáticos para o contexto histórico da cidade;

lugares de alto fluxo de circulação urbana; ou lugares com maiores demandas de limpeza. A limpeza urbana, além de orientar a visão estética, acarreta discursos de educação patrimonial e qualidade de vida. Todavia, o que foi percebido sugere a segregação dos lugares, uma vez que a limpeza não alcança a cidade como um todo, mas sim os lugares mais visíveis, os quais constam nos planos para a cidade. As características dos lugares da cidade representam pontos de valorização urbana, por isso devem ser preservados e restaurados. No entanto, o mesmo valor não é conferido às favelas, nas quais não se constata nenhuma ação de despiche.

A limpeza de alguns lugares em detrimento de outros também corresponde ao ordenamento aplicado pela gestão municipal e controle de pichações na cidade. Conforme depoimentos, a pichação é um obstáculo de natureza visual que incomoda tanto a sociedade como a municipalidade. O que ocorre nessa proposição é que as feições dos lugares tendem a ser guiadas pelos aspectos identitários dos sujeitos que representam o governo, assim como pelos inúmeros cidadãos, uma vez que as representações sociais sobre estética estão consolidadas em modelos mentais e padrões globais de cidade. Ainda assim, é possível constatar novos significados urbanos expressos pelos sujeitos que praticam a pichação ou que dela se aproximam.

A estratégia de despiche orienta algumas formas de pensamento e atuação sobre a dinâmica urbana, as quais se referem ao controle da cidade, empenhado pelo poder público, e práticas de resistência da parte dos pichadores. O discurso hegemônico orientado pelo governo municipal é de que uma função estética ou visual, bem como uma noção de assepsia, deve ordenar a cidade, que precisa passar, dessa forma, pelo controle municipal a partir das políticas públicas e dos serviços urbanos. De outro modo, a concepção relatada da parte de quem intervém na cidade por meio da pichação é de que a prática aponta para um conflito existente na cidade. Assim, torna-se importante reconhecer uma questão ética que perpassa a orientação estética para a cidade e remete ao respeito à diversidade de percepções que as pessoas têm para a cidade. Se estética carrega valores éticos qual ética deve prevalecer para o pensamento e a ação na cidade? As orientações estéticas do poder público, das representações sociais ou uma nova concepção ética decorrente dos pensamentos diversificados sobre a *urbes*? Uma orientação sempre sobrepõe outra? Como lidar com os particularismos e conservar uma dinâmica plural?

A despeito dos questionamentos, sobre os quais mais provoco reflexões e pouco aponto respostas, apreendo que as orientações da gestão municipal para os lugares de despiche

remetem a uma lógica estética conexas às representações sociais, as quais não incluem a diversidade de pensamentos e excluem a possibilidade de uma construção conjunta. Assim, da mesma forma que o discurso hegemônico da sociedade exclui as intervenções dos pichadores do contexto urbano, os pichadores também infamam a visão do outro, quer esse outro goste ou não das pichações feitas no espaço urbano. Isso, por sinal, não se faz relevante nos relatos dos sujeitos que praticam as intervenções. No contexto da dinâmica urbana relacionada à pichação na cidade de Belo Horizonte, seja no combate ou na aceitação dessas intervenções, o sentido de alteridade se expressa pelas manifestações de domínio estético de indivíduos e grupos em suas variadas preferências e constituições identitárias.

Assim como a ação de despiche pressupõe um padrão de cidade, a ação estratégica de sensibilização preconiza um modelo de cidadão belo horizontino, impresso sobre as normas globais. A sensibilização no cerne do programa municipal se refere ao estudo e elaboração do perfil dos pichadores, bem como a projetos de cunho educacional direcionados para crianças em fase de educação infantil e conscientização da sociedade acerca do resgate e da revitalização do espaço urbano e criminalidade da pichação. Nos moldes do combate à prática na cidade a sensibilização ocorreu juntamente com a mobilização de atores sociais proporcionada pelas ações de despiche. Há indícios de que a ação estratégica também seja aplicada em fóruns, conselhos e encontros que propiciam o ajuntamento de lideranças comunitárias e responsáveis pelos equipamentos públicos para participação social. Além dessas vertentes, a ação também ensaia diálogos com a juventude da cidade e os infratores por meio de oficinas de grafite e atividades ligadas à dinâmica urbana e cultura de rua, tal como o *Hip Hop*.

A sensibilização de indivíduos e grupos para o combate à pichação representa uma necessidade de conscientização social. Há quem defenda o desenvolvimento cultural da sociedade e conseqüente pressão sobre o governo na busca de soluções para as questões sociais, como a pichação. Na realidade, pelo projeto foi possível constatar ensaios para diálogo e compreensão sobre a prática, ao passo que o discurso decorre da necessidade de atenção social uma vez que considera que os pichadores estão em todos os estratos da sociedade, ou seja, fazem parte do contexto sociourbano e não necessariamente são representados por indivíduos marginalizados. Todavia, a sensibilização nos moldes do programa municipal resulta em estigma dos pichadores, que cada vez mais são negativamente marcados pela sociedade, que não entende a amplitude de suas intervenções na cidade.

Outras vias para lidar com a pichação na cidade por meio de ações de sensibilização correspondem à articulação dos atores para cooperação e responsabilização conjunta. Nesse aspecto a tentativa de conscientização pode ser associada à transferência de uma responsabilidade que pertence ao governo, especificamente, no que tange às ações de limpeza urbana. A cooperação também pode acarretar indignação, uma vez que a limpeza é realizada por quem não cometeu a pichação. Esse sentido impede que a sensibilização por meio da mobilização social e cooperação para revitalização urbana seja constante. Da parte dos diferentes grupos sociourbanos e demais indivíduos “conscientizados” a cooperação não é percebida do mesmo modo, especificamente por aqueles que participaram do despiche. Os questionamentos e argumentos relatados pelos entrevistados sugerem, além de percepções de transferência de responsabilidade, assimilação do discurso social hegemônico referente às orientações estéticas e cívicas sobre a *urbes* e desconfortos sobre a manutenção da limpeza no lugar despichado.

O que quero evidenciar dessa vertente de combate à pichação, por meio de ações que envolvem a mobilização social e cooperação para revitalização urbana e despertar cívico, concerne à lógica de governança pública, pela qual o trabalho conjunto para o bem comum passa a ser responsabilidade de toda a sociedade. Essa questão não representa um problema em si, pois acredito que cada um e todos devam expressar suas contribuições de formas diversas, visando o todo e a si mesmo com autonomia perante o outro e, sobretudo, com o outro indivíduo, como pressuposto pela compreensão de alteridade. Todavia, no modelo expresso pelo município, a cooperação é travestida de ações de cunho cívico que, na interpretação dos discursos, tomam a lógica do poder para controle dos indivíduos e organização do espaço urbano, e resulta no reforço da discriminação e marcação negativa de indivíduos que acreditam também terem o direito de intervir no espaço urbano segundo seus significados individuais e coletivos. A autonomia, assim, tende a ser expressa pelos pichadores. Todavia, a alteridade na dimensão desse grupo sociourbano somente reflete e reproduz os aspectos gerais da sociedade dentro de suas concepções individualistas segundo os ditames globais e sistemas contemporâneos.

Ainda sobre a ação de sensibilização, outro eixo de sua manifestação no Projeto de Combate à Pichação aponta para as escolas e a educação como expressão e caminho para a mudança de um possível comportamento desviante. De acordo com os depoimentos, a saída pela educação também pode ser conjugada à necessidade de canais de expressão e manifestação identitária. O que, inicialmente, me levou a certo estranhamento sobre essa dimensão refere-se ao olhar

particularizado sobre as crianças, cujo potencial criativo deve ser orientado para outros aspectos que não a pichação. Ao conferir evidência nas ações de sensibilização para indivíduos em fase de educação infantil, o governo sugere que demais indivíduos não são passíveis de mudança de comportamento e que, portanto, resta para os tais a punição e repressão. Todavia, as ações de sensibilização também são direcionadas para a juventude.

Nessa perspectiva a gestão urbana reconhece o grafite como arte, além de outras atividades culturais e de lazer citadas como caminhos apropriados para a formação das crianças e dos jovens enquanto cidadãos e futuros profissionais. É válido ressaltar que as proposições conexas às diversas atividades culturais pressupõem uma realidade plural e complexa, característica inerente à dinâmica urbana, sobre a qual a gestão pública pode se deparar com desafios e empecilhos frente aos objetivos estratégicos de controle e ordenamento da cidade e seus cidadãos. A interface com o Projeto Guernica e criação do Centro de Referência da Juventude constituem articulações intragovernamentais adequadas às estratégias de governo. O desempenho do trabalho em rede pressupõe interesse sobre atividades institucionalizadas, assim como empenhos pela institucionalização de atividades de outros movimentos sociais, ainda que esses se expressem somente em face à análise dos discursos da municipalidade.

Enfatizando as particularidades entre pichação e grafite, a orientação pelo grafite, segundo as percepções de alguns sujeitos, é limitada e pode ser um equívoco pensar na sensibilização de pichadores por meio dessa intervenção urbana. Ainda, o grafite reflete uma dimensão política importante, que se pulverizada a partir das oficinas municipais sem a devida compreensão desse fator pode provocar intervenções no espaço urbano, que não as objetivadas pela gestão pública. Importante salientar que as tensões decorrentes dessas escritas nos muros institucionalizadas também podem ser norteadas pelas tipificações econômicas, que, no caso, tendem à sobreposição da lógica de mercado, além de manifestações urbanas exclusivas desses grupos. Sobretudo, é válido pensar o direito que cada indivíduo tem sobre suas propriedades, assim como no direito à paisagem urbana na cidade como um todo. Nesse sentido, o grafite torna-se uma imposição urbanística para que as paredes não sejam acometidas por pichações.

Além dessas questões, a tentativa de diálogo entre governo e pichadores por meio do grafite demonstrou-se antagônica. Uma vez que muitos pichadores também são grafiteiros, pensar que um mesmo indivíduo socialmente estigmatizado pelo programa municipal é o moderador das oficinas de grafite da prefeitura mais provoca resistência e hostilidade por parte dos pichadores

do que uma aceitação de diálogo. Desse ângulo, também pode ser observado, além de averbações de revolta, certo vitimismo nos discursos de alguns entrevistados que têm a pichação e os pichadores como grupo de referência. A percepção de punição injusta é expressa pelos indivíduos que discordam da criminalidade referente à pichação. Assim, os eixos de sensibilização permitem a interpretação de realidades conflituosas entre pichadores, grafiteiros, representantes dos projetos municipais e sociedade. Embora o projeto municipal cuide de três ações estratégicas e demonstre alguns interesses de aproximação e diálogo com os jovens infratores, a busca de compreensão do fenômeno pela ação de sensibilização é questionável, tendendo a destacar mais uma tentativa de controle sobre o comportamento social de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Em que pese esse controle sobre os pichadores, a ação de repressão destaca a orientação para os indivíduos infratores, assim como para a vigilância do espaço e patrimônio público. O objetivo principal desse tipo de abordagem é prevenir e punir a ação dos pichadores na cidade por meio da aplicação do poder de polícia e emprego de recursos tecnológicos, pelos quais se quer fazer menção a um tipo de ação qualificada. A prevenção do dano e manutenção histórico-cultural da cidade de Belo Horizonte fazem parte do discurso da municipalidade, embora seja claro que o passado é ideal para rememoração presente e futura e que a cultura melhor se adorna às visões estratégicas para a cidade. Nesse sentido, a ação de repressão vincula-se ao combate dos pichadores em lugares específicos, ou seja, não se pensa em toda a cidade, o que indica a valorização de alguns lugares e, conseqüentemente, de alguns cidadãos e bens públicos e privados, em detrimento de outros.

Demais aspectos estratégicos referentes à visão de cidade requerida segundo padrões globais também orientam a repressão nas escolas, entre outros lugares, alvos dos pichadores. O poder público, em determinados momentos, age de modo particularizado em relação aos diferentes grupos urbanos. É possível que as leis anti-pichação, entre outras orientações normativas permitam esse tipo de tratamento divergente. Além disso, a própria compreensão de pichação no Brasil é por demais complexa. Quaisquer diferenciações, comparações ou semelhanças conduzem a tantas outras questões, um tanto quanto passíveis de problematizações, segundo o pensamento contemporâneo. Todavia, vale pensar se as intervenções no espaço e na paisagem urbana precisam ser tratadas pelo poder público para que então haja um equilíbrio no convívio entre os agentes e consideração sobre o outro.

Prossigo, ainda no cerne dessa questão, analisando a violência decorrente da repressão. De acordo com os depoimentos, fica subentendido que o comportamento violento não faz parte da orientação do Projeto de Combate a Pichação, seja em decorrência das ações de sensibilização ou repressão. Também é possível pressupor dos discursos que as marcas, representações ou, ainda, as atuações dos policiais brasileiros, incidem, indiretamente, sobre a ação de repressão. O silenciamento, ou a observação do exercício de violação dos infratores, concebe a mobilização de outros indivíduos e grupos ligados à defesa dos direitos humanos e assim, confere a aproximação dos pichadores aos coletivos e movimentos de resistência. Diante de toda essa circunstância e dos aspectos contemporâneos da sociedade, não é possível negar que as orientações para a denúncia propiciam o combate à pichação pelos próprios proprietários de imóveis marcados, que se sentem afrontados pelos pichadores e tendem a resolver a situação, segundo valores próprios, já que em suas percepções as atuações do poder público não são suficientemente capazes de resolver o seu problema particular (propriedade pichada) ou a pichação como problema social.

Ainda sobre a denúncia e analisando o foco sobre os registros de pichações e pichadores, o que fica evidente é o interesse por conhecimento, formação de perfil com aspectos psicológicos e geográficos e definição de estratégias de atuação. Foi possível constatar tal destaque a partir do apontamento sobre o cidadão auditor, que orienta o foco na mobilização e conscientização social e, desse modo, reafirma a recorrência do governo à uma tentativa de controle do pensamento e da ação sobre a cidade. A denúncia, assim, conflui para o controle sobre a estética da cidade, reparação do dano patrimonial e o civildade dos cidadãos. Nesse interim, também se observa as articulações e interfaces entre os agentes sociourbanos, o que reafirma as concepções estratégicas, assim como as dificuldades que o poder público enfrenta frente à complexidade das questões sociais. Coerção e mobilização são, ao mesmo tempo, mas não na mesma medida, mecanismos empregados para lidar com os desafios contemporâneos.

A mediação de conflitos é outro mecanismo que emana da ação de repressão à pichação. Uma dúvida paira a partir dos depoimentos, a saber se o foco dessa medida está na reparação do dano causado pela pichação no patrimônio ou na mudança de comportamento do pichador. A proposta de aplicação dessas metodologias de justiça social proporcionam aproximações pacíficas para resolução de conflitos. O aspecto restaurativo varia de acordo com o entendimento e interesse. Assim, a possibilidade de diálogo e compreensão do pichador pode ser comprometida se o foco está sobre o dano sofrido pela vítima. Conjugando essa questão ao

que consigo depreender do projeto como um todo, o potencial de restauração dos laços sociais e da perspectiva de alteridade não parecem ser prioridade.

Outro impasse dessa ação estratégica pode ser percebido no discurso de diálogo como forma de aproximação dos infratores, debatido também em relação à ação de sensibilização e compreensão sobre a prática. A análise desse fator sob o ponto de vista da punição indica outra perspectiva, na qual os infratores participariam das ações municipais como punição alternativa. A prestação de serviços sociais estabelece o pagamento pelo dano cometido e sugere o uso de mão de obra (pichadores) e a transferência de responsabilidade, uma vez que, conforme afirmado, “o governo tem outras prioridades”. Esse aspecto, assim, revela a incapacidade do poder público no cuidado dos interesses sociais e a maneira como a municipalidade se preocupa com as questões sociais.

Isso também se confirma pelo episódio relacionado às operações urbanas que acarretaram na prisão dos “piores de belô”. O caso é visto pelos indivíduos e grupos ligados à pichação como uma dívida que a cidade (entende-se, governo e sociedade) tem com os indivíduos presos injustamente (pichadores). O discurso entoado no campo argumenta sobre os prejuízos de se manter os jovens no sistema carcerário brasileiro, junto a outros criminosos. A diferenciação entre os aspectos criminais, além da discriminação entre sujeitos, é tacitamente reproduzida, como se os pichadores não fossem culpados de suas práticas ou como se a infração por eles cometidas tivesse um peso menor, o que torna seu valor diferente. Todavia, o que mais pesa nos discursos sobre essa questão relaciona-se à violência sofrida pelos pichadores quando esses são pegos em delitos. No caso dos “piores de belô” houve a aproximação de grupos que trabalham com os direitos humanos na cidade para defesa dos pichadores, os quais ainda hoje se mobilizam para defender os maus tratos conferidos pelos policiais.

Tudo isso indica o ponto que se chega mediante as tipificações sociais, legais, culturais, políticas, etc. O olhar identitário e a outridade parecem colidirem com as representações da sociedade contemporânea, nesse episódio, muito para o mal. A questão legal como base para as delimitações de repressão leva à ponderação se a observação das normas seria suficiente para manter o equilíbrio do espaço urbano e se tais normas servem à sociedade como um todo. A lógica é autoritária e imperativa no projeto municipal e pelas vias estéticas, dialógicas e cívicas originam novos desafios para a pichação e a revolta dos pichadores, que refratam a criminalidade da prática e se vitimizam perante os equívocos sociais.

Além da criminalização, discriminação e discriminação; assim como aplicação do poder de polícia; controle e governo da cidade; referenciais estéticos pré-definidos; reforço de estigmas sociais; e pseudo diálogo são embaraços constatados na análise do Projeto de Combate à pichação. As discussões sobre as ações estratégicas esbarram sobre os ideias vinculados ao projeto, sobre o qual se destaca da gestão estratégica o trabalho em rede e a governança pública. Esses mecanismos de gestão não necessariamente são prejudiciais ao governo da cidade e os considero importantes para conscientização e, principalmente, mobilização social. O que torna os tais problemáticos talvez derive dos objetivos e valores estabelecidos pelo governo da cidade a partir das definições estratégicas para a *urbes* e sua gente. Pela organização estratégica é possível constatar que já se tem tudo bem arquitetado e articulado, como uma trama, de acordo com parâmetros delineados pelo governo, os quais seguem uma lógica de encenação que faz parte de um sistema global de cidades.

Belo Horizonte, assim, segue os requisitos da cidade estratégica, os quais especificam a visão de futuro para a cidade, e implicitamente sugerem o controle sobre o espaço público e comportamento dos cidadãos. A gestão estratégica é nefasta quando se exime das questões de identidade, como a constituição identitária metamorfoseada, ao passo que pressupõe que o indivíduo tem que ser sempre o mesmo, pensar da mesma maneira sempre ou, ainda, agir da mesma maneira que todos agem. O mote das diferenças e dos estigmas sociais acarreta na questão da alteridade. O olhar para o outro passa a causar estranheza, pois esse outro não pensa igual ao eu, que faz parte de um todo unificado ou não se comporta como todos, seguindo as universidades. Apesar disso, o que reanimo em relação à dinâmica urbana constitui-se mais pela ideia de um espaço de integração comunitária dos que são excluídos pelos dogmas de uma cultura etnocêntrica e sem perspectiva alteritária.

No que concerne o terceiro e o quarto objetivos específicos, concernentes ao conhecimento dos principais aspectos identitários e topográficos, dimanantes dos referenciais ideológicos e das orientações estratégicas de combate à pichação, a dinâmica urbana é caracterizada pelo que chamo de apelos identitários. Por meio dos depoimentos colhidos cheguei à compreensão de conjugações e reproduções de representações sociais vislumbradas nas interações dos indivíduos junto aos grupos de referência. Também pelos relatos das interações individuais e coletivas vividas em Belo Horizonte, os entrevistados apontaram suas percepções em relação aos lugares de pesquisa, sobre os quais apreendo as ilustrações citadinas do passado e

mensagens identitárias do presente, ambas igualmente evocadas no compartilhamento de suas expectativas futuras para a cidade e seus cidadãos.

Os relatos compartilhados pelos indivíduos da PBH, UCDRMG e do UNIBH apontam para uma realidade multi-identitária presente no cenário urbano construído para o combate à pichação na cidade de Belo Horizonte, a partir do programa Respeito por BH. No que tange os principais aspectos e elementos identitários relatados pelos gestores e representantes da prefeitura e das demais organizações com as quais se produziu uma integração, as dimensões pessoal, social, política, cultural e profissional conectam-se significativamente e parecem orientar o apelo identitário que se quer evidenciar na dinâmica urbana. A representação de uma administração pública profissionalizada, competente e socialmente preocupada pode ser refletida a partir das principais características dos indivíduos e coletivos que a compõem perante a sociedade e cenário local e global.

Ao configurar-se em uma rede de cooperação e ações estratégicas de combate à pichação, o governo da cidade interage e mobiliza, direta e indiretamente, consciente ou inconscientemente, características identitárias de diferentes agentes sociourbanos. As conexões, assim, são articuladas e conduzidas pelos gestores públicos e geram um campo de atuação de múltiplas identidades e saberes, capazes de propagar os discursos concernentes ao que se espera para a pichação na cidade. Nesse sentido, o agrupamento organizacional conferido a partir dos atributos individuais e das características de cada grupo de referência coaduna as perspectivas que se pretende para as políticas públicas e diretrizes estratégicas ligadas à cidade e aos cidadãos.

Segundo as delimitações do caso estudado e a formatação organizacional do Projeto de Combate à Pichação em interfaces com demais projetos do governo municipal, o contexto identitário constatado a partir do grupo de gestores e representantes da prefeitura é orientado, principalmente, pela construção da identidade profissional no serviço público, nas quais agregam-se: i) conhecimentos conceituais e técnicos do direito, da filosofia, educação, história e engenharia, entre outros; ii) experiências pessoais e sociais junto à juventude, religião e espiritualidade, organizações sindicais, político-partidárias e movimentos sociais e culturais; iii) pensamento reflexivo e dialógico acerca das manifestações estéticas no espaço urbano. Além da interface interna, a formatação do Projeto permitiu integrações a outros agentes sociourbanos, junto aos quais constata-se uma emolduração das identidades vinculada às

dimensões identitárias de práticas coletivas de ação social concernentes: iv) às representações do esporte e lazer em conexão ao principal ponto turístico da capital mineira; e v) às representações ligadas à comunidade acadêmica, suas competências técnicas e saberes científicos também vinculados a um lugar emblemático para a construção da cidade e o circuito da pichação.

Os aspectos identitários e topográficos compartilhados pelos sujeitos de pesquisa acerca do Conjunto Arquitetônico da Pampulha sugerem à Lagoa uma realidade diferente do seu atual contexto. Os depoimentos refletem sentidos socialmente estabelecidos, mas contrapõem as ações do governo da cidade na concepção de políticas públicas para o lugar. O imaginário comparativo entre as antigas sociabilidades na Lagoa e as questões decorrentes de um novo cenário urbano, expressam referenciais de classes sociais dominantes e anseios ligados às tradições e relações de poder. Igualmente, ocorre nas mensagens de avaliação e comparação entre materialidades e simbolismos de outros lugares da cidade, expressos em associações com o bairro Belvedere e a Praça da Liberdade. No ideário exposto, ainda, é possível apreender que o consumo da Orla da Lagoa como símbolo do cenário esportivo e do turismo que representa a capital também denota especulação imobiliária e de investimentos internacionais, comum às cidades globais.

Tal panorama não parece coincidir com os interesses de grupos vinculados ao lugar, tão pouco denota que o despiche associado ao processo de revitalização urbana da Pampulha seja prioridade para os indivíduos que se mantêm organizados e articulados em defesa do que sobrou dos convívios na região. A mobilização junto à prefeitura, assim, parece ser orientada por questões secundárias, por conveniência ou pela já citada fachada de ação social. As expectativas de revitalização da Pampulha pouco focalizam às proposições das ações de despiche e mais remetem à possibilidade do uso da lagoa para o banho, que se expressa por quem já vivenciou um tempo quando a Lagoa era cenário de lazer e esportes aquáticos, bem como por quem basicamente não revela afinidade com o lugar.

O que mais observei identitariamente compreende expressões de insatisfação e aversão, além de decorrentes anseios por futuras mudanças e manutenções que tanto argumentam a recuperação do lugar como a preservação de suas representações do passado. Independente das dimensões identitárias, o caráter de consumo de seus recursos naturais, culturais e de lazer é, hoje, para a elite belo horizontina e seria, quem sabe, para uma nova população que passaria a

compor seu panorama público litorâneo. Talvez, essa seja uma razão pela qual não se é interessante para os planos do governo a revitalização da Lagoa a esse ponto. Fica, então, um paradoxo entre os apelos identitários da elite que pertence à Pampulha e os interesses econômicos governamentais para a capital. Quem sabe qual imagem melhor sobrevém ao principal cartão postal de Belo Horizonte e Minas Gerais?

Os aspectos identitários e topográficos compartilhados pelos sujeitos de pesquisa sobre o Complexo da Lagoinha evidenciam o conteúdo histórico, social e espacial que se constituem de memórias, lembranças culturais e marcas estruturais alteradas ao longo dos tempos. O aniquilamento da Lagoinha é lembrança do passado e aspecto presente na realidade do lugar e de quem com ele mantém algum vínculo. Há quem se identifique com as marcas despichadas de suas plataformas de concreto e pense que, assim, não mais exista vida na cidade, ou não mais se tenha contemplações durante os trajetos de simples passagem. Há quem se aproprie dos discursos de resistência e compartilhe apelos de ocupação do lugar pelo resgate de sua segurança pública.

A dinâmica urbana relacionada à pichação, assim, evidencia os processos de requalificação urbana, desempenhados pelo poder público e transpostos, de diferentes perspectivas, pela elite belo horizontina. Nesse mesmo cenário e a partir de tais processos, a atual segregação vislumbrada para a Lagoinha e para os seus moradores, não se exime do contínuo resgate ou constante aplicação dos problemas sociais e históricos. Refletir sobre os alvos, atores, recursos e roteiros seguidos nessa encenação me leva, então, a considerar, mais uma vez, que o despiche da Lagoinha não dimana, necessariamente, de demanda social dos moradores da região, o tanto quanto se constitui de operação estética, em seu duplo sentido, cunhadas pelos discursos de responsabilidade e conscientização social. O pano de fundo, sob o prisma das operações urbanas consorciadas, se eleva junto aos demais mecanismos de organização da cidade, que priorizam sua “vitrinização” em detrimento de sua gente.

Possíveis aproximações entre os dois lugares investigados expõem a complexidade identitária em suas conexões às relações de poder e as acepções de cidade global. O enfrentamento de antigos e novos problemas em relação ao entorno da Lagoa da Pampulha e a percepção sobre as mudanças viárias no Complexo da Lagoinha apontam para fatores espaço-temporais de aniquilamento dos lugares ao longo dos anos, onde e quando se percebe a orientação estratégica segundo um sistema de representações cidadinas globalmente aceito, sustentado pela atual

lógica econômica e pelas relações de poder, que se fazem sobre o consumo e a idealização dos lugares. As perspectivas locais sobre os lugares pesquisados, portanto, têm razões mercadológicas e estruturais, as quais criam segregações e exceções para os lugares e, decorrentemente, para as pessoas.

Outra consideração sobre os dois lugares de pesquisa remete à imagem do cenário turístico e do caráter cultural como representações da Pampulha e da Lagoinha, respectivamente. Esse resiste entre memórias, relatos e versões históricas das tradições culturais da antiga boemia belo horizontina. Já aquele é cultivado pelo governo e pela sociedade entre seus aspectos paisagísticos e arquitetônicos. Cultura e arte são elementos de ambos os lugares, embora neles tais subsídios não se expressem da mesma maneira. Enquanto no roteiro turístico da cidade essas duas dimensões são guiadas pelo imaginário de modernidade, no meio popular central, vivem de lembranças, longe de representar algum tipo de valor para o governo da cidade.

Pelos depoimentos dos entrevistados também apreendo que a comparação da Pampulha a outros lugares da cidade e a junção de outros lugares presentes na Lagoinha para extensão de seus significados demonstram que as diferentes percepções identitárias são capazes de proporcionar resgates e construções de imaginários, que evocam múltiplas identidades. Apesar da efemeridade das identidades de quem considera que as atuais vivências constituem-se pelo ideário pós-moderno, percebo as interpretações sobre os lugares como anseios ou apelos identitários. É como se os sujeitos, em suas vivências urbanas, não perdessem a capacidade de se identificarem e diferenciarem em meio às interações sociais com o outro. A alteridade aqui se mostra em um “outro” mais conhecido pelas sociabilidades cunhadas no tempo e no espaço sociourbano (impressas por conteúdos históricos compartilhados no presente), do que naquele “outro” que é conhecido diante por “si mesmo”. Dessa forma, o reconhecimento dos significados e das representações atribuídas pelas pessoas aos lugares não impede o potencial de ressignificação de acordo com os múltiplos aspectos identitários dos sujeitos que também o vivem, segundo novas e diferentes sociabilidades e representações.

Concernente ao quinto e último objetivo específico, pelo qual busquei expor uma visão dos referenciais de orientação da prática da pichação em Belo Horizonte, por meio dos depoimentos compartilhados identifiquei suas assimilações, mudanças ao longo dos anos, reproduções identitárias fantasiadas de reinvenções e iniciativas de mobilização. Os apelos identitários apreendidos nos relatos evidenciaram os pichadores como agentes de transformação urbana, ao

passo que modificam a estética da cidade, que é viva e plural. A constituição identitária é marcada pela essência das práticas, seja pela transgressão ou por caminhos adjacentes, tais como lazer, diversão, sociabilidade, desafio e disputa.

Discussões sobre pichação lhe atribuem características básicas, qualificações e objetividade, refletem debates comuns e lhe tencionam novas modalidades conceptivas. O debate se estende pelo referencial da cultura de rua e cultura urbana, também atrelada à perspectiva artística e estética, assim como às possibilidades de diálogo e rivalidade entre pichação e grafite. Na dinâmica urbana, os impasses subjetivos dessas dimensões, constituem as diferenças, o que não seria problemático, se não houvesse uma tendência à sobreposição identitária e produção, reprodução ou deslocamento de representações negativas entre os indivíduos. A outridade, assim, revela a identidade e tende a evidenciar confrontos derivados dos sentidos elaborados por outros indivíduos e coletividades.

Ao assimilar a cultura *Hip Hop*, a pichação se aproxima de fatores sociais históricos, plurais em diversidade, porém singulares para aqueles que o vivenciam. Disciplina e respeito são feições frágeis e somente internas a esse movimento, que essencialmente se faz em resistência e apelos identitários. Além disso, parece se estabelecer em campo a partir de crenças e dogmas, com os quais os indivíduos se identificam e por eles criam os vínculos cotidianos. Os elementos do movimento e a pichação se revelam escapes, caminhos possíveis ante as questões sociais contemporâneas, bem como os conflitos individuais, tal como os anseios expressos pela busca de reconhecimento e existência. A questão do desvio, colocada junto às discussões de estigma, nos relatos dos pichadores é entendida como desvio da criminalidade. Essas, então, são questões refratadas, assim como o entendimento sobre inclusão social e outros termos ressignificados junto a esses sujeitos.

Fazendo-se por indivíduos em suas mais distintas feições identitárias, a pichação baliza junto a quem protesta, como as imagens comuns aos movimentos estudantis e populares; junto a quem rivaliza, tal como as pichações de torcidas organizadas, galeras de bairros, regionais e cidades, bem como os tantos grupos que se formam, nos quais os pichadores permeiam entre vínculos tácitos e explícitos, bem como hibridizam e criam, assim, outras tantas parcerias; ou simplesmente por quem se diverte e busca algum modo de interação na dinâmica urbana. Por esse prisma, a pichação também expressa sentido para outras vivências e interações que não necessariamente se faz na prática de intervenção nos muros da cidade. Experiências e vínculos

são criados e mantidos por quem se aproxima dos pichadores e com eles se dispõem a novos aprendizados e interlocuções. Nesse interim, sociabilidades entre classes transpõem e reproduzem preconceitos em um nível coletivo, sem, contudo, fazê-lo numa perspectiva social. Poderia apontar, quem sabe, uma replicação de preconceitos e marcações negativas expressas pelos pichadores aos demais indivíduos e grupos da sociedade.

Outros aspectos importantes são apreendidos a partir dos depoimentos, como a mudança na essência da pichação em BH da década de noventa aos dias atuais, quando observa-se o cunho político sendo depreciado pela sua proliferação junto à massa e em lugares periféricos; por quem concebe a prática para status social; ou, ainda, pelo desenvolvimento de novas tecnologias que são aplicadas aos recursos e instrumentos da prática. Todavia, um olhar mais de perto permite o vislumbre de articulações e iniciativas junto à organismos de defesa dos direitos humanos, decorrentes dos maus tratos aferidos pela polícia, e movimentos alternativos de resistência ao modelo de organização desenvolvido para a cidade pelo governo municipal. Nesse sentido, sob o prisma da pichação, a dinâmica urbana é impactada pela subversão à ordem e ao controle manifestos nos mecanismos de organização da cidade.

No que tange os aspectos identitários e topográficos que marcam a pichação de BH, percebo a fluidez entre os grupos de pichadores da capital como um desapego ou, ainda, uma tipificação característica da prática na cidade e comum aos praticantes, que têm inaugurado novas modalidades de classificação, seleção, inclusão e exclusão, ou simplesmente, replicado o que já se constrói historicamente junto à sociedade. O anseio por existência e pertencimento associa-se a essa percepção, assim como a apreensão de eternização do “ser” pichador em outra época da vida. A autoafirmação se caracteriza como arrogância, uma vez que dentre outros essencialismos, a pichação se constitui como promoção de si. Talvez, essa promoção se configure perante o outro e é impeditiva pelo próprio sujeito, que continua sem poder se reconhecer perante os semelhantes.

Ensino e aprendizagem entre antigos e novos pichadores são *práxis* que permitem o compartilhamento da lógica da pichação, assim como o aperfeiçoamento das performances pela cidade. A ideia de uma galera da cidade nos depoimentos parece argumentar contra a associação violenta entre os grupos, que produzem e reproduzem institucionalizações, valorizam amizade, cooperação e acordos, mas, de modo algum, é uniforme. Junto aos grupos de BH, competição e rivalidade são sustentadas por uma disputa que se diz sadia pelo conhecimento dos pichadores

entre si e pela configuração do que apreendo como um jogo de afirmação de si mesmo, que termina quando não é mais possível a ocupação dos espaços e plataformas de pichação. Por esse sentido, sustenta-se mais a demanda ou o desafio pela materialização de si no concreto da *urbes* do que a significação de lugares, assim como a disputa por espaços, lógica de produção comum na contemporaneidade.

Dessa forma, sob olhares e discursos dos praticantes da pichação, a perspectiva da identidade em relação aos lugares expressa algumas peculiaridades que evadem às categorias teóricas. Compete, então, algumas explicações: Com qual lugar o pichador mantém afinidade? O indivíduo dessa prática expressa algum tipo de topofobia ou topocídio? Como se desenrolam os aspectos físicos ou materiais, as sociabilidades, autobiografias e demais percepções dos lugares junto aos indivíduos e grupos da pichação de BH? A começar pela escola, lugar de grande evidência para crianças e adolescentes; lugares de passagem ou oportunidade, como os muros e portões na volta de uma festa. A instrumentalidade é o principal aspecto de relação entre pichadores e lugares. Os sentimentos de afinidade, aversão ou as percepções de mudanças nos lugares são manifestos pelos indivíduos depois do momento em que esses lugares recebem suas alcunhas ou a de outros pichadores.

Todavia, também é possível outros reconhecimentos, como as restrições de lugares para pichação. De acordo com o que fora relatado pelos entrevistados, há uma orientação normativa quanto a isso. Existem lugares-alvo, que têm como função o confronto ao governo e alarde de algum problema social, além da notoriedade individual e coletiva, pois não se deixa de pichar seu nome e seu grupo ou seu nome e seu bairro. A noção de público e privado é imperativa junto aos diferentes sujeitos. Patrimônios tombados e seus aspectos históricos demandam intervenções dos pichadores para que, assim, haja algum significado histórico para alguns. A objetividade está no interesse sobre o topo mais alto, mais difícil, mais desafiador. Logo, a estética da cidade, cotidianamente e diferentemente, percebida a partir das pichações, provoca alegria e tristeza, hostilidade, conflitos e novas “leis das ruas”, estabelecidas entre regras de conduta para grafiteiros e pichadores, as quais continuam, subversivamente, sendo “desrespeitadas”.

A relação de quem vive a “real das ruas”, promulga, então, a separação do estrato social citadino entre quem é da rua e quem não é. O que depreendo é a replicação de um quadro hostil, que logo caminha para a violência e morte, das “prezas” e dos próprios indivíduos, num duplo

sentido. O estranhamento entre sujeitos também é materializado nos muros de particulares, em plataformas urbanas que justificam a intervenção do picho por estar “do lado de fora”, “na sociedade”, “na rua”. Tal entendimento refrata o significado de público e privado, em que nesse se delimita a intimidade para o interior dos muros, enquanto aquele é de uma coletividade que tem se avigorado na decadência do outro e por isso precisa, de algum modo, ser castigada. Em defesa da pichação, assim, posiciona-se em resistência, poder, autonomia, a qual parece perder o sentido de alteridade em uma perspectiva de ser em relação ao outro. Os apelos de domínio são produzidos e reproduzidos do pensamento hegemônico e contra hegemônico.

Entre lugares e não lugares de pichação, o lugar abaixo do Viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte é apontado como permitido, devido as já naturalizadas apropriações dos movimentos de rua de Belo Horizonte. Para o gestor do programa municipal, também se apreende certa permissão, conforme a frase: *“[...] a revitalização do viaduto Santa Tereza, nós estamos discutindo. Tudo que tá lá na parte de baixo, depois que nós revitalizarmos, provavelmente vai voltar. O grafite vai voltar, já tá combinado. [...] há uma compreensão oficiosa, não oficial, não tem contrato assinado, mas que o grafite, como arte, retorna ao espaço que é de sua natureza, ou seja, o espaço do viaduto Santa Tereza em baixo. [...] você acha que a pichação não volta? Claro que ela volta”*.

Sob essa perspectiva, posso afirmar, então, que o despiche realizado pela prefeitura proporciona novas plataformas, que se tornam alvos dos pichadores. De fato, como tenho acompanhado essa movimentação, percebo que os novos viadutos da Avenida Antônio Carlos são constantemente pichados e despichados em questão de dias, no máximo, semanas, de tal modo que, esteticamente, apresentam-se em vários tons de tinta cinza. A limpeza confirma-se como medida paliativa, uma vez que não alcança o objetivo pretendido, ou, então, é realizada para se manter uma aparência, uma ação de “enxugar gelo”, como dito pelo gestor do programa Movimento Respeito por BH.

Junto aos pichadores, as performances se proliferam para redução do atributo de efemeridade da prática. Nesse interim, na cidade não só se vê os tons de concreto; também se vê as marcas de spray, feitas de preferência, em preto fosco. As escritas são improvisadas de rolinho com produtos químicos variados que dificultam o despiche. Na fala de um pichador *“eles tem o lado deles, mas nós temo [o nosso], eles tem as câmeras deles, jeito de evoluir, nós evoluimo com cabo, borrifada com corda [...], nós tem borrifador de grafiteiro, cê põe tipo aquele borrifador*

de cabelo [...], nois mete é o rolão mesmo, de tinta e sai de rolo, de cabo, de que que nois arruma.”

As principais implicações do que fora apontado estão sob dois eixos de interpretação. O primeiro deles se refere às teias da identidade, que sob o prisma da autonomia e agregada à percepção *alter* como reflexo do outro na própria identidade, não despontam como uma preocupação orientada pelo programa municipal no combate à pichação. Com efeito, as estratégias do projeto mais reforçam estigmas sociais, propiciam um ambiente de conflitos entre os diferentes e corroboram uma preocupação excessiva com os elementos concretos dos lugares da cidade, o que me parece no mínimo problemático. Junto à sociedade as identidades se desenvolvem travestidas de senso cívico, cooperação e ação social para revitalização urbana e homogeneização de comportamentos, conjugando esforços governamentais.

Sob o ângulo de quem está como que do lado oposto, isto é, aqueles que praticam ou defendem a pichação, a alteridade se reflete do mesmo modo, dado que o pensamento sobre o outro se replica em estranhamento. Em uma dimensão de interação social, na dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação em Belo Horizonte, identidade perpassa individualismos coletivos e a alteridade tem uma feição de domínio e poder, bem como sobreposição ao outro e às diferenças. Tenho comigo que a identidade metamorfose vive diante de roteiros e mesmo quando pressupõe a negação nem sempre escapa do que já se tem tipificado no cotidiano e no ser.

O segundo nível de implicações, corresponde à ideia da cidade como espaço de muitos lugares, decorrentes de gestão, vivências e práticas organizativas, cujos simbolismos permeiam estratégias para mostra da cidade em uma vitrine global. Em uma perspectiva de gestão, subjetividade e objetividade são tencionadas pelos planos de governo. A capital mineira, assim como os seus cidadãos, prossegue sob o controle de representações, além de reinvenções subversivas ao ordenamento planejado. Num olhar aproximado, as interações e vivências englobam perspectivas de transformação social, mas pouco se esquivam das reproduções comumente aceitas pela sociedade.

Nesse sentido, na dinâmica urbana conexas ao circuito da pichação em Belo Horizonte mais se reproduzem representações da *urbes* e se deslocam preconceitos em relação aos atores sociourbanos. A legitimidade de organização da cidade é conferida pelas leituras institucionalizadas, baseadas, principalmente, no legalismo constituído pelos programas de

governo, por onde imperam os estatutos, códigos de conduta e demais instrumentos e modelos dimanantes de um gerencialismo público. A politização relacionada aos aspectos urbanos é aclamada entre vozes coletivas e evocam para a dinâmica urbana, além de posicionamentos críticos, escapes subversivos.

Isso exposto, percebo que a paradoxal cidade, enquanto organização, vive ordem e desordem, vive de imaginários construídos e reconstruídos pelos atores. Há uma organização de invisíveis e a proliferação de intercessões, cujos interesses e resoluções variam entre controle e resistência. Saber quais ferramentas são utilizadas na composição de histórias e realidades, invenções e reinvenções leva à descoberta dos indivíduos e grupos hegemônicos e contra hegemônicos. Na dinâmica urbana conexa ao circuito da pichação em Belo Horizonte, foi constatada a atuação de diversos atores, em diferentes posições, controlando e subvertendo a organização formal e informal da cidade. As razões e discursos também variam em diferentes ângulos e ora combatem a pichação, por meio de ações de controle e ordenamento que aparentam o reforço de um discurso em respeito ao bem público e à requalificação do espaço urbano, mas estigmatizam indivíduos e grupos. Outrora, os motes de resistência ao controle e ordenamento, não estabelecidos em vias horizontais de participação popular, desconsideram a preferência de outros grupos da sociedade ao fixar as escritas de rua pela cidade e em muros particulares, por exemplo.

Junto ao circuito, de um lado, nada se fala em contribuições para a transparência e democratização. Noutra ângulo, muito se representa em reações hostis e reproduções vociferadas. Se a mobilização e cooperação social não enredassem a lógica de pensamento econômico dominante, seria uma arrancada interessante à transformação social. O mesmo poderia ser fomentado pela criatividade e solidariedade conjugada à dinâmica urbana. Afinal, na realidade, as cores são múltiplas, assim como as leituras e outras tantas vozes. Tenho comigo que a essência identitária sempre irá alterar o que se lê, ouve, vê e diz nessa dinâmica cidadina. Ainda, há uma troca de ideias com certa capacidade de invenção e reinvenção nem sempre empregadas. Novos conteúdos, decerto, conversam com os conteúdos do passado e apresentam no presente o que pode ou não ser agradável no futuro. Resta saber a quem: ao futuro da cidade ou seus cidadãos? De forma ampla, horizontal, não reprimida, sem opressão e abusos e com politização?

Lanço então outras ideias para novas composições e proposições conjugadas ao que aqui foi elucidado, como a influência do sistema econômico na dinâmica urbana conexas à pichação; as interconexões entre os grupos de pichadores, combinada à observação das refrações linguísticas e invenção de novas tipificações; a influência intelectual junto aos grupos e os efeitos organizacionais sobre a pichação e os pichadores; a análise organizacional acerca da pichação e relações com as fases da infância, adolescência, juventude e adulta.

Por fim, incluo nesse trabalho de dissertação o que poetizou Drummond sobre o pensamento *alter*. Há quem diga que os poetas repetem os pensamentos cotidianos através dos tempos e que, portanto, não é de estranhar que sejam convidados para as proposições acerca dos dilemas da humanidade.

O OUTRO³¹

(Carlos Drummond de Andrade)

Como decifrar pictogramas de há dez mil anos
se nem sei decifrar
minha escrita interior?

Interrogo signos dúbios
e suas variações caleidoscópicas
a cada segundo de observação.

A verdade essencial
é o desconhecido que me habita
e a cada manhã me dá um soco.

Por ele sou também observado
com ironia, desprezo, incompreensão.
E assim vivemos, se ao confronto se chama viver,
unidos, impossibilitados de desligamento,
acomodados, adversos,
róidos de infernal curiosidade.

³¹ Extraído de ANDRADE, C. D. *Corpo: novos poemas*. Rio de Janeiro, 1984.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBERT, S.; WHETTEN, D. A. Organizational identity. In: CUMMINGS, L. L.; STAW, M. (Orgs.). *Research in organizational behavior*. v. 7. Greenwich: Jay Press, 1985. p. 263-295.
- AMARAL, L. A. *Conhecendo a deficiência* (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe, 1995.
- AMORIM, F. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- AUGÉ, M. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Tradução de Francisco da Rocha Filho. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BANKS, M. *O lugar dos dados visuais em pesquisa social*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARREIRA, I. A. F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologia*, Porto Alegre, a. 5, n. 9, p. 314-339, jan./jun., 2003.
- BARTOLY, F. Debates e perspectivas do lugar na geografia. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 66-91, 2011.
- BAUER, M. A. L. *A construção social da identidade: um estudo nas organizações de agricultura ecológica em duas regiões do RS*. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BELO HORIZONTE. *Cartilha Nova BH*. Apresenta iniciativa de projeto de reestruturação urbana através de operação urbana consorciada. Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em: < file:///C:/Users/Glauce/Downloads/cartilhanovabh%20(2).pdf >. Acesso em: 09 ago. 2013.
- BENJAMIN, W. Infância em Berlim: por volta de 1900. In: _____. *Obras Escolhidas II*. Brasiliense: 1987.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERNARDI, J. L. *Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos*. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 337-350, maio/ago. 2009.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. London: Heinemann Educational Books, 1979.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. C. (Org.). *Perspectivas da geografia*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 318.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 41, n. 1, 2, p. 141-155, out. 2007.

CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Identidade organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 6-17, mar. 1997.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, maio. 2002.

CARLOS, A. F. A. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *América latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 2, p. 75-88.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARRIERI, A. P. *et al.* Estudos organizacionais e análise do discurso: aproximações possíveis. In: _____. (Orgs.). *Análise do discurso em estudos organizacionais*. Curitiba: Juruá, 2009. Introdução. p. 11-19.

_____; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro*, v. 43, n. 6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.

_____; PAULA, A. P. P.; DAVEL, E. Identidade nas Organizações: múltipla? fluida? autônoma? *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 127-144, abr./jun. 2008.

CARVALHO, S. N. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, a. 4, v. 15, p. 130-135, out./dez. 2001.

CIAMPA, A. D. C. *A Estória do Severino e a história da Severina*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 58-75.

COELHO-JUNIOR, N. Da fenomenologia à ética como filosofia primeira: notas sobre a noção de alteridade no pensamento de E. Lévinas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, Rio de Janeiro, a. 8, n. 2, p. 213-223, jan./jun. 2008.

- COOLEY, C. H. *Human nature and the social order*. New York: Schocken, 1964.
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-122.
- CROCKER, J.; MAJOR, B. Social stigma and self-esteem: the self-protective properties of stigma. *Psychological Review*, New York, a. 4, v. 96, p. 608-630, out. 1989.
- DALMORO, M. *et al.* Dominância epistemológica em estudos do campo: são ainda os administradores positivistas? In: ENCONTRO DA ANPAD, 31. 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. p. 1-14.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Orgs.). *Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- DIAS, A. C. J. Planejamento urbano e políticas públicas: reflexões sobre a dinâmica urbana da pequena cidade de Rio de Contas/BA. II SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA. 2011. Vitória da Conquista. *Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Vitória da Conquista: UESB, 2011.
- DIONÍSIO, P. M. F. A construção do sentimento topofílico: o enfoque sobre o sub-bairro de Amovila (Vista Alegre) município do Rio de Janeiro. In: XIII ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2011, Costa Rica, *Anais...* Costa Rica: Universidad de Costa Rica - Universidad Nacional, 2011. p. 1-15
- DUARTE, F. Rastros de um rio urbano: cidade comunicada, cidade percebida. *Ambiente & Sociedade*, [online], v. 9, n. 2, p. 105-122, dez. 2006.
- DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ENTRIKIN, J. N. *The betweenness of place: towards a geography of modernity*. London: Macmillan, 1991.
- FADINI, A. A. B.; CARVALHO, P. F. Identidades e lugares em transformação: um estudo topofílico em sub-bacias hidrográficas bragantinas. In: GERARDI, L. H.; CARVALHO, P. F. (Org.). *Geografia: ações e reflexões*. Rio Claro: UNESP/IGCE: AGETEO, 2006.
- FARIA, A. A. Discurso e leitura, semântica e argumentação em *Germinal*. In: MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS (Orgs.). *Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAD, 1998.
- FERNANDES, I. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. *Textos & Contextos*, n. 6, ano v, dez. 2006.
- FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-83, jul. 2000.

FERREIRA, R. F.; CALVOSO, G. G.; GONZALES, C. B. L. Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 243-250, 2002.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: _____. (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997a. p. 13-23.

_____; et al. A Cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade puzzle. In: CALDAS, Miguel P.; MOTTA, Fernando C. Prestes (Orgs.) *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997b. p. 254-269.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

GODOI, C. K. Perspectivas da análise do discurso nos estudos organizacionais. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 375-401.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONZÁLES REY, F. L. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomsin Learning, 2005.

GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHI, M. E. *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. S. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HASSARD, J. *Sociology and Organization Theory: Positivism, Paradigms and Postmodernity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HATCH, J. M.; SCHULTZ, M. *Organizational Identity*, New York: Oxford Press, 2004.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 67-78, dez. 1999.

HUDSON, A. C. Placing trust, trusting place: on the social construction of offshore financial centres. *Political Geography*, [online], v. 17, n. 8, p. 915-937, nov. 1998.

IVO, A. B. L. Cidade – mídia e arte de rua. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 107-122, jan./abr. 2007.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Cadernno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.

KISSELER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, v. 40 n. 3, Rio de Janeiro, mai/jun, 2006.

KOURY, M. G. P. Estilos de vida e individualidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 41-53, jun. 2010.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro. v. 21, p. 09-20, jan. 1998.

LÉVINAS, E. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, New York, n. 27, 363-385, 2001.

LINSTEAD, S. A.; GRAFTON-SMALL, R. Organizational bricolage. In: TURNER, B. A. (Org.). *Organizational Symbolism*. New York: De Gruyter, 1990. p. 291-309.

LOPES, D. L. *et al.* O diário de campo a memória do pesquisador. In: WHITAKER, D. C. A. (Org.). *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. São Paulo: Letras à margem, 2002. p. 131-157.

LOPES, J. R. Os caminhos da identidade nas Ciências Sociais e suas metamorfoses na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 2002.

MAC-ALLISTER, M. *Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais*. 2001. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

_____. A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 11, Edição Especial, p. 171-181. 2004

MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, [online], v. 7, Edição Especial, p. 51-73. 2003.

- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUESP, 1996. p. 12–53.
- _____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- _____. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 81-95, abril. 2003.
- MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações, cidade*, v. 7, n. 13, p. 31-44, jan./jun. 2002.
- MALINOWSKI, B. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MARICATO, E. As ideais fora do lugar e o lugar fora das ideais Planejamento urbano no Brasil. IN: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARTIN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 1996.
- MARTINS, F. R. Identidade e Estudos Organizacionais: em direção a um novo paradigma? *GESTÃO.Org*, vol. 11, n. 1, p. 62-82, jan./abr. 2013.
- MARTINS, G. A. Sobre confiabilidade e validade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. São Paulo, v. 8, p. 1-12, 2006.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus Editora, 2000. p. 176-185.
- MATTOS, P. L. C. L. “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 450-468, jul. 2011.
- MEAD, G. H. *Mind, self and society: from a standpoint of a social behaviorist*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1962.
- MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramento e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, [online], v. 5, n. 11, p. 1-18, 2009.
- MELO, Z. M. Estigma: espaço para exclusão social. *Revista Symposium*, a. 4, Edição Especial, p. 18-22, 2000.
- MENDES, A. B. V. et al. *Projeto internacional de pesquisa cidade e alteridade: convivência multicultural e justiça urbana*. 103 f. 2013. Relatório de Pesquisa – Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Viçosa e Universidade de Coimbra, Belo Horizonte. 2013.

MENESES, P. G. *O conceito de identidade em estudos organizacionais: uma revisão bibliográfica sobre os usos e origens do conceito*. 2009. 68 f. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

MENEZES, M. Do espaço ao lugar: do lugar às remodelações sócio-espaciais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 156-175, jun. 2000.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. *Estudos de Psicologia*, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 2, p. 143-151, mai/ago. 2006.

NASCIMENTO, D.; BITENCOURT, J. B. De granito e de bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 329-343, 2008.

NKOMO, S. M.; COX JUNIOR, T. Diverse identities in organizational. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Ed.) *Handbook of organization studies*. London: Sage, 1996.

NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 69-85, abr. 2009.

OLIVEIRA, I. B. E. *Estatuto da cidade: para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, L. Neutros e neutros. *Humanidades*, Brasília, v. 5, n. 19, p. 122-127, 1988.

_____. O Estrangeiro: breve nota sobre alteridades. In: *Palimpsesto: revista do programa de pós-graduação em Letras Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2003.

OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2000.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAGÉS, M. *A vida afetiva dos grupos*. Petrópolis: Vozes: 1976.

PAES DE PAULA, A. P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. introdução. In: _____. (Orgs.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2011, 19-22.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.

PFOHL, S. O social e o tecnológico: questões da ultramodernidade. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 25, p. 60-67, dez. 2004.

PIMENTEL, T. D. *Espacialidade na construção de identidade: a Feira do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, Congonhas/Minas Gerais*. 2008. 258 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PIZZOL, K. M. S. A. A dinâmica urbana: uma leitura da cidade e da qualidade de vida no urbano. *Caminhos de Geografia* a. 16, v. 1, p. 1-7, fev. 2006.

POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, New York, v. 27, p. 283-305, 2001.

PORTEOUS, D. J. Topocide: The annihilation of place. In: EYLES, J; SMITH, D. (Orgs.). *Quantitative Methods in Geography*. Cambridge: Polity Press, 1988.

PRATT, M. G. To be or not to be? Central questions in organizational identification. In: WHETTEN, D. A.; GODFREY, P. C. (Orgs.). *Identity in Organizations: Building Theory Through Conversations*. Thousand Oaks, CA: SAGE, 1998. p. 171-206.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório BH Metas e Resultados*. Apresenta descrições de metas e resultados da gestão estratégica. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://bhmetasresultados.pbh.gov.br/content/bh-metas-e-resultados>. Acesso em: nov. 2013a.

_____. *Plano Estratégico de Belo Horizonte 2030: a cidade que queremos (síntese – 2ª versão)*. Apresenta o plano de governo municipal. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://bhmetasresultados.pbh.gov.br/content/bh-metas-e-resultados>. Acesso em: nov. 2013b.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAICHELIS, R. Gestão pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova*, São Paulo, v. 69, p. 13-48, 2006.

RELPH, E. C. *Place and placelessness*. London: Pion, 1980.

REY, F. L. G. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991.

ROESE, A. *et al.* Diário de campo construção e utilização em pesquisas científicas. *Online Brazilian Journal of Nursing*, v. 5, n. 3, p. 1-12, 2006.

ROWLES, G. D. Place and personal identity in old age: observations from appalachia. *Journal of Environmental Psychology*, London, v. 3, p. 299-313. 1983.

_____. Growing old 'inside': aging and attachment to place in an Appalachian community. In: DATAN, N.; LOHMANN, N. (Eds.). *Transitions of Aging New York*: Academic Press, p. 152-170. 1980.

SAINT-GEORGES, P. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. In: MAROY, C. *et al.* (Org.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2005. p. 15–47.

SALDANHA, N. *O Jardim e a Praça: privado e público na vida social e histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: EDUESP, 1988.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUESP, 2002.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. S. Integração e diferença em encontros disciplinares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 51–60, out. 2007.

SARAIVA, L. A. S. CARRIERI, A. P. Simbolismo e dinâmica nas organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPAD, 2008.

_____. *Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais*. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, abr. 2012.

_____. A cidade e o poeta: um estudo semi-simbólico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, XII, 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: CIAGS/UFBA, 2012.

SAWAIA, B. B. A temporalidade do “agora cotidiano” na análise da identidade territorial. *Revista Margem*. n. 5, 81-95, dez, 1996.

SCHILLING, F.; MIYASHIRO, S. G. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 243-254, maio/ago. 2008.

SCHULTZ, A. *El problema de la realidad social*. 2. ed. Buenos Ayres: Amorrortu, 1995.

SILVA, T. T. S. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonautas*. v. 2, n. 1, p. 92-112, 2011.

SKLIAR, C. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL MUNICIPAL PAMPULHA. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte*: Regional Pampulha. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL MUNICIPAL NOROESTE. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte*: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E PATRIMONIAL. *Relatório Movimento Respeito por BH: quem somos*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, 2013a.

_____. *Relatório de descrição e acompanhamento do Projeto Combate à Pichação 2011*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, 2013b.

SOUZA, M. M. P. *O teatro como forma de se colocar no mundo: a formação de identidades nos grupos Galpões*. 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOUZA, R. T. Justiça, liberdade e alteridade ética: sobre a questão da radicalidade da justiça desde o pensamento de E. Lévinas. *Veritas: Revista de Filosofia*, v. 46, n. 2, p. 265-274, 2001.

SPINK, P. O lugar do lugar na análise organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, [online], v. 5, Edição Especial, p. 11-34, jan. 2001.

STAFFORD, M. C.; SCOTT, R. R. Stigma deviance and social control: some conceptual issues. In: AINLAY, S. C.; BECKER, G.; COLMAN, L. M. A. (Ed.), *The Dilemma of Difference*. New York: Plenum, 1986.

STRAUSS, A. *Espelhos e máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAN DIJK, T. A. V.; KOCH, I. G. V. *Cognição, discurso e interação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VENTURINI, E. A cidade dos outros. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 203-222, ago. 2009.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *Revista de Administração de Empresas*, [online], v. 45, n. 4, p. 66-72, dez. 2005.

VIEGAS, G. C. F. S. *et al.* Re-significações no âmbito da cidade: um estudo das ações da Prefeitura de Belo Horizonte no combate à pichação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. *Abrindo Caminho nos Estudos Organizacionais*. Fortaleza, 2013.

WACQUANT, L. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o Estado na pesquisa urbana recente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 51-58, jan./abr. 2010.

WHETTEN, D. A.; GODFREY, P. C. (Org.). *Identity in Organizations: Building Theory Through Conversations*. Thousand Oaks, CA: SAGE, 1998.

WOOD JR., T.; CALDAS, M. P. Organizational identity in the third millennium: beyond central, distinctive and enduring. In: Academy of Management Annual Meeting, 2006, ATLANTA. *Proceedings...*, 2006.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro Grupo Pichadores

Bloco 1 – Identidade – O(a) entrevistado(a)

Nome. Idade. Sexo. Etnia (especificidade sociocultural, religiosa, de língua e raça). Estado Civil (tempo). Filhos (quantos/idade). Família (quantidade de membros, relação, características). Residência (onde mora/com quem/própria/alugada). Formação/Escolaridade. Experiência profissional (se trabalha, por que, há quanto tempo, renda média, atual cargo). Atividades de Lazer (o que faz no tempo livre). Relações coletivas. Relações Sociais. Si mesmo. O Outro.

Bloco 2 – O(s) grupo(s) de referência – Pichação Grupos a que está vinculado: Nome. Finalidade. Tempo de existência e de participação. Atividades desenvolvidas pelo(s) grupo(s). Relação com o(s) grupo(s).

1. Envolvimento com pichação (histórico – estético/visual/artístico – individual e coletivo). Está envolvido atualmente (por que?) Motivação. Sentido/significado ou importância do picho.

2. Existia/existe alguma configuração organizacional na sua experiência. Como era/é a consciência coletiva (sobre o grupo e outros grupos – rivalidade, cooperação). E hoje em dia? Quais os principais “rolés” – relatos de lugares, épocas, grupos, frequência, sentimentos, estranhamentos. Qual a TAG e seu significado.

3. Conhece/Percepção sobre Movimento Respeito por BH e combate à pichação. Percepção sobre limpeza e estética; promoção de civilidade e educação cidadã; poder de repressão e criminalização; marcação ou estigmatização dos pichadores; articulação com demais atores sociais no combate à pichação.

4. Sobre as ações e posicionamentos de subversão e resistência dos pichadores na cidade. Deve haver limites?

5. Fale sobre a relação entre pichação, violência, criminalidade e crimes (formação de quadrilha), drogas, vandalismo, arte, estética, exibição, sociedade. Qual a percepção do outro?

6. O grafite legitima ou reduz a força da pichação? Conhece/Percepção do Projeto Guernica?

Bloco 3 - Belo Horizonte e seus lugares – experiência, aspectos materiais, políticos e gestão. Trajetória na cidade. Relação com a cidade, o povo, as regiões, instituições, os movimentos, eventos, fatos e momentos históricos. Representação da cidade.

7. Importância da cidade como um todo e seus diferentes lugares – periferia, centro, zona sul, lugar turístico; segmentação/segregação O que deve orientar a estética ou o visual da cidade. Se sente restringido, excluído ou estigmatizado do contexto urbano de alguma forma?

> Relate suas experiências, relações, sentimentos, avaliações ou percepções sobre os lugares, as pessoas e as marcas, pichações ou não, registradas nas fotos (família, pertencimento, integração social, transformações (tempo/espço), aversão, prazer, admiração, reflexão, paisagem e elementos da natureza, aspectos/elementos abstratos e concretos, auto-biografia).

Indicações/Outros levantamentos

APÊNDICE B – Roteiro Sociedade

Bloco 1 – Identidade – O(a) entrevistado(a)

Nome. Idade. Sexo. Etnia (especificidade sociocultural, religiosa, de língua e raça). Estado Civil (tempo). Filhos (quantos/idade). Família (quantidade de membros, relação, características). Residência (onde mora/com quem/própria/alugada). Formação/Escolaridade. Experiência profissional (se trabalha, por que, há quanto tempo, renda média, atual cargo). Atividades de Lazer (o que faz no tempo livre). Relações coletivas. Relações Sociais. Si mesmo. O Outro.

Bloco 2 - Questões PCP e o Movimento Respeito por BH (antes estudo/participação)

- Envolvimento, participação, convite, objetivo, papel, funções, articulações, negociações (como conheceu/descrição/sentimentos).
- Público-alvo (a partir do que conhece, saberia apontar ou inferir quais são).
- Dificuldades enfrentadas. Limitações. Resultados alcançados. Desafios futuros (como vê).

Estratégia de despiche: - Significado(s) do(s) lugar(es) despichados (pessoalmente, quais são). - Ações de despiche (acha que alcançou os principais lugares; deveria continuar e ampliar para acontecer em outros lugares, ex: vilas e favelas). - Limpeza da cidade (entendimento sobre).

Estratégia de repressão: - Pichação, pichadores e relação PBH-Pichadores (percepção sobre). - Justiça restaurativa e a mediação de conflitos (conhecimento sobre). - Poder e alteridade/marcas e ser marcado (entendimento sobre).

Estratégia de sensibilização: - Articulação/parceria/aliança/acordo entre poder público, iniciativa privada e sociedade (percepção sobre). - Projeto Guernica (conhecimento sobre). - Civilidade e educação cidadã (sentido(s)/significado(s) de).

Legislação antipichação (crime ambiental, proibição de venda de sprays, diferença entre pichação e grafite, código de posturas de BH): - Legitimidade e pichação (entendimento sobre). - Orientação estética e cívica da/na cidade (entendimento sobre, o que deveria orientar visual da cidade e comportamento na cidade).

Bloco 3 - Belo Horizonte e seus lugares – experiência, aspectos materiais, políticos e gestão.

Trajetória na cidade (relação com a cidade, o povo, as regiões – centrais e periféricas, instituições, organizações, movimentos, eventos, fatos e momentos históricos). Qual representação/imagem tem da cidade de BH. Importância da cidade como um todo e seus diferentes lugares, ex: periferia, centro, zona sul, lugar turístico. Como vê segmentação/segregação na cidade. Sentimento de restrição, exclusão ou discriminação no contexto urbano (de alguma forma).

Indicações/Outros levantamentos

APÊNDICE C – Roteiro PBH

Bloco 1 – Identidade – O(a) entrevistado(a)

Nome. Idade. Sexo. Etnia (especificidade sociocultural, religiosa, de língua e raça). Estado Civil (tempo). Filhos (quantos/idade). Família (quantidade de membros, relação, características). Residência (onde mora/com quem/própria/alugada). Formação/Escolaridade. Experiência profissional (se trabalha, por que, há quanto tempo, renda média, atual cargo). Atividades de Lazer (o que faz no tempo livre). Relações coletivas. Relações Sociais. Si mesmo. O Outro.

Bloco 2 - Questões PCP e o Movimento Respeito por BH (antes estudo/participação)

Histórico do Projeto Combate à Pichação

Em que consiste. Principal objetivo. Justificativa da demanda. Quando/período que surgiu? Onde e quem (ideia)? Órgãos Responsáveis? Definições/funcionamento.

Ações e integrações (repreensão/sensibilização/despiche).

- Envolvimento, participação, convite, objetivo, papel, funções, articulações, negociações (como conheceu/descrição/sentimentos).
- Público-alvo (a partir do que conhece, saberia apontar ou inferir quais são).
- Dificuldades enfrentadas. Limitações. Resultados alcançados. Desafios futuros (como vê).

Operacionalização/Mapeamento

Lugares despichados. Atores. Competências. Organização (etapas, fases, metas). Regionais. Empresas. Organizações sem fins lucrativos e comunidades. Datas/períodos/prazos. Demais participações e ações conjuntas (panfletagem, música, ação social, oficinas educativas e sensibilização, guarda municipal). Uso de materiais e equipamentos. Nº envolvidos.

Estratégia de despiche: - Significado(s) do(s) lugar(es) despichados (pessoalmente, quais são).

- Ações de despiche (acha que alcançou os principais lugares; deveria continuar e ampliar para acontecer em outros lugares, ex: vilas e favelas). - Limpeza da cidade (entendimento sobre).

Estratégia de repressão: - Pichação, pichadores e relação PBH-Pichadores (percepção sobre). - Justiça restaurativa e a mediação de conflitos (conhecimento sobre). - Poder e alteridade/marcas e ser marcado (entendimento sobre).

Estratégia de sensibilização: - Articulação/parceria/aliança/acordo entre poder público, iniciativa privada e sociedade (percepção sobre). - Projeto Guernica (conhecimento sobre). - Civilidade e educação cidadã (sentido(s)/significado(s) de).

Legislação antipichação (crime ambiental, proibição de venda de sprays, diferença entre pichação e grafite, código de posturas de BH): - Legitimidade e pichação (entendimento sobre).

- Orientação estética e cívica da/na cidade (entendimento sobre, o que deveria orientar visual da cidade e comportamento na cidade).

Bloco 3 - Belo Horizonte e seus lugares – experiência, aspectos materiais, políticos e gestão.

Trajetória na cidade (relação com a cidade, o povo, as regiões – centrais e periféricas, instituições, organizações, movimentos, eventos, fatos e momentos históricos). Qual representação/imagem tem da cidade de BH. Importância da cidade como um todo e seus diferentes lugares, ex: periferia, centro, zona sul, lugar turístico. Como vê segmentação/segregação na cidade. Sentimento de restrição, exclusão ou discriminação no contexto urbano (de alguma forma).

Indicações/Outros levantamentos

ANEXO A - Termo de Consentimento

Você está sendo convidado a participar do estudo para dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, previamente intitulado "Identities and Places in the City - a study of the Project of Combat to Pichação in Belo Horizonte". É importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. Sua participação é voluntária e consistirá em responder as questões, sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações. Ao entender a natureza da sua participação, é preciso dar o seu consentimento por escrito.

Objetivo

O objetivo deste estudo é compreender, sob uma ótica organizacional, a relação entre identidade e lugar na cidade.

Procedimentos

Serão levantadas questões que envolvem os temas, identidade e lugar, a cidade de Belo Horizonte, o projeto de combate à pichação e atores envolvidos. A entrevista será gravada e posteriormente, transcrita para análise. Nosso objetivo não é fazer exposições e julgamentos valorativos sobre organizações, pessoas ou opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente as situações descritas.

Caráter Confidencial dos Registros

Ao assinar este termo de consentimento, você autoriza a utilização das informações do instrumento de pesquisa para a construção da análise. Após a transcrição do material, essas serão mantidas sob a guarda dos pesquisadores, que apenas autorizarão o uso e manuseio do material escrito e não permitirão, em hipótese alguma, a identificação dos entrevistados, que serão referidos por E1, E2 ou codificação semelhante.

Informações Adicionais

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e os endereços postal e eletrônico do orientador da pesquisa, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Li as informações contidas neste documento, do qual recebi uma cópia, e dou meu livre consentimento para participar como entrevistado deste estudo.

Nome e assinatura do participante

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, bem como os detalhes acerca da participação.

Nome e assinatura da pesquisadora